



**UNIVERSIDAD DE CIENCIAS EMPRESARIALES Y SOCIALES**

---

**HABILIDADES SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO ENTRE  
SERVIDORES E PRESOS NA CONVIVÊNCIA INSTITUCIONAL**

**LUTIANA RICALDI DA ROSA**

Buenos Aires / Argentina

2021



**UNIVERSIDAD DE CIENCIAS EMPRESARIALES Y SOCIALES**

---

**HABILIDADES SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO ENTRE  
SERVIDORES E PRESOS NA CONVIVÊNCIA INSTITUCIONAL**

**LUTIANA RICALDI DA ROSA**

Tese apresentada ao Instituto de Altos Estudios em Psicología e Ciencias Sociais da Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales – UCES, para obtenção do título de Doutorado em Psicologia, sob a Orientação do Prof. Dr. Sebastián Plut.

Área de Concentração: Psicologia

Buenos Aires / Argentina

2021



AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca UCES – Repositório Institucional  
IAEPCIS – Instituto de Altos Estudios en Psicología da Universidade de Ciencias  
Empresariales y Sociales

Rosa, Lutiana Ricaldi da.

Habilidades sociais e estratégias de enfrentamento entre servidores e presos na convivência institucional / Lutiana Ricaldi da Rosa; orientador Sebastián Plut. Buenos Aires/Argentina, 2021.

210f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia) - Instituto de Altos Estudios en Psicología y Ciencias Sociales da Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales.

1. Sistema prisional 2. Habilidades sociais 3. Estratégias de enfrentamento 4. Reintegração social



*Dedico este trabalho aos servidores penitenciários e aos cidadãos interessados na redução da violência e na humanização dos laços sociais.*



## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>08</b>
<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>1.1 Definição do problema</b> .....	<b>25</b>
<b>1.2 Objetivos</b> .....	<b>26</b>
1.2.1 <i>Objetivo geral</i> .....	<b>26</b>
1.2.2 <i>Objetivo específico</i> .....	<b>26</b>
<b>1.3 Justificativa</b> .....	<b>27</b>
<b>2 ESTADO DE ARTE</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1 Habilidades sociais</b> .....	<b>28</b>
2.1.1 <i>Achados científicos com tema relacionado e campo diverso ao sistema prisional</i> .....	<b>28</b>
2.1.2 <i>Achados científicos com tema relacionado ao sistema prisional</i> .....	<b>29</b>
<b>2.2 Estratégias de enfrentamento</b> .....	<b>35</b>
2.2.1 <i>Achados científicos com tema relacionado e campo diverso ao sistema prisional</i> .....	<b>35</b>
2.2.2 <i>Achados científicos com tema relacionado ao sistema prisional</i> .....	<b>39</b>
<b>2.3 Achados científicos com outros descritores de busca para o sistema prisional</b> .....	<b>44</b>
<b>2.4 Achados científicos e a pertinência do tema para tese</b> .....	<b>51</b>
<b>3 MARCO TEÓRICO</b> .....	<b>54</b>
<b>3.1 Marco epistemológico</b> .....	<b>54</b>
3.1.1 <i>O nascimento da psicologia e sua relação com a TCC</i> .....	<b>54</b>
3.1.2 <i>A ciência cognitiva</i> .....	<b>57</b>
3.1.3 <i>A psicologia cognitiva</i> .....	<b>57</b>
3.1.4 <i>Teoria cognitivo comportamental</i> .....	<b>60</b>



<b>3.2 Marco teórico</b> .....	<b>68</b>
3.2.1 <i>Habilidades sociais</i> .....	68
3.2.2 <i>Estratégias de enfrentamento</i> .....	74
<b>3.3 Marco substantivo</b> .....	<b>81</b>
3.3.1 <i>Habilidades sociais</i> .....	82
3.3.2 <i>Estratégias de enfrentamento</i> .....	83
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>87</b>
<b>4.1 Características do estudo</b> .....	<b>87</b>
<b>4.2 Procedimentos</b> .....	<b>89</b>
<b>4.3 Instrumentos</b> .....	<b>91</b>
4.3.1 <i>Questionário sóciodemográfico</i> .....	91
4.3.2 <i>Inventário de habilidades sociais</i> .....	91
4.3.3 <i>Inventário de estratégias de coping</i> .....	97
<b>4.4 Coleta e análise dos dados</b> .....	<b>100</b>
<b>5 RESULTADOS</b> .....	<b>102</b>
<b>5.1 Questionário sóciodemográfico</b> .....	<b>102</b>
<b>5.2 Inventário de habilidades sociais</b> .....	<b>129</b>
<b>5.3 Inventário de estratégias de coping</b> .....	<b>139</b>
<b>6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	<b>153</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>164</b>
<b>8 REFERENCIAS</b> .....	<b>169</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>186</b>
Anexo 1 – Resumo .....	187
Anexo 2 – Listade siglas e abreviaturas .....	189
Anexo 3 – Estrutura básica da SUSEPE .....	190
Anexo 4 – Mapa das regiões penitenciárias .....	191
Anexo 5 – Distribuição delegacias penitenciárias regionais e unidades prisionais	192
Anexo 6 – Tipos de unidades prisionais .....	197
Anexo 7 – Demonstrativo população prisional .....	198



Anexo 8 – Demonstrativo população funcional .....	199
Anexo 9– Declaração de aprovação do projeto de pesquisa .....	200
Anexo 10 – Autorização institucional para coleta de dados da pesquisa .....	201
Anexo 11 – Termo de consentimento livre e esclarecido .....	202
Anexo 12 – Questionário sócio-demográfico .....	203
Anexo 13 – Inventário de habilidades sociais .....	205
Anexo 14 – Inventário de estratégias de coping .....	208



## AGRADECIMENTOS

À Deus, por me ajudar a trilhar no caminho do conhecimento e a me manter determinada para a realização deste curso.

À minha vó, Jacyra (*in memoriam*), por ser a primeira pessoa na minha vida a demonstrar a importância sobre o tema das habilidades sociais e das estratégias de enfrentamento. Por ter estado presente em todos os momentos da minha vida e ter me apoiado em meu doutorado.

Aos meus pais, Valderni e Elcimaria, pela transmissão de seus valores, acreditando na minha capacidade a tudo que me conduzo.

Ao meu filho, Jonas, que nasceu no período de elaboração desta tese. Vindo a trazer muito mais significado ao tema escolhido, numa caminhada para uma sociedade mais saudável, humana e justa.

Aos meus colegas da SUSEPE com os quais tive a oportunidade de conviver, aprender e fazer ainda mais no sistema prisional neste período do doutoramento (ESP, IPIMD, DTP e PLD). Em especial, à minha ex-chefe Chris Freire, por ser uma entusiasta a me apoiar a concorrer ao doutorado. À Denise Barela, por acreditar que eu podia e por me ajudar a lidar com os trâmites administrativos para a viabilização de minhas saídas institucionais aos estudos. Ao meu ex-chefe, Thiago Knipping, pela ressignificação dos problemas do cotidiano, tirando o melhor da experiência. Às minhas parceiras do setor técnico, Cíntia Leal Estigarribia e Maria Clara Oliveira de Matos Rei, pelo suporte dispensado principalmente na fase final de conclusão deste doutorado.

Aos meus colegas e assessores de pesquisa, Adriana Sylla Pereira, Ana Paula Uberti, Pablo Borges de Moura e Vanessa Silva, pela disponibilidade na aplicação dos instrumentos de pesquisa ao subgrupo de presos participante deste estudo e compartilharem do interesse na articulação entre ciência e prática profissional.





Aos gestores, agentes penitenciários e presos, que participaram voluntariamente desta pesquisa, conferindo a possibilidade de reconhecimento e avanços para o sistema prisional.

À minha colega, Tânia Regina Armani Nery, por ter aceito o meu convite para revisar esta tese. Por ser psicóloga e servidora penitenciária como eu. Por ser uma pessoa ao qual admiro muito pela sua ética, pelo seu conhecimento científico, por ser uma conhecedora e colaboradora dentro dos diversos espaços da SUSEPE, sendo para mim uma *fazedora* da história da SUSEPE.

Aos meus colegas e professores de doutorado, por compartilharem deste difícil e exigente processo de aprendizado, por almejarem avanços da sociedade através da ciência psicológica, bem como, uma maior democracia de acesso ao ensino pós superior para pessoas que não vivem somente do meio acadêmico, mas também atuam na linha de frente.

Ao meu colega e amigo, Ricardo Vivian da Cunha, por me convidar e me incentivar a participar da seleção de doutorado junto com ele. Pela parceria nas viagens e gentileza constante nessa empreitada de estudos, bem como, na utilização do programa SPSS 21.0.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sebastián Plut, por ter me escolhido como sua Orientanda e ter considerado o trabalho sobre o sistema prisional um tema de alta relevância social. Por ter respeitado e valorizado minha história acadêmica e profissional me concedendo liberdade quanto a escolha do marco teórico e ter contribuído para que eu percebesse os fenômenos do mundo com muito mais foco e clareza.

À minha co-orientadora, Ms. Silvia Lassi, por seu olhar apurado, sua dedicação e considerações pontuais acerca da tese. Participando junto comigo, principalmente, desta empreitada final de doutoramento.

À ex-coordenadora de curso, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elena Stein Sparvieri, pela valorização e reconhecimento, me incentivando na publicação de artigos na Revista Subjetividad y Procesos Cognitivos da UCES e me indicado como avaliadora da Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud.



À Coordenadora de Curso, Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Susana Sneidermann, pela empatia, respeito e apoio, demonstrando facilidade de acesso e inovação de gestão acadêmica. Sendo fundamental no suporte, orientações e providências necessárias para a conclusão deste proceso de estudos e conhecimento.

À todos que direta ou indiretamente colaboraram para a conclusão deste Doutorado.



## PREFÁCIO

### **Abertura de caminhos da psicologia no sistema prisional**

Logo que me formei, em 2002, queria trabalhar na área clínica, mas anterior a isso me fazia mais sentido pensar de que forma eu poderia contribuir para que a psicologia se tornasse mais acessível a população e contribuísse para diminuir a vulnerabilidade e a violência social.

Minha primeira experiência de prática, ocorreu em 1999, através de um estágio extra-curricular de um ano precedido de um curso em psicoterapia popular de 185h numa clínica multidisciplinar especializada em saúde mental, na cidade de Santa Maria/RS, com atendimento de um menino de 08 anos que havia sido vítima de sequestro aos 03 anos de idade e de outro menino de 07 anos que foi deixado aos cuidados da avó paterna após separação conjugal dos pais.

Na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, em 2000, fiz estágio curricular de um ano em Psicologia do Trabalho no Sindicato dos Bancários e Psicologia Escolar, numa escola vinculada a minha Universidade. Naquele momento, me chamou atenção os movimentos sociais pela valorização do trabalhador e a garantia de direitos, as estratégias coletivas em saúde mental de trabalhadores, a participação na coleta de dados para criação do centro de referência em saúde do trabalhador da região de Santa Cruz do Sul e a dificuldade de estabelecer limites nas relações intergrupais.

No ano posterior, no estágio curricular de psicologia clínica e mediação familiar no Sistema Integrado de Saúde e Gabinete de Assistência Judiciária da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, pude me deparar com o caso de um menino encaminhado pela escola com dificuldades de aprendizagem. Como parte deste contexto clínico desvelou-se que o paciente havia sido fruto de abuso sexual da mãe por parte de seu avô, sendo este aprisionado e supostamente se *suicidado* dentro da prisão. Ao mesmo tempo que me deparava com esta situação de violência intrafamiliar presenciava no estágio de psicologia comunitária, na Comunidade Nossa Senhora da Boa Esperança, famílias em situação de invisibilidade e



precariedade de vida e meninos desde os 07 anos exibindo armas de fogo em frente ao salão comunitário da igreja. Além disso, no segundo semestre desse ano, me inseri como facilitadora e orientadora da escolha profissional a jovens de baixa renda, como forma de incentivo à mudança da condição social através do acesso ao nível superior, em estágio extracurricular no projeto institucional Alternativa Pré-Vestibular Popular do Programa de Extensão chamado Universidade Aberta, da UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, em Santa Maria/RS.

Todas estas experiências preliminares a minha condição profissional colaboraram para me afirmar na minha própria escolha e utilizar o conhecimento científico da psicologia como missão e compromisso no serviço público a fim de contribuir com a justiça e o controle social. Foi então, que me inseri como psicóloga do sistema prisional, de 2002 a 2004 como contratada emergencial e a partir de 2004 como concursada.

Meu percurso inicial como psicóloga da SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários, em 2002, lotada na 2ª DPR – Delegacia Penitenciária Regional (Sede: Santa Maria/RS) se caracterizava pela realização de avaliação psicológica para progressão de regime, liberdade condicional, indulto, comutação de pena e trabalho externo, bem como, elaboração de laudos e pareceres, nas cidades pertencentes a esta região penitenciária (Santa Maria, Agudo, Cachoeira do Sul, São Sepé, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, São Vicente, Jaguari e São Francisco de Assis). Exceto em Santiago, ao qual era responsável por realizar ações de tratamento penal, tais como: entrevista de triagem ou entrevista inicial de acolhimento, acompanhamento psicológico individual e grupo de preparação para a liberdade.

Em 2004, com lotação no Presídio Regional de Santa Maria, realizava entrevista de triagem, acompanhamento psicológico individual, acompanhamento psicológico grupal para dependentes químicos em parceria com o Amor Exigente, grupo de preparação para a liberdade, grupo operativo reflexivo para suporte da pena (inicialmente separados por tipo delitivo com homicidas, assaltantes e abusadores), grupo operativo reflexivo de gênero (com mulheres presas), grupo operativo reflexivo por área de trabalho prisional (cozinheiros), atendimento a familiares, elaboração do Projeto CRIARTE para criação de oficinas de trabalho



voltados ao artesanato (sabonetes e velas artesanais, cestaria e bijouterias) financiado pelo Conselho da Comunidade e formação de parcerias para realização de cursos profissionalizantes (artesanato em material reciclável, manicure e bijouterias). Além de dar apoio ao Presídio Estadual de Cachoeira do Sul na parte de avaliação psicológica (progressão de regime, liberdade condicional, indulto, comutação e trabalho externo).

Este momento inicial culminou com a entrada de vários técnicos superiores penitenciários na SUSEPE. Na época chamados de monitores penitenciários. A mudança da nomenclatura para Técnico Superior Penitenciário ocorreu posteriormente como um movimento da categoria em tornar equânime com a exigência em relação ao nível de escolaridade e atribuições exercidas, promulgado através da Lei Complementar 13.259 de 21 de outubro de 2009. Para a psicologia era especialmente um momento de demarcar território e sermos compreendidos quanto ao nosso papel profissional, a fim de criar credibilidade e abrir espaço para nossas ações de trabalho. Todas as ações representavam o novo, isso de certa maneira assustava os colegas da área da segurança, até então a carreira mais antiga no Sistema. Nos era apontado que a passagem de alguns técnicos no sistema prisional até então era baixa e num período curto de tempo, principalmente, para realização de avaliações. Demonstravam tratamento arrogante e se utilizavam da SUSEPE como *escada*, não efetivando algo que ficasse para benefício e desenvolvimento da instituição.

Portanto, o investimento em profissionais da psicologia entre outros cargos de nível superior, na forma de concurso público, era gerar uma nova cultura e novos modos de relação. Apesar de alguns obstáculos, era muito gratificante promover um trabalho para uma população invisível, excluída, carente de atenção e entendimento científico. Por outro lado, tudo o que era promovido aos apenados com negociação, esclarecimento, organização e disciplina colaborava para o nosso entrosamento e confiança enquanto equipe. Aqui mesmo, neste período curto, pude experienciar na convivência diária, conseguindo fazer valer em conjunto, a importância da competência técnica em detrimento de atravessamentos políticos em nossa sistemática de trabalho. Esta experiência foi rica para todos e serviu de referência e fortalecimento para novas situações.



Ao final de 2004, com o objetivo de mudança para a Capital para fins de qualificação profissional e novos projetos pessoais, fui transferida para uma região intermediária - 8ª região penitenciária. De uma forma desumana queriam me lotar em Lajeado, sem me consultarem. Posteriormente, obtive lotação no Presídio Regional de Santa Cruz do Sul e me prontifiquei a apoiar o Presídio Estadual de Sobradinho, Presídio Estadual de Candelária e Presídio Estadual de São Jerônimo realizando entrevista de triagem, acompanhamento psicológico individual, grupo focal para análise da rede de apoio sócio-afetiva de pessoas presas, grupo operativo reflexivo para suporte da pena, grupo operativo reflexivo com mulheres presas, grupo multifamiliar sobre relacionamento com filhos, atendimento a familiares e elaboração de projeto para o fomento de parcerias e criação de oficina de trabalho (liga interna) destinado a homens e mulheres presas. Também atendia o Presídio Estadual de Lajeado, Presídio Estadual de Arroio do Meio e o Presídio Estadual de Encantado para avaliação psicológica para fins de individualização de pena. Apesar dos colegas TSPs daquela região estarem praticamente com o mesmo período de experiência, percebi que o trabalho técnico era muito incipiente. Abracei a ideia de colaborar com as avaliações de individualização de pena, pois em contrapartida, entendia que seria um crescimento para o estabelecimento investir em ações de tratamento penal mais compatíveis com o perfil de cada apenado fornecendo assim um plano de cumprimento de pena mais adequada para cada caso. No entanto, percebi que existia um preconceito da própria equipe técnica em relação a individualização de pena que a considerava ilusório e inatingível. Acredito que por questão de valores éticos e entendimento me mantive muito focada e determinada nas ações de trabalho. Também acredito ter sido uma estratégia de enfrentamento ao me deparar com um local de baixa receptividade, jogos de empurra e culpabilização, relações baseadas em apadrinhamento, politicagem, e por vezes, perversidade. Adoeci. De outra banda, mesmo sendo jogada de uma ponta a outra e assumindo tarefas que outros não assumiam, conquistei credibilidade, apoio e parceria de colegas de direções, setor de segurança, setor técnico e setor administrativo daqueles estabelecimentos que eu transitava, sem que eu expusesse as minhas reais dificuldades. Ao final, foi feita abertura de espaço, esperança e confiança mais uma vez para todos nós, através de um olhar sistêmico enquanto instituição.



Por estar residindo em Porto Alegre, obtive minha transferência em 2006 para a Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro. Este era um local de difícil acesso, por questão de estrutura e de segurança não era permitido o atendimento em grupo. Nesta época, 80% dos presos da PMEM possuíam trabalho através de atividades junto ao estabelecimento e em empresas conveniadas com a SUSEPE através de PACs – Protocolo de Ação Conjunta. Realizava várias atividades semelhantes aos outros estabelecimentos que havia passado. Obtendo uma clareza maior sobre os jogos de poder que os apenados exerciam entre eles mesmos. Neste período, através de uma ação do Governo Federal, pudemos selecionar e sensibilizar presos para um curso de qualificação profissional de Cozinheiro e Garçom através do Programa Cozinha Brasil.

De maio de 2007 a junho de 2008 fui morar em Santiago/Chile através de pedido de licença interesse, período este em que pude participar de congressos, identificar avanços da psicologia por meio da pesquisa quantitativa e conhecer a Gendarmeria de Chile através de visitas ao Departamento de Reabilitação e Reintegração Social e da Equipe Responsável pelo Programa GENCHI – Programa de atenção aos funcionários. Dessa forma, fui convidada a fazer parte da Equipe da SASS – Seção de Atendimento ao Servidor da SUSEPE e decidi encerrar minha licença antes do prazo. Ao chegar na SASS fui incumbida pela Coordenação e Equipe a ser responsável pela elaboração de projetos, visto que o espaço havia sido criado recentemente (desde 2005) e precisávamos justificar a importância de um trabalho destinado a saúde mental com foco no servidor penitenciário. Neste período realizava atendimento psicológico individual a funcionários e familiares na sede da SASS, bem como, atendimento individual e coletivo a funcionários na Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas, na Penitenciária Estadual de Charqueadas e na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, visitas domiciliares, visitas hospitalares, avaliação psicológica, elaboração de pareceres, além da elaboração do Projeto chamado Promoção de Saúde e Qualidade de Vida de Servidores Penitenciários, que abarcou uma pesquisa quantitativa sobre a saúde e a qualidade de vida de servidores penitenciários e um corpo de ações para prestação de serviço da SASS (atendimentos individuais e grupais, palestras sobre gerenciamento de estresse e qualidade de vida, atividades de imersão para fortalecimento de equipes, grupos de preparação para a aposentadoria e parcerias com Instituições de Saúde, Cultura,



Artística e Recreativa). Esta foi a primeira pesquisa quantitativa realizada na SUSEPE. Ao final de 2010, por uma demanda da equipe visto a inadequação das salas de atendimento<sup>1</sup> e por uma necessidade de espaço maior para a realização de grupos, pleiteei um local amplo, de boa localização e que permitisse um maior sigilo sobre os atendimentos. Isto ocorreu junto ao Departamento de Administração do Patrimônio do Estado. Desde então a SASS funciona na Avenida Siqueira Campos, Edifício Castelo, Número 1184, Sala 610, no Centro Histórico de Porto Alegre. A experiência de trabalho na SASS contribuiu para que eu fosse chamada para dar aulas sobre Saúde do Trabalhador e Psicologia das Relações Interpessoais nos cursos de formação de servidores penitenciários, ser convidada para fazer parte da Equipe da Escola dos Serviços Penitenciários e a participar com o capítulo *Perfil, estresse e qualidade de vida de servidores penitenciários: relato de pesquisa* e ser uma das revisoras do livro *Da Ética a Poética de Ser Servidor Penitenciário* juntamente com a TSP Psicóloga Tânia Regina Armani Nery, publicado em 2012. Sendo, portanto, um momento de avanços para a valorização do servidor penitenciário.

Trabalhei na Escola dos Serviços Penitenciários de 2010 a 2014, propus a criação de um banco de dados de professores, reintegrando todos os professores que já haviam contribuído com a escola e abrindo cadastro para todos aqueles com intenção de serem selecionados para cursos de formação e educação continuada. Revisão dos quesitos da seleção do corpo docente a partir da problematização da cultura da política e do descartável, baseado na análise do currículo e da ficha funcional. Reforçando e contribuindo assim para um corpo docente baseado no tripé: servidores-docentes eventuais/servidores penitenciários, docentes-pesquisadores permanentes/ servidores da ESP e docentes-especialistas eventuais/ oriundos das Universidades a partir do *Guia de referência para a gestão da educação em serviços penais* (Chies, Azevedo & Bravo, 2006). Também participei com a análise e elaboração de perfil de cargos, orientação sobre o perfil profissiográfico para seleção de concurso público e com a mudança da formação como etapa classificatória e não mais eliminatória de concurso público. Possibilitando assim com que os alunos já

---

<sup>1</sup> Espaço criado provisoriamente onde funcionava a estação férrea para atender os funcionários da RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, através do serviço de saúde ofertado pela REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, uma das pioneiras no mercado brasileiro em previdência complementar. A sede administrativa da RFFSA após sua privatização é o local onde funciona atualmente a Secretaria de Segurança Pública com seus órgãos vinculados: Superintendência dos Serviços Penitenciários, Instituto Geral de Perícias, Polícia Civil e Brigada Militar. Atualmente, neste local funciona o GAES – Grupo de Ações Especiais da SUSEPE.





fossem nomeados como servidores e tivessem condições financeiras de manter-se a si e suas famílias (muitos do Interior do Estado), bem como, possibilitando um trabalho de maior integração e colaboração entre os servidores desde a sua formação. Também trabalhei no planejamento de cursos de formação e elaborei um formulário tomando como base a *Matriz Curricular Nacional para a Educação em Serviços Penitenciários* (Bravo & Azevedo, 2006) visando a realização de pesquisa quantitativa para subsidiar o planejamento de cursos de educação continuada para os anos 2012, 2013 e 2014. O instrumento de coleta de pesquisa foi considerado inovador por Representante do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/Ministério da Justiça) e solicitado a ser tomado como uma das referências para o planejamento dos cursos em EAD – ensino à distância, pelo referido Ministério. Também trabalhei no levantamento do perfil dos alunos em formação, orientação psicológica e encaminhamentos à saúde de alunos-servidores, bem como, supervisão de estágio em psicologia institucional. Neste período, também coordenei o XXX Curso de Formação de Agentes Penitenciários – 3ª edição, adequando as disciplinas com base na Matriz Curricular Nacional e mesclando o corpo docente a exemplo da inclusão de professoras mulheres na disciplina de algemação e revista, bem como, contribui na elaboração de um Programa de capacitação das servidoras da SUSEPE para atenção integral às mulheres em privação de liberdade, juntamente com a Delegacia Penitenciária da Mulher, aprovado e financiado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR/MJ). Também fui incumbida da elaboração e coordenação do Projeto de Implantação da Justiça Restaurativa no Sistema Penitenciário do RS, integrando a formação e a prática, a pedido do Gabinete da Superintendência como projeto para promulgar um novo paradigma institucional para todas as categorias profissionais em sua diferentes atribuições. Também trabalhei como diretora substituta da ESP, de abril a novembro de 2013 efetuando a mudança Escola de Serviços Penitenciários para o espaço da Academia Civil Integrada da Segurança Pública (ACISP), reestruturação dos setores, redistribuição das atividades, introdução de atividades de grupos de estudo e planejamento de cursos de capacitação continuada para APs, APAs e TSPs.

Foi neste período, ano de 2012, pelo interesse em estudar, pela percepção em relação aos atores desse contexto institucional se debaterem em situações de



conflito em suas rotinas, pela necessidade de entendimento da demanda institucional, pelo interesse na pesquisa de acordo com uma temática que pudesse colaborar com o desenvolvimento de servidores e presos, articuladamente e servisse para uma cultura mais humana no sistema prisional e pelo apoio da minha Chefia, decidi participar da seleção do Doutorado. A aprovação em Universidade Brasileira, cujo ingresso dependia de dedicação exclusiva, devendo assim reduzir minha carga horária profissional e meus rendimentos financeiros foi determinante pela opção em estudar fora de meu próprio País, através de curso presencial intensivo. Dessa forma, busquei o doutorado tendo o sistema penitenciário como tema de pesquisa e adaptei meus estudos as minhas atribuições profissionais, com muita dificuldade, visto que a instituição ainda carece de legislação que ampare seus profissionais para tal desafio. O que significa que a qualificação profissional de seus servidores ainda não é valorizado seriamente como investimento a ser realizado pela Administração na Área Penitenciária.

Ainda nesta fase de doutoramento, resolvi voltar a desempenhar as atividades técnicas no atendimento a apenados de regimes aberto e semiaberto no Instituto Penal Irmão Miguel Dario (2013-2014), se destacando as entrevistas de acolhimento individual, os grupos de acolhimento por parte da equipe de trabalho, os pronto-atendimentos, as entrevistas de seleção para liga de trabalho, o acompanhamento a presos-trabalhadores e a mediação junto as empresas, o acompanhamento psicológico individual e o atendimento a familiares, os grupos de preparação para a liberdade, a criação de parcerias e a coordenação de encontros através de palestras e cine-debates nas áreas de saúde-educação-trabalho. E após, fui convidada a coordenar o setor de educação prisional junto a Equipe do Departamento de Tratamento Penal (2015-2016), atuando na gestão, diagnóstico, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas da educação voltada a população prisional no Estado do RS, através de atividades de educação formal, educação complementar e qualificação profissional.

Atualmente, faço parte da equipe técnica do Patronato Lima Drummond, o primeiro estabelecimento prisional de regime semiaberto e aberto do Rio Grande do Sul, criado pela visionária Assistente Social, Sr.<sup>a</sup> Maria Tavares. É uma espaço no qual temos a possibilidade de selecionar pessoas que apresentam perfil condizente com a estrutura de trabalho que o local apresenta, através de entrevista



multidisciplinar da direção, segurança, psicologia, serviço social e responsável por atividade laboral. A fim de que a pessoa presa, independente de seu histórico carcerário, possa ser direcionada a um cumprimento de pena livre de facções, com regras claras, oferta de oportunidades nas áreas de trabalho, educação e saúde, acompanhamento e fiscalização sistemáticos, por parte da área técnica e da segurança. Um local em que é possível perceber casos de superação, em que a pessoa conseguiu se desvincilhar das amarras da criminalidade e se reintegrou a vida social com dignidade. Além das atividades de entrevista de triagem, acompanhamento psicológico individual e grupal, entrevista com familiares, grupo de preparação para o trabalho, entrevista de seleção para o trabalho, supervisão de estágio em psicologia, oficina de criatividade, hora do livro, cine-debates, entre outros. Foi uma oportunidade de muito amadurecimento e gratificação profissional, no qual se pode identificar que o efeito do trabalho depende da coesão, respeito, articulação, comprometimento e integração da equipe.

Todo caminho percorrido na minha história profissional e a escolha pelo tema da presente tese demonstra a necessidade de estudo integrador e articulador, contemplando servidores e apenados. Podendo servir de valia para qualquer esfera deste contexto institucional, dando ênfase aos aspectos relacionados aos conflitos gerados pela convivência, a massificação da prisão sobre o eu e as estratégias de enfrentamento para uma maior qualidade de vida.



## 1 INTRODUÇÃO

*“Não é o crítico que importa; nem aquele que aponta onde foi que o homem tropeçou ou como o autor das façanhas poderia ter feito melhor. O crédito pertence ao homem que está por inteiro na arena da vida, cujo rosto está manchado de poeira, suor e sangue; que luta bravamente; (...) que, na melhor das hipóteses, conhece no final o triunfo da grande conquista e que, na pior, se fracassar, ao menos fracassa ousando grandemente” (O Homem da Arena - Theodore Roosevelt em Brown, 2016:15).*

O sistema prisional trabalha no controle social, como órgão integrante da Secretaria de Administração Penitenciária e intervêm diretamente na execução das penas privativas de liberdade e medidas de segurança.

Segundo dados históricos, Tavares nos conta (1950), que o enfrentamento de dificuldades de um estabelecimento com população acima da capacidade já era evidente desde o surgimento da Casa de Correção em 1897, desativada em 1962. Estando os funcionários em clara exposição de contrair enfermidades, como o mal de Koch, bem como as ameaças recebidas e as dificuldades de relacionamento com os presos já eram consideradas. Cogitando-se desde aí, a necessidade de se criar uma Escola de Guardas, a fim de especializar os profissionais nesta função árdua e de risco.

Oportuno mencionar que, em 28 de dezembro de 1968 foi homologada a Lei n.º 5.745 que constituiu a Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE. Responsável por planejar e executar a política penitenciária do Estado, a SUSEPE surgiu da desvinculação administrativa das prisões da Polícia Civil, após o movimento nacionalista de criminalistas, penitenciaristas e defensores da humanização na execução das penas privativas de liberdade, que almejavam a reintegração de pessoas presas.

Conforme nos coloca Lopes (2000 em Nery, 2012) com a criação da SUSEPE e da Escola do Serviço Penitenciário, destacando a entrada de agentes penitenciários, se tinha como expectativa que estes agissem como *espécie de*



*educadores* e promovessem algum tipo de mudança nos sentenciados no sentido da *reabilitação social*. No entanto, ainda que a imagem de agentes reabilitadores venha sendo cultivada ao longo da história, de fato a ação reabilitadora não tem sido desenvolvida. Nesta mesma perspectiva, Rocha (2003 em Nery, 2012) refere que os agentes penitenciários são cobrados como agentes ressocializadores, tratados e julgados como carcereiros, perdendo o fator motivacional e se restringindo a um abrir e fechar cadeados.

A Lei complementar nº 13.259 de 20 de outubro de 2009 dispõe sobre a composição dos cargos através do Quadro Especial de Servidores Penitenciários vigente e integra as categorias funcionais de Agente Penitenciário Administrativo, Agente Penitenciário, Técnico Superior e Quadro de Cargos em Extinção. A função de gestor compete aos servidores pertencentes ao quadro especial.

A SUSEPE tem em sua estrutura o Gabinete da Superintendência, Superintendência Adjunta, Corregedoria Geral do Sistema Penitenciário, Divisão de Controle Interno, Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação Social, Departamento de Planejamento, Departamento de Engenharia Prisional, Departamento Administrativo, Departamento de Segurança e Execução Penal, Departamento de Tratamento Penal e Escola do Serviço Penitenciário (Anexo 3).

O Estado se encontra dividido em 10 regiões penitenciárias. Cada região penitenciária conta com uma delegacia penitenciária regional ao qual exerce mediação e representa o órgão central da SUSEPE (Anexo 4).

A SUSEPE possui 149 unidades prisionais, sendo 113 estabelecimentos e 36 anexos distribuídos em 10 regiões penitenciárias (Anexo 5). Por esclarecimento, os tipos de unidade prisionais se encontram destacadas no Anexo 6.

Segundo dados do Departamento de Planejamento e Departamento de Segurança e Execução Penal atualizados em 21/10/2020, a Superintendência dos Serviços Penitenciários possui 40.459 pessoas privadas de liberdade, sendo 38.358 homens e 2.101 mulheres (Anexo 7).

Em relação ao Quadro Funcional, segundo dados atualizados em 16/01/2018 pela Divisão de Recursos Humanos, a Superintendência conta com 4.860 servidores



penitenciários, sendo 3.975 agentes penitenciários, 384 agentes penitenciários administrativos e 501 técnicos superiores penitenciários (Anexo 8).

Para a formulação da presente tese se levou em consideração as demandas empiricamente observadas, bem como, o levantamento de achados científicos nacional e internacional. Optando-se por delimitar o público em pessoas privadas de liberdade, agentes penitenciários e gestores penitenciários, e principalmente, pensando neste público interacionalmente.

As pessoas privadas de liberdade por serem o público alvo do trabalho da SUSEPE. Os agentes penitenciários por serem os primeiros trabalhadores a adentrarem nas prisões, por sua atribuição profissional exigir contato direto com pessoas presas, por pesquisas comparativas entre cargos demonstrarem que estes profissionais estão mais expostos a despersonalização e esgotamento emocional, sendo a interação agente-presos a principal situação de estresse devido a conflito de papéis na aplicação de regras. Os gestores penitenciários também merecem ser alvo deste estudo, segundo Garcia e Remuzgo (2008) e Schaufeli e Peeters (2000), uma vez o funcionamento institucional se caracterizar por alta demanda e baixo apoio, se faz necessário a investigação da gestão em prol do entendimento e qualificação na dinâmica institucional.

Pensando a prisão como local de cuidado e vigilância de pessoas que incursionaram em práticas delitivas das mais diversas ordens. Não se pode imaginar que a segregação por si mesma seja responsável pela mudança de comportamento de presos. Visto terem sido prejudicados quanto a internalização de limites no seu processo de desenvolvimento, estas pessoas permanecem utilizando a violência como parte de um funcionamento de comportamento que pode eclodir em rebeliões, motins e rixas entre facções no espaço intra-muros. Cabe ressaltar que, todos os atores institucionais (presos e servidores) envolvidos neste processo podem ser mobilizadores ou controladores deste tipo de violência (Rosa, 2012).

O profissional que atua no sistema prisional trabalha em prol do planejamento, implantação e controle de políticas públicas específicas à sua instituição, principalmente nas áreas de saúde, educação e trabalho. Como forma de dar conta e permitir o acesso da população prisional, uma vez podendo ter sido inexistente em momento antecedente a vida extra-muros. Além de trabalhar na



qualidade do cumprimento de pena, no controle e estabelecimento de limites perante o convívio com demais presos, servidores e visitantes, preparação para a integração social e prevenção da reincidência criminal. Sendo oportuno mencionar também, que cabe a este profissional colaborar para o fortalecimento de uma psicologia penitenciária através do avanço teórico e investigativo das pessoas neste ambiente em questão.

O interesse por esta temática surgiu da necessidade de valorizar e delimitar o tempo de uma pessoa em situação de aprisionamento, como sendo um episódio de vida, se for bem superado. Assim sendo, é oportuno compreender como se configura as habilidades sociais de pessoas privadas de liberdade na perspectiva de seus efeitos para com a sua reintegração social.

Para isso, verificou-se o quanto é necessário integrar e perceber a escassez de estudos quanto a contribuição de servidores penitenciários na convivência institucional. Isto é, pautar que existe uma influência significativa na habilidade social de servidores penitenciários para com as competências sociais de pessoas privadas de liberdade na ambiência co-partícipes.

A socialização ocorre durante toda a vida, na relação que estabelecemos com os outros, como seres sociais que somos (Bronfenbrenner, 1996). A qualidade da socialização depende da qualidade dos contatos que adquire, se protetivo ou de risco. A prisão, portanto, também é um espaço para aprender e praticar a socialização. A convivência intra-muros se sucede com base nas relações entre seus membros determinadas pelas competências sociais que dispõem. As relações retroalimentam não só os comportamentos, bem como, as emoções e pensamentos, contribuindo para o ambiente institucional. A instituição contribui para a determinação de valores sociais que mediam a influencia sobre os indivíduos, inibindo ou facilitando a realização de condutas que freêm seu processo de adaptação social. Uma pessoa que pertence a um tipo de facção está se socializando, uma vez que se encontra em contato com outros e aprendendo formas de sobrevivência e superação para lidar com o contexto, porém provocando e se colocando em risco social.

A convivência institucional pode contribuir na formação de valores. No entanto, a sua regulação não garante aprendizagem de seus partícipes. Estes



objetivos podem se ver truncados quando os valores intencionalmente promovidos não coincide com os expressados pela conduta de servidores penitenciários, ao qual atua e educa informalmente desde a sua concepção de mundo e seu próprio sistema de valores. A ideia de dupla mensagem ganha relevância, visto que a postura do servidor penitenciário é tomada como exemplo e a observação constitui aprendizagem de aquisição de comportamento social, atitudes e estratégias. Sendo um dos principais modelos a desenvolver competência social.

Uma vez considerando que tudo o que ocorre na vida social decorre da intervenção dos seres humanos e é aspecto de aprendizado para a socialização. A educação é a via necessária para a formação do sujeito-cidadão.

Assim posto, toda a história da pessoa presa precisa ser considerada e aos servidores penitenciários, portanto, é conferida a importante missão de contribuir em socializar a pessoa que praticou algum crime a viver sob condições que não coloque a sua vida e a sociedade mais em risco. A ideia baseia-se no propósito de qualificar tal socialização, pressupõe portanto educar informalmente mediante as vivências e as rotinas que exigem respeito e disciplina no cotidiano, contribuindo com um senso de saber viver em coletivo.

Entendendo a importância do papel da socialização e que todo ser humano passa por crises vitais em seu desenvolvimento, ao olhar a pessoa em cumprimento de pena identificamos ser afetada por uma crise não normativa, ou seja, uma crise acidental, inesperada ou imprevisível, que lhe confere toda uma transição em seu ambiente ecológico (Mikulic, I.; Muinões, R.; Crespi, M.; Fernández, G.; Monges, M.; Lorenzuti, V. & Ojeda, G. (2005). O termo crise se define por um processo que ocorre em determinado período e é visto negativamente como catástrofe, perturbação ou positivamente, como período de evolução maturativa. Representa o ponto de transição ao qual a pessoa requer com que sejam mobilizados novos recursos para superar a etapa. Pode-se de dizer que o estresse advindo da crise pode beneficiar a pessoa para que ela desenvolva novas habilidades para lidar com a realidade ao ponto de apreciar a vida de uma nova maneira e amadurecer psicologicamente. O fator imprevisibilidade relativo a privação de liberdade é algo rechaçado pela própria pessoa e pela Sociedade, o que confere um prejuízo maior no sentido da adaptação a esta mudança. O que propõe a nos reportar em como ficam os profissionais que ali





se encontram interagindo diretamente, tendo que colaborar na promoção desta mudança e enfrentar um episódio que pode ser eventual ao preso, mas é rotina ao trabalhador, de conflitos internos e manifestos.

### **1.1 Definição do problema**

Em decorrência do trabalho como psicóloga institucional, percebe-se a problemática das prisões tendo a punição e a exclusão como paradigmas predominantes, sob o falso pretexto humanitário. Verifica-se argumentos acirrados no campo profissional, social e científico acerca do deflagrado fracasso das prisões quanto a conter a criminalidade e a exercer o papel de reabilitar pessoas privadas de liberdade a retornarem ao convívio social. Isto recai num paradoxo que repercute em dilemas práticos bastante visíveis na interação diária entre servidores e presos, podendo gerar novos conflitos.

O problema incide especialmente na identidade e exercício do trabalho de agentes penitenciários, ora considerados repressores, ora considerados ressocializadores, tendo em vista a atuação na efetivação do controle sobre aqueles que apresentaram conduta com dificuldade de aceitar limites. Por sua vez, o cumprimento da pena é uma experiência bastante problemática, tanto em relação aos fatores subjacentes que ocasionaram o episódio criminal, quanto a vivência propriamente dita do aprisionamento. A punição através do rompimento com o laço social por meio do aprisionamento como método de conter a violência, não contribui para um entendimento real do conflito e aprendizado de conduta mais habilidosa para viver socialmente. Assim, a dificuldade de assimilação da pena torna a convivência intramuros muito tensa e passível de ser extravasada nos contatos mais próximos, entre presos e agentes penitenciários.

A prisão remonta a uma tônica de conflito nas interações sociais que necessita ser superada, a fim de que este episódio de vida não estagne a pessoa na vivência prisional, que a prisão se torne um ambiente de aprendizado e



humanização a todos que ali convivem, cumprindo com a qualidade do cuidar e de gerar novos percursos de vida, isto suscita o interesse quanto a investigar: ***Quais as habilidades sociais e as estratégias de enfrentamento utilizadas por servidores penitenciários e presos na convivência institucional?***

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

- Conhecer as habilidades sociais e as estratégias de enfrentamento utilizadas por servidores penitenciários e presos na convivência institucional.

### **1.2.2 Objetivo específico**

- Identificar as habilidades sociais mais utilizadas por gestores penitenciários, agentes penitenciários e presos.

- Identificar as estratégias de enfrentamento mais utilizadas por gestores penitenciários, agentes penitenciários e presos.

- Analisar os resultados das habilidades sociais e das estratégias de enfrentamento utilizadas por gestores penitenciários, agentes penitenciários e presos.



### **1.3 Justificativa**

Este estudo visa colaborar na construção de estratégias para o estabelecimento de relações mais humanas e solidárias no ambiente prisional e a redução da violência social. Sua relevância se caracteriza em três níveis, em primeiro lugar, no desenvolvimento de convivência mais saudável entre presos, entre agentes penitenciários e na interação de presos e agentes penitenciários. Em segundo lugar, no desenvolvimento de convivência mais saudável cujo contato é menos direto em decorrência da pena (diretores, agentes penitenciários administrativos, técnicos superiores penitenciários, professores, juízes, promotores, defensores públicos, advogados, familiares e amigos), e em terceiro lugar, numa integração melhor sucedida à Sociedade.

Considerando que necessidades não reconhecidas e não controladas repercutem em ressentimento, vingança e conduta violenta, este estudo, portanto, possui implicações práticas no que tange a ressignificação do papel de trabalhadores que atuam nas prisões, o reconhecimento do valor das relações sociais e da abordagem de negociações de conflitos para a melhoria da convivência social. Além disso, pressupõe a integração social e a potencialização de vidas que podem atravessar gerações.

Esta pesquisa também possui valor teórico e metodológico, uma vez que poderá fortalecer a psicologia social, ambiental e comunitária, a psicologia institucional, a psicologia educacional, os estudos da personalidade e os estudos em saúde do trabalhador, além de suscitar a criação de novos métodos em saúde mental voltados para a análise das habilidades sociais e das estratégias de enfrentamento de servidores penitenciários e presos decorrentes da convivência no ambiente carcerário, uma vez que este público carece da especificidade e de aprofundamento de estudos. Portanto, almeja-se que seu conteúdo possa colaborar na formação, educação continuada e gestão institucional.



## 2 ESTADO DE ARTE

### 2.1 Habilidades sociais

O presente capítulo foi construído através da pesquisa de 422 artigos através do descritor ***habilidades sociais***, publicados entre 1996 e 2016, nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa, utilizando como base de dados científicos o SCIELO – Scientific Electronic Library Online. Dentro do tema ***habilidades sociales***, também foram encontrados 37.178 artigos na base de dados do REDALYC – Sistema de Información Científica Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. Dentre este número geral foram pesquisados 2400 artigos, publicados entre os anos 2009 e 2017 em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

Em tal busca foram encontrados 2 artigos com tema semelhante ao proposto, no entanto, em campo diverso ao sistema penitenciário e foram encontrados 10 artigos relacionados ao tema das habilidades sociais, readaptação e reintegração social dentro do contexto prisional.

#### ***2.1.1 Achados científicos com tema relacionado e campo diverso ao sistema prisional***

Pinto e Barham elaboraram em 2014 para a Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia o artigo ***Habilidades sociais e estratégias de enfrentamento de estresse: relação com indicadores de bem-estar psicológico em cuidadores de idosos de alta dependência***, cujo objetivo foi investigar as habilidades sociais e as estratégias de enfrentamento de estresse em cuidadores de idosos e verificar se elas se correlacionam com medidas de percepção de bem-estar psicológico. Se



caracteriza como estudo descritivo de correlação com a participação de 20 cuidadoras da cidade de São Carlos, São Paulo/Brasil, que responderam ao Inventário de Habilidades Sociais, a Escala de Estratégias de Enfrentamento de Estresse, a Escala de Sobrecarga e a Escala da Qualidade da Relação Diádica. Identificou-se que cuidadoras que usam determinadas habilidades sociais e estratégias de enfrentamento de estresse com maior frequência se percebiam com menos conflito e menos nível de sobrecarga em relação as pessoas sob seus cuidados.

Mariano e Bolsoni-Silva publicaram na Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia em 2016 o artigo ***Comparações entre práticas educativas de professores, habilidades sociais e problemas de comportamento de alunos*** objetivando comparar práticas educativas de professores e comportamentos infantis de crianças com diagnóstico de problemas de comportamento (grupos clínicos e não clínicos). A amostra foi composta por 283 crianças e 283 professores da rede pública de ensino, de uma cidade do centro-oeste de São Paulo/ Brasil. Foram utilizados três instrumentos: Teacher's Report Form (TRF), Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas para professores – RE-HSE-Pr e Questionário de Respostas Socialmente Habilidosas (versão para professores) – QRSH-Pr (Bolsoni-Silva, Marturano & Loureiro, 2009). Os resultados indicam que professores tendem a ser menos habilidosos com meninos e crianças clínicas para problemas de comportamento. Meninas e crianças não clínicas para problemas de comportamento apresentam maiores médias para habilidades sociais e menores escores de problemas comportamentais.

### ***2.1.2 Achados científicos com tema relacionado ao sistema prisional***

Marafiga, Coelho e Teodoro escreveram para a Revista Mental em 2009 a ***Alta progressiva como meio de reinserção social do paciente manicômio judiciário*** tendo como objetivo apresentar o histórico e os principais conceitos norteadores da alta progressiva, bem como, apontar características, procedimentos



e etapas desta prática. O trabalho foi desenvolvido em Porto Alegre, Brasil. Dentro do contexto da Reforma Psiquiátrica e partir do enfoque da psicologia forense. A alta progressiva é uma medida criada como alternativa para propiciar condições para a consolidação de uma reabilitação psicossocial efetiva, através da prática de desinternação gradual. O regime de alta progressiva é configurado por se tratar de uma concessão que a autoridade judiciária designa aos internos do manicômio judiciário, que estão cumprindo medida de segurança. No regime da alta progressiva ocorrem saídas da instituição por breves períodos e podem variar em fins de semana com a família, passeios ou visitas programadas e saídas diárias, semanais ou até mesmo por períodos mais longos do instituto. Os autores enfatizam através de sua experiência que a desinternação gradual é uma ferramenta terapêutica para o tratamento e avaliação dos pacientes, além de servir de controle da reincidência delitiva e de modelo para os hospitais de custódia.

Crespi e Mikulic publicaram em 2014 o artigo ***Reinserción social de liberados condicionales: análisis de la dimensión relacional desde el enfoque de redes de apoyo social*** no Anuario de Investigaciones da Universidade de Buenos Aires. Tal estudo de tipo exploratório-descritivo contou com a participação de 85 pessoas em situação de liberdade condicional, a fim de compreender o processo de reinserção social de liberados, incorporando a dimensão relacional para avaliar os aspectos estruturais, funcionais e contextuais das redes de apoio social desta população. Foi utilizado o Cuestionario de Apoyo Social Comunitário construído especialmente para esta pesquisa e entrevistas semidirigidas analisadas mediante estratégia de análise qualitativa. Os resultados indicam rede vulnerável de tamanho pequeno, elevada densidade, poucas conexões com outras redes heterogêneas, pobres funções de apoio especialmente no plano social e comunitário, assim como, a existência de diversas fraturas ou desgastes relacionais que aportam para a situação de vulnerabilidade identificada.

Arce e Fariña desenvolveram em 2010 o artigo ***Diseño e Implementación del Programa Galicia de Reeducación de Maltratadores: una respuesta psicosocial a una necesidad social y penitenciaria*** para a Revista Psychosocial Intervention com base na aprovação e vigência na Espanha, da Lei Orgânica 1/2004 de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Gênero, de 29 de junho de 2005, ao qual contempla a substituição da pena por programas de reeducação e tratamento psicológico. Assim, através de uma revisão da literatura sobre os



modelos teóricos da violência e a eficácia das intervenções com apenados por violência de gênero, se verificou que intervenções ajustadas as necessidades e características específicas de cada apenado eram mais efetivas. A construção do Programa Galícia de Reeducação de Maltratadores de Gênero contempla intervenção multimodal (cognitiva e comportamental) e multinível (individual, grupal, rede social, laboral, etc). Se encontram resultados satisfatórios desde a implementação em 2005, destacando para a assunção de obrigações e normas de comportamento para o cumprimento do programa, na qual os maltratadores por terem um comportamento penalizado no código penal não podem ser considerados enfermos, uma vez que isto suporia que a responsabilidade é exógena entorpecendo o tratamento e facilitando a recaída. Para isso, são trabalhados conteúdos de competência social, controle de ciúmes e aquisição de comportamentos alternativos a agressão.

Arce, Fariña e Vásquez em 2011 publicaram na Revista Latinoamericana de Psicología o artigo intitulado ***Grado de competencia social y comportamientos antisociales, delictivos y no delictivos en adolescentes*** cujo objetivo foi conhecer se a população antisocial, delitiva e normativa diferem quanto as variáveis fundamentais que compõem a competência psicossocial e se esta relação segue um efeito de escalada, ou seja, se o grau de conduta desviada está ligado ao grau de incompetência social. Bem como, verificar a sintomatología clínica associada a comportamentos antisociais e delitivos uma vez que estas se relacionam com recaídas. Para isto foi realizado uma pesquisa à luz da teoria cognitivo-comportamental com uma amostra de 450 adolescentes, sendo 150 em cumprimento de pena, 150 com comportamento antisociais não delitivos e 150 pertencentes a população escolarizada em Santiago de Compostela, Espanha. Os instrumentos utilizados foram o Cuestionario de autoconcepto forma – AFA, Cuestionario de la inteligencia emocional – TMMS, Escala del locus del control de Rotter, Bateria de socialización – BAS-3, Test autoevaluativo multifactorial de adaptación infantil – TAMAI, Escala de afrontamiento para adolescentes – ACS e Escala para exame do estado clínico – SCL-90-R. Os autores evidenciaram que menores com comportamentos delitivos ou antisociais apresentam evidentes sinais de incompetência social em elementos fundamentais da expressão social e autocontrole, sociabilidade, empatia cognitiva e afetiva, destreza para a resolução de



problemas, destreza para a orientação de problemas, destreza de ajuste e destreza acadêmico-social. Também identificaram relação entre incompetência social e comportamentos antisociais e delitivos, assim como um efeito de escalada de modo que a maior incompetência social estar relacionada com maior nível de gravidade de comportamento desviado. Indicam ainda, a necessidade de intervenção multimodal dirigida a cognições e comportamentos e intervenção multinível, ou seja, a intervenção individual é imprescindível, todavia, há que se complementar com intervenções em níveis familiar, acadêmico/laboral e sóciocomunitário.

Rodríguez, Cabrera, Tena e Heredia desenvolveram uma pesquisa chamada ***Análisis experimental de interacciones sociales intrapenitenciarias: el caso del intercambio, la sanción y el poder***, em 2012, na Revista Mexicana de Análisis de Conducta. Se trata de um estudo experimental que analisou as interações intrapenitenciárias, fundamentado por uma proposta intercondutual da análise teórica das dimensões funcionais do comportamento social (DFCS), na qual estabelece 3 dimensões: 1) intercâmbio, 2) sanção, e 3) poder. Se identificou os estilos de interação social de grupos penitenciários a partir da frequência da ocorrência das condutas das DFCS, utilizando a psicologia forense como marco teórico. A obtenção dos dados ocorreu através da observação direta do comportamento e do registro sistematizado da conduta dentro das fases experimentais correspondentes a cada dimensão funcional. Participaram oito internos penitenciários, classificados internamente através de três categorias de funcionalidade institucional de classificação interna: 1) alta, 2) média, e c) baixa. Os resultados apontaram para 3 estilos de interação social: *intercambiante* nos participantes de média funcionalidade, *intercambiante-empoderado* nos participantes de alta funcionalidade e *intercambiante-sancionador* nos de baixa funcionalidade.

Guimarães e De Luna elaboraram em 2013 o artigo ***Projetos de reintegração social do presidiário: uma leitura comportamental*** para a Revista Temas em Psicologia, que se trata de revisão de resultados de pesquisa sobre a reintegração social de apenados, tendo como referencia a teoria comportamental. Para a coleta de dados se considerou relatos apresentados no Manual de projetos de Reintegração Social da Secretaria de Administração Penitenciária do Governo de São Paulo, Brasil. No tocante a proposta comportamental e os projetos analisados, cinco categorias foram criadas de modo a sugerir aos proponentes um projeto com





perspectivas de maior efetividade. A análise também ponderou lacunas e imprecisões contidas nos projetos que repercutiram na dificuldade de implementação.

Rosa publicou em 2015 o artigo ***La persona presa y (en) su trama social: un análisis pertinente***, na Revista *Subjetividad y procesos cognitivos*. O objetivo do estudo foi analisar a percepção de presos sobre sua rede de apoio sócio-afetivo no processo de preparação para a liberdade, através do mapeamento de microsistemas, análise do funcionamento da rede e identificação de expectativas. Se trata de um estudo qualitativo com a utilização de multimétodos: grupo focal, observação, entrevistas e análise documental. O referencial teórico foi a psicologia sistêmica – bioecologia do desenvolvimento humano, a psicologia social e a filosofia moderna. Os resultados mostraram que a percepção que a pessoa presa tem sobre si mesmo em interação com seu ambiente ecológico interfere diretamente em sua vulnerabilidade social. A rede foi identificada como pequena e com poucas conexões entre os microsistemas. A família foi considerada fator de risco e proteção em ambiente intra e extra muros. A falta de trabalho foi considerado fator de risco. E a comunidade foi percebida como fator protetor.

Alvarado e Fernández elaboraram em 2015 o artigo ***Significados de la reinserción social en funcionarios de un centro de cumplimiento penitenciario***, na Revista *Psicoperspectivas*, cujo objetivo foi conhecer o significado da reinserção social e as suas implicações nas práticas, por parte dos funcionários de um Centro de Cumprimento Penitenciário do Chile. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a 15 membros da equipe funcional: uniformados/agentes penitenciários, profissionais/ técnicos superiores penitenciários, capellanes/ parceiros de instituições religiosas e professores. Os resultados foram analisados mediante análise de conteúdo e temático, organizados em torno de 4 categorias: político-institucional, subjetivo-formativo, interacional-intrapenitenciário e significado acerca do interno. A primeira concebe a reinserção social como uma meta institucional que está ligada ao mandato valórico-social. A segunda refere-se a formação e experiência profissional. A terceira se vê regulada pela dinâmica intrapenitenciária. A última se centra no interno, abarcando a dimensão individual, familiar e comunitária. Identificou-se que a forma de entender o conceito contribui na determinação de práticas sociais que geram no interior do recinto penal formas derivadas de uma visão punitivista.



Bustamante, Álvarez, Herrera e Pérez-Luco publicaram em 2016 o artigo ***Apoio social percebido y su influencia en el desistimiento delictivo: evaluación del rol institucional***, na Revista Psicoperspectivas. O objetivo deste estudo foi avaliar a relação existente entre o tipo de apoio social institucional percebido e sua influência no processo de desistência de padrões delitivos persistentes, que cumprem pena num Complexo Penitenciário do Sul do Chile. Se trata de uma pesquisa qualitativa-descritiva com casos múltiplos, com entrevistas individuais a 34 participantes. Os entrevistados manifestaram valoração positiva das instituições, identificando como um espaço de benefício em potência, por intermédio de facilitadores. No entanto, a instituição não parece influenciar a desistência, uma vez que os sujeitos se autoresponsabilizam pela sua opção delitiva, restando impacto para as instituições sobre suas trajetórias delitivas.

Uceda-Maza e Alonso publicaram em 2017 na Revista Psychosocial Intervention uma pesquisa intitulada ***Vinculación entre la vulnerabilidad y la exclusión social y las trayectorias delictivas: un estudio de asociación***, tendo por objetivo identificar a relação existente entre as trajetórias delitivas, os fatores de vulnerabilidade e a exclusão social em adolescentes em conflito com a lei. Foram analisados 281 prontuários de adolescentes em conflito com a lei na cidade de Valência, Espanha. Sendo identificadas e classificadas 3 tipos de trajetórias delitivas: inicial, moderada e consolidada. Se observam evidências empíricas entre indicadores de vulnerabilidade e exclusão social. As trajetórias delitivas, os fatores de vulnerabilidade e a exclusão social se encontram plenamente entrelaçados, conectados e superpostos. Os autores também identificaram que a acumulação de fatores de vulnerabilidade e exclusão social em adolescentes em conflito com a lei funciona de forma que a maior acumulação e intensidade incide em maior vulnerabilidade para desenvolver uma trajetória delitiva consolidada. A demonstração desta vinculação é fundamental para propôr intervenções psicossociais preventivas, antes mesmo do desencadeamento de condutas delitivas, e posteriormente, para evitar o desenvolvimento de uma trajetória delitiva consolidada.



## 2.2 Estratégias de enfrentamento

Em relação ao tema **estratégias de enfrentamento**, foram pesquisados 690 artigos, publicados entre 1997 e 2017, nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa, utilizando como base de dados científicos o SCIELO – Scientific Electronic Library Online. A busca pelo tema habilidades sociales na base de dados do REDALYC – Sistema de Información Científica Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal, contemplou 21.748 achados científicos. A partir deste número geral foram pesquisados 2004 artigos, publicados entre os anos 2005 e 2017 em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

Tal pesquisa resultou no encontro de 8 artigos com tema semelhante ao tema proposto, no entanto, em campo diverso ao sistema penitenciário e foram encontrados 9 artigos relacionado ao tema das estratégias de enfrentamento dentro do contexto prisional.

### ***2.2.1 Achados científicos com tema relacionado e campo diverso ao sistema prisional***

Jenaro-Río, Flores-Robaína e Gonzáles-Gil publicaram em 2007 o artigo ***Síndrome de burnout y afrontamiento en trabajadores de acogimiento residencial de menores***, na International Journal of Clinical and Health Psychology. Trata-se de um estudo ex post-facto / causal-comparativo para avaliar a presença da síndrome de burnout e as estratégias de enfrentamento empregadas por 64 profissionais de acolhimento residencial de menores que trabalham em diversas cidades espanholas. Os instrumentos utilizados foram o Inventário de Burnout de Maslach (MBI) e o Questionário de Enfrentamento (COPE). Os resultados confirmam a existência de uma elevada taxa da síndrome na amostra estudada. As análises correlacionais indicam a existência de associações significativas entre o emprego de estratégias de enfrentamento e uma elevada



realização pessoal. As análises de variância indicam a existência de diferenças significativas em função das variáveis sócio-demográficas de gênero assim como do funcionamento organizacional (variância de turnos, satisfação com remuneração, entre outras). Também obtiveram correlações positivas entre variáveis como a idade, a antiguidade no posto e as dimensões do burnout. Os resultados justificam a necessidade de intervir com estes profissionais, qualificando as estratégias que precisam advir para fazer frente as demandas, melhorar a própria organização e torná-la mais saudável.

Molina e Chinchilla desenvolveram em 2011 um estudo intitulado ***Estrategias de afrontamiento: un programa de entrenamiento para paramédicos de la Cruz Roja***, publicado na Revista Costarricense de Psicología. Trata-se de uma pesquisa sobre o diagnóstico das estratégias de enfrentamento utilizadas por 11 técnicos de emergências médicas da Cruz Vermelha, da Costa Rica. Foi realizada uma análise integrativa por meio da triangulação de dados obtidos em entrevistas e observações realizadas durante e posterior as emergências tomando como categorias de estudo as situações de emergência e as estratégias de enfrentamento. Os instrumentos utilizados foram questionário de entrevista semiestruturada, escala de estratégias de coping-modificada (ECEC-M), guia de observação participativa. Após, os dados foram codificados e categorizados mediante o programa de análise qualitativa Atlas.ti 5.0. Com base no enfoque da teoria da crise, os achados de diagnóstico mostraram afetadas todas as áreas condutuais, afetivas, somáticas, interpessoais, cognitivas e espiritual. Os aspectos desencadeantes do estresse remetem mais a fatores contextuais do que as situações de emergência. As estratégias de enfrentamento apesar de serem funcionais, não puderam ser consideradas as mais saudáveis. Com base nos resultados, foi elaborado e aplicado um programa de intervenção psicológica para a promoção de novas estratégias de enfrentamento e uma adequada elaboração de pensamentos, emoções e condutas. A pesquisa demonstrou a necessidade de potencializar a saúde dos participantes de maneira integral, através do autocuidado, habilidades sociais e manejo do estresse, bem como, a melhora da comunicação a nível institucional.

Morán e Silva publicaram no International Journal of Developmental and Educational Psychology, o artigo ***Personalidade resiliente ao burnout: estratégias de coping***, em 2012. O objetivo do estudo foi conhecer o perfil de personalidade



resiliente verificando as estratégias de coping utilizadas pelos professores na presença de estresse crônico no trabalho. A amostra foi composta por 94 professores portugueses do ensino pré-escolar ao ensino secundário. Os dados foram coletados através do Malasch Burnout Inventory (MBI) e o Breve COPE. A metodologia correlacional e o referencial teórico cognitivo-comportamental foram utilizados no presente estudo. Os resultados indicam que a manifestação de resistência ao desgaste, a reavaliação positiva e o planejamento aparece como forma de coping ativo. Por outro lado, também foi identificado negação e desinvestimento comportamental, o que corrobora para um alto grau de desgaste.

Carnicer e Calderón prepararam um estudo sobre a ***Empatía y estrategias de afrontamiento como predictores del bienestar em Estudiantes universitários españoles***, em 2014 para o Electronic Journal of Research Educational Psychology. Cujo objetivo foi analisar a relação entre a empatia, as estratégias de enfrentamento e o mal estar psicológico entre estudantes universitários. Foi realizado um estudo descritivo, transversal com 90 estudantes do curso de educação. Foram utilizados os seguintes instrumentos: Brief Symptom Inventory, Coping Responses Inventory – Adult e Empathy Affective and Cognitive Test. Os resultados indicam que os estudantes com alto risco de apresentar mal-estar psicológico obtiveram pontuações significativamente mais altas em estresse empático e estratégias de enfrentamento evitativas. O mal-estar psicológico demonstrou uma correlação positiva e significativa com a descarga emocional, a evitação cognitiva, a busca de recompensas alternativas e a aceitação/resignação e uma correlação negativa com a resolução de problemas.

Ramirez, Juárez, Baños, Luzardo, Chavez, Castilla e Amaya publicaram em 2016 um artigo intitulado ***Afectaciones psicológicas, estrategias de afrontamiento y niveles de resiliencia de adultos expuestos al conflicto armado en Colombia***, na Revista Colombiana de Psicología. O objetivo do estudo foi investigar as afetações psicológicas, as estratégias de enfrentamento e os níveis de resiliência de 677 adultos expostos ao conflito armado, selecionados aleatoriamente, em uma cidade da Colômbia. Como instrumentos utilizados foram: encuesta de características sóciodemográficas, evaluación de la percepción y necesidad de atención en salud mental y de las situaciones traumáticas relacionadas con el conflicto armado; Cuestionario de sintomas; Prueba de stress póstraumático; Escala



de estratégias de afrontamento modificada; e, Escala de resiliência de adultos. As principais afetações psicológicas encontradas foram o sentimento de que alguém pode lhe fazer dano, o consumo de álcool, alterações do estado de ânimo e sintomas de estresse pós-traumático. As estratégias de enfrentamento mais empregadas estão ligadas a religião e a esperar que as coisas se organizem por si através do tempo. O nível de resiliência pode ser considerado moderado. A percepção da saúde é baixa e a necessidade de atenção é alta.

García, Manquián e Rivas desenvolveram em 2016 um artigo que trata do ***Bienstar psicológico, estratégias de afrontamiento e apoyo social en cuidadores informales***, para a Revista Psicoperspectivas. Tal pesquisa teve como propósito avaliar a influências das estratégias de enfrentamento e apoio social sobre o bem-estar psicológico de cuidadores informais na Província de Concepción, Chile. A amostra foi composta por 194 participantes, sendo 131 mulheres e 63 homens, entre 18 e 78 anos. Como instrumentos foram utilizados um questionário sóciodemográfico, o Inventatio Brief COPE para avaliar as estratégias de enfrentamento, a Flourishing Scale de Diener para avaliar o bem-estar psicológico e a Escala multidimensional de apoio social percebido (MSPSS) para avaliar apoio social percebido. Os autores encontraram correlação significativa entre as estratégias de planejamento e aceitação e o apoio social percebido com o bem-estar psicológico. O apoio dos amigos restou o único preditor significativo de bem-estar psicológico. Entre as estratégias de enfrentamento, a aceitação foi o único preditor significativo. O apoio social resultou um mediador total entre a aceitação e o bem-estar psicológico. Estes resultados apontam para a importância do apoio social para promover o bem-estar em cuidadores.

Gomes e Afonso, em 2016, elaboraram um estudo qualitativo descritivo intitulado ***Estrés ocupacional y afrontamiento en oficiales de la policía militar portuguesa***, para a Avances en Psicología Latinoamericana, visando identificar a relação entre fatores de estresse, consequências no bem-estar e respostas de enfrentamento para lidar com pressões do trabalho através de uma amostra por conveniência de 95 policiais militares da Guarda Nacional Portuguesa. Se utilizou um questionário com uma pergunta fechada e 4 perguntas abertas. Os pesquisadores identificaram elevado nível de estresse (54%) tendo por fonte habitual fatores intrínsecos ao trabalho e relações de trabalho, e tendo por fatores de



estresse a relação com a gestão e o desencadeamento de insatisfação e aflição psicológica. A percepção de recursos de enfrentamento para lidar com problemas possibilita ajudar a enxergar estratégias de sobrevivência, assim, quem apresenta maior controle a lidar com a situação tende a utilizar de estratégias focadas no problema (54,8%).

Alves, Bendassoli e Gondim publicaram em 2017 o artigo ***Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares***, na Avances em Psicología Latinoamericana, visando abordar o papel preditor do trabalho emocional na incidência de burnout em policiais militares de um Estado do Nordeste Brasileiro. Participaram 525 militares, sendo 408 homens e 117 mulheres. Três escalas adaptadas para o português foram utilizadas no estudo: Emotional Labour Scale, Emotion Work Requirements Scale e subescala de exaustão emocional do Maslach Burnout Inventory. Análises de regressão múltipla foram realizadas para testar o poder preditivo das dimensões de trabalho emocional e de variáveis sócio-demográficas sobre o burnout. Os resultados indicam que todas as dimensões de trabalho emocional se mostraram preditores de burnout: variedade e intensidades das emoções, frequência de interação com suspeitos e criminosos, regulação profunda e regulação superficial e necessidade de expressar emoções positivas como parte do trabalho policial. As evidências do impacto do trabalho emocional e do cargo na incidência de burnout põem em destaque a importância da saúde e do desenvolvimento de competências sócio-emocionais de policiais militares.

### ***2.2.2 Achados científicos com tema relacionado ao sistema prisional***

Mikulic e Crespi, em 2004, desenvolveram um estudo intitulado ***Contexto Carcelario: un estudio de los estresores y las respuestas de afrontamiento en detenidos primarios y reincidentes***, para o Anuario de Investigaciones, utilizando-se da psicologia ambiental e do enfoque dos fatores de risco e de proteção. Trata-se de um estudo correlacional exploratório-descritivo com 35 detentos primários de Comisarías e 35 reincidentes de Unidades Penitenciárias de Buenos Aires para



avaliar respostas de enfrentamento implementadas pelos detentos em situações percebidas como estressantes. Dos instrumentos utilizados foram: encuesta eco-socio-demográfica para al contexto carcelário, inventario de respuestas de afrontamiento, inventario de estresores vitales y recursos sociales y entrevista estructurada para evaluar resiliencia en contexto carcelario. Os resultados demonstram predomínio de respostas de enfrentamento evitativas na aproximação do problema em todos os avaliados, sendo este tipo de resposta considerado fator de risco uma vez que os sujeitos se colocam como passivos para a mudança. As principais situações estressantes mencionadas foram a privação da liberdade, o distanciamento familiar e a ruptura com o cônjuge. Este estudo aponta para a necessidade de encontrar caminhos para desenvolver neste tipo de população respostas relacionadas a resolução de problemas e análise lógica que operam como fatores de proteção e resiliência.

Mikulic, Muiñoz, Crespi, Fernández, Monges, Lorenzut e Ojeda, em 2005, desenvolveram a pesquisa ***Transiciones ecológicas: estudio del afrontamiento de las crisis vitales migración, encarcelamiento y divorcio desde el enfoque de la psicología positiva***, para o Anuario de Investigaciones. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo com enfoque da psicologia positiva. A amostra intencional foi de 30 migrados, 30 divorciados, 30 presos e um grupo controle composto por 65 participantes. Foram utilizados: Inventário de Personalidade de California (Elaborado por Gough, 1957), Inventário de Estressores de Vida e Recursos Sociais (LISRES, elaborado por Moos & Moos, 1993), Inventário de Respostas de Enfrentamento (CRI, elaborado por Moos & Moos, 1992), Inventário de Qualidade de Vida (ICV) e Entrevista Estruturada para avaliar Fatores de Risco e Proteção (EERA, elaborado por Mikulic & Crespi, 2003). O grupo de presos foi o que mais se diferenciou do grupo controle, indicando estratégias focalizadas na emoção, evitação do pensamento sobre o problema de forma realista, aceitação da situação sem análise lógica, busca por gratificações alternativas e descarga emocional. Já a busca de apoio e a revalorização positiva apresentaram níveis abaixo da média, o que aponta para aumento dos fatores de risco.

Sansalvador e Peña desenvolveram em 2008 o estudo intitulado ***Intentos autolíticos en prisión: un análisis forense***, publicado em Anales de Psicología. Trata-se de um estudo de caso em que analisa as causas de intenção de suicídio





por parte de um paciente, de 25 anos, depois de estar 5 anos aprisionado por delito de roubo com intimidação e tentativa de suicídio, no Centro Penitenciário de Soto del Real, Espanha. Foram utilizadas entrevistas, observações e provas diagnósticas (SCL-90-R – Cuestionario de 90 síntomas, MMPI – Inventario Multifásico de Personalidad Minnesota, IPDE – Examen Internacional de los trastornos de personalidad e WAIS – Escala de inteligência Weschler para adultos). Uma vez sendo salvo e encaminhado para hospitalização, este é incluído posteriormente em um programa de prevenção ao suicídio. A partir desta data, aproximadamente uma vez por mês, começam a surgir episódios autolíticos (exemplo: corte nos pulsos e braços). Histórico de uso de haxixe e cocaína desde os 14 anos, início de atividades ilícitas aos 08 anos, época em que sua mãe sofreu um derrame cerebral e ficando inválida. Situações precedentes ao seu estado de ânimo relaciona-se a sentimento de ansiedade e inquietude devido ao pai passar a investigar sobre os supostos autores do delito em que este cumpria pena, medo de que ocorresse algo contra si ou família, coincide ainda com o final de um relacionamento transitório na prisão caracterizada por várias visitas íntimas, suspeita de gravidez e desconfiança do mesmo ter sugerido prática de aborto e contato mais próximo com um preso com ideias delirantes. Os resultados apontam para uma sintomatologia ansiosa clinicamente significativa com um padrão desadaptativo da personalidade do tipo esquizotípico e evitativo, apresentando alto grau de perigo a sua própria pessoa, embora sem planejamento de suicídio. Sendo prescrito continuidade de internação no módulo de enfermaria seguindo o protocolo de suicídios para prevenção, bem como, é recomendado terapia psicológica na linha cognitiva-comportamental para controle dos impulsos, ansiedade e treinamento de habilidades sociais.

Becerra, Torres e Ruiz desenvolveram em 2008 ***Un estudio longitudinal y comparativo sobre la adaptación psicosocial a contextos carcelarios***, publicado no Anuario de psicologia jurídica. Os autores se interessaram em compreender os modos e costumes próprios do ambiente carcerário como forma de adaptação ao mesmo, bem como, o impacto cognitivo e emocional. Participaram da amostra 194 presos (165 homens e 29 mulheres) recém recolhidos no cárcere distrital de Bogotá. Destes, 31 participantes voltaram a responder uma parte do instrumento após dois meses. Foi realizada uma entrevista semiestruturada para investigar características sócio-demográficas e condições pré-encarceramento, escala para listar problemas da



prisão, escala para avaliar efeitos psicossociais do encarceramento, escala de sintomas físicos, escala de risco de suicídio, questionário de percepção do mundo e escala hospitalar de ansiedade e depressão. Dos resultados encontrados, vale destacar que os internos que passaram pela primeira entrevista após dois meses de encarceramento informaram estar passando por mais problemas que aqueles que haviam passado bem no início da reclusão, maior sintomatologia cognitiva e emocional em mulheres e papel do apoio social como protetor dos efeitos nocivos do encarceramento, bem como, da vulnerabilidade a reincidência.

Lima, Neto, Amarante, Dias e Ferreira Filha desenvolveram em 2013 o artigo ***Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência***, publicado na Revista Saúde em debate. Tendo por objetivo conhecer os significados do encarceramento e as estratégias de enfrentamento com foco na resiliência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com 60% das mulheres presas em regime fechado de um presídio feminino de João Pessoa, na Paraíba. Tendo por instrumento o roteiro de entrevista semiestruturado e a técnica da História Oral, sob as bases conceituais de Meihy (2002). As falas revelam a prisão enquanto processo de mutilação do eu. O significado do cárcere é levantado como morte civil, substituição do convívio familiar, vazio de ordem material e emocional e ausência de autonomia. As estratégias de enfrentamento com resiliência dentro do cotidiano prisional foram a fé, o amor aos filhos, o trabalho, a música e a espera pela liberdade. Os autores ressaltam que a prisão exista para além do caráter punitivo e proporcione cuidados especializados à mulher encarcerada.

Rodríguez-Díaz, Estrada-Pineda, Rodríguez-Franco e Bringas-Molleda elaboraram em 2014 o artigo ***Adaptación del inventario de estrategias de afrontamiento (CSI) a la población Penitenciaria de Mexico***, para a Psicologia: reflexão e crítica. O objetivo do presente estudo foi adaptar o CSI – Inventario de estrategias de afrontamiento, ao contexto penitenciário. Participaram da amostra 261 apenados do Sistema Pós-Penitenciário e Atenção a Liberados do Estado de Jalisco, México. Como instrumentos, os autores utilizaram: ficha penitenciária da história devida e o inventário CSI. Os resultados indicam uma estrutura de primeira ordem quase idêntica a obtida com a população geral, com níveis de consistência interna satisfatórios, ao mesmo tempo que, a interpretação de segunda ordem não confirma a estrutura de segunda e terceira ordem.



Rambal, Madariaga e Ibañez publicaram em 2014 na Revista Criminalidad, o artigo ***Estudio sobre las estrategias de afrontamiento y el bienestar subjetivo, psicológico y social em mujeres internas em un centro de reclusión feminino del Caribe Colombiano***. O objetivo da pesquisa foi determinar a relação entre as estratégias de enfrentamento e o bem-estar subjetivo, psicológico e social, durante o ano de 2012, em 26 mulheres presas de um centro de reclusão feminino no Caribe Colombiano. Os instrumentos, adaptados ao espanhol, utilizados foram: Bienstar subjetivo de Diener, Bienstar psicológico de Ryff, Bienstar social de Keyes e Escala de estratégias de afrontamiento individual de Londoño. Os resultados apontam que o uso de algumas estratégias de enfrentamento por parte das reclusas está relacionado tanto com bem-estar psicológico como com o bem-estar social, no entanto, não foi encontrado associação com bem-estar subjetivo.

Amaya desenvolveu em 2014 o estudo intitulado ***Síndrome de burnout em guardiães penitenciários***, publicado na Revista Colombiana de Psiquiatria. Tal pesquisa analisa os comportamentos mediante os constructos do burnout segundo o perfil sociodemográfico e laboral dos guardas penitenciários. Se trata de um estudo descritivo de corte transversal em 11 guardas penitenciários da cidade de Bucaramanga, Colômbia. Teve por instrumento o Maslach Burnout Inventory, sendo realizado análise univariável e bivariável dos dados. Os resultados apontam para a maioria dos funcionários na faixa dos 30-39 anos, com ensino superior completo (35%) e união estável/casados (68%). Os dados também indicam que somente 3,7% apresentam síndrome de burnout. Sendo o esgotamento emocional de 25,2%, despersonalização 30% e reconhecimento pessoal 16%, representando maior risco alto. Assim, o burnout neste grupo de profissionais não foi tão prevalente. No entanto, a despersonalização dentre os itens identificáveis representa o de maior comprometimento.

Bezerra, Assis e Constantino publicaram em 2016 o artigo ***Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura***, para a Revista Ciência & Saúde Coletiva. Consiste em uma revisão da literatura baseada no levantamento da produção nacionais e internacionais, entre os anos 2000 e 2014, sobre sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários. As bases de dados pesquisadas foram Biblioteca Virtual em Saúde, Wef of Science e Scopus, tendo como descritores: sofrimento psíquico,



estresse e agentes penitenciários. Os autores analisaram 40 artigos, a maioria sobre estresse. O conceito de burnout surgiu em vários trabalhos e os EUA é o país que mais publica sobre o assunto. Na América Latina foram encontrados apenas 4 estudos, todos eles brasileiros. Há pouco destaque nas revistas de saúde pública. O número de publicações se intensificou gradualmente ao longo dos anos e houve aprimoramento metodológico na elaboração e avaliação das escalas, principalmente de estresse e de burnout. Entre os fatores de risco estão a sobrecarga de trabalho, falta de recursos materiais e humanos, nível de contato com os presos, superlotação, percepções sobre medo ou perigo, conflito de atribuição entre punir e educar. Os fatores protetivos remetem ao apoio social dentro do ambiente prisional e as estratégias de enfrentamento relacionam-se ao aprimoramento das formações de agentes, estímulo ao apoio social e oferta de atendimento psicológico.

### **2.3 Achados científicos com outros descritores de busca para o sistema prisional**

A elaboração deste subcapítulo foi construído a partir de pesquisas publicadas em revistas científicas e teses de doutorado, postados nos sites scielo, redalyc e google scholar. Os descritores de busca utilizados foram: prisão, presos, servidores penitenciários, comunicação, subcultura, saúde mental, saúde do trabalhador, estresse, síndrome de burnout, suporte social, reincidência criminal, reintegração social e sistemas inovadores das prisões. Foram encontradas 16 pesquisas em diferentes abordagens da psicologia, realizadas no período de 2000 a 2016.

Schaufeli e Peeters (2000) escreveram o artigo intitulado ***Job Stress and Burnout among correctional officers: A literature review***, que trata de uma revisão da literatura através da psicologia psicodinâmica com base em 43 pesquisas de 9 países, tais como Noruega, Suécia, Holanda, Canadá, Austrália e Estados Unidos sobre estresse e burnout em instituições prisionais. Os resultados indicam que trabalhadores com pontuação menor na socialização apresentam mais estresse,



a interação agente-presos é a principal situação de estresse devido a conflito de papéis na aplicação de regras, que sintomas de tensão e afetividade negativa estão mais relacionadas a existência de alta demanda, baixo controle e baixo apoio. Sugerem intervenções na estrutura e no clima organizacional através da comunicação, da gestão de recursos humanos e profissionalização do trabalho (Autogestad & Levander, 1992; Cheek & Miller, 1983; Dollard & Winefield, 1998).

Mikulic e Crespi, em 2004, publicaram ***Calidad de vida percebida: estudio de los factores de riesgo y protección en sujetos privados de libertad***, utilizando-se da abordagem ecológica do desenvolvimento humano. Trata-se de um estudo correlacional exploratório-descritivo sobre qualidade de vida percebida por 35 detentos primários e 35 reincidentes das Comisariás e Unidades Penitenciárias de Buenos Aires. Foram utilizados o Inventário de Estressores de Vida e Recursos Sociais (LISRES, elaborado por Moos & Moos, 1993), Inventário de Respostas de Enfrentamento (CRI, elaborado por Moos & Moos, 1992), Escala de Clima Social na Família (FES, Moos R. & Tricker, 1974), Questionário Eco-sócio-demográfico para Contexto Carcerário (EEEECC) e Entrevista estruturada para avaliar resiliência em adultos no contexto carcerário. A relação entre pares foi apontada com maior insatisfação, destacando relações instáveis, falta de confiança e apoio, consumo de drogas e comportamento delitivo. As autoras indicam o planejamento de programas de intervenção para redução de vulnerabilidade desta população.

Daufemback, em 2005, elaborou sua dissertação de mestrado intitulada ***Condições de aprisionamento e condições de aprendizagem de encarcerados***, cujo objetivo era caracterizar as contingências ambientais e as aprendizagens que ocorrem na prisão através da observação direta das instalações físicas e observação indireta através de análise documental e entrevista com 300 presos com menos de um ano de prisão, entre um a três anos de prisão e com mais de três anos de prisão, em um presídio no Estado de Santa Catarina/Brasil. Tal estudo qualitativo descritivo aponta planejamento deficiente da organização do ambiente prevalecendo critérios relacionados ao aprisionamento em detrimento de critérios relacionados à manutenção e aprendizagens para a vida. A pouca escolarização dos presos parece não ser levada em conta para a organização e funcionalidade do ambiente. Assim, as aprendizagens realizadas na prisão tem sido úteis para a permanência de presos



no encarceramento. A psicologia pode contribuir para a mudança das contingências das prisões voltando-se para a aprendizagem de comportamento para a cidadania.

Hernández-Martín, Fernández-Calvo, Ramos e Contador, em 2006, publicaram o artigo ***El síndrome de burnout en funcionarios de vigilancia de un centro penitenciario***. Investigaram através da psicologia cognitiva-comportamental a relação entre Síndrome de Burnout e variáveis sociodemográficas, em 133 funcionários de vigilância do centro penitenciário de Topas, Salamanca/ Espanha, representando 44% do total de funcionários. Os resultados, com base no uso do Maslach Burnout Inventory (MBI-HSS, elaborado por Maslach & Jackson, 1981), indicaram que 43,6% dos sujeitos padecem de alto grau de Burnout, mais alto cansaço emocional e despersonalização que o grupo sem Burnout. Não houve diferenças significativas na realização pessoal, ou seja, o trabalho é muito pouco gratificante para ambos os grupos.

Carvalho, Valente, Assis e Vasconcelos, através da pesquisa ***Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social***, realizada no ano de 2006, teve como objetivo identificar se o perfil sociodemográfico, a história penal, o uso de drogas e as doenças sexualmente transmissíveis se diferem quanto ao sexo. Foram utilizadas entrevistas em 1.201 homens presos, 515 mulheres presas e 323 pacientes psiquiátricos. Em geral, foi verificada população jovem, de baixa escolaridade e com ruptura de vínculos da vida social em várias dimensões para ambos os sexos. Fatores mais fortemente associados ao sexo masculino: visita íntima na prisão, ser casado, estar preso por sete anos ou mais e uso de maconha antes de ser preso; para o sexo feminino: doença sexualmente transmissível, ser viúva, estrangeira, usar tranquilizante na prisão, ter visitado alguém na prisão antes de ser presa e ter 35 anos ou mais.

Ferreira e Capitão, em 2006, publicaram o artigo ***Agressividade e Raiva: perfil de presidiários*** e verificaram as diferenças entre o tipo de delito e os constructos agressividade e raiva por meio do Teste de Frustração de Rosenzweig (PF) e do Inventário de Expressão e Raiva em Estado e Traço (STAXI). Participaram 125 presidiários de uma penitenciária de segurança máxima do interior de São Paulo. Os resultados apontaram, à luz da psicanálise, que o grupo de



sequestradores apresenta alta instabilidade entre os fatores relativos à raiva, enquanto indivíduos que cometeram furto reprimem menos a agressividade em situações de frustração, quando comparados àqueles que não cometeram o mesmo tipo de delito.

Gacitúa publicou em 2007 o artigo ***Sistema penitenciário chileno: aspectos sociales e psicológicos*** no Panamerican Journal of Neuropsychology referindo um panorama geral sobre o sistema prisional no Chile, através da psicologia forense, com levantamento histórico institucional. Assinala o aumento da população carcerária, a importante porcentagem de pessoas recolhidas sem condenação, a presença da violência no interior das cadeias, a limitada capacidade de reinserção e reabilitação dos internos, bem como, a adaptação do sistema penitenciário mediante a reversão em sistema público-privado. Enfatiza ainda, a importância sobre a prática da avaliação dos níveis de comprometimento delitivo a todos os sujeitos recolhidos, através de instrumento de classificação, para distribuição dos internos entre baixo, mediano e alto compromisso delitivo e implementação de tratamento diferenciado. Também coloca que através do sistema público-privado a administração e a vigilância dos estabelecimentos prisionais se manteve nas mãos institucionais, enquanto coube a responsabilidade para as empresas privadas a estrutura, o financiamento, a construção, a manutenção, a alimentação, a limpeza, a lavanderia, consumos básicos, educação, trabalho, saúde e reinserção social. Este processo de reforma do sistema carcerário contempla a lei de modernização da gendarmería, permitindo terminar com o déficit de pessoal, investir na profissionalização e na gestão institucional. A autora coloca 2 consequências diretas, por um lado o benefício econômico do modelo e por outro a estruturação de programas de reabilitação e reinserção social. Para finalizar, a autora salienta que a gendarmería norteará os delineamentos ou políticas de reabilitação ou reinserção para as empresas privadas que executarão concretamente os programas. Ditas políticas estarão destinadas somente a população condenada com base no sistema de classificação.

Gulassa, em 2007, publicou o artigo ***Vínculo e confiança em atendimento psicoterapêutico psicodramático grupal com presidiários***. Se utilizou do psicodrama para analisar o vínculo de confiança estabelecido através de grupo psicoterápico a apenados de Franco da Rocha/SP/BR. Os encontros ocorreram a



grupos de até 15 participantes, semanais, com duração de 1h30min por 1 semestre. O autor considerou o desenvolvimento da confiança não uma prerrogativa, mas uma finalidade terapêutica em si. O experimento de novos papéis e o de papéis antigos revelou abertura para novas perspectivas e escolhas, indicando aumento da tolerância dos presos em relação a sua própria condição e melhora nas relações interpessoais.

Castle, em 2008, no artigo intitulado ***Satisfied in the jail? Exploring the predictors of job satisfaction among jail officers*** investigou os preditores de satisfação no trabalho de 373 agentes de cadeias do nordeste dos Estados Unidos. Foram utilizadas a literatura sobre as experiências de trabalho de agentes penitenciários, incluindo as "experiências importação-diferenciais" e modelos "prisionização work-papel". Este estudo indica que os preditores significativos de maior satisfação no trabalho estão relacionados a menor nível de educação, maior apoio de supervisão, menor estresse no trabalho e menor estresse em geral.

Em 2008, García e Remuzgo, escreveram ***Variables sociodemográficas y síndrome de burnout en una muestra multiocupacional del Hospital Psiquiátrico Penitenciário de Sevilla***. Trata-se de um estudo sobre a relação entre variáveis sócio demográficas e Síndrome de Burnout em uma amostra composta por 136 trabalhadores do hospital psiquiátrico penitenciário de Sevilla/Espanha, representando 93% da população total e divididos entre vigilância, tratamento e serviços. Foram utilizados um questionário sóciodemográfico e o Maslach Burnout Inventory (MBI-HSS, elaborado por Maslach & Jackson, 1981). Os funcionários da vigilância mostraram-se mais expostos à despersonalização. Os profissionais do tratamento apresentaram menor pontuação para despersonalização e esgotamento emocional e mais alto em realização profissional. Também evidenciaram que a educação produz benefícios monetários que melhoram a saúde, altera os padrões de consumo e gera maior nível de eficácia e incremento na participação social.

Em pesquisa quali-quantitativa sobre o trabalho de agentes de segurança penitenciária, Lourenço (2010) utilizou como referencial a Teoria de Campo de Kurt Lewin e obteve 27 participantes de 2 penitenciárias masculinas de São Paulo/Brasil. O estudo foi intitulado ***O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários*** e após observação da atividade





por 120h, identificou que o ambiente da prisão é perigoso, insalubre, precarizado e pauperizado. Os agentes de segurança penitenciária se ressentem das condições inadequadas de trabalho. As más condições de trabalho levam à precarização da própria existência pessoal. O ambiente da prisão leva à vitimização das pessoas, seja funcionários ou presos. Os resultados apontam para uma identidade profissional paradoxal: ora agente repressor, ora agente ressocializador.

Canazaro e Argimon, em 2010, elaboraram ***Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil***. Trata-se de um estudo transversal, descritivo e quantitativo através de uma amostra com 287 presas de regime fechado em Porto Alegre/RS, idades entre 18 e 61 anos. Verificou-se que 46,7% das mulheres são solteiras; 86,4% tem filhos; os sintomas depressivos são menos frequentes após 26 meses de reclusão; 15,7% apresentam dependência química; 77,4% recebem visita de familiares e/ou amigos e 8,5% recebem visita íntima. Mulheres que recebem visita e trabalham na prisão têm média menor da sintomatologia depressiva. Os resultados também revelam que os membros da família das presidiárias apresentam uma história de uso de drogas e/ou álcool, problemas psiquiátricos e encarceramento.

Barbalho e Barros, em 2010, elaboraram ***O lugar do trabalho na vida do egresso do sistema prisional: um estudo de caso***. Foi adotado a metodologia de recolhimento da história de vida e análise sob a perspectiva da Psicologia do Trabalho e da Psicossociologia. Trata-se de um estudo de caso sobre o lugar do trabalho na vida de um ex detento, na cidade de Belo Horizonte/BR. Verificou-se que, o trabalho preservou seu aspecto positivo por sua utilidade e sentimento de reconhecimento. Porém, não foi capaz suficientemente de propiciar ao sujeito uma organização da vida social e fazê-lo se sentir pertencente ao mundo como cidadão pleno e capaz de usufruir de seus direitos.

Amador (2011) publicou o artigo ***Produção de Imagens, Subjetivação e Trabalho Penitenciário: Uma Contribuição às Clínicas do Trabalho*** que trata de um estudo exploratório sobre agentes penitenciárias que trabalham com mulheres presas em regime semiaberto, no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil. Através da abordagem teórica da Filosofia da Diferença, da Ergologia e da Clínica da Atividade, foi identificado que as agentes frequentemente recorrem umas as outras para se



auto-afirmarem em seu discurso e a aproximação figural da imagem potencializa a discussão acerca da atividade, incentivando os desacordos e as dissonâncias de opinião. Verifica que a pesquisa cria condições coletivas de trabalho para transformações em nível de organização do trabalho.

Dixey e Woodall, em 2012, publicaram ***The significance of the visit in an English category-B prison: views from prisoners, prisoners' family and prison staff***. Verificaram a percepção sobre a visita em uma prisão da Inglaterra, através de um estudo qualitativo exploratório coletado através de entrevista com 30 familiares de presos, 16 presos e 14 agentes penitenciários. O estudo identificou que as famílias dos presos percebem as visitas como um campo emocional repleto de dificuldades práticas. Os presos visualizam a visita como o destaque do seu tempo na prisão, apresentando queixas sobre a forma como as visitas são tratadas. Finalmente, os agentes penitenciários entendem as visitas como potenciais violações de segurança e uma grande operação organizacional.

Em 2014, Barcinski, Alterbernd e Campani, realizaram uma pesquisa intitulada ***Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma agente penitenciária*** cujo objetivo era verificar o discurso de uma agente penitenciária que trabalha com mulheres encarceradas e reflexos na sua atuação profissional. Os dados foram coletados em uma penitenciária do Rio Grande do Sul e analisados através da Análise Crítica do Discurso. Identificam que a prática desta agente fundamenta-se simultaneamente em ideologias punitivas e ressocializadoras, expressas em sentimentos contraditórios de raiva e carinho em relação às detentas, fortalecida pela centralidade de gênero na relação estabelecida entre agentes e presas.

Mikulic e Crespi, em 2014, publicaram ***Estudio de la reinserción social de liberados condicionales*** desde um enfoque psicossocial a partir de uma pesquisa quantitativa, com uma amostra de 160 presos que obtiveram liberdade condicional em Buenos Aires, utilizando como referencial a abordagem ecológica do desenvolvimento humano. Para analisar as características estruturais e funcionais da rede se utilizou o Cuestionario de Apoyo Social Comunitario (CASC) construído especificamente para esta pesquisa e com a finalidade de abordar os aspectos contextuais da rede, se realizaram entrevistas semidirigidas que foram analisadas



mediante estratégias de análise qualitativa. Quanto às variáveis negativas na reinserção social dos liberados, estão a percepção de ser objeto de preconceito por parte da sociedade, o que remete a falta de apoio comunitário, menores oportunidades de reinserção social e maior violência. No sentido positivo, estão as respostas de enfrentamento por aproximação condutual, a probabilidade de atingir metas de futuro, a satisfação vital, idade de início delitivo e o apoio social proveniente de relações íntimas (psicológico, instrumental e informacional).

#### ***2.4 Achados científicos e a pertinência do tema para a tese***

Este estado da arte foi construído através de 3 itens de pesquisa. O Item 2.1 apresenta 12 pesquisas em seu total buscadas através do descritor habilidades sociais. Foram encontrados achados científicos que versam sobre habilidades sociais, reabilitação e reinserção social. As pesquisas trazem dados sobre o significado da reinserção social, medidas de intervenção para a reinserção social, a importância do apoio social e características da rede de apoio. No entanto, é carente de informações acerca de como se caracterizam as habilidades sociais de presos e funcionários como meio importante de preparar presos para que estes se tornem hábeis efetivamente para conviver legalmente em sociedade.

O Item 2.2 possui 17 pesquisas encontradas através do descritor estratégias de enfrentamento. Foram encontrados artigos que versam sobre sofrimento psíquico, estresse, estratégias de enfrentamento, síndrome de burnout e adaptação psicossocial. Verifica-se que as pesquisas tratam ou da população funcional ou da população prisional. Quando abordam o sofrimento psíquico de funcionários relacionam a síndrome de burnout. Não foi encontrado artigo de como os funcionários respondem, isto é, quais estratégias utilizam para lidar com estresse. O estudo sobre as estratégias de enfrentamento só foi encontrado tendo a população prisional como alvo de estudo na Argentina, México e Colômbia, não tendo nenhuma no Brasil.



Já o Item 2.3 foi construído devido a dificuldade de encontrar pesquisas sobre o tema escolhido para a tese. Assim, se buscou artigos diversos em psicologia nas prisões, o que resultou no achado de 16 estudos. São artigos que abordam o perfil de apenados, condições de aprisionamento e aprendizagem, burnout, o significado do trabalho na prisão e a qualidade de vida.

Ao total foram encontrados 45 estudos que possuem alguma relação com o tema escolhido. Os estudos com ênfase nos servidores penitenciários demonstram a importância de intervenção na gestão, na comunicação e profissionalização do trabalho, considerando que além dos fatores intrínsecos do trabalho, o baixo apoio e a baixa supervisão expõem os profissionais a conflitos de papéis entre punir e ressocializar, manejo de conflitos, aplicação de regras e limites, afetividade negativa, baixa socialização, despersonalização e estresse. Também foi constatado que as condições inadequadas do ambiente prisional interferem na precarização de sentido da própria existência, ressentimento e vitimização. Entre as categorias profissionais, os agentes penitenciários estão mais expostos à despersonalização, ao esgotamento emocional e a realização profissional. O que denota a importância desta pesquisa em dar atenção aos gestores e agentes penitenciários, visando a melhor atuação junto aos presos e fortalecimento através da autoafirmação pelo coletivo.

Os estudos tendo os presos como público alvo revelam insatisfação na relação entre pares, falta de confiança e vulnerabilidade ao crime e a drogadição. O estresse relativo ao aprisionamento, distância familiar e até mesmo ruptura conjugal, conferem um maior submetimento à vivência intramuros. A tendência ao uso de estratégias de enfrentamento focados na emoção, manifestadas através de evitação de pensar sobre o problema de forma realista, aceitação da situação sem uma análise lógica, a busca por gratificação e a descarga emocional, denotam a importância do desenvolvimento de programas para a redução da vulnerabilidade social. Estudos também apontam que o trabalho e a educação são importantes avanços na área de tratamento penal, mas insuficientes para a reintegração social. Sendo que, o desenvolvimento de vínculos de confiança auxilia presos a aumentarem a tolerância nas relações e motivam ao desenvolvimento de maiores habilidades relacionais. Assim, espera-se que a presente pesquisa possa preencher



esta lacuna, ao dar ênfase à mudança de comportamento através do desenvolvimento de habilidades sociais novas.

Este estudo da arte demonstra que há carência de pesquisas tendo como público alvo ambas as populações, a prisional e a funcional, o que indica a necessidade de reconhecer cada subgrupo, a forma como estes interagem e os reflexos na dinâmica institucional. Portanto, considerando a importância de qualificar as vivências diárias e os aprendizados informais que ocorrem em virtude dos contatos de presos e servidores, considera-se relevante analisar as habilidades sociais e as estratégias de enfrentamento de servidores penitenciários e presos, visto seu ineditismo e a possibilidade de conferir mudanças na área penitenciária e social.



## **3 MARCO TEÓRICO**

### **3.1 Marco epistemológico**

Este capítulo serve para compreendermos os pressupostos epistemológicos da teoria cognitivo-comportamental e refletirmos sobre a sua importância como marco teórico chave escolhido para elaboração desta tese de doutorado.

#### **3.1.1 O nascimento da psicologia e sua relação com a TCC**

Segundo Neufeld, Brust e Stein (2011), o nascimento formal da psicologia como disciplina está relacionado à fundação do primeiro laboratório de psicologia por Wilhelm Wundt, em 1879, no Instituto de Psicologia Experimental da Universidade de Leipzig/ Alemanha. Os estudos dos processos mentais no laboratório, por Wundt o tornou um precursor, no entanto, a utilização da introspecção como método de pesquisa foi criticada, principalmente nos Estados Unidos, devido à impossibilidade de replicação e observação, duas características que pareciam essenciais à constituição de uma ciência psicológica. Assim, até os anos 60, os processos mentais foram deixados de lado pelos psicólogos americanos e o Behaviorismo passou a ser considerada a única ciência psicológica aceita, tendo o comportamento como o seu objeto de estudo.

O *Behaviorismo ou Comportamentalismo* nasceu por influência de dois movimentos em busca da ruptura com a filosofia, o da psicologia objetiva e o da psicologia comparativa. A psicologia objetiva teve como pressupostos básicos a observação e a experimentação. Enquanto a psicologia comparativa foi fortemente influenciada pelos postulados darwinianos, centra-se em explicações naturais para o comportamento humano baseando-se na seleção natural (Neufeld, Brust & Stein, 2011). O Behaviorismo constitui-se um movimento amplo que se divide em Behaviorismo Metodológico, Behaviorismo Radical, além do chamado Neobehaviorismo.



Por *Behaviorismo Metodológico* podemos compreender o movimento fortemente influenciado por Augusto Conte, pai do positivismo lógico, através do pensamento de Aristóteles e Descartes, nos quais concebem as ciências como responsáveis pelo progresso de uma sociedade, de forma ordenada e dentro de uma lógica científica. O positivismo lógico surgiu na metade do século XIX, tendo como principal paradigma a experiência empírica, a investigação e a comprovação dos fenômenos por meio da experiência. Para o positivismo lógico a ciência alcança o seu valor quando seus conceitos teóricos estiverem fundamentados e comprovados através de uma investigação do real. No pensamento positivista, o cientista deve se preocupar com dados específicos do fenômeno, pois os elementos componentes da verdade científica são partes da realidade e não o todo dela. Assim, o Behaviorismo Metodológico tem suas bases filosóficas no realismo que postula que as experiências têm origem no mundo real e que este não é afetado por características internas dos indivíduos. John B. Watson, fundador desta corrente behaviorista, considerava o comportamento, objetivo e observável, ou seja, objeto perfeito para a ciência psicológica natural (Watson, 1913 em Neufeld, Brust & Stein, 2011). Segundo esta abordagem, a ciência do comportamento devia formular leis relativas às condições que estimulam o comportamento e explicar os eventos através da descoberta de como as coisas realmente são.

O *Behaviorismo Radical* tem B.F. Skinner como o seu expoente, que retoma as ideias de William James em “O mito da liberdade” para enfatizar que o sentimento já é um comportamento e estudar o ser humano envolveria apenas compreender o conjunto de comportamentos públicos ou privados e as atitudes manifestas (Skinner, 1972 em Neufeld, Brust & Stein, 2011). A base do Behaviorismo Radical está nos postulados do pragmatismo para o qual a investigação científica deve ser motivada pela possibilidade de entender os efeitos práticos e funcionais que norteiam a busca pela compreensão do objeto e não por uma busca pela verdade (Skinner, 1953/2003 em Neufeld, Brust & Stein, 2011). Skinner se posiciona contrário a toda e qualquer postura mentalista. Eventos internos e externos obedecem às mesmas leis, às leis do comportamento, tornando dispensável uma intermediação mental e mesmo termos mentalistas para explicá-los. Propõe o acesso aos eventos (internos e externos) pelo relato, ou seja, pela descrição, utilizando o operacionismo como método. O operacionismo consiste na prática de falar sobre as observações do



comportamento de alguém, utilizando os procedimentos de manipulação e de cálculo envolvidos nesta observação e os passos lógicos e matemáticos que se interpõem entre a observação e o relato da mesma. Diante desse paradigma a ciência psicológica deve se voltar para as contingências de reforçamento que explicam a relação funcional entre um termo, uma resposta verbal e um determinado estímulo.

A partir do movimento *neobehavioristas* surgiram os primeiros estudos com enfoque nos processos e estruturas internas. Segundo Costa (2002 em Neufeld, Brust e Stein, 2011) este movimento é representado principalmente por Tolman e Hull. Estes são considerados behavioristas mediacionais por serem fortemente influenciados pelo behaviorismo metodológico, embasados pela filosofia neopositivista e mantiveram o método experimental. Assim foram os primeiros cientistas a proporem os estudos de variáveis mediacionais a partir deste método.

Tolman (1932 em Neufeld, Brust e Stein, 2011) foi um importante representante na história da Psicologia Cognitiva Experimental, uma vez que por meio de seus experimentos com camundongos, propôs a existência de uma caixa preta entre o estímulo e a resposta, como um retorno a proposta wundtiana de estudar a mente humana, porém agora alicerçada no método experimental utilizado pelo Behaviorismo.

Durante a segunda guerra mundial, é despertado o interesse pela psicologia aplicada e as Teorias de Tolman e seus seguidores foram aprimoradas na tentativa de compreender a interação entre o ser humano e as máquinas. Devido aos avanços tecnológicos que estavam sendo produzidos, principalmente no uso de instrumentos na área da aviação, surgiu a necessidade de aprimorar a habilidade e o desempenho do ser humano em atividades complexas como pilotar um avião. Donald Broadbent foi um dos psicólogos envolvidos no estudo dessas habilidades, notou que os trabalhadores guiavam-se pelas informações recebidas das máquinas, mas nem todas elas eram utilizadas por eles. Mostrou que as pessoas aguardam o estímulo para poder opor-se a ele e desconsiderá-lo (fato desconcertante para a então população behaviorista). Broadbent observou que o processamento da informação nos seres humanos parecia similar ao das máquinas, através de um sistema interligado de mecanismos. Considerou a percepção, a atenção e a





memória como ingredientes em um sistema cognitivo simples (Eysenck & Keane, 2007). Uma das questões de interesse dos psicólogos nesta época era descobrir como os painéis dos simuladores de vôo poderiam melhorar a performance humana e como entender o melhor lado da performance humana. O fator chave desse entendimento estava na noção de informação e transmissão da Psicologia Cognitiva.

### **3.1.2 A ciência cognitiva**

Em torno do final da década de 50, surge um movimento interdisciplinar interessado pelo estudo da cognição humana, a ciência cognitiva. Incentivados pela Sloan Foundation, buscava subsidiar pesquisas que elucidassem o vazio dos estudos sobre a relação entre o cérebro e a mente. Cientistas que já haviam começado a busca pela compreensão mais ampla da cognição, criaram o Programa Especial Sloan em Ciência Cognitiva. Seis disciplinas compuseram a nova Ciência Cognitiva: a psicologia, a linguística, a neurociência, a ciência da computação, a antropologia e a filosofia. A ciência cognitiva é, portanto, uma disciplina criada objetivando o estudo da cognição de diferentes pontos de vista, seja abstrato, humano ou mecânico (Messer, 1995 em Neufeld, Brust e Stein, 2011). Ela se caracteriza pela interdisciplinaridade do estudo da mente. Cada disciplina constituinte interessa-se pela natureza da inteligência, mas o método, as teorias e as observações são distintos. Busca compreender o processo de cognição tanto de seres humanos quanto de máquinas pensantes. Já o cognitivismo é o movimento de compreensão da cognição humana que tem como objeto de estudo a própria cognição humana dos pontos de vista da educação e da psicologia.

### **3.1.3 A Psicologia Cognitiva**

Tomados pelo zeitgeist da época, com o advento do computador, os psicólogos ficaram fascinados com esse avanço tecnológico. Em 1956 ocorreram vários encontros científicos para discussão de temas relacionados à psicologia



cognitiva, além da publicação de importantes estudos, apontando como o nascimento formal da psicologia cognitiva (Eusenck & Keane, 2007; Neufeld, Brust & Stein, 2011). Remontando neste momento histórico a metáfora do computador para entendimento da cognição humana. Porém, o primeiro livro base da psicologia cognitiva, intitulado *Cognitive Psychology* organizado por Ulrich Neisser, chegou aos programas de graduação somente em 1967. Neste livro Neisser trouxe os avanços da ainda jovem psicologia cognitiva e o ponto de vista da teoria do processamento da informação. Neisser definiu a psicologia cognitiva como a psicologia que se refere a todos os processos pelos quais um *input* (entrada) sensorial é transformado, reduzido, elaborado, armazenado, recuperado e usado. Ele traz a noção de códigos cognitivos utilizados para possibilitar os processos mentais. Para Neisser através dos processos cognitivos são criados códigos úteis às pessoas no seu dia-a-dia, tornando-as hábeis para trabalhar e tomar decisões.

Outra característica da psicologia cognitiva desde sua fundamentação foi a preocupação com o método (Neufeld & Stein, 1999 em Neufeld, Brust & Stein, 2011), a fim de manter um padrão de cientificidade. Assim, a observação sistemática, a mensuração, a quantificação dos resultados, o controle e a manipulação de variáveis com intuito de estabelecer relações de causa e efeito, são fundamentais na utilização de métodos experimentais até hoje na psicologia cognitiva.

A psicologia cognitiva caracteriza-se pelo crescente número de modelos explicativos da cognição e dos processos cognitivos. Apesar deste constante aprimoramento, existem algumas noções básicas apontadas como consenso entre os diversos modelos: (1) a mente é formada por processos cognitivos interrelacionados; (2) o principal responsável pela vida mental é a organização do conhecimento; (3) processos cognitivos que sustentam eventos mentais devem ocorrer dentro de uma ordem específica, pelo menos em algumas situações; (4) já que eventos mentais são abstratos serão mais facilmente compreendidos utilizando uma análise abstrata e, apesar de depender de substrato neurológico, não se restringem a ele; (5) o ser humano é autônomo e interage com o mundo externo intencionalmente; e (6) a interação se dá por meio da mente que é um processador de símbolos e significados que terão relação com as coisas do mundo externo. Estes pressupostos são deduzidos das suas bases epistemológicas e denotam as



qualidades da psicologia cognitiva enquanto teoria científica. Alguns conceitos básicos dessa teoria referem-se à noção de representação mental e processos cognitivos.

A *representação mental* tem por objetivo mediar a experiência e a conduta manifesta. Sua função é substituir o objeto do mundo externo no mundo interno. Isto significa que a representação possibilita trabalhar com o objeto sem que o mesmo seja apresentado em termos físicos. As representações mentais permitem que o indivíduo desenvolva atividades mentais como resolver problemas, reconhecer ou não um objeto, lembrar-se de alguém conhecido. O ser humano cria representações para cada informação adquirida, o que o torna um processador ativo na busca de informações de forma inteligente e consciente. Eysenck e Keane (2007 em Neufeld, Brust & Stein, 2011) destacam as representações proposicionais, as quais expressam ideias, um conteúdo abstrato, como por exemplo, a ideia de lar. As representações análogas, as quais expressam imagens concretas, análogas a como as percebemos os objetos na realidade, por exemplo, o tradicional desenho de uma casa. Podem ser de origem visual, gustativa, olfativa, auditiva e proprioceptiva. Bem como, representações mentais das ações, que se referem às representações de aprendizagens motoras e de processos mentais e são responsáveis pela base do conhecimento processual abordado nos processos cognitivos.

O estudo do conhecimento dos *processos cognitivos ou mentais* foi dividido em declarativo e processual. O primeiro refere-se à informação factual, que pode ser descrita, como o nome do primeiro presidente do Brasil. Já o segundo está implícito na habilidade da ação, que é mais fácil de ser demonstrado do que explicado verbalmente, como o conhecimento necessário para andar de bicicleta. Best (1992 em Neufeld, Brust & Stein, 2011) coloca que um conhecimento inicialmente codificado como declarativo pode se transformar em processual na medida em que a informação se torna mais familiar. Segundo este autor, toda atividade humana requer algum tipo de conhecimento. A psicologia cognitiva se interessa em questões relacionadas à representação do conhecimento humano e seu uso visível nas ações humanas, dividindo-os em tópicos ou grandes áreas de estudo, tais como linguagem, percepção, resolução de problemas, entre outras.



### **3.1.4 Teoria Cognitivo-Comportamental**

A teoria cognitivo-comportamental integra conceitos e técnicas vindos das abordagens comportamental e cognitiva. Buscarei apresentar o surgimento de um movimento integrador na psicologia que culminou no que atualmente denominam-se de teoria cognitivo-comportamental.

A teoria comportamental tem como foco o comportamento e se desenvolveu no início do século XX, tendo grande repercussão através das obras de Skinner na década de 50. O desenvolvimento da teoria comportamental permitiu o conhecimento a respeito das leis gerais do comportamento tornando-o mais previsível. Tal conhecimento é o ponto no qual a terapia comportamental se apoia para o desenvolvimento de sua prática clínica. Sendo essencial o conhecimento a respeito de termos e conceitos relativos a essa abordagem.

Na perspectiva comportamental existem 2 tipos de comportamento: o *comportamento respondente* é denominado assim por responder a um estímulo específico como os comportamentos reflexos, tendo caráter involuntário. Já o *comportamento operante* tem caráter voluntário, modifica o ambiente e está sujeito a alterações a partir das consequências de sua atuação sobre o ambiente. Ou seja, as probabilidades futuras de um operante ocorrer novamente está na dependência das consequências que foram geradas por ele (Skinner, 1953 em Bahls e Navolar, 2004).

Além do conhecimento sobre as formas de comportamento, o conceito de *condicionamento* desempenha papel fundamental dentro desta abordagem. Traz a ideia de que os comportamentos podem ser alterados a partir de mudanças nas condições do ambiente. Alguns fatores estão envolvidos no condicionamento operante: presença de reforçadores ou de situações aversivas. Mediante uma consequência reforçadora a probabilidade de que um operante ocorra novamente é aumentada. O padrão de reforçamento também é um fator que influencia na frequência em que ocorre um comportamento operante. O reforço pode ser contínuo ou intermitente. O comportamento tende a ocorrer numa frequência maior quando



está vinculado a um esquema de reforçamento intermitente (Skinner, 1953 em Bahls e Navolar, 2004).

Ainda em relação ao condicionamento operante, situações que antecedem determinada resposta e que tenham sido vinculadas a um reforçamento constituem-se em fatores que podem governar o comportamento do indivíduo. Esta situação denomina-se estímulo discriminativo, pois, permite que o sujeito consiga discriminar no ambiente as situações que garantem o reforço após a emissão de determinada resposta. Além da capacidade de discriminação também é importante o conhecimento sobre o conceito de generalização. É quando um organismo é capaz de estabelecer diferenças e semelhanças entre estímulos e a partir disso comportar-se da mesma forma em ambientes diferentes.

No condicionamento operante pode ser utilizado um procedimento conhecido como *modelagem* que consiste na forma progressiva com que o repertório comportamental de um organismo vai sendo modificado através de reforçamentos sistemáticos de comportamentos que se assemelham ao comportamento final ao qual se quer atingir.

Situações aversivas também produzem determinados tipos de comportamentos. A punição, por exemplo, é uma delas. Caracteriza-se pela retirada de um estímulo reforçador diante de determinada resposta ou pela apresentação de um estímulo aversivo. De acordo com Skinner (1953 em Bahls e Navolar, 2004) a punição somente produz diminuição de um dado comportamento temporariamente e nas situações em que o agente punitivo estiver presente. Assim a punição não é eficiente para a remoção de um comportamento, podendo gerar outros comportamentos indesejados, tais como a agressividade. A utilização do reforço positivo é mais adequada quando se quer promover uma mudança prolongada e eficaz do repertório comportamental do indivíduo.

Frente a um estímulo aversivo, o indivíduo pode emitir comportamentos de fuga (evitação do estímulo na presença deste) ou de esquiva (evitação quando o estímulo aversivo ainda não está presente). Outra situação aversiva é a frustração, que consiste na situação em que o estímulo reforçador é inacessível ao organismo por fatores de impedimentos diversos, dentre eles o fator tempo (situações em que o indivíduo precisa esperar para receber o reforço) ou situações de conflito onde a



opção por determinado tipo de reforço implica necessariamente na frustração de não obter o outro (Rangé, 1998 em Bahls e Navolar, 2004).

A teoria cognitiva utiliza o conceito de estrutura biopsicossocial na determinação e na compreensão dos fenômenos relativos à psicologia humana. No entanto, constitui-se como abordagem que focaliza o trabalho sobre os fatores cognitivos da psicopatologia. Vem demonstrando eficácia em pesquisas científicas rigorosas além de ser uma das primeiras teorias a reconhecer a influência do pensamento sobre o afeto, o comportamento, a biologia e o ambiente (Shinohara, 1997 e Shaw & Segal, 1999 em Bahls e Navolar, 2004).

De acordo com a Teoria Cognitiva as pessoas atribuem significado a acontecimentos, pessoas, sentimentos e demais aspectos da vida e com base nisso se comportam de determinada maneira e constroem diferentes hipóteses sobre a sua própria identidade e o seu futuro. Assim, as pessoas reagem de formas variadas a uma situação específica podendo chegar a conclusões também variadas. Em alguns momentos a resposta habitual pode ser uma característica geral dos indivíduos dentro de uma determinada cultura. Em outros momentos estas respostas podem ser idiossincráticas derivadas de experiências particulares e peculiares a um indivíduo. Em qualquer situação estas respostas seriam manifestações de organizações cognitivas ou estruturas cognitivas.

Uma estrutura cognitiva é um componente da organização cognitiva em contraste com os processos cognitivos que são passageiros (Beck, 1963;1964). Dessa forma, a teoria cognitiva tem como objeto de estudo principal a natureza e a função dos aspectos cognitivos, ou seja, o processamento de informação que é o ato de atribuir significado a algo. Portanto, o objetivo da teoria cognitiva é descrever a natureza de conceitos (resultados de processos cognitivos) envolvidos em determinada psicopatologia de maneira que quando ativados dentro de contextos específicos podem se caracterizar como maladaptativos ou disfuncionais. E ainda, o de fornecer estratégias capazes de corrigir estes conceitos idiossincráticos (Bahls, 1999; Biggs & Rush, 1999; Beck & Alford, 2000). No processo de psicoterapia cognitiva ocorre algo muito semelhante a testagem empírica das teorias científicas: os sistemas de crenças pessoais são testados com relação à suas consequências e funcionalidade para a vida do paciente dentro de contextos específicos (Lima e



Wielenska, 1993 em Bahls e Navolar, 2004). Este processo de testagem empírica ocorre a partir da aplicação de técnicas e conceitos desenvolvidos na teoria cognitiva e por esta razão é imprescindível, para a realização de uma terapia com bases verdadeiramente científicas, que o terapeuta tenha um bom embasamento teórico, domínio das técnicas, bem como, boa interação com a pessoa que buscou o tratamento, já que deve haver uma parceria terapeuta-paciente nesta investigação cognitiva (Rangé, 1998; Beck & Alford, 2000 em Bahls e Navolar, 2004).

A história da terapia cognitiva se inicia em 1956 quando Aaron Beck realizou um trabalho de pesquisa com o intuito de verificar os pressupostos psicanalíticos acerca da depressão. Para Freud (1917), pessoas deprimidas apresentavam uma *hostilidade retrofletida*, ou seja, uma espécie de masoquismo ou necessidade de sofrer. Os estudos de Beck o levaram a deparar-se com resultados de outra natureza, uma vez que alguns pacientes apresentaram melhoras em resposta a algumas experiências bem sucedidas e não resistiram a estas mudanças, contrariando o esperado (Beck & Alford, 2000). Isto fez com que Beck e demais pesquisadores iniciassem uma sequência de novos e diversos estudos sobre a depressão que passou a ser vista como um transtorno cuja principal característica seria uma tendência negativa onde a pessoa deprimida apresenta, muito frequentemente, expectativas negativas com relação ao resultado de seus comportamentos, uma visão também negativa de si mesma, do contexto em que está inserida e de seus objetivos (Beck, Rush, Shaw & Emery, 1979 em Bahls e Navolar, 2004). A partir disso os demais estudos se desenvolveram de forma a testar estratégias de modificação de tais tendências negativas existentes na depressão, bem como, a extensão da testagem deste novo modelo a outros transtornos.

Beck e Alford (2000) definem cognição como a “função que envolve deduções sobre nossas experiências e sobre a ocorrência e o controle de eventos futuros” ou ainda “(...) o processo de identificar e prever relações complexas entre eventos, de modo a facilitar a adaptação a ambientes passíveis de mudança”. A teoria cognitiva possui 10 axiomas formais que servem de ponto de apoio para as demais proposições teóricas. O termo axioma refere-se a afirmações que não podem ser deduzidas sendo independentes das demais afirmações existentes em uma teoria científica. O funcionamento psicológico, bem como, a adaptação psicológica a



determinado contexto estão na dependência de *estruturas de cognição com significado* ou simplesmente *esquemas*. O termo *significado* é, por sua vez, designado como o resultado da ação de interpretar uma realidade determinada e a forma de relação desta realidade com o self. A função da atribuição de significado é a adaptação a um contexto específico. As estratégias adaptativas são ativadas a partir da atribuição de significado já que este tem a função de “controle dos vários sistemas psicológicos” tais como o comportamental, o emocional, os sistemas de atenção e da memória. Ocorrem influências entre os *sistemas cognitivos* e os demais sistemas psicológicos de forma a interagirem. Uma *categoria de significado* apresenta implicações que são padrões específicos de emoção, atenção, memória e comportamento. Este fato denomina-se *especificidade do conteúdo cognitivo*. Os significados são contruídos pelo indivíduo, ou seja, não são componentes preexistentes da realidade. No entanto, tais significados podem se constituir como corretos ou incorretos em relação a um contexto ou objetivo específicos. Os significados ditos incorretos são denominados como *disfuncionais* ou *maladaptativos* no que se refere à ativação dos sistemas. Os erros (“distorções cognitivas” e “preconcepções”) podem acontecer tanto em relação ao conteúdo cognitivo propriamente dito (significado) como em relação ao processo de elaboração de significado (processamento cognitivo).

Segundo Bahls e Navolar (2004), existe nos indivíduos uma predisposição a fazerem construções cognitivas falsas e isto se denomina *vulnerabilidade cognitiva*. Em decorrência da especificidade cognitiva uma vulnerabilidade cognitiva específica predispõe a pessoa a uma síndrome específica. Os significados maladaptativos, dos quais resultam a psicopatologia, são contruídos em relação ao que é denominado de *Tríade Cognitiva*, ou seja, em relação ao self, ao ambiente (experiência atual) e ao futuro (objetivo). Existem dois tipos de significado: o “significado público” que pode não ter muitas implicações para o indivíduo (é o significado objetivo de um evento) e o “significado pessoal” ou privado. O significado pessoal é construído a partir de implicações e generalizações relacionadas a ocorrência de um evento.

Existem 3 níveis de cognição: o nível pré-consciente, o nível consciente e o nível metacognitivo. De acordo com esta abordagem, o nível consciente desempenha o papel mais importante na melhora do paciente. Os esquemas nunca adaptativos ou maladaptativos sendo classificados assim com relação a um contexto





específico. Assim os esquemas evoluem para facilitar a adaptação da pessoa ao ambiente no qual está inserida. Estes são, portanto, os 10 axiomas formais da teoria cognitiva, no entanto, nesta abordagem os axiomas não são vistos como elementos estáticos podendo evoluir de acordo com o surgimento de novas evidências. Em diversos transtornos tais como o transtorno de pânico, a depressão e o transtorno bipolar de humor ocorre um prejuízo no funcionamento normal da atividade de organização cognitiva. Nos transtornos de ansiedade, por exemplo, existe o impedimento de uma tendência inata a ampliar o foco de atenção (ampliar o universo de fenômenos aos quais um organismo fica atento) de forma que este organismo atua como se estivesse em uma situação de ameaça real sem poder dar outros significados à situação. Em situações de ameaça à sobrevivência esta tendência é bloqueada de forma que o indivíduo foca sua atenção sobre aquilo que está o ameaçando, o que é extremamente adaptativo do ponto de vista evolutivo (Lotufo Neto, 1993 e Rangé, 1998 em Bahls & Navolar, 2004). Assim, nos transtornos de ansiedade, o indivíduo se sente intensamente vulnerável ao que considera serem ameaças. Esta sensação o leva a se esquivar de situações potencialmente ansiogênicas para ele.

A teoria cognitiva é vista como pertencente às teorias construtivistas, pois percebe a pessoa como um ser que constrói seus significados sobre os fatos e, portanto, constrói a sua própria realidade. Já que a forma como esta interpreta seu mundo determinará a maneira com que ela irá se comportar.

Portanto, a base teórica da terapia cognitivo-comportamental passou a ser desenvolvida no início do século XX com o surgimento do evolucionismo de Charles Darwin e de uma crescente realização de estudos empíricos sobre o comportamento. Na década de 70 houve um grande desenvolvimento e reconhecimento da terapia comportamental devido ao surgimento de técnicas novas, especialmente no tratamento de fobias, obsessões e disfunções sexuais (Lima & Wielenska, 1993 em Bahs e Navolar, 2004).

De acordo com Hawton, Salkovskis, Kirk e Clarck (1997), foi nesta época que Lang, Rachman e outros cientistas desenvolveram a ideia de que um problema psicológico poderia ser compreendido sob três enfoques diferentes ou três sistemas ligados entre si, tais como o sistema comportamental, cognitivo/afetivo e fisiológico.



Esta ideia representou uma quebra com a visão unitária dos problemas psicológicos que até então existia.

Sternberg (2000 em Boruchovitch, 2006) afirma que atenção, memória e percepção trabalham juntas para processar a informação do ambiente e se combinam na solução de problemas. Acredita que os seres humanos são capazes de modificar os processos regulatórios que orientam o comportamento e o pensamento, bem como atesta a importância das variáveis afetivas e motivacionais no processamento da informação. Assim, o processamento de informação contribui para dar embasamento na formulação de tendências teórico-metodológicas para a ciência cognitiva.

Dando seguimento à consolidação da abertura da ciência do comportamento aos fatores cognitivos, alguns autores influenciaram de maneira ainda mais definitiva.

Bandura (1979) desempenhou papel fundamental para o avanço da Teoria Cognitiva-Comportamental, através do trabalho a respeito da *aprendizagem observacional*. Explica que um indivíduo aprende eficazmente a partir da observação de um comportamento emitido por outro e de sua realização posterior. Para o autor o modelo de autoregulação (ou de autoeficácia) está relacionado com este tipo de aprendizagem, pois uma mudança voluntária de comportamento sempre será mediada pela percepção do sujeito a respeito de seu desempenho (capacidade de adquirir um dado comportamento).

Estudos posteriores a respeito do conceito de autocontrole (que seria constituído de três etapas: auto-observação, auto-avaliação e auto-reforço) também tiveram seu papel para a realização de inúmeras pesquisas nas quais foram definidos muitos construtos de natureza cognitivista. Outro autor importante neste processo foi Meichembaum (1977) que partindo de uma abordagem exclusivamente cognitiva desenvolveu a ideia de *treinamento instrucional* baseado na hipótese de que mudanças relativas a determinados comportamentos ocorrem através de alterações no tipo de instrução que um indivíduo dá a si mesmo, de forma a evitar pensamentos disfuncionais e buscar os adaptativos.



Aaron Beck é um de seus principais expoentes, refere que as emoções são oriundas dos pensamentos, interferindo na percepção da realidade e interpretação dos eventos por parte da pessoa, gerando raciocínios, afetos e condutas. Para Beck, a forma como o sujeito interpreta um fato determina como este se sente e se comporta. Não é uma situação por si só que determina o que as pessoas sentem, mas antes, o modo como elas interpretam uma situação. Então, a interpretação de uma situação, em vez da situação em si, frequentemente expressa em pensamentos automáticos, influencia a resposta emocional, comportamental e fisiológica subsequentes. Parte do princípio de que o pensamento distorcido e avaliações cognitivas irreais podem afetar negativamente os sentimentos e o comportamento do sujeito (Beck, 1997; Dobson & Dobson, 2010).

A Terapia Cognitiva de Beck é considerada, atualmente, a principal abordagem cognitiva. Seus trabalhos iniciais eram focados na depressão, como vimos antes. De acordo com a abordagem cognitiva de Beck, os pensamentos e avaliações negativos, comumente encontrados em pacientes com depressão não constituem um sintoma somente, mas são fatores que atuam na própria manutenção desta psicopatologia. Em consequência desta visão, a depressão na terapia cognitiva, assim como os demais transtornos psiquiátricos é tratada levando o paciente a identificar e alterar estes pensamentos disfuncionais. A partir desta influência, a pesquisa e a prática da abordagem comportamental passou a apresentar mudanças.

Para ampliar o modelo da teoria cognitiva de Beck, Jeffrey Young em 1994 desenvolveu a teoria cognitivo-comportamental baseada nos esquemas. Esta abordagem tem por objetivo tratar pessoas consideradas pacientes difíceis ou com transtornos de personalidade e parte do princípio de que os indivíduos possuem necessidades emocionais para se desenvolver e estabelecer relações saudáveis. Quando estas necessidades não são supridas, os sujeitos passam a tentar supri-las através da utilização de esquemas desadaptativos (Young, Klosko & Weishaar, 2003 em Barbosa, Terroso & Argimon, 2014).

Rangé (1998 em Bahls e Navolar, 2004) refere que a disseminação da chamada revolução cognitiva na pesquisa em psicologia, também provocou uma revolução cognitiva no behaviorismo. Aos poucos modelos cognitivos como os de



Ellis (1982), Bandura (1969, 1977, 1989) e Beck e colaboradores (1977, 1985, 1990, 1993) foram sendo introduzidos e progressivamente aceitos. Dessa forma, as terapias designadas de terapias cognitivo-comportamentais (TCC) denominam-se assim porque constituem uma integração de conceitos e técnicas cognitivas e comportamentais. Bem como, compartilham do pressuposto de que mudanças terapêuticas acontecem na medida em que ocorrem alterações nos modos disfuncionais do pensamento.

Neste ponto de vista, o mundo é considerado como constituinte de uma série de eventos que podem ser classificados como neutros, positivos e negativos. No entanto, a avaliação cognitiva que o sujeito faz destes acontecimentos é o que determina o tipo de resposta que será dada na forma de sentimentos e comportamentos. Desta forma, a TCC dá grande ênfase ao pensamento da pessoa e a forma como esta interpreta o mundo. Tendo como um dos principais objetivos corrigir distorções cognitivas que estão gerando problemas à pessoa e fazer com que esta desenvolva habilidades para enfrentá-los.

## **3.2 Marco teórico**

### **3.2.1 Habilidades sociais**

De acordo com Bueno, Oliveira e Oliveira (2001), as habilidades sociais se constituíram na década de 60 como uma área dentro da Psicologia, na Inglaterra, tomando por base estudos relacionados à Psicologia Social e do Trabalho disseminando o termo *habilidades sociais*. Sendo que, as décadas de 60 e 70 são marcadas por estudos relacionados à assertividade e ao treinamento assertivo, uma área tida como precursora do que veio a se desenvolver a partir da década de 80 e firmar-se na de 90 como treinamento de habilidades sociais (THS), um campo de investigação e de aplicação do conhecimento psicológico sobre o desempenho social.



Eceiza, Arrieta e Goñi (2008), postulam que desde metade dos anos 70 até os dias atuais, a psicologia tem demonstrado grande interesse no tema das habilidades sociais e a uma dimensão social do comportamento que, com outros nomes, já era estudada pela psicologia desde os anos 30 (Jack, 1934; Williams, 1935; Page, 1936; Murphy e Neewcomb, 1937). Entretanto, é na década de 60 que o termo habilidades sociais se consolida, se delimitam suas bases teóricas e conceituais e se gera um volume muito grande de pesquisa dirigida tanto a avaliação como ao planejamento e aplicação de programas de intervenção para a melhora de tais habilidades interpessoais.

Um postulado teórico comumente aceito, a partir dos anos 60 (Lang, 1968 em Eceiza, Arrieta e Goñi, 2008) é que as pessoas socialmente habilidosas se diferenciam das pessoas não habilidosas em dimensões tanto condutuais como cognitivas e fisiológicas, por conformarem um sistema de relações interdependentes.

A inicial ênfase nos componentes condutuais derivou nos fundamentos de Ellis (1962), Mahoney (1974), Beck(1976), até o estudo, avaliação e tratamento dos componentes cognitivos das habilidades sociais. Assim, ao final dos anos 70 e, sobretudo na década de 80, se construíram inventários para avaliação dos aspectos cognitivos relacionados com a conduta socialmente habilidosa.

Uma das conclusões mais consistentes desta linha de trabalho é a presença de autoverbalizações negativas como elemento cognitivo básico da atuação social inadequada. Isto é, as autoverbalizações ou pensamentos negativos interferem na conduta social adequada (Caballo e Buela, 1989 em Eceiza, Arrieta e Goñi, 2008). Desta forma, sujeitos de alta e baixa habilidade social se diferenciam na frequência de pensamentos negativos.

Considerando a importância de investigar as *habilidades sociais* no ambiente carcerário, Del Prette & Del Prette (2008) nos mostram que os comportamentos nas interações sociais podem ser agrupados, em duas classes: os antissociais e as habilidades sociais. Os **antissociais** incluem os diversos tipos de comportamentos que oferecem prejuízos na qualidade das relações interpessoais. As **habilidades sociais** é a denominação dada às diferentes classes de comportamentos sociais, disponíveis no repertório de uma pessoa, que contribuem para a qualidade e a efetividade das interações que ela estabelece com as demais.



O conceito de habilidades sociais envolve o aspecto descritivo dos comportamentos verbais e não verbais necessários à competência social (Bandeira, Del Prette & Del Prette, 2000). Diversos autores definem habilidades sociais como conjunto de capacidades comportamentais aprendidas que envolvem interações sociais, estando submetida a fatores ambientais e variáveis da pessoa. Em geral, as pessoas têm habilidades básicas adequadas, mas enfrentam problemas com habilidades mais avançadas, tais como a comunicação assertiva e o enfrentamento de conflitos.

O desenvolvimento da área das habilidades sociais cresceu juntamente com a necessidade de avaliação deste constructo, que é definido como um desempenho e não como um traço. Enquanto desempenho, as habilidades sociais apresentam características de especificidade situacional, o que pressupõe uma avaliação a partir de variadas dimensões situacionais e culturais. Ou seja, alguns comportamentos podem contribuir para a competência social em um contexto situacional ou cultural, mas não em outro, em função de valores e regras próprios de determinada cultura ou subcultura (Bandeira, Del Prette & Del Prette, 2006; Del Prette & Del Prette, 2008).

Para Caballo (1993 em Pacheco, Teixeira e Gomes, 1999) as habilidades sociais devem ser avaliadas dentro de um marco cultural determinado e dos padrões de comunicação que variam amplamente entre culturas e dentro de uma mesma cultura, dependendo de fatores tais como idade, sexo, classe social e educação. A conduta considerada apropriada em uma situação pode ser obviamente inapropriada em outra. Além disso, as peculiaridades de cada contexto social (cultura, valores, papéis, normas) irão propiciar determinados padrões de comportamento, guardando uma característica idiossincrática para cada indivíduo e grupo social.

Estudos de caracterização das habilidades sociais relevantes para diferentes contextos situacionais e culturais podem oferecer subsídios à pesquisa e à atuação nessa área, enquanto referência para a identificação dos déficits e recursos comportamentais associados a determinadas tarefas interativas, a certos segmentos populacionais e ao exercício de determinados papéis.

Segundo Del Prette & Del Prette (2008), déficits em habilidades sociais podem ser evidenciadas em: 1) práticas inefetivas e/ou inconsistentes; 2) tendência



a reproduzir padrão de relacionamento e de educação; 3) falta de planejamento de tarefa educativa, que acaba ficando sob controle incidental de contingências momentâneas. Para os autores parece consensual que no campo das habilidades sociais, a noção de que pequenas alterações na topografia de um desempenho podem alterar sua efetividade na interação social. Por isso, a importância de medir adequadamente estas habilidades com o objetivo de adquirir conhecimento sobre o repertório dos sujeitos dentro do sistema carcerário.

Funcionalmente, as habilidades sociais se definem pela relação entre as instâncias de respostas observáveis em episódios de interação social e os antecedentes (demandas ou estímulos discriminativos) e conseqüentes (observados ou inferidos como prováveis a curto e/ou médio prazo) associados a essas respostas. Del Prette e Del Prette (2001) propõem um sistema de classes de habilidades sociais que inclui as habilidades de comunicação (iniciar, manter e encerrar conversação, gratificar, elogiar etc.); de civilidade (apresentar-se, cumprimentar, agradecer, despedir-se etc.); de exercício de direitos e deveres em prol da cidadania (expressar opinião, concordar, discordar, desculpar-se, admitir falhas, interagir com autoridades, encerrar relacionamento, expressar desagrado etc.); de trabalho (coordenar grupo, falar em público, resolver problemas, tomar decisões, mediar conflitos etc.); e de expressão de sentimentos positivos.

A tarefa educativa pode ocorrer em contextos diversificados e sob a responsabilidade de diferentes pessoas, cuja principal característica seria, portanto, o exercício de um papel socialmente atribuído (pais, professores, médicos, assistentes sociais, gerentes em organizações, dentre outros) ou auto-atribuído de promover a aprendizagem e o desenvolvimento de outras pessoas (educadores de rua, líderes religiosos, sindicais, comunitários, dentre outros). Aqueles que realizam essas tarefas são designados como *agentes educativos*, termo aplicado a qualquer pessoa que promove, de maneira regular ou ocasional, o processo de aprendizagem e/ou desenvolvimento de outras (Del Prette & Del Prette, 2008).

Sem ignorar a diversidade de fatores que podem estar envolvidos no sucesso ou insucesso desses agentes educativos, um que vem sendo considerado como relevante é o repertório de habilidades sociais educativas. Tendo como base o conceito proposto por Argyle de *habilidades sociais educativas* (Del Prette & Del



Prette, 1999), aplicável não somente às relações professor-aluno, mas também a outros contextos formais (por exemplo, os programas de treinamento em serviço nas organizações) e informais (relações pais-filhos e grupos comunitários).

Dada essa amplitude, as habilidades sociais educativas (HSE) foram genericamente definidas como aquelas intencionalmente voltadas para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem do outro, em situação formal ou informal (Del Prette & Del Prette, 1999, p.94). As habilidades sociais são chamadas de educativas em função dos efeitos que produzem ou da probabilidade de gerarem mudanças no repertório comportamental das pessoas, caracterizando um processo que deve ser realimentado por esses efeitos. Portanto, é importante ressaltar que não basta a atribuição social do papel de educador e a emissão de determinados comportamentos, ainda que alguns possam ter maior probabilidade de serem efetivos. A ação educativa implica em avaliação e monitoramento dos efeitos desses comportamentos sobre o outro. Por exemplo, para caracterizar uma ação, uma instrução como educativa, é necessário verificar se a pessoa aprendeu. Ainda que não contemplada explicitamente na definição, a efetividade de desempenhos sociais caracterizadas como HSE supõe o uso apropriado de componentes não verbais (gestos, expressões faciais e corporais) e paralingüísticos (volume e forma da fala, clareza, fluência, ênfase, dentre outros), conforme definidos em Del Prette e Del Prette (2008).

Nesse caso, parece claro, que servidores penitenciários atuam como agentes educativos e contribuem informalmente para o desenvolvimento das habilidades sociais, cientes de que pequenas alterações na topografia de um desempenho podem alterar sua efetividade na interação social de pessoas privadas de liberdade.

Apesar de o estudo dos transtornos de personalidade não ser o mérito desta tese, há que se considerar a possibilidade disso no público aqui estudado. Del Prette, Falcone e Murta (2013) entendem que a relação entre habilidades sociais e os transtornos de personalidade estão imbricados com a questão da qualidade das relações interpessoais, em geral comprometida em pessoas que apresentam transtorno de personalidade. O que remete a considerações sobre os processos terapêuticos e educativos junto a estas pessoas, a fim de conseguir prevenir o agravamento de transtorno e seus desdobramentos nas relações interpessoais por





meio de conflitos, bem como, restaurar e sustentar relações mais saudáveis e satisfatórias.

Padrões cognitivos e estratégias interpessoais disfuncionais são mais evidentes e permanentes em indivíduos com transtorno de personalidade (Beck, Freeman, & Davis, 2005). Embora desejando o vínculo saudável com as outras pessoas, esses indivíduos se retraem, sufocam, controlam, manipulam, rejeitam, agridem ou humilham, provocando de várias formas a rejeição e o abandono daqueles que são importantes para eles (Leahy, 2001 em Del Prette, Falcone & Murta, 2013).

Os estudos referidos apoiam, portanto, a noção de que as deficiências em habilidades sociais podem constituir um fator de vulnerabilidade para transtornos psiquiátricos em geral, sendo mais marcantes em indivíduos com transtornos de personalidade. Trower, O'Mahony e Dryden (1982 em Del Prette, Falcone & Murta, 2013) encontraram nesses indivíduos componentes cognitivos tais como: autoconceito negativo, baixa autoconsciência, pensamentos irracionais. Além disso, tendiam a distorcer para o lado negativo os *feedbacks* recebidos, o que interferia no desempenho social, e não respondiam bem aos psicofármacos, criando problemas com seus terapeutas.

Para Beck e Freeman (1993 em Del Prette, Falcone & Murta, 2013), os esquemas constituem a chave do entendimento do estilo interpessoal característico em indivíduos com transtorno de personalidade. Nesses indivíduos, os esquemas são rígidos e desadaptativos, ou seja, a pessoa distorce a realidade para que ela seja coerente com os seus esquemas. Os esquemas dos indivíduos com transtorno de personalidade conduzem a interpretações tendenciosas autoconfirmatórias, tais como concepções errôneas, atitudes distorcidas, premissas inválidas e metas e expectativas pouco realistas. Tais interpretações tendenciosas geram dificuldades na interação social, sem que o indivíduo perceba a sua participação nessas dificuldades, gerando reações negativas e rejeição por parte dos outros, o que contribui para confirmar as interpretações tendenciosas, perpetuando ciclos cognitivos interpessoais mal-adaptativos.

Em síntese, os indivíduos com transtorno de personalidade possuem padrões cognitivos disfuncionais mais rígidos. O que explica as deficiências em habilidades



sociais mais marcantes e mais resistentes à mudança. Assim, programas de habilidades sociais associados ao processo terapêutico têm se mostrado um importante fator na manutenção e seguimento terapêutico (Simon, 2009 em Del Prette, Falcone & Murta, 2013).

Os autores ainda enfatizam a pertinência de programas de habilidades sociais para a comunidade visando a prevenção universal de transtornos psicológicos, bem como, do importante papel de as pessoas mais próximas interagirem para o desenvolvimento deste aprendizado dando ênfase aos pais e cuidadores enquanto agentes primários de prevenção de transtornos de personalidade desde a primeira infância. Contudo, como a socialização é um processo que discorre por todo o ciclo de vida das pessoas, aqui se reforça a necessidade disso ser aplicado por servidores penitenciários no convívio e intervenções junto a pessoas que vivem um momento crítico não normativo de desenvolvimento ao qual o aprisionamento escancara a falha ou o fracasso das habilidades sociais e por isso, explica-se o segregamento do ambiente social a fim de aprenderem algo sobre isso.

### ***3.2.2 Estratégias de enfrentamento***

Minayo (1994) discorre que, a violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade. Sendo praticamente unânime entre vários estudiosos de que não é um fenômeno da natureza humana e não tem raízes biológicas. Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial e seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade. Não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente. Pelo contrário, a dialética do desenvolvimento social traz à tona os problemas mais vitais e angustiantes do ser humano.

A violência é considerada uma das principais fontes de problemas ou doenças que afetam a saúde mental, tais como a depressão, o transtorno de estresse pós-traumático, as mudanças severas no humor, entre muitos outros. Contudo, o papel



desempenhado pelas instituições tem sido mais reativo do que preventivo, já que as consequências físicas da violência foram priorizadas devido à falta de pessoal capacitado para a atenção desses efeitos, a inadequação da infraestrutura e, em termos gerais, a escassa canalização de recursos para atenção e prevenção.

A violência gera custos importantes para o Estado, suas instituições e a população em seu conjunto, não obstante, os custos sociais tem sido contornados com frequência, havendo também dificuldades de ter uma noção clara dos problemas relativos a saúde física e mental das pessoas.

Trabalhar com pessoas em meio a violência suscita com que seja revisitado brevemente os eixos teóricos relativos a burnout e as estratégias de enfrentamento em servidores penitenciários. Pois ambos os conceitos se entrelaçam frente a abordagem das problemáticas relacionadas a qualidade de vida no trabalho.

O burnout é uma problemática de alto impacto no âmbito laboral por seus efeitos negativos no rendimento e satisfação dos trabalhadores, se vincula a situações de estresse no trabalho, em que o sujeito se sente impossibilitado de enfrentar adequadamente.

Conhecida como síndrome de se queimar por dentro, o burnout é conhecido como um processo de esgotamento decorrente de progressiva frustração no trabalho. Maslach e Jackson (1986 em Marsollier e Aparicio, 2010), pioneiros no estudo do problema, definem o burnout como uma síndrome que se caracteriza por apresentar altos níveis de cansaço emocional, despersonalização, acompanhados por sentimento de baixa realização profissional. Aparece em pessoas que trabalham com pessoas.

O processo pelo qual o sujeito chega ao burnout se encontra intimamente vinculado ao uso e desenvolvimento de estratégias de enfrentamento ou recursos pessoais (pensamentos e ações) que dispõe cada sujeito para enfrentar as demandas do meio, especialmente aquelas que resultam estressantes.

Mikulic e Crespi (2004) se dedicam em compreender as modalidades de enfrentamento que pessoas privadas de liberdade mobilizam frente a diversas situações percebidas como estressantes no contexto adverso ao qual se encontram. Propõem que uma avaliação sobre a influência recíproca entre indivíduo e contexto



devendo tomar em conta as transições ecológicas ou modificações que distintos eventos da vida de um sujeito produz em sua forma particular de operar e se relacionar no seu ambiente.

Podemos compreender o processo de aprisionamento como uma transição ecológica. Bronfenbrenner (1987) explica que uma transição ecológica se produz quando a posição de uma pessoa em seu ambiente se modifica como consequência de uma mudança de papel, de seu contexto, ou ambos. A partir desta perspectiva a privação de liberdade modifica o modo habitual do sujeito e lhe conduz a adoção de novas formas de conduta, papéis e modalidades relacionais como forma de se adaptar as demandas do contexto carcerário. Tal como nos pontua Goffman (2001), a prisão é uma instituição total com características particulares que influencia o comportamento dos sujeitos afetando o seu modo de ser habitual, gerando uma tensão entre o mundo cotidiano dos internos e a instituição. A ruptura com o mundo exterior despoja o sujeito de seus papéis, hábitos e até mesmo podemos ponderar nas suas próprias modalidades defensivas e forma de resolver conflitos. Ao mesmo tempo esta transição introduz mudanças no contexto interpessoal dos indivíduos e na disponibilidade de recursos e redes de apoio, gerando novos estressores e sucessos vitais negativos (Mikulic e Crespi, 2004).

A privação de liberdade se caracteriza como crise vital de transição não normativa, ou seja, de natureza imprevisível ou inesperada no curso do desenvolvimento que exige a mobilização de novas estratégias ou recursos que possam oportunizar o crescimento e a maturidade psicológica. Dado que a situação de crise supõe um estado temporal de desorganização caracterizado, principalmente, pela incapacidade do indivíduo saber abordar situações particulares utilizando métodos acostumados para a solução de problemas. Sendo relevante o aumento das capacidades para enfrentar adversidades e transformá-las em circunstâncias fortalecedoras através de estratégias de enfrentamento exitosas (Caplan, 1966 em Mikulic, Muinõs, Crespi, Fernández, Monges, Lorenzut & Ojeda, 2005).

Moos (1994 em Mikulic e Crespi, 2004) lembra que sujeitos que vivem em contextos mais estressantes estão mais expostos a vivenciar novos sucessos



estressantes e por sua vez, tais eventos podem contribuir a aumentar os estressores atuais e a diminuir os recursos com os quais o sujeito conta.

Desde uma perspectiva cognitiva-condutual define-se por **estratégias de coping ou estratégias de enfrentamento** o “conjunto de esforços, cognitivos e comportamentais, utilizados pelas pessoas com o objetivo de lidar com demandas específicas, internas ou externas, que surgem em situações de estresse e são avaliadas como sobrecarga ou excedendo a seus recursos pessoais”. Na literatura brasileira se utiliza, amplamente, tanto o termo enfrentamento como a palavra inglesa *coping*, para se referir ao mesmo conceito, da mesma forma que as estratégias de enfrentamento também são nomeadas como estratégias de *coping*. Para este trabalho optou-se por utilizar o termo enfrentamento.

O modelo de *coping* proposto por Folkman e Lazarus significa as *estratégias de enfrentamento* que as pessoas utilizam para se adaptar às circunstâncias adversas decorridas ao longo da vida. Estas estratégias são esforços cognitivos e condutuais que as pessoas desenvolvem frente a demandas específicas externas e/ou internas que são avaliadas como excedentes aos seus próprios recursos. Tais estratégias têm o potencial de impactar de forma positiva ou negativa a saúde física e mental das pessoas, com capacidade de modificar a evolução do estresse, seja evitando ou confrontando a situação estressora (Dias e Ribeiro, 2019; Marsollier e Aparicio, 2010).

Dias e Ribeiro (2019) comentam que estudos sobre este fenômeno tem despertado interesse por parte de vários pesquisadores, visto que evidenciam o efeito e a correlação entre as estratégias de enfrentamento com o estresse e a saúde mental, demonstrando que coping pode estar fortemente associado a resultados psicológicos positivos. Complementam ainda, portanto, que a capacidade e a maneira como o indivíduo utiliza as estratégias de coping pode alterar o funcionamento biológico e afetar os resultados de saúde, nos comportamentos de risco ou nas alterações e respostas cognitivas e/ou comportamentais.

Brantley e Garrett (1993 em Dias e Ribeiro, 2019) concluíram que os comportamentos de alto risco podem causar mudanças no funcionamento psicológico, diminuição na resistência a doenças, hipersensibilidade neurológica e enfrentamento inadequado. Apontam ainda que, pesquisas que examinaram a



relação específica entre estresse e doenças apresentaram correlações entre estresse psicológico e manifestação de sintomas, tanto agudos quanto crônicos, com maior evidência nas doenças infecciosas, câncer, doenças cardiovasculares e crônicas, como diabetes, asma e perturbações gastrointestinais.

Ribeiro (2005) argumenta que a história do conceito de coping acompanha a psicologia desde os seus primórdios, procurando entender a forma como as pessoas se adaptam às circunstâncias adversas da vida. O termo coping emerge da investigação da psicologia sobre o estresse, ao concluir que este não é simplesmente um processo automático de estímulo-resposta, mas sim influenciado por fatores mediadores que podem ser internos e externos. A partir desse momento, os estudos sobre os fatores psicológicos do estresse levaram à formulação do coping como elemento integrante do processo de estresse.

Folkman e Moskowitz (2004 em Suit & Pereira, 2008) realizaram uma retrospectiva sobre o campo de conhecimentos construído ao longo dos anos e observaram um amplo crescimento do uso e de compreensão do conceito. O enfrentamento é um processo complexo e dinâmico. Para uma compreensão mais apurada, é necessário o estudo de variáveis que dizem respeito à pessoa envolvida, ao meio em que ela se desenvolve e à relação pessoa-meio.

A teoria cognitivo-comportamental indica que o processo do enfrentamento ocorre num contexto em que a situação é avaliada como pessoalmente significativa e penosa. A avaliação que o indivíduo faz daquela situação em si é subjetiva e o seu significado está de acordo com a sua individualidade, naquele momento e naquele contexto (Lazarus & Folkman, 1984 em Pocinho & Capelo, 2009).

Segundo Dias e Ribeiro (2019), no contexto atual, existem duas grandes correntes conceituais de *coping*. A primeira linha aborda o *coping* segundo o ponto de vista disposicional, caracterizando-o como um traço ou estilo. Essa abordagem considera os diferentes estilos como disposições de personalidade, que transcendem a influência de contextos situacionais ou do tempo (Carver *et al.*, 1989; Endler & Packer, 1990; Holahan, Moos, & Schaefer, 1996). Enquanto a segunda corrente, denominada situacional, caracteriza o *coping* como um processo cognitivo, ativo e consciente de avaliação e resposta a situações de estresse. Essa abordagem pressupõe que as reações constituem um conjunto de pensamentos e



comportamentos que ocorrem em resposta a eventos problemáticos específicos, sujeitos a se modificar tanto em função das particularidades da situação quanto através do tempo (Lazarus & Folkman, 1984; Folkman *et al.*, 1986).

As duas abordagens são tratadas como representantes de teorias opostas, no entanto, estão interrelacionadas, explicando diferenças individuais em termos de *coping* e reação a situações de estresse (Carver *et al.*, 1989; Holahan *et al.*, 1996). Em geral, os estilos de *coping* estão atrelados às características de personalidade, enquanto as estratégias referem-se a ações cognitivas ou comportamentais adotadas no curso de um episódio particular de estresse.

Folkman e Lazarus postulam que *coping* é uma resposta com o objetivo de aumentar, criar ou manter a percepção de controle pessoal frente ao fator estressante (Savóia, Santana & Mejias, 1996 em Dias e Ribeiro, 2019). Refere-se aos esforços cognitivos e comportamentais, ou seja, aos pensamentos e comportamentos que as pessoas usam para gerenciar, dominar, reduzir ou tolerar as demandas internas e externas criadas diante de uma situação estressora (Folkman & Lazarus, 1980 em Dias e Ribeiro, 2019).

Na interação com o ambiente, inicialmente o indivíduo faz uma avaliação da situação estressora de forma cognitiva. Tal avaliação diz respeito ao processo cognitivo por meio do qual um evento é avaliado em relação ao que se está em jogo (avaliação primária) e que recursos e opções de enfrentamento estão disponíveis para lidar com o fator de estresse (avaliação secundária) (Folkman & Lazarus, 1980 em Dias e Ribeiro, 2019).

A avaliação primária é o termo utilizado para definir a avaliação do significado atribuído pelas pessoas diante de uma situação de estresse. Ela é moldada por crenças pessoais, valores e objetivos. Já a avaliação secundária refere-se à avaliação que a pessoa faz de suas opções de enfrentamento. Essas opções são determinadas tanto pela situação quanto pelos recursos físicos, psicológicos, materiais e espirituais de enfrentamento do indivíduo. As duas formas de avaliação determinam se a situação é avaliada como um dano ou uma perda, uma ameaça ou um desafio (Folkman, 2010 em Dias e Ribeiro, 2019).



Caso o acontecimento seja considerado um evento estressante, inicia-se então um processo cognitivo de avaliação do agente estressor. Nesse caso, existem três tipos principais de avaliações realizadas: 1. *Perda ou danos*, que se refere ao dano que já ocorreu; 2. *Ameaça*, que se refere ao dano ou perda que ainda não ocorreu, mas é antecipado; e 3. *Desafio*, que se refere a uma oportunidade antecipada de domínio ou ganho. Sendo assim, o indivíduo pode avaliar uma situação estressora como causadora de dano, se esta for contra seus valores pessoais ou o impedir de atingir seus objetivos, resultando em prejuízo psicológico. Já a ameaça é uma situação que antecipa o dano, ou seja, que ainda não ocorreu, mas é previsível. Contudo, ao contrário do dano, a ameaça permite organizar-se e preparar-se para o futuro. Nas situações de desafio, apesar de também ser estressante, o indivíduo sente-se capaz de superá-las utilizando suas estratégias de enfrentamento de maneira eficaz. A ameaça e o desafio têm em comum a mobilização de estratégias de enfrentamento, mas, enquanto na ameaça o indivíduo foca no potencial lesivo da situação, gerando emoções negativas como ansiedade e medo, no desafio ele tenta pensar em estratégias para vencer o acontecimento, sendo acompanhado de sentimentos positivos. O grau em que uma pessoa experimenta o estresse psicológico, ou seja, o quanto se sente prejudicada, ameaçada ou desafiada, é determinado pela relação entre ela e o ambiente, uma vez que é definido tanto pela avaliação da situação quanto pela avaliação dos recursos de enfrentamento disponíveis (Folkman & Lazarus, 1980 em Dias e Ribeiro, 2019).

Assim sendo, o modelo de Folkman e Lazarus busca compreender o *coping* do ponto de vista das respostas cognitivas e comportamentais que as pessoas usam para gerenciar a angústia e resolver os problemas da vida diária que causam desconforto. A teoria coloca grande ênfase no papel da avaliação cognitiva na formação da qualidade da resposta emocional do indivíduo em uma relação pessoa-ambiente e as formas de lidar com o evento avaliado (Dias e Ribeiro, 2019).

A teoria cognitiva comportamental envolve quatro conceitos principais: (1) *Coping* como um processo ou interação entre o indivíduo e o ambiente; (2) com função de administrar a situação estressora, em vez de controlá-la ou dominá-la; (3) processos de *coping* pressupondo a noção de avaliação, ou seja, como o fenômeno é percebido, interpretado e cognitivamente representado de forma mental pelo





indivíduo; (4) processo de *coping* constituído como uma mobilização de esforço, através da qual as pessoas irão empreender esforços cognitivos e comportamentais para administrar (reduzir, minimizar ou tolerar) as demandas internas ou externas que surgem da sua interação com o ambiente (Folkman & Lazarus, 1980).

Molina e Chinchilla (2011) classificaram as estratégias de enfrentamento de duas formas complementares: uma dirigida ao problema, orientada a modificação da situação desde que não incorra em ameaça ao sujeito e a segunda é dirigida a emoção e inclui a resposta emocional negativa a uma situação estressante, que pode ser percebida como ameaça ou estancamento, ou ainda, como oportunidade de aprendizagem para superar-se.

Dependendo desta valoração, o sujeito é capaz de aceitar a realidade da situação e identifica se tem os recursos necessários para fazer frente a situação e sair adiante. Folkman e Lazarus (1984 em Molina e Chinchilla, 2011) estabelecem que a forma em que a pessoa enfrenta a situação depende, principalmente, dos recursos que dispõe para enfrentar as distintas demandas da vida. Estes recursos podem ser positivos ao lhe permitir enfrentar as demandas de forma adequada, ou negativos, prejudicando seu bem-estar biopsicossocial.

Diante do exposto, as estratégias de enfrentamento caracterizam-se por identificar e alterar a maneira com que a pessoa amplifica a influência dos eventos negativos e/ou controla o impacto dos mesmos. Portanto, a pesquisa sobre este constructo também possibilita reconhecer os principais indicadores de sucesso que envolve a redução de eventos negativos e sinais comportamentais de melhoras manifestas de habilidades de enfrentamento mais apropriadas.

### **3.3 Marco substantivo**

Para identificar as habilidades sociais e as estratégias de enfrentamento que mais aparecem, bem como, compreender os resultados na dinâmica de seu



conjunto, se faz necessário conhecer os conceitos de cada fator pertencentes as variáveis deste estudo.

### **3.3.1 Habilidades sociais**

**Fator 1) Enfrentamento com risco e auto-afirmação** - Retratam situações de relacionamento interpessoal que demandam assertividade. Segundo Lange & Jakubowski (1976 em Bandeira, Del Prette & Del Prette, 2000) a subárea referente à assertividade consiste na habilidade de afirmação e defesa dos próprios direitos, através da expressão de pensamentos, sentimentos e crenças, de forma direta e honesta, sem desrespeitar o direito dos outros. Segundo Falcone & Del Prette (2007) esse fator retrata situações de relacionamento interpessoal em que se afirma a auto-estima, com risco potencial de reação indesejável por parte do interlocutor, em outros termos, avaliam o conceito de assertividade. Indica ainda o controle da ansiedade em situações como se apresentar a pessoas desconhecidas, discordar de autoridade, falar em público, dentre outras.

**Fator 2) Autoafirmação na expressão de sentimento positivo** - Se refere à autoafirmação na expressão de afeto positivo e de afirmação da autoestima, não envolvendo risco interpessoal ou um risco mínimo de reação indesejável. Entre as condutas estão elogiar familiares, expressar sentimento positivo, defender outra pessoa num grupo, dentre outras (Bartholomeu, Nunes & Machado, 2008). Falcone & Del Prette (2007) explicam que as habilidades assertivas e empáticas têm sido apontadas como mais críticas em um desempenho social competente, especialmente em situações de conflito de interesses, onde a expressão genuína de entendimento empático anterior à manifestação assertiva tem sido considerada como mais efetiva do que a forma assertiva direta. Assim, a capacidade para compreender e considerar sentimentos e pensamentos de outra pessoa, característica da habilidade empática, antes da expressão assertiva de sentimentos e necessidades, pode aumentar a tolerância e a flexibilidade daquele que empatiza,



facilitando a receptividade do interlocutor e gerando conseqüências positivas para a díade.

**Fator 3) Conversação e desenvoltura social** - Abrange situações sociais neutras que demandam traquejo social na conversação. Altos escores nesse fator supõem um bom conhecimento de normas de relacionamento para a desenvoltura social como manter e encerrar uma conversação, encerrar conversas ao telefone, reagir a elogios, abordar autoridades, recusar pedidos entre outras (Falcone e Del Prette, 2007).

**Fator 4) Auto-exposição a desconhecidos e situações novas**- Para Falcone e Del Prette (2007) representa a abordagem de pessoas desconhecidas, sendo parte semelhante à dimensão anterior, mas com um risco maior de reação do outro. Implica fazer apresentações em público, pedir favores e fazer perguntas à desconhecidos.

**Fator 5) Autocontrole da agressividade**- Supõe reação a estimulações aversivas que demandam controle da agressividade e raiva. Implica expressar desagrado ou raiva de forma mais competente socialmente, em termos do controle de seus sentimentos negativos. Abrange habilidades de lidar com críticas e brincadeiras ofensivas, tendo ainda um componente de impulsividade que é incompatível com a calma e autocontrole avaliado neste fator (Del Prette, Del Prette & Barreto, 1998).

### **3.3.2 Estratégias de enfrentamento**

**Categorias funcionais:** Baseado em análises fatoriais, Folkman e Lazarus propõem a divisão das estratégias de enfrentamento em duas categorias funcionais: estratégia de enfrentamento focalizado no problema e estratégia de enfrentamento focalizado na emoção (Antoniazzi, Dell'Aglio & Bandeira, 1998).



**Estratégia de enfrentamento focalizada na emoção** – Tem como característica o distanciamento, a fuga do problema e a busca por apoio emocional (Folkman, 2010). Descreve a tentativa de substituir ou regular o impacto emocional do estresse, resultando principalmente de processos defensivos que faz com que a pessoa evite confrontar, de forma realista, a ameaça. O *coping* focalizado na emoção tem como função principal a regulação da resposta emocional causada pelo problema/estressor com o qual o indivíduo se defronta, podendo representar atitudes de afastamento ou paliativas em relação à fonte de estresse, como negação ou esquiva estressora (Lazarus & Folkman, 1984 em Dias e Ribeiro, 2019).

Esses esforços de *coping* são dirigidos a um nível somático e/ou de sentimentos, tendo por objetivo alterar o estado emocional. Fumar um cigarro, tomar um tranquilizante, assistir a uma comédia na TV e sair para correr são exemplos de estratégias dirigidas a um nível somático de tensão emocional. Sua função é reduzir a sensação física desagradável de um estado de estresse (Antoniazzi *et al.*, 1998).

Em síntese, é considerada um esforço para a regulação do estado emocional que é originado a partir das situações estressantes; seu objetivo é modificar o estado emocional da pessoa, seja num nível somático ou de sentimentos relativos à tensão. Esse tipo de enfrentamento pode constituir-se de atitudes de afastamento ou paliativas, diante da fonte de estresse, tais como o uso de drogas, álcool, descargas emocionais e outras (Suit & Pereira, 2008; Dobson & Dobson, 2010).

**Estratégias de enfrentamento focalizada no problema** – Se refere as estratégias que são tomadas com referência no problema, ou seja, um plano de resolução dos eventos estressantes utilizando uma coleta de informações sobre a situação estressora para a tomada de decisão. São consideradas estratégias de adaptação, uma vez que permitem a mudança da situação, seja pela tentativa de remover o problema, seja pela diminuição da capacidade de impacto da fonte estressora. No *coping* focado no problema, a pessoa procura engajar-se no manejo ou na alteração do problema ou situação causadora de estresse, visando controlar ou lidar com a ameaça, o dano ou o desafio (Lazarus & Folkman, 1984 em Dias e Ribeiro, 2019).

Em geral, trata-se de estratégias ativas de aproximação em relação ao estressor, como forma de planejamento e solução de problemas. A função dessa



estratégia é alterar o problema que está causando a tensão na relação entre a pessoa e o ambiente. A ação de *coping* pode ser direcionada interna ou externamente. Quando o *coping* focalizado no problema é dirigido para uma fonte externa de estresse, inclui estratégias tais como negociar para resolver um conflito interpessoal ou solicitar ajuda prática de outras pessoas. Quando dirigido internamente, costuma incluir reestruturação cognitiva, como a redefinição do elemento estressor (Antoniazzi *et al.*, 1998).

Representa um esforço da pessoa no sentido de encontrar soluções práticas para tentar manejar ou modificar a situação que deu origem ao estresse, para controlar ou lidar com a ameaça, dano ou desafio. Ocorre, então, uma aproximação do estressor, planejando soluções, solucionando-o e reavaliando-o positivamente (Suit & Pereira 2008; Dobson & Dobson, 2010).

#### **Métodos de enfrentamento:**

**Padrão direto** - para aquelas situações consideradas como passíveis de modificação, haveria uma maior tendência para o uso de estratégias de enfrentamento focalizadas no problema.

**Padrão indireto** - ao lidar com situações avaliadas como inalteráveis, sendo as estratégias de enfrentamento focalizadas na emoção as mais utilizadas (padrão indireto)(Folkman & Lazarus, 1980 em Suit & Pereira, 2008).

#### **Fatores de enfrentamento:**

**1) Confronto** - descreve esforços para alterar a situação, sugerindo algum grau de agressividade e hostilidade.

**2) Afastamento** - descreve esforços para se separar cognitivamente e minimizar o significado da situação.

**3) Autocontrole** - descreve os esforços para regular sentimentos e ações.



**4) Suporte social** - descreve esforços para buscar apoio informativo, apoio tangível e apoio emocional.

**5) Aceitação de responsabilidade** - reconhece o próprio papel no problema com um tema concomitante de tentar as coisas corretamente.

**6) Fuga e esquiva**- descreve esforços para escapar, evitar e desapegar-se do problema.

**7) Resolução de problemas** - descreve esforços analítico concentrado sobre a situação visando alteração deliberada para solucionar o problema.

**8) Reavaliação positiva** - descreve esforços para criar significado positivo com ênfase no crescimento pessoal. Também pode ter conotação religiosa (Bardwell, Ancoli-Israel & Dimsdale, 2001).



## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Características do estudo

A pesquisa é concebida como um processo dinâmico, mutante e evolutivo, que ocorre através de um planejamento e desenvolvido através de procedimentos sistemáticos, mediante o emprego de métodos científicos a fim de analisar e buscar formas de intervenção aos problemas da realidade social (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010; Sampieri, Collado e Lucio, 1997).

Se aplica ao estudo de um fenômeno e se pode manifestar de três formas: quantitativa, qualitativa e mista. Esta última implica combinar as duas primeiras. Cada uma é importante, valiosa e respeitável da mesma maneira (Sampieri, Collado e Lucio, 1997). O que vale é optar pelo melhor tipo de pesquisa para poder analisar determinado fenômeno.

Do ponto de vista da natureza da pesquisa, esta tese se trata de uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimento para aplicação prática da psicologia, dirigida a problemas específicos do sistema prisional (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010).

Do ponto de vista da abordagem do problema optou-se por pesquisa quantitativa considerando haver poucos estudos deste tipo sobre a população funcional e prisional, bem como, se mostrar mais relevante e substancial a fim de atender e contemplar a população envolvida. Necessita da escolha do tema bem delineado e mensurável. Requer o uso de técnicas estatísticas para traduzir os resultados através de uma linguagem clara e objetiva, contemplando a coletividade (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010).

Do ponto de vista de seus objetivos, este estudo se caracteriza por descrever características da população prisional e população funcional no que concerne as suas habilidades sociais e as suas estratégias de enfrentamento, trazendo ao conhecimento as habilidades sociais e as estratégias de enfrentamento mais



utilizadas pelos três subgrupos abordados: gestores penitenciários, agentes penitenciários e pessoas privadas de liberdade. Envolve o uso de técnicas padronizadas para a coleta de dados através de resposta escrita sobre habilidades sociais e estratégias de enfrentamento de cada grupo (Sampieri, Collado e Lucio, 1997; Kauark, Manhães & Medeiros, 2010).

Sampieri, Collado e Lúcio (1997: 245) ao tratar de escalas para medir atitudes mencionam que a *atitude* é uma predisposição aprendida para responder coerentemente de uma maneira favorável ou desfavorável ante a um objeto, ser vivo, atividade, conceito, pessoas ou seus símbolos. As atitudes estão relacionadas com comportamentos que mantemos em torno de objetos que fazem referência. Contudo, as atitudes somente são indicadores de conduta, todavia não significa a conduta em si. Por isso, a medição de atitudes deve ser interpretada como sintomas e não como fatos. Assim, a atitude é como uma semente que mediante certas condições poderá gerar certo comportamento.

As atitudes têm diversas propriedades, entre as quais se destacam: direção (positiva ou negativa) e intensidade (alta e baixa); estas propriedades formam parte da medição. Os métodos mais conhecidos para medir por escalas as variáveis que constituem atitudes são: o escalamento Likert, o diferencial semântico e a escala de Guttman.

O escalamento Likert, método escolhido para esta pesquisa, foi desenvolvido por Rensis Likert em 1932; entretanto, se trata de um enfoque vigente e bastante popularizado. Consiste em um conjunto de itens apresentados em forma de afirmativas, ante os quais se pede aos participantes que se responda com um tipo de reação mais provável. Isto é, ao se apresentar cada afirmativa, se solicita ao sujeito que externar sua reação elegendo um dos cinco pontos ou categorias da escala. Cada categoria possui um valor numérico. Assim, o participante obtém uma pontuação a respeito da afirmativa e ao final uma pontuação total, somando as pontuações obtidas em relação com todas as afirmativas.

As afirmações qualificam o objeto de atitude que se está medindo. Tais frases, afirmativas ou juízos devem expressar somente uma relação lógica; ademais, é muito recomendável que não exceda a 20 palavras. As pontuações da escala





Likert são obtidas somando os valores alcançados a respeito de cada frase, por isso denominada de escala aditiva.

## 4.2 Procedimentos

Para a realização desta tese de doutorado, primeiramente foi necessário submeter o **Plano de Tese** para apreciação do Comitê Científico da UCES. A proposta inicial foi aprovada em **19/07/2012** com o tema *Funcionamento e estratégias de enfrentamento utilizadas por famílias para o rompimento circuito droga-prisão*, e portanto sendo escolhida pelo Orientador Prof. Dr. Sebastián Plut, uma vez que este trabalho com linha de pesquisa voltada a esfera institucional, a saúde do trabalhador e a psicologia jurídica.

Devido a problematização que passei a fazer sobre o próprio tema, decidi modificá-lo, motivada por uma perspectiva que articulasse o público funcional e prisional na sua rotina e fosse possível conceder maior correspondência com a realidade que nos toca, bem como, permitisse instigar propostas e um maior retorno quanto aos resultados ao sistema prisional propriamente.

Ainda que com grande relevância, neste momento ainda, o primeiro tema possui muito pouco espaço e viabilidade. Por um lado, por que a saúde pública antevém ao problema das drogas e recai sobre o cárcere, por outro, devido a falta de recursos humanos para atendimento de pessoas privadas de liberdade, o foco é o preso nas unidades prisionais em geral, quando é possível, integra-se a família.

Mesmo o tema sendo bem considerado pelo Orientador, Coordenadora de Curso e Comitê Científico, assumi o risco em mudar de Orientador (ao qual estava muito satisfeita) e descartar o tempo de estudo já investido. O plano de tese submetido com o segundo tema e ao qual vigora, felizmente, foi aprovado em **02/11/2013** pelo Comitê Científico, sendo mantido o mesmo Orientador.



Após a preparação e aprovação do plano de tese, foi realizado o **projeto de tese**, ao qual foi elaborado sob a supervisão do Prof Dr. Sebastián Plut e aprovado pelo Comitê Científico da UCES em **19/03/2017** (Anexo 9).

No início de 2016 solicitei autorização do Comitê Científico para encaminhar a minha proposta de pesquisa para a Superintendência dos Serviços Penitenciários, visando a autorização para a coleta de dados junto aos gestores, agentes penitenciários e presos. O local responsável por fomentar, autorizar, mediar e divulgar as pesquisas no sistema prisional é a Escola do Serviço Penitenciário através de um setor específico ao qual está vinculado o seu Comitê de Ética em Pesquisa. A **autorização** para a minha **coleta de dados** para a pesquisa ocorreu em **22/06/2016** (Anexo 10).

Quanto aos procedimentos propriamente da coleta de dados, a amostra da presente pesquisa se caracterizou pela participação de 75 pessoas, divididas em 3 subgrupos: vinte e cinco (25) presos, vinte e cinco (25) agentes penitenciários e vinte e cinco (25) gestores, selecionados por conveniência. Foi dada preferência para a aplicação da pesquisa em pessoas que estão em Porto Alegre e Região Metropolitana, área de maior concentração desta população. Bem como, reportou-se a um recorte de gênero sobre o público masculino por ser maior, tanto a população prisional quanto a funcional. Considerando ser pertinente a realização de uma mesma pesquisa com o público feminino e posteriormente ainda, um comparativo entre os gêneros. Especificamente quanto ao grupo de gestores, salienta-se que estes se referem a diretores de estabelecimentos prisionais, delegados penitenciários, coordenadores de divisão e/ou diretores de departamento.

Cada participante recebeu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 11) com orientações acerca da pesquisa e de sua participação. A pesquisadora e quatro assessores de pesquisa aplicaram os instrumentos, necessitando de aproximadamente meia hora. Os assessores de pesquisa são profissionais da psicologia, que atuam no sistema penitenciário e colaboraram com a atividade de forma voluntária, exclusivamente para coleta de dados com o terceiro subgrupo (presos), como forma de facilitar e ampliar o acesso a amostra. A coleta de dados com o subgrupo 1 gestores e o subgrupo 2 agentes penitenciários, foi realizado pela própria pesquisadora.



### **4.3 Instrumentos**

Foram escolhidos 3 instrumentos para a coleta de dados da tese, sendo o Inventário de habilidades sociais – IHS e o Inventário de estratégias de coping - IEC fundamentados pela abordagem teórica da Teoria Cognitiva Comportamental e o questionário sócio demográfico que serviu para complementar as informações relativas a realidade penitenciária.

#### **4.3.1 Questionário sócio-demográfico**

Este instrumento foi elaborado pela pesquisadora para subsidiar a análise das escalas devido à inexistência de material que pudesse coletar informações mais específicas da realidade penitenciária e devido a orientação da Comissão Científica quanto a fundamentar e aprofundar os resultados relativo às habilidades sociais e as suas estratégias de enfrentamento.

É um roteiro composto de 15 perguntas para investigação dos dados sócio-demográficos e obter informações sobre a realidade institucional.

A maior dificuldade quanto ao uso deste instrumento foi em codificar, classificar e preparar os dados para a análise. Requerendo tempo, esforço e dedicação maior. O procedimento para codificação dos dados consistiu em encontrar e dar nome aos padrões gerais de resposta, listar estes padrões e depois indicar um valor numérico a cada padrão. Assim, cada resposta subjetiva foi transformada em uma categoria de resposta (Sampieri, Collado & Lucio, 1997: 331). O roteiro de entrevista semiestruturada poderá ser visto no Anexo 12.

#### **4.3.2 Inventário de Habilidades Sociais – IHS**

O termo habilidades sociais indica condutas interpessoais que envolvem uma série de capacidades específicas que são aprendidas, estando submetidas a fatores ambientais e variáveis das pessoas. Concorde-se com o que preconiza Caballo



(2003), de que o comportamento socialmente competente é aquele que as pessoas consideram apropriado em uma situação específica, levando em conta tanto os conteúdos quanto as consequências dos comportamentos.

Segundo Bandeira, Costa, Del Prette, Del Prette e Gerk-Carneiro (2000), embora vários instrumentos tenham sido construídos para o estudo das habilidades sociais, poucos foram validados para o contexto cultural brasileiro. Sendo que os instrumentos de medidas mais frequentemente utilizados para avaliar habilidades sociais em caso de clientela não-clínica, consistiam em autorrelatos sob forma de questionários e inventários. O que permite cobrir um grande número de situações e comportamentos e facilita a determinação de um padrão normativo em ampla escala. Entretanto, apesar de sua fácil aplicação, o levantamento de dados mostra-se trabalhoso, questionando-se assim, suas limitações acerca de suas qualidades psicométricas.

Nesta mesma perspectiva, Lima (2006) coloca que, a dificuldade de se encontrar instrumentos confiáveis que avaliem o desempenho social no contexto brasileiro, ocorre pelo fato de que a maior parte é desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa, e em razão disso, não apresentar características psicométricas que os validem para um uso satisfatório no Brasil. O pequeno número de instrumentos normativos que estejam em consonância com as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), promoveu o desenvolvimento de algumas pesquisas. Dentre elas, encontra-se o Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette); de Almir Del Prette e Zilda A. P. Del Prette, doutores em Psicologia Experimental.

A complexidade das demandas sociais, a nível pessoal e profissional, requer cada vez mais das pessoas habilidades sociais elaboradas. Além disso, dificuldades de habilidades sociais têm sido associadas à presença de diversos distúrbios psicossociais ou psicossomáticos. O Inventário de Habilidades Sociais (IHS) é um instrumento brasileiro cujo objetivo é caracterizar o repertório de habilidades sociais em situações pessoais cotidianas (Del Prette & Del Prette, 1999). Foi dentro desta perspectiva que, Del Prette e Del Prette (2000) elaboraram o Inventário de Habilidades Sociais para avaliar o desempenho interpessoal de estudantes universitários. Este instrumento foi construído a partir do levantamento das situações



que são mais pertinentes ao conceito de habilidades sociais e de pesquisas realizados pelos autores com universitários. Os itens deste instrumento de medida englobam variados contextos (público, privado ou indefinido), variados tipos de interlocutores (familiar, desconhecido, autoridade, dentre outros) e variadas demandas interpessoais (reações a comportamentos desejáveis ou indesejáveis do interlocutor e emissões que não dependam da ação explícita do interlocutor).

O IHS é aplicável a jovens no final da adolescência e adultos, contém 38 itens de autorrelato para a avaliação das dimensões situacional e comportamental molar das habilidades sociais, cada item descreve uma relação interpessoal e uma possível reação àquela situação. As respostas devem ser indicadas a partir da frequência com que agem ou sentem a maneira como está descrito cada item, conforme legenda de uma escala tipo Likert, com cinco pontos: A (nunca ou raramente), B (com pouca frequência), C (com regular frequência), D (muito frequentemente), E (sempre ou quase sempre), com escore total variando de 0 a 5. O Inventário de Habilidades Sociais – IHS poderá ser visto no Anexo 13.

A construção do instrumento baseou-se nos conceitos do Treinamento de Habilidades Sociais (THS), que preconizam que pessoas socialmente competentes estão mais satisfeitas e sentem-se mais realizadas, assim como se apresentam mais saudáveis, física e mentalmente. Por outro lado, os sujeitos que não possuem tais habilidades costumam ter uma vida com menos qualidade e com maior tendência ao desenvolvimento de transtornos psicológicos (Lima, 2006).

A análise das propriedades psicométricas, no estudo original, junto a 527 universitários sendo priorizada a análise da estrutura fatorial e da consistência interna do instrumento, identificou qualidades psicométricas adequadas, obtendo os seguintes resultados: capacidade discriminativa adequada dos itens, variando de 3,0 a 16,7; consistência interna satisfatória (*alpha* de Cronbach = 0,75) e uma estrutura multidimensional que inclui cinco fatores principais, identificados em termos comportamentais-situacionais, com coeficientes alfa variando de 0,74 a 0,96, que explicam 92,75% da variância total e três parâmetros de avaliação: (1) o escore total; (2) cinco escores fatoriais que são as classes de habilidades interpessoais consideradas pelos autores: enfrentamento e autoafirmação com risco, autoafirmação na expressão de sentimento/afeto positivo, conversação e



desenvoltura social, auto-exposição a desconhecidos e/ou a situações novas e autocontrole de agressividade; (3) escores brutos atribuídos a cada item separadamente (Del Prette, Del Prette & Barreto, 1998; Aliane, Lourenço & Ronzano, 2006; Angélico, Crippa & Loureiro, 2012).

Quanto à elaboração dos itens, estes foram construídos a partir de pesquisas na literatura atual e de estudos realizados pelos autores, o que permitiu a composição de 38 itens que descrevem situações sociais em vários contextos, com diferentes tipos de interlocutores e com demandas para uma diversidade de habilidades. Já no que diz respeito à estrutura fatorial, foram admitidos os itens com carga igual ou superior a 0,30 para a composição dos fatores. Os resultados permitiram que a escala fosse organizada com estrutura fatorial dividida em 5 subescalas, a saber:

**Fator 1 – Enfrentamento e auto-afirmação com risco** apresenta 11 itens que retratam situações de relacionamento interpessoal que demandam assertividade (composto pelos itens 1, 5, 7, 11, 12, 14, 15, 16, 20, 21 e 29);

1) Em um grupo de pessoas desconhecidas, fico à vontade, conversando naturalmente.
5) Quando um amigo(a) a quem emprestei dinheiro, esquece de me devolver, encontro um jeito de lembrá-lo(a).
7) Ao sentir desejo de conhecer alguém a quem não fui apresentado(a), eu mesmo(a) me apresento a essa pessoa.
11) Em uma sala de aula ou reunião, se o professor ou dirigente faz uma afirmação incorreta, eu exponho o meu ponto de vista.
12) Se estou interessado(a) em uma pessoa para relacionamento sexual/afetivo, consigo abordá-la(o) para iniciar conversa.
14) Faço exposição (por exemplo: palestras) em sala de aula ou no trabalho, quando sou indicado(a).
15) Quando uma familiar me critica injustamente, expresso meu aborrecimento direto a ele.
16) Em um grupo de pessoas conhecidas, se não concordo com a maioria, expresso verbalmente minha discordância.
20) Quando estou gostando de alguém com quem venho saindo, tomo a iniciativa de expressar-lhe meus sentimentos.
21) Ao receber uma mercadoria com defeito, dirijo-me até a loja onde a comprei, exigindo sua substituição.
29) Na escola ou no trabalho, quando não compreendo uma explicação sobre algo que estou interessado(a), faço as perguntas que julgo necessárias ao meu esclarecimento.



**Fator 2 – Autoafirmação na expressão de sentimento/afeto positivo** apresenta 7 itens e se refere à autoafirmação na expressão de afeto positivo e de afirmação da autoestima (itens 3, 6, 8, 10, 28, 30 e 35);

3) Ao ser elogiado(a) sinceramente por alguém, respondo-lhe agradecendo.
6) Quando alguém faz algo que acho bom, mesmo que não seja diretamente a mim, faço menção a isso, elogiando-o(a) na primeira oportunidade.
8) Mesmo junto a conhecidos da escola ou trabalho, encontro dificuldade em participar de conversação (“enturmar”).
10) Em minha casa, expresso sentimentos de carinho através de palavras e gestos a meus familiares.
28) Quando um de meus familiares (filhos, pais, irmãos, cônjuge) consegue alguma coisa importante pela qual se empenhou muito, eu o elogio pelo seu sucesso.
30) Em uma situação de grupo, quando alguém é injustiçado, reajo em sua defesa.
35) Se estou sentindo-me bem (feliz), expresso isso para as pessoas de meu círculo de amizades.

**Fator 3 – Conversação e desenvoltura social** apresenta 7 itens que envolvem situações sociais neutras que demandam traquejo na conversação e conhecimento de normas de relacionamento (itens 13, 17, 19, 22, 24, 36 e 37);

13) Em meu trabalho ou em minha escola, se alguém me faz um elogio, fico encabulado(a) sem saber o que dizer.
17) Em uma conversação com amigos, tenho dificuldade em encerrar a minha participação, preferindo aguardar que os outros o façam.
19) Encontrando-me próximo(a) de uma pessoa importante, a quem gostaria de conhecer, tenho dificuldade em abordá-la para iniciar conversação.
22) Ao ser solicitado(a) por um(a) colega para colocar seu nome em um trabalho feito sem a sua participação, acabo aceitando mesmo achando que não devia.
24) Tenho dificuldade de interromper uma conversa ao telefone mesmo com pessoas desconhecidas.
36) Quando estou com uma pessoa que acabei de conhecer, sinto dificuldade em manter um papo interessante.
37) Se preciso pedir um favor a um(a) colega, acabo desistindo de fazê-lo.

**Fator 4 – Auto-exposição a desconhecidos e situações novas** tem 4 itens que informam sobre a abordagem de pessoas desconhecidas, sendo parte semelhante à dimensão anterior mas com um risco maior de reação do outro (itens 9, 14, 23 e 26);

9) Evito fazer exposição ou palestras a pessoas desconhecidas.
--



14) Faço exposição (por exemplo: palestras) em sala de aula ou no trabalho, quando sou indicado(a).

23) Evito fazer perguntas a pessoas desconhecidas.

26) Em campanhas de solidariedade, evito tarefas que envolvam pedir donativos ou favores a pessoas desconhecidas.

**Fator 5 – Autocontrole da agressividade** seus três itens supõem uma reação a estimulações aversivas que requerem um bom controle da agressividade (itens 18, 31 e 38) (Bartholomeu, Carvalho, Silva, Miguel & Machado, 2011; Angélico, Crippa e Loureiro, 2012).

18) Quando um de meus familiares, por algum motivo, me critica, reajo de forma agressiva.

31) Ao entrar em um ambiente onde estão várias pessoas desconhecidas, cumprimento-as.

38) Consigo “levar na esportiva” as gozações de colegas de escola ou de trabalho a meu respeito.

O instrumento, que pode ser aplicado tanto coletiva quanto individualmente, pode ser facilmente corrigido. Inicialmente, aplica-se o crivo de pontuação e inversão dos itens na folha de resposta, somando os valores e obtendo assim o escore total do teste. Para obtenção dos escores fatoriais é preciso transformar o Resultado Bruto de cada item em Resultado T, que são somados e transformados em percentis do mesmo modo como foi feito com o escore total do teste. Para a interpretação, os valores percentis obtidos são comparados ao Grupo Amostral indicando se o repertório de habilidades sociais do sujeito é satisfatório ou deficitário.

Esse teste, que é o único nesse âmbito com propriedades psicométricas adequadas e padronização para utilização em demandas brasileiras, é composto por um material de linguagem acessível para aqueles que possuem um mínimo de conhecimento na área, sendo indicado a profissionais de Psicologia que tenham necessidade em estudar as habilidades sociais. O IHS mostra-se, portanto, capaz de medir o que se propõe, garantindo aos pesquisadores e psicólogos confiabilidade em seus resultados.

Os dados da presente pesquisa foram submetidos a uma análise correlacional de Spearman, adequada para dados não-paramétricos, através do pacote estatístico *Statistical Package for Social Science* (SPSS-21). Para a análise do IHS se tem como desvio padrão em 0,47 e média em 3,55.





### **4.3.3 Inventário de estratégias de coping**

O Inventário de Estratégias de Coping foi construído em 1985 por Folkman e Lazarus e adaptado para o português no ano de 1996 por Savóia, Santana e Mejías. É um questionário composto de 66 itens que englobam pensamentos e ações que as pessoas utilizam para lidar com demandas internas ou externas de um evento estressante específico. Geralmente esse evento é relatado em uma entrevista com uma breve descrição de quem estava envolvido, o local em que se deu o evento e o que aconteceu. Nesta pesquisa foi solicitado aos participantes que se reportassem ao maior risco/conflito vivido no ambiente carcerário. Para cada item o participante deve assinalar a resposta que melhor corresponda o seu comportamento à situação. A resposta é 0 quando não fez uso da estratégia mencionada, 1 se usou um pouco, 2 se usou bastante e 3 se usou em grande quantidade. O Inventário de Estratégias de Coping poderá ser visto no Anexo 14.

Conforme Savóia, Santana e Mejias (1996) o Inventário de Estratégias de Coping de Folkman e Lazarus (1985) foi escolhido para ser adaptado por ter sido construído e validado de acordo com os critérios técnicos de boa aceitabilidade e conteúdo. Folkman, Lazarus, Dunkel-Schetter, De Longis e Gruen (1986) analisaram os itens deste inventário pela técnica estatística da análise fatorial, já que as pessoas usualmente elegem um grande número de estratégias frente a uma determinada situação, conforme sugeriram as pesquisas desenvolvidas por eles anteriormente. Duas escalas foram construídas por meio da análise fatorial. A primeira escala é derivada de um estudo de eventos estressantes relatados por uma amostra de casais de meia-idade. A segunda é derivada de uma amostra de estudantes frente a um exame acadêmico. Os autores sugerem em geral que se utilize a primeira escala porque foi construída a partir de uma amostra grande de sujeitos e de muitos eventos estressantes. Entretanto, se a investigação envolve exames acadêmicos ou estudantes, a segunda escala poderia ser mais apropriada. Como se pretende com este estudo uma utilização mais geral para esse instrumento, se optou por construir uma escala semelhante à primeira do estudo de Folkman e Lazarus.



No estudo destes dois autores, a escala consiste em 8 diferentes fatores, sugeridos pela análise fatorial, cada um avaliando a extensão com que um sujeito utiliza estratégias de *coping*. Os seguintes os fatores encontrados são:

**Fator 1 – Confronto** composto de 6 ítems (ítems 07, 17, 28, 34, 40 e 47)

7) Tentei encontrar a pessoa responsável para mudar suas ideias.
17) Mostrei a raiva que sentia para as pessoas que causaram o problema.
28) De alguma forma extravasei meus sentimentos.
34) Enfrentei como um grande desafio, fiz algo muito arriscado.
40) Procurei fugir das pessoas em geral.
47) Descontei minha raiva em outra(s) pessoa(s).

**Fator 2 – Afastamento** composto de 7 ítems (ítems 06, 10, 13, 16, 21, 41 e 44)

6) Fiz alguma coisa que acreditava que não daria resultados, mas pelo menos fiz alguma coisa.
10) Tentei não fazer nada que fosse irreversível, procurando deixar outras opções.
13) Fiz como se nada tivesse acontecido.
16) Dormi mais que o normal.
21) Procurei esquecer a situação desagradável.
41) Não deixei me impressionar, me recusava a pensar muito sobre a situação.
44) Minimizei a situação me recusando a me preocupar seriamente com ela.

**Fator 3 – Autocontrole** composto de 5 ítems (ítems 14, 15, 35, 43 e 54)

14) Procurei guardar para mim mesmo(a) os meus sentimentos.
15) Procurei encontrar o lado bom da situação.
35) Procurei não fazer nada apressadamente ou seguir meu primeiro impulso.
43) Não deixei que os outros soubessem da verdadeira situação.
54) Procurei não deixar que meus sentimentos interferissem muito nas outras coisas que eu estava fazendo.

**Fator 4 – Suporte social** composto de 6 ítems (ítems 8, 18, 22, 31, 42 e 45)

8) Conversei com outra(s) pessoa(s) sobre o problema, procurando mais dados sobre a situação.
18) Aceitei a simpatia e a compreensão das pessoas.
22) Procurei ajuda profissional.
31) Falei com alguém que poderia fazer alguma coisa concreta sobre o problema.
42) Procurei um amigo ou um parente para pedir conselhos.
45) Falei com alguém sobre como estava me sentindo.



**Fator 5 – Aceitação de responsabilidade** composto de 7 ítems (ítems 9, 25, 29, 48, 51, 52 e 62)

9) Me critiquei, me repreendi.
25) Desculpei ou fiz alguma coisa para reparar os danos.
29) Compreendi que o problema foi provocado por mim.
48) Busquei nas experiências passadas uma situação similar.
51) Prometi e mim mesmo(a) que as coisas serão diferentes na próxima vez.
52) Encontrei algumas soluções diferentes para o problema.
62) Analisei mentalmente o que fazer e o que dizer.

**Fator 6 – Fuga e esquivia** composto de 2 ítems (ítems 58 e 59)

58) Desejei que a situação acabasse ou que de alguma forma desaparecesse.
59) Tinha fantasia de como as coisas iriam acontecer, como se encaminhariam.

**Fator 7 – Resolução de problemas** composto de 6 ítems (ítems 1, 26, 46 e 49)

1) Me concentrei no que deveria ser feito em seguida no próximo passo.
26) Fiz um plano de ação e o segui.
46) Recusei recuar e batalhei pelo que queria.
49) Eu sabia o que deveria ser feito, portanto dobrei meus esforços para fazer o que era necessário.

**Fator 8 – Reavaliação positiva** composto de 9 ítems (ítems 20, 23, 30, 36, 38, 39, 56, 60 e 63)

20) Me inspirou a fazer algo criativo.
23) Mudei ou cresci como pessoa de uma maneira positiva.
30) Saí da experiência melhor do que eu esperava.
36) Encontrei novas crenças.
38) Redescobri o que é importante na vida.
39) Modifiquei aspectos da situação para que tudo desse certo no final.
56) Mudei alguma coisa em mim, me modifiquei de alguma forma.
60) Rezei.
63) Pensei em uma pessoa que admiro e em como ela resolveria a situação e a tomei como modelo.

A validade da forma do questionário em português foi verificada com 100 sujeitos universitários. A instrução dada era que se reportassem a uma situação de estresse ocorrida na última semana. Nesta pesquisa será solicitado aos participantes que se reportem ao maior risco/conflito vivido no ambiente carcerário.



Savóia, Santana e Mejías (1996) identificaram que a sua utilização em língua portuguesa obteve um resultado fidedigno ao original com relação à interpretação das questões. Também verificaram que o instrumento é preciso e válido para o estudo de estratégias de *coping*, segundo os padrões comumente aceitos em Psicologia. Foi possível demonstrar que existe correspondência entre a versão original em inglês e a sua tradução para o português. O instrumento tem uma boa estabilidade temporal, uma vez que no método teste-reteste, as respostas obtidas no reteste se mantiveram estáveis em relação ao teste. Com respeito à precisão pelo método das metades, podemos dizer que o instrumento tem uma boa consistência interna.

Benetti, Stumm, Weller, Batista, Lopes e Guido (2015) sugerem para a análise do Inventário de Estratégias de *Coping*, a realização da soma das pontuações atribuídas a determinado item do instrumento e dividir esse valor pelo número de sujeitos da pesquisa, obtendo-se a média do item para população. Esse processo precisa ser repetido para cada item do inventário. Assim, os itens de maior média representarão as ações mais utilizadas pelos trabalhadores e presos para o enfrentamento dos estressores. Além disso, para identificar a média por fator, realiza-se a soma das pontuações atribuídas aos itens de um mesmo fator do inventário, dividida pelo número de itens que compõem o referido fator, obtendo-se a média do sujeito em cada fator do instrumento. Com a soma dessas médias, dividida pelo número de sujeitos, obtem-se a média da população por fator do Inventário de Estratégias de *Coping*. Dessa maneira, os fatores de maior média serão considerados os mais utilizados para lidar com o estresse no ambiente de trabalho.

#### **4.4 Coleta e análise dos dados**

Os instrumentos foram avaliados quanto a qualidade do seu preenchimento. Aqueles considerados bem preenchidos e completos foram agregados ao banco de dados criado diretamente no programa estatístico SPSS 21.0 – Statistical Package for the Social Sciences SPSS 21.0.



Como trata-se de um programa estatístico o questionário sócio demográfico precisou ser adaptado para que suas categorias de análise se tornassem objetivas para facilitar o levantamento das informações.



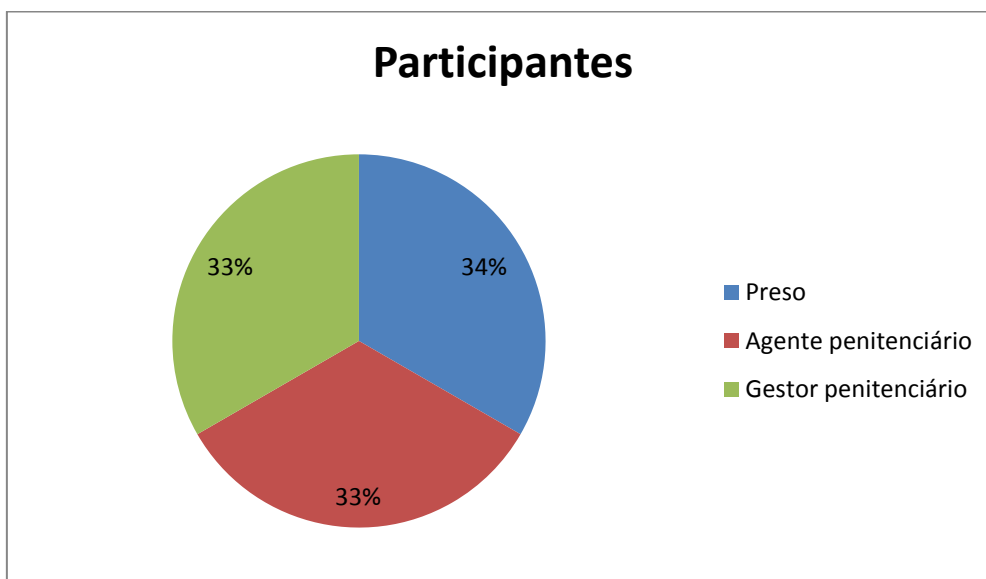
## 5 RESULTADOS

Os resultados obtidos através do questionário sócio-demográfico elaborado exclusivamente para esta pesquisa foram:

### 5.1 Resultado do Instrumento 1: Questionário sócio-demográfico

Tabela 1 – Participantes

Participantes	Frequência	Percentual
<i>Preso</i>	25	33,3
<i>Agente penitenciário</i>	25	33,3
<i>Gestor penitenciário</i>	25	33,3
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>



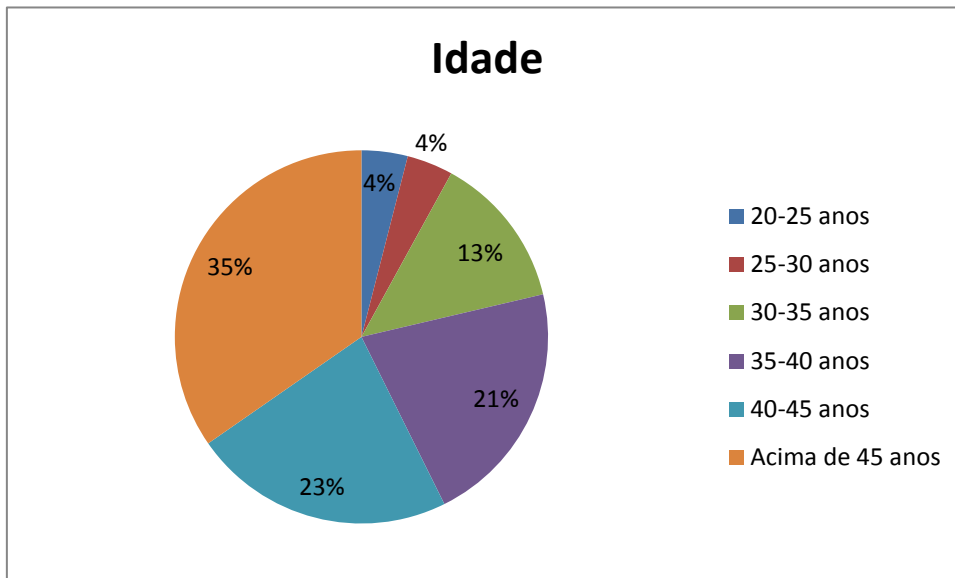
Esta pesquisa contou com 75 participantes separados por três subgrupos, representados por 33,3% de gestores penitenciários, 33,3% de agentes penitenciários e 33,3% de presos.

Tabela 2 – Idade

Idade	Frequência	Percentual
<i>20-25 anos</i>	3	4



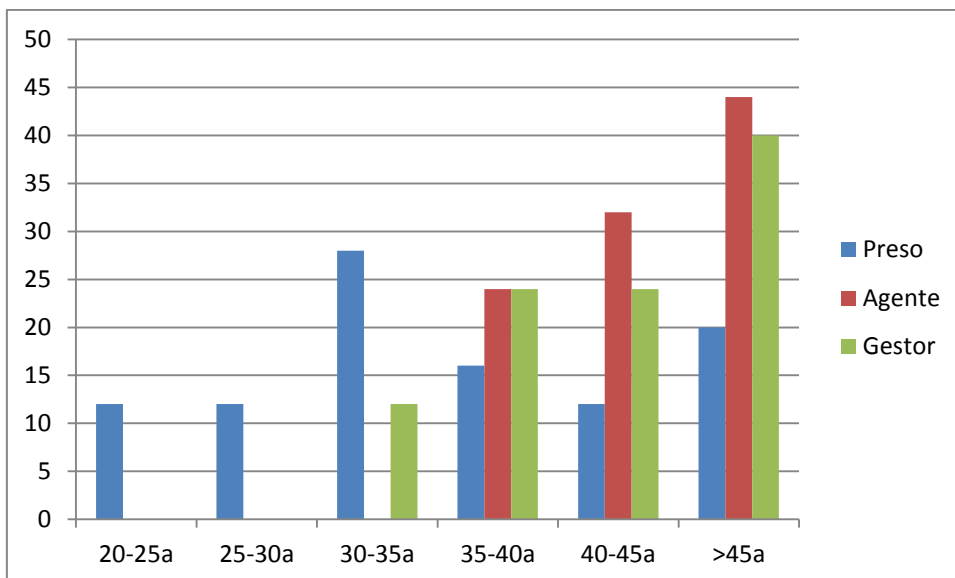
<b>25-30 anos</b>	3	4
<b>30-35 anos</b>	10	13,3
<b>35-40 anos</b>	16	21,3
<b>40-45 anos</b>	17	22,7
<b>Acima de 45 anos</b>	26	34,7
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>



A tabela e o gráfico acima demonstram que a maioria dos participantes desta pesquisa possuem idade acima dos 45 anos. Uma vez que a população carcerária é em sua maioria jovem, verificar-se-á através da tabela abaixo a idade por subgrupo. Uma vez entendendo o subgrupo com idade mais avançada, a dos gestores penitenciários.

**Tabela 2.1 – Idade / Subgrupos tabulação cruzada**

Idade	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<b>20-25 anos</b>	3	12	0	0	0	0	3	4
<b>25-30 anos</b>	3	12	0	0	0	0	3	4
<b>30-35 anos</b>	7	28	0	0	3	12	10	13,3
<b>35-40 anos</b>	4	16	6	24	6	24	16	21,3
<b>40-45 anos</b>	3	12	8	32	6	24	17	22,7
<b>Acima de 45 anos</b>	5	20	11	44	10	40	26	34,7

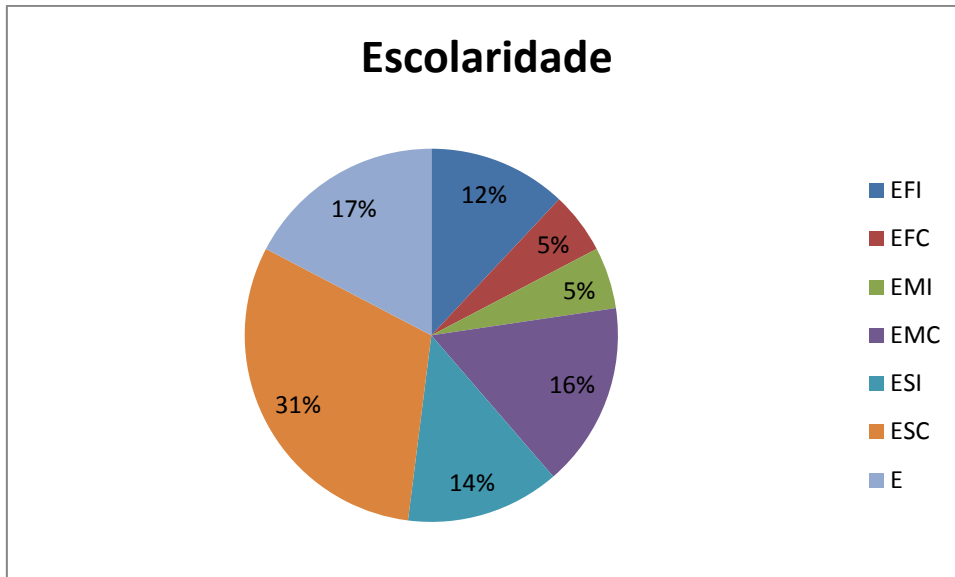


A tabela cruzada por subgrupos indica que na categoria idade a maioria dos presos se concentra na idade entre 30 e 35 anos (28%) e a maioria dos agentes penitenciários apresenta idade acima de 45 anos (44%), assim como os gestores penitenciários (40%). A tabela também indica que há pessoas ocupando cargo de gestão com menos idade em comparação aos agentes penitenciários (12% de gestores com idade entre 30 e 35 anos), não seguindo como critério a antiguidade na carreira para assumir o cargo de gestão.

**Tabela 3 – Escolaridade**

<b>Escolaridade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
<b><i>EFI</i></b>	9	12
<b><i>EFC</i></b>	4	5,3
<b><i>EMI</i></b>	4	5,3
<b><i>EMC</i></b>	12	16
<b><i>ESI</i></b>	10	13,3
<b><i>ESC</i></b>	23	30,7
<b><i>E</i></b>	13	17,3
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>

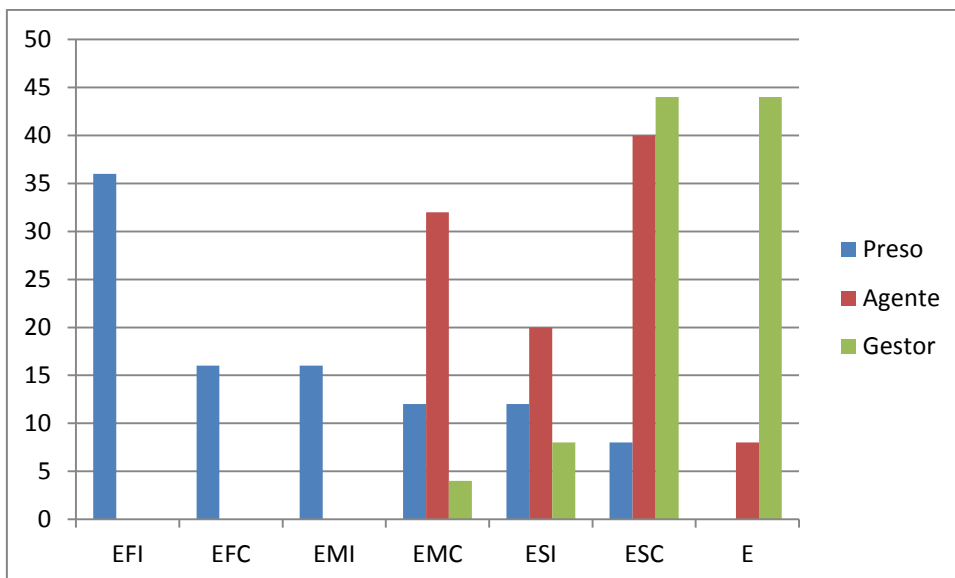




Quanto a escolaridade dos participantes, os resultados apontam que a maioria possui o ensino superior completo, representado por 31%. O que sugere a necessidade de especificar o dado por subgrupo, uma vez que a maioria da população prisional tem o ensino fundamental incompleto, de acordo com achados empíricos do cotidiano de trabalho e levantamentos institucionais.

**Tabela 3.1 – Escolaridade / Subgrupos tabulação cruzada**

Escolaridade	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<i><b>EFI</b></i>	9	36	0	0	0	0	9	12
<i><b>EFC</b></i>	4	16	0	0	0	0	4	5,3
<i><b>EMI</b></i>	4	16	0	0	0	0	4	5,3
<i><b>EMC</b></i>	3	12	8	32	1	4	12	16
<i><b>ESI</b></i>	3	12	5	20	2	8	10	13,3
<i><b>ESC</b></i>	2	8	10	40	11	44	23	30,7
<i><b>E</b></i>	0	0	2	8	11	44	13	17,3



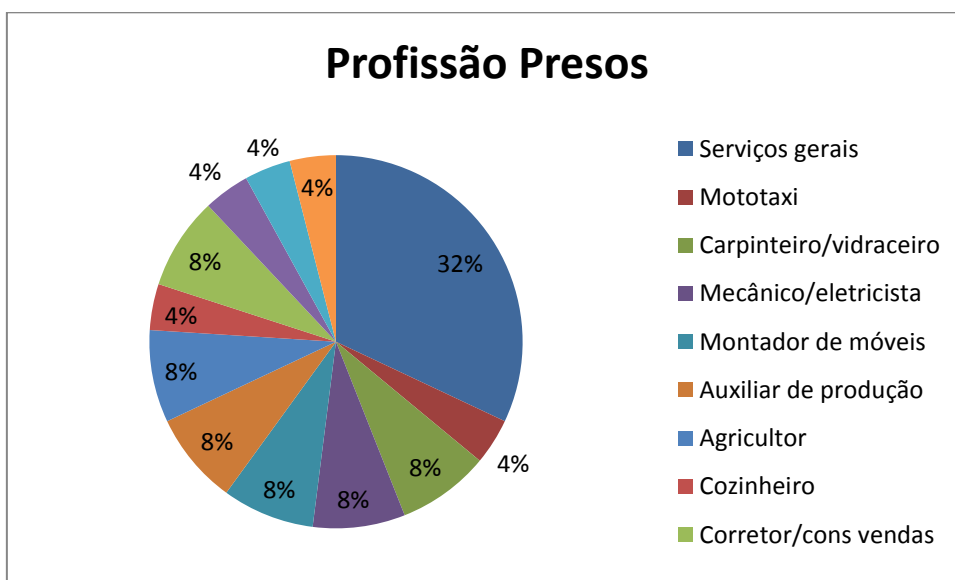
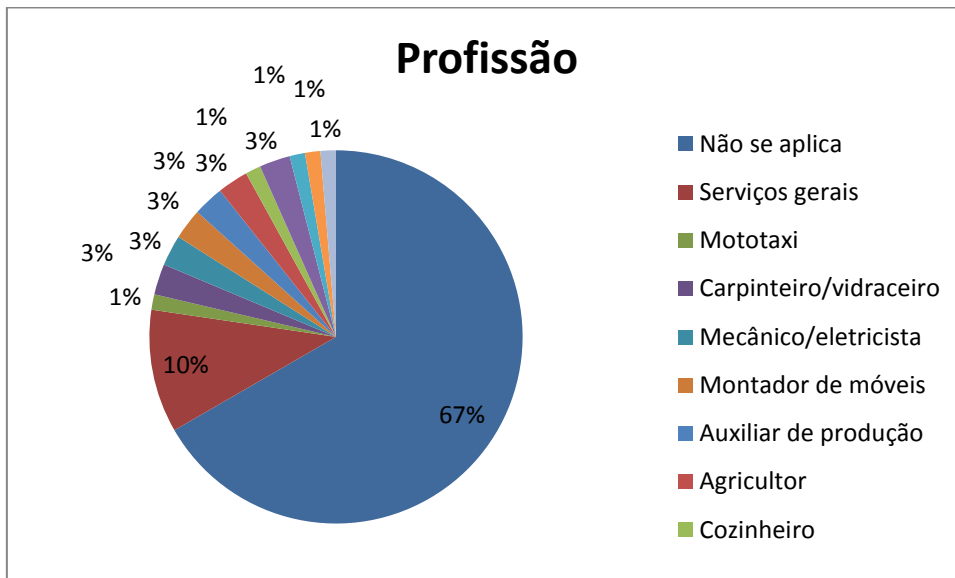
A tabela cruzada por subgrupos indica na categoria escolaridade que a maioria dos presos possui o ensino fundamental incompleto (36%). Entretanto, uma maior expansão descendo gradualmente para outros níveis de escolaridade, atingindo até o nível de ensino superior completo. Entende-se isso como resposta ao investimento na educação prisional, através da implementação de NEEJAS – Núcleos de Educação de Jovens e Adultos visando a oferta de educação formal através do ensino fundamental e ensino médio. Bem como, ao avanço educacional da população brasileira. A maioria dos agentes penitenciários tem o ensino médio completo (32%) e o ensino superior completo (40%). Sendo que, a maior parte dos gestores tem o ensino superior completo (44%) e pós-graduação (44%). Representando um fator importante para cargo de gestor. Bem como, um nível de conhecimento mais elevado para poder compreender e melhor intervir junto a população atendida.

**Tabela 4 – Profissão**

Profissão	Frequência	Percentual
<i>Não se aplica</i>	50	66,7
<i>Serviços gerais</i>	8	10,7
<i>Mototaxi</i>	1	1,3
<i>Carpinteiro/vidraceiro</i>	2	2,7
<i>Mecânico/eletricista</i>	2	2,7
<i>Montador de móveis</i>	2	2,7
<i>Auxiliar de produção</i>	2	2,7
<i>Agricultor</i>	2	2,7



<b>Cozinheiro</b>	1	1,3
<b>Corretor/cons vendas</b>	2	2,7
<b>Assist administrativo</b>	1	1,3
<b>Porteiro/segurança</b>	1	1,3
<b>Sem profissão</b>	1	1,3
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>



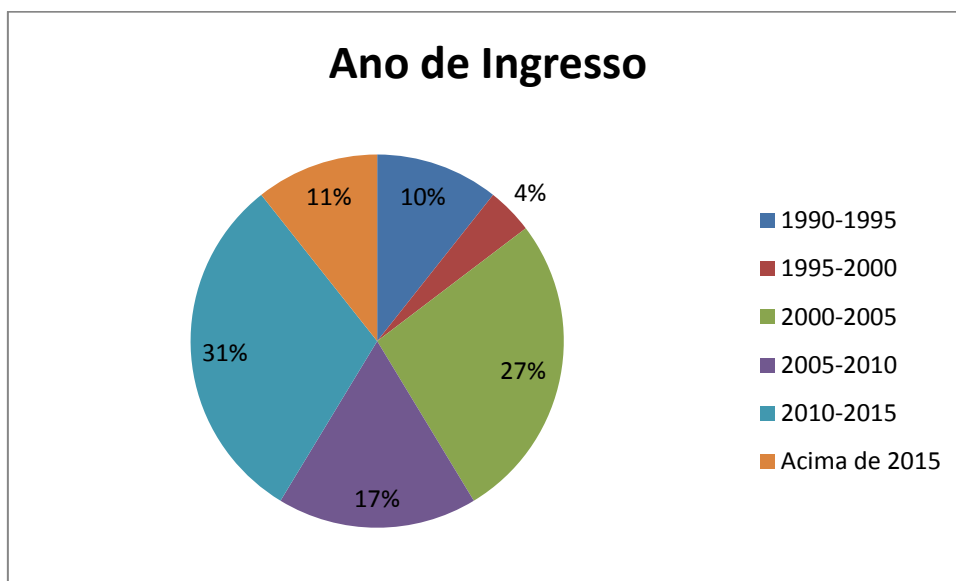
Esta pergunta se referia exclusivamente ao subgrupo presos, ou seja, 33,3% da amostra. Os dados indicam que a maior parte dos presos tem experiência profissional na área de serviços gerais, com 32%. Observa-se que, caso o preso não tenha tido este tipo de experiência antes do aprisionamento, possivelmente obterá no aprisionamento, seja exercendo-a nos estabelecimentos penais como liga de



trabalho interno, ou através de trabalho externo. Considerando que a oportunidade de trabalho tanto através de contrato por carta de emprego ou parceria pela SUSEPE através do PAC – Protocolo de Ação conjunta são, na maioria das vezes, para este tipo de atuação profissional.

**Tabela 5 – Ano de ingresso no Sistema Prisional**

Ano	Frequência	Percentual
<i>1990-1995</i>	8	10,7
<i>1995-2000</i>	3	4
<i>2000-2005</i>	20	26,7
<i>2005-2010</i>	13	17,3
<i>2010-2015</i>	23	30,7
<i>Acima de 2015</i>	8	10,7
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>



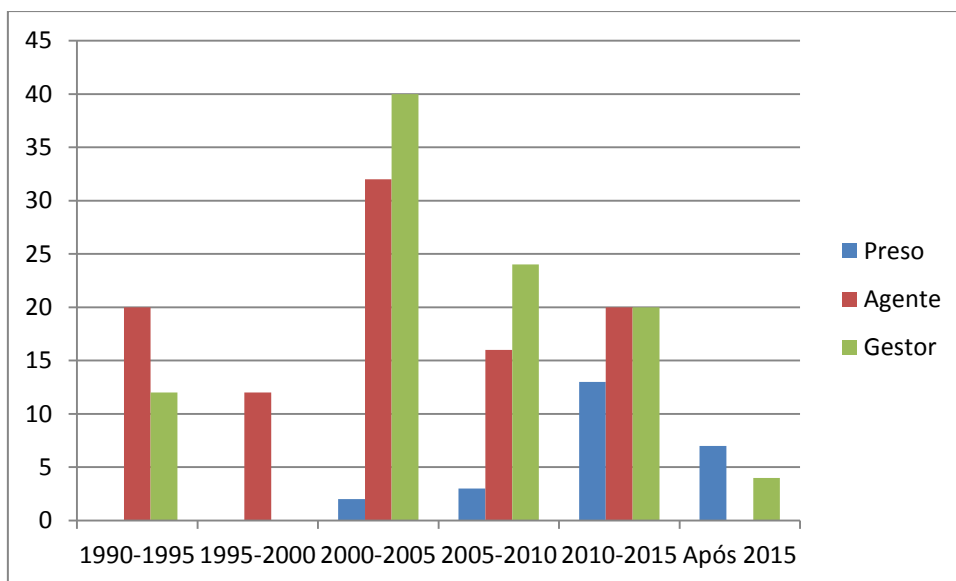
Esta pergunta surgiu por querer identificar há quanto tempo presos e funcionários estão e conhecem o sistema prisional, independente e também considerando o lugar que cada um ocupa. A maioria se inseriu em tal ambiente entre 2010 e 2015, seguido de 2000 e 2005. Sendo que, a população prisional aumenta diariamente, enquanto a população funcional aumenta conforme o investimento que determinado Governo realiza para a abertura de novos concursos.

**Tabela 5.1 – Ano de ingresso / Subgrupos tabulação cruzada**

Ingresso	Preso	Agente	Gestor	Total
----------	-------	--------	--------	-------



	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<b>1990-1995</b>	0	0	5	20	3	12	8	10,7
<b>1995-2000</b>	0	0	3	12	0	0	3	4
<b>2000-2005</b>	2	8	8	32	10	40	20	26,7
<b>2005-2010</b>	3	12	4	16	6	24	13	17,3
<b>2010-2015</b>	13	52	5	20	5	20	23	30,7
<b>Após 2015</b>	7	28	0	0	1	4	8	10,7



A tabela cruzada referente a categoria ano de ingresso no sistema prisional indica que 20% dos agentes possuem experiência em trabalhar neste local desde 1990. Sendo que 12% dos gestores possuem conhecimento do sistema desde esse mesmo período. Na amostra parece haver uma lacuna quando da entrada de ingresso de servidores que estão atuando na gestão no período de 1995-2000. Período este referente ao Governo de Antônio Britto (PMDB). Enquanto mostra que a maioria dos gestores ingressou no período entre 2000 e 2005 (40%). Referente ao Governo de Olívio Dutra (PT). A tabela também mostra que os agentes penitenciários estão bem distribuídos em todos os períodos de ingresso. No entanto, se destaca que a maior parte da população prisional emergiu no período de 2010-2015.

**Tabela 6 – Características do comportamento que facilitam a convivência institucional (1)**

Característica	Frequência	Percentual
<b>Paciência</b>	26	34,7



<i>Sinceridade</i>	6	8
<i>Ética</i>	9	12
<i>Facil de comunicação</i>	5	6,7
<i>Empatia e simpatia</i>	16	21,3
<i>Respeito</i>	10	13,3
<i>Caráter</i>	2	2,7
<i>Bom senso</i>	1	1,3
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>

**Tabela 6.1 – Características do comportamento que facilitam a convivência institucional / Subgrupos tabulação cruzada**

Facilitadores	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<i>Paciência</i>	11	44	8	32	7	28	26	34,7
<i>Sinceridade</i>	2	8	2	8	2	8	6	8
<i>Ética profissional</i>	0	0	5	20	4	16	9	12
<i>Facilidade de comunicação</i>	1	4	1	4	3	12	5	6,7
<i>Empatia e simpatia</i>	5	20	5	20	6	24	16	21,3
<i>Respeito</i>	5	20	3	12	2	8	10	13,3
<i>Caráter</i>	0	0	1	4	1	4	2	2,7
<i>Bom senso</i>	1	4	0	0	0	0	1	1,3

**Tabela 7 – Características do comportamento que facilitam a convivência institucional (2)**

Característica	Frequência	Percentual
<i>Dinamismo</i>	5	6,7
<i>Espírito de equipe</i>	9	12
<i>Lealdade</i>	7	9,3
<i>Facilidade de comunicação</i>	19	25,3
<i>Humildade</i>	27	36
<i>Conhecimento</i>	4	5,3
<i>Independência</i>	2	2,7
<i>Resiliência</i>	2	2,7
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>

**Tabela 7.1 – Características do comportamento que facilitam a convivência institucional / Subgrupos tabulação cruzada**

Facilitadores	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc



<i>Dinamismo</i>	0	0	3	12	2	8	5	6,7
<i>Espírito de equipe</i>	5	20	2	8	2	8	9	12
<i>Lealdade</i>	1	4	3	12	3	12	7	9,3
<i>Facilidade de comunicação</i>	6	24	6	24	7	28	19	25,3
<i>Humildade</i>	10	40	8	32	9	36	27	36
<i>Conhecimento</i>	1	4	1	4	2	8	4	5,3
<i>Independência</i>	0	0	2	8	0	0	2	2,7
<i>Resiliência</i>	2	8	0	0	0	0	2	2,7

**Tabela 8 – Características do comportamento que facilitam a convivência institucional (3)**

<b>Característica</b>	<b>Frequência</b>		<b>Percentual</b>	
<i>Perseverança</i>			9	12
<i>Respeito</i>			16	21,3
<i>Responsabilidade</i>			14	18,7
<i>Flexibilidade</i>			10	13,3
<i>Percepção</i>			9	12
<i>Espírito de equipe</i>			7	9,3
<i>Iniciativa</i>			6	8
<i>Discrição</i>			4	5,3
<b>Total</b>			<b>75</b>	<b>100</b>

**Tabela 8.1 – Características do comportamento que facilitam a convivência institucional / Subgrupos tabulação cruzada**

<b>Facilitadores</b>	<b>Preso</b>		<b>Agente</b>		<b>Gestor</b>		<b>Total</b>	
	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>
<i>Perseverança</i>	1	4	5	20	3	12	9	12
<i>Respeito</i>	7	28	5	20	4	16	16	21,3
<i>Responsabilidade</i>	2	8	6	24	6	24	14	18,7
<i>Flexibilidade</i>	2	8	4	16	4	16	10	13,3
<i>Percepção</i>	6	24	1	4	2	8	9	12
<i>Espírito de equipe</i>	2	8	2	8	3	12	6	8
<i>Iniciativa</i>	1	4	2	8	3	12	6	8
<i>Discrição</i>	4	16	0	0	0	0	4	5,3

**Tabela 8.1.1 – Características do comportamento que facilitam a convivência institucional / Somatório das categorias mais escolhidas das tabelas 6.1, 7.1 e 8.1**

<b>Facilitadores</b>	<b>Preso</b>		<b>Agente</b>		<b>Gestor</b>		<b>Total</b>	
	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>



<b><i>Paciência</i></b>	11	44	8	32	7	28	26	34,7
<b><i>Sinceridade</i></b>	2	8	2	8	2	8	6	8
<b><i>Ética profissional</i></b>	0	0	5	20	4	16	9	12
<b><i>Facilidade de comunicação</i></b>	11	44	9	36	12	48	32	42,6
<b><i>Empatia e simpatia</i></b>	5	20	5	20	6	24	16	21,3
<b><i>Respeito</i></b>	12	48	8	32	6	24	26	34,6
<b><i>Caráter</i></b>	0	0	1	4	1	4	2	2,7
<b><i>Bom senso</i></b>	1	4	0	0	0	0	1	1,3
<b><i>Iniciativa e dinamismo</i></b>	1	4	5	20	5	20	11	14,7
<b><i>Espírito de equipe</i></b>	7	28	4	16	5	20	15	20
<b><i>Lealdade</i></b>	1	4	3	12	3	12	7	9,3
<b><i>Humildade</i></b>	10	40	8	32	9	36	27	36
<b><i>Conhecimento</i></b>	1	4	1	4	2	8	4	5,3
<b><i>Independência</i></b>	0	0	2	8	0	0	2	2,7
<b><i>Resiliência</i></b>	2	8	0	0	0	0	2	2,7
<b><i>Perseverança</i></b>	1	4	5	20	3	12	9	12
<b><i>Responsabilidade</i></b>	2	8	6	24	6	24	14	18,7
<b><i>Flexibilidade</i></b>	2	8	4	16	4	16	10	13,3
<b><i>Percepção</i></b>	6	24	1	4	2	8	9	12
<b><i>Discrição</i></b>	4	16	0	0	0	0	4	5,3

A questão referente as características do comportamento que facilitam a convivência institucional, se trata de uma pergunta aberta, em que foi solicitada aos participantes que mencionassem até 3 características. Se buscou aglutinar as questões o quanto mais similar fosse possível, devido as várias terminologias utilizadas pelos participantes. Posteriormente, foram somadas as 3 tabelas, ao qual consta aqui apresentada. Resultando em 20 categorias.

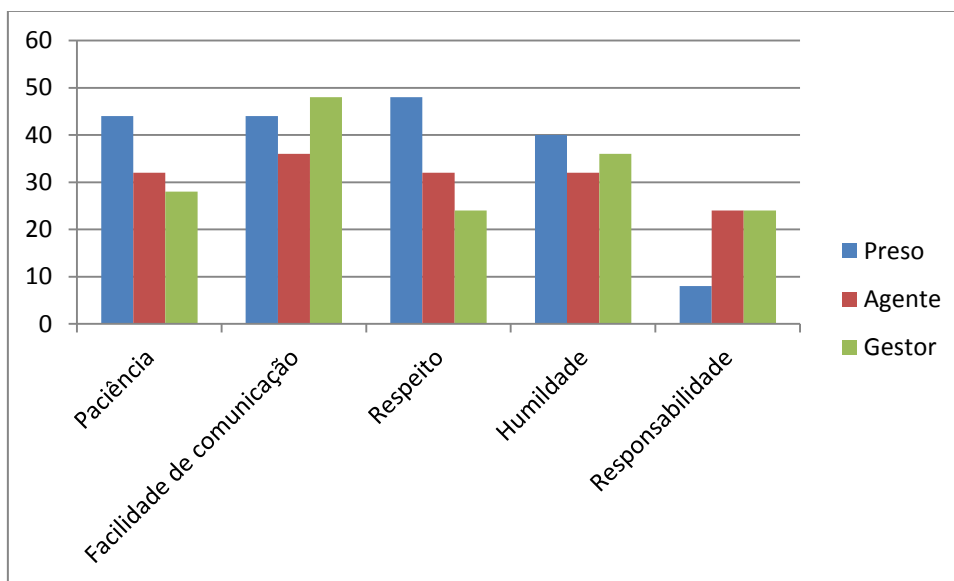
<b>Facilitadores</b>	<b>Preso</b>		<b>Agente</b>		<b>Gestor</b>		<b>Total</b>	
	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>
<b><i>Paciência</i></b>	11	44	8	32	7	28	26	34,7
<b><i>Facilidade de comunicação</i></b>	11	44	9	36	12	48	32	42,6
<b><i>Respeito</i></b>	12	48	8	32	6	24	26	34,6
<b><i>Humildade</i></b>	10	40	8	32	9	36	27	36
<b><i>Responsabilidade</i></b>	2	8	6	24	6	24	14	18,7

As características que foram consideradas mais importantes e conforme a percepção dos participantes fazem parte de seu repertório de comportamento para facilitar a convivência foram: facilidade de comunicação com 42,65%, humildade





com 36%, paciência com 34,7%, respeito com 34,6% e responsabilidade com 18,7%. Especificamente, por subgrupos, identificamos que para os presos as características mais importantes para facilitar a convivência na instituição é em primeiro lugar o respeito, com 48%, em segundo lugar a paciência e a facilidade de comunicação, ambas com 44% e em terceiro lugar a humildade com 40%. Para os agentes penitenciários a facilidade de comunicação apareceu em primeiro lugar, com 36%, a paciência, o respeito e a humildade apareceram com 32%, cada categoria e em terceiro lugar, a responsabilidade com 24%. Quanto aos gestores, a facilidade de comunicação foi considerada em primeiro lugar (48%), a humildade apareceu em segundo lugar com 36% e em terceiro lugar, veio a paciência com 28%. O que denota que independente da posição da pessoa no sistema as características elencadas despertam valores humanos importantes para uma convivência pacífica e satisfatória.



**Tabela 9 – Características do comportamento que dificultam a convivência institucional (1)**

Característica	Frequência	Percentual
<i>Sem dificuldade</i>	2	2,7
<i>Impaciência</i>	25	33,3
<i>Transparência</i>	7	9,3
<i>Bx sociabilidade</i>	9	12
<i>Obediência</i>	10	13,3
<i>Temperamental</i>	7	9,3



<b>Proativo</b>	6	8
<b>Vulnerabilidade</b>	4	5,3
<b>Centralizador</b>	2	2,7
<b>Tolerância</b>	3	4
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>

**Tabela 9.1 – Características do comportamento que dificultam a convivência institucional / Subgrupos tabulação cruzada**

Dificultadores	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<b>Sem dificuldade</b>	2	8,0	0	0,0	0	0,0	2	2,7
<b>Impaciência</b>	9	36,0	9	36,0	7	28,0	25	33,3
<b>Transparência</b>	2	8,0	4	16,0	1	4,0	7	9,3
<b>Bx sociabilidade</b>	3	12,0	5	20,0	1	4,0	9	12,0
<b>Obediência</b>	1	4,0	5	20,0	4	16,0	10	13,3
<b>Temperamental</b>	3	12,0	1	4,0	3	12,0	7	9,3
<b>Proativo</b>	0	0,0	1	4,0	5	20,0	6	8,0
<b>Vulnerabilidade</b>	4	16,0	0	0,0	0	0,0	4	5,3
<b>Centralizador</b>	0	0,0	0	0,0	2	8,0	2	2,7
<b>Tolerância</b>	1	4,0	0	0,0	2	8,0	3	4,0

**Tabela 10 – Características do comportamento que dificultam a convivência institucional (2)**

Característica	Frequência	Percentual
<b>Sem dificuldade</b>	4	5,3
<b>Metódico</b>	15	20
<b>Individualismo</b>	4	5,3
<b>Seriedade</b>	17	22,7
<b>Liderança</b>	4	5,3
<b>Impulsividade</b>	9	12
<b>Isolamento</b>	9	12
<b>Coragem</b>	6	8
<b>Ingenuidade</b>	3	4
<b>Senso de justiça</b>	4	5,3
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>

**Tabela 10.1 – Características do comportamento que dificultam a convivência institucional / Subgrupos tabulação cruzada**

Dificultadores	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<b>Sem dificuldade</b>	3	12,0	0	0,0	1	4,0	4	5,3



<b>Metódico</b>	2	8,0	5	20,0	8	32,0	15	20,0
<b>Individualismo</b>	1	4,0	2	8,0	1	4,0	4	5,3
<b>Seriedade</b>	3	12,0	7	28,0	7	28,0	17	22,7
<b>Liderança</b>	0	0,0	3	12,0	1	4,0	4	5,3
<b>Impulsividade</b>	2	8,0	3	12,0	4	16,0	9	12,0
<b>Isolamento</b>	8	32,0	0	0,0	1	4,0	9	12,0
<b>Coragem</b>	2	8,0	3	12,0	1	4,0	6	8,0
<b>Ingenuidade</b>	3	12,0	0	0,0	0	0,0	3	4,0
<b>Senso de justiça</b>	1	4,0	2	8,0	1	4,0	4	5,3

**Tabela 11 – Características do comportamento que dificultam a convivência institucional (3)**

<b>Característica</b>	<b>Frequência</b>		<b>Percentual</b>	
<b>Sem dificuldade</b>			7	9,3
<b>Sinceridade</b>			17	22,7
<b>Desrespeito</b>			3	4
<b>Foco</b>			10	13,3
<b>Vulnerabilidade</b>			4	5,3
<b>Idealismo</b>			8	10,7
<b>Rigidez</b>			8	10,7
<b>Bx sociabilidade</b>			7	9,3
<b>Carência</b>			5	6,7
<b>Tolerância</b>			6	8
<b>Total</b>			<b>75</b>	<b>100</b>

**Tabela 11.1 – Características do comportamento que dificultam a convivência institucional / Subgrupos tabulação cruzada**

<b>Dificultadores</b>	<b>Preso</b>		<b>Agente</b>		<b>Gestor</b>		<b>Total</b>	
	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>
<b>Sem dificuldade</b>	3	12,0	1	4,0	3	12,0	7	9,3
<b>Sinceridade</b>	4	16,0	7	28,0	6	24,0	17	22,7
<b>Desrespeito</b>	1	4,0	1	4,0	1	4,0	3	4,0
<b>Foco</b>	3	12,0	3	12,0	4	16,0	10	13,3
<b>Vulnerabilidade</b>	2	8,0	0	0,0	2	8,0	4	5,3
<b>Idealismo</b>	1	4,0	5	20,0	2	8,0	8	10,7
<b>Rigidez</b>	2	8,0	2	8,0	4	16,0	8	10,7
<b>Bx sociabilidade</b>	4	16,0	2	8,0	1	4,0	7	9,3
<b>Carência</b>	4	16,0	1	4,0	0	0,0	5	6,7
<b>Tolerância</b>	1	4,0	3	12,0	2	8,0	6	8,0



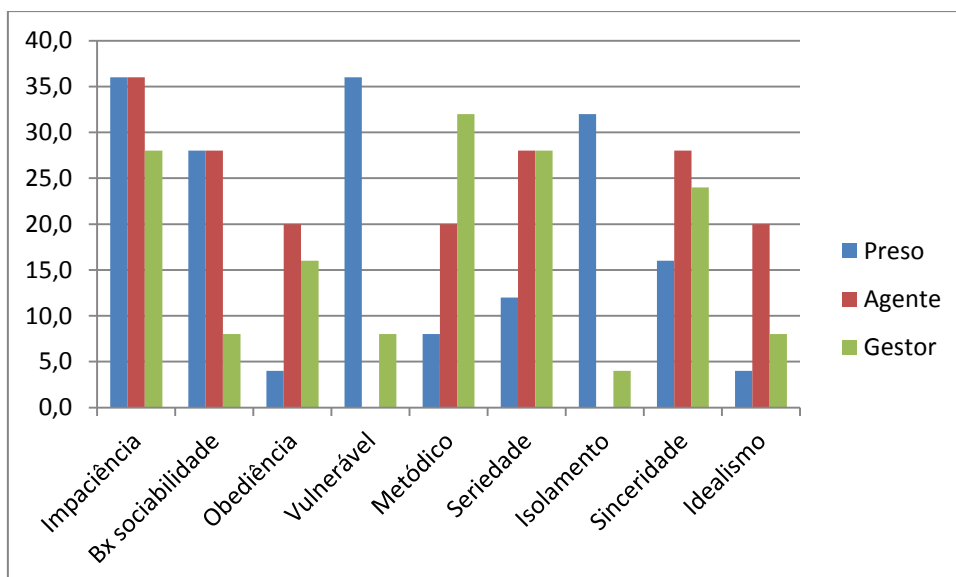
**Tabela 11.1.1 – Características do comportamento que dificultam a convivência institucional / Somatório das categorias mais escolhidas das tabelas 9.1, 10.1 e 11.1**

Dificultadores	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<i>Sem dificuldade</i>	8	32,0	1	4,0	4	16,0	13	17,3
<i>Impaciência</i>	9	36,0	9	36,0	7	28,0	25	33,3
<i>Transparência</i>	2	8,0	4	16,0	1	4,0	7	9,3
<i>Bx sociabilidade</i>	7	28,0	7	28,0	2	8,0	16	21,3
<i>Obediência</i>	1	4,0	5	20,0	4	16,0	10	13,3
<i>Temperamental</i>	3	12,0	1	4,0	3	12,0	7	9,3
<i>Proativo</i>	0	0,0	1	4,0	5	20,0	6	8,0
<i>Vulnerável</i>	9	36,0	0	0,0	2	8,0	11	14,6
<i>Centralizador</i>	0	0,0	0	0,0	2	8,0	2	2,7
<i>Tolerância</i>	2	8,0	3	12,0	4	16,0	9	12,0
<i>Metódico</i>	2	8,0	5	20,0	8	32,0	15	20,0
<i>Individualismo</i>	1	4,0	2	8,0	1	4,0	4	5,3
<i>Seriedade</i>	3	12,0	7	28,0	7	28,0	17	22,7
<i>Liderança</i>	0	0,0	3	12,0	1	4,0	4	5,3
<i>Impulsividade</i>	2	8,0	3	12,0	4	16,0	9	12,0
<i>Isolamento</i>	8	32,0	0	0,0	1	4,0	9	12,0
<i>Coragem</i>	2	8,0	3	12,0	1	4,0	6	8,0
<i>Senso de justiça</i>	1	4,0	2	8,0	1	4,0	4	5,3
<i>Sinceridade</i>	4	16,0	7	28,0	6	24,0	17	22,7
<i>Desrespeito</i>	1	4,0	1	4,0	1	4,0	3	4,0
<i>Foco</i>	3	12,0	3	12,0	4	16,0	10	13,3
<i>Idealismo</i>	1	4,0	5	20,0	2	8,0	8	10,7
<i>Rigidez</i>	2	8,0	2	8,0	4	16,0	8	10,7
<i>Carência</i>	4	16,0	1	4,0	0	0,0	5	6,7

Da mesma forma que a questão anterior, foi solicitado aos participantes que indicassem até 3 comportamentos que dificultam a convivência institucional. Várias foram as questões elencadas, assim esta questão passou várias vezes por revisão a fim de aglutiná-las. Por fim, resultou em 24 categorias. No entanto, percebe-se que na essência do significado 11 das 24 categorias significam características positivas, mas que foram percebidas como negativas pelos participantes para enfrentarem o cotidiano institucional. O que denota dificuldade de ajuste destas características com a singularidade do ambiente. As categorias são: transparência, obediência, proatividade, tolerância, metodismo, seriedade, liderança, coragem, senso de justiça, sinceridade e foco.



Dificultadores	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<b>Impaciência</b>	9	36,0	9	36,0	7	28,0	25	33,3
<b>Bx sociabilidade</b>	7	28,0	7	28,0	2	8,0	16	21,3
<b>Obediência</b>	1	4,0	5	20,0	4	16,0	10	13,3
<b>Vulnerável</b>	9	36,0	0	0,0	2	8,0	11	14,6
<b>Metódico</b>	2	8,0	5	20,0	8	32,0	15	20,0
<b>Seriedade</b>	3	12,0	7	28,0	7	28,0	17	22,7
<b>Isolamento</b>	8	32,0	0	0,0	1	4,0	9	12,0
<b>Sinceridade</b>	4	16,0	7	28,0	6	24,0	17	22,7
<b>Idealismo</b>	1	4,0	5	20,0	2	8,0	8	10,7



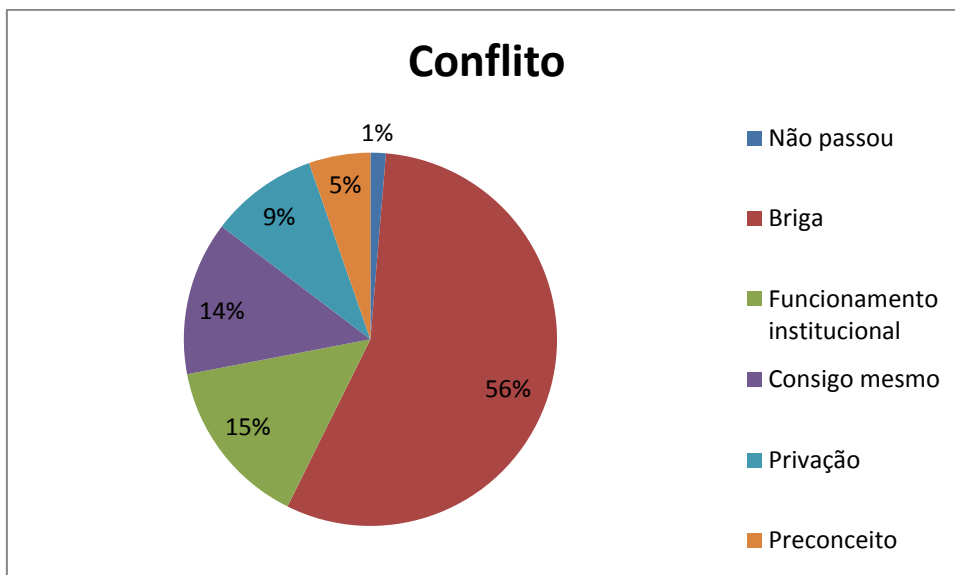
Das características do comportamento que dificultam a convivência institucional, as categorias mais pontuadas foram: impaciência com 33,3%, seriedade e sinceridade/ o que significa arrogância com 22,7% cada, baixa sociabilidade/ o que significa desrespeito com 21,3% e idealismo/ o que significa crítica pela crítica com 20%. Em se tratando da especificidade dos resultados por subgrupos, observamos que as características de mais difícil convivência para os presos são: impaciência e vulnerabilidade com 36%, isolamento com 32% e baixa sociabilidade ou desrespeito com 28%. Para os agentes penitenciários as respostas indicadas foram: impaciência com 36%, baixa sociabilidade/ desrespeito, sinceridade e seriedade/ arrogância com 28% e obediência, metodismo e idealismo/ crítica com 20%. Os gestores também referiram a impaciência em primeiro lugar, com 33%,



seriedade e sinceridade/ arrogância em segundo lugar, com 22,7% e baixa sociabilidade/ desrespeito em terceiro lugar, com 21,3%.

**Tabela 12 – Maior conflito vivenciado**

<b>Tipo de conflito</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
<i>Não passou</i>	1	1,3
<i>Briga</i>	42	56
<i>Funcionamento institucional</i>	11	14,7
<i>Consigo mesmo</i>	10	13,3
<i>Privação</i>	7	9,3
<i>Preconceito</i>	4	5,3
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>



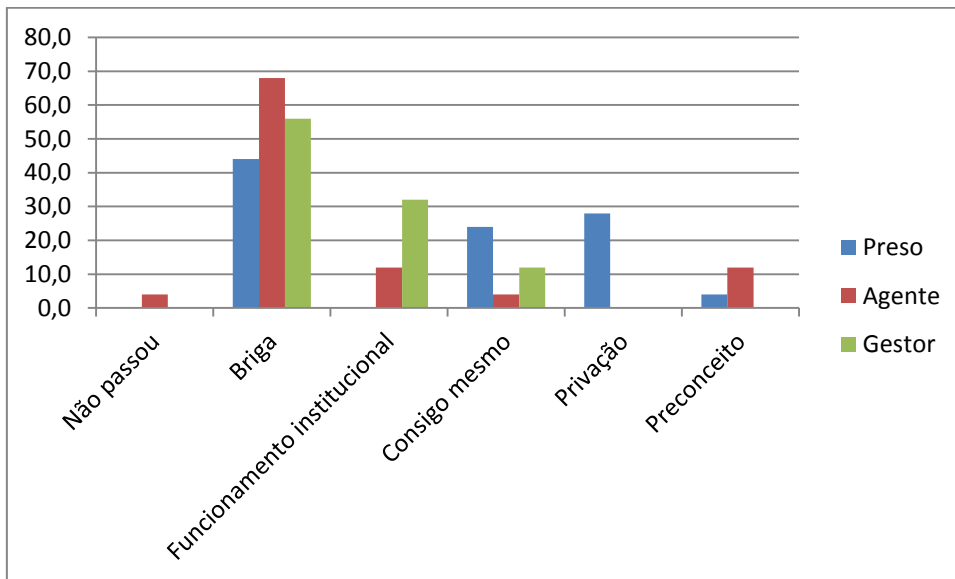
Foi solicitado que os participantes identificassem qual foi o maior conflito vivido no contexto prisional. A resposta que mais despontou, com 56%, foi brigas. Especificamente, esta questão se refere a briga entre presos, agressão por preso em estado de surto, agressão de preso com brigadianos, invasão em galeria de presos rebelados, retirada de líder de facção de galeria, resgate de preso em escolta, informar regressão de regime e sofrer ameaça de preso, motins e rebeliões.

**Tabela 12.1 – Maior conflito vivenciado / Subgrupos tabulação cruzada**

<b>Conflito</b>	<b>Preso</b>		<b>Agente</b>		<b>Gestor</b>		<b>Total</b>	
	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>	<b>Freq</b>	<b>Perc</b>



<b>Não passou</b>	0	0,0	1	4,0	0	0,0	1	1,3
<b>Briga</b>	11	44,0	17	68,0	14	56,0	42	56,0
<b>Funcionamento institucional</b>	0	0,0	3	12,0	8	32,0	11	14,7
<b>Consigno mesmo</b>	6	24,0	1	4,0	3	12,0	10	13,3
<b>Privação</b>	7	28,0	0	0,0	0	0,0	7	9,3
<b>Preconceito</b>	1	4,0	3	12,0	0	0,0	4	5,3

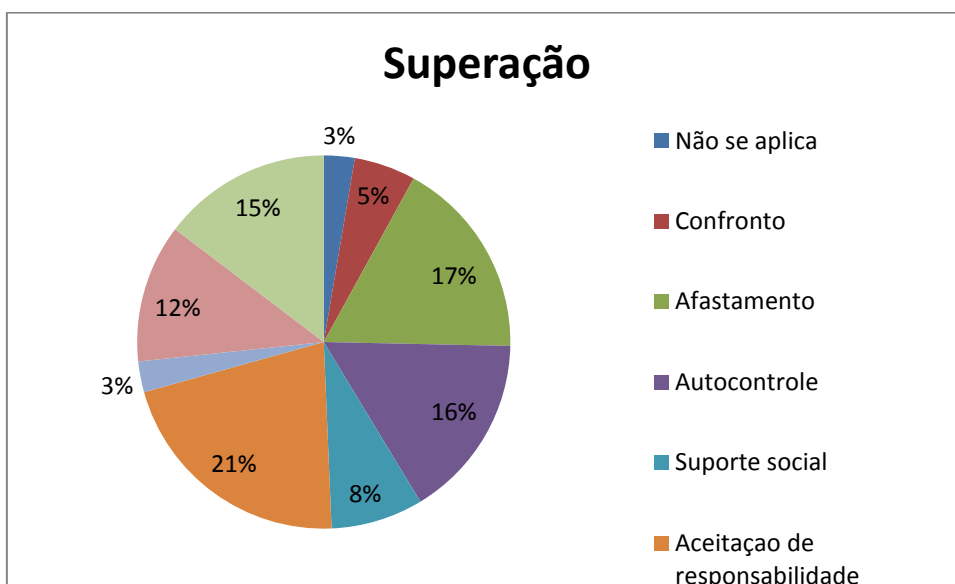


Destaca-se na tabulação cruzada o maior conflito vivenciado aos presos em primeiro lugar as brigas com índice de 44%, em segundo lugar a privação com 28%, que significa fome, perdade familiar na prisão e perda de contato com pessoas da família e em terceiro lugar conflito consigo mesmo com índice de 24%, se tratando especificamente ao conflito de viver o aprisionamento. Já as respostas apresentadas pelos agentes penitenciários foram: brigas com 68%, preconceito e funcionamento institucional com 12%. O preconceito referindo-se a pessoa presa, a homossexualidade, ao abuso de drogas, ser hostilizado por divergência de opinião. Quando do funcionamento institucional, manifestaram a falta de comprometimento no trabalho, os benefícios por apadrinhamento, assumir responsabilidade sem apoio institucional, pouca vontade dos colegas e a conduta de chefias. Referente aos gestores, as respostas manifestadas são: brigas com 56%, funcionamento institucional com 32% e consigo mesmo com 12%.

**Tabela 13 – Forma com que superou o conflito**



Forma superação	Frequência	Percentual
<i>Não se aplica</i>	2	2,7
<i>Confronto</i>	4	5,3
<i>Afastamento</i>	13	17,3
<i>Autocontrole</i>	12	16
<i>Suporte social</i>	6	8
<i>Aceitação de responsabilidade</i>	16	21,3
<i>Fuga-esquiva</i>	2	2,7
<i>Resolução de problemas</i>	9	12
<i>Reavaliação positiva</i>	11	14,7
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>



Relativo a maneira que encontrou para superar o conflito, os participantes apontaram em primeiro lugar aceitação de responsabilidade com 21,3%, afastamento com 17,3% e autocontrole com 16%. As questões apontadas pelos participantes foram possíveis de serem enquadradas nas categorias das estratégias de coping. Por aceitação de responsabilidade, as respostas dos participantes se relacionam a: faz parte do contexto onde estão, procurar ter um autoconhecimento para lidar com a situação e aceitá-la, paciência, serenidade, se educando, fortalecendo o self (eu). Por afastamento, os participantes entendem por se colocar na vivência cotidiana de forma vigilante, evitando se expor, evitando embolamento com facções. Por autocontrole, os participantes compreendem exercer o

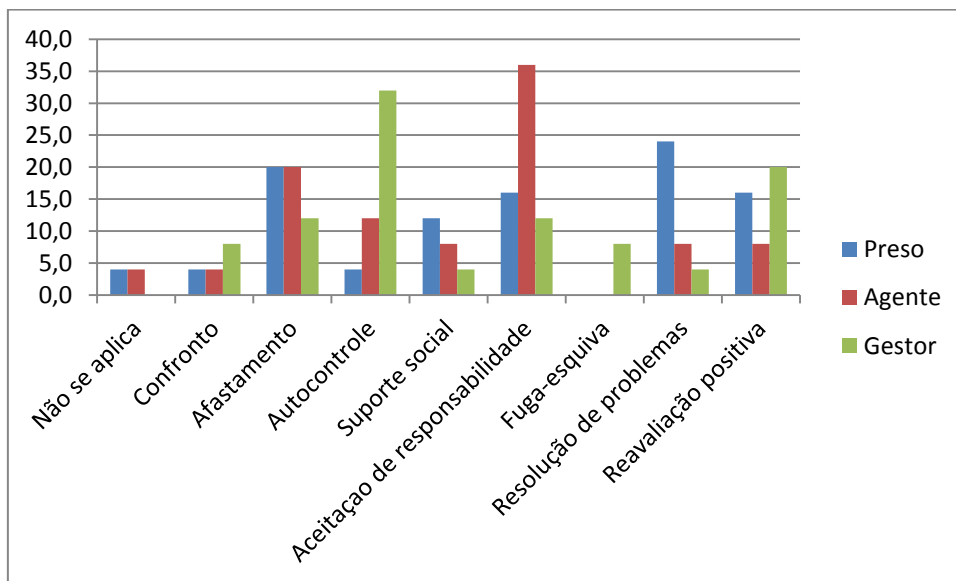




autocontrole, trabalhando, exigindo direitos e exercendo deveres. No quadro posterior, especificaremos em qual subgrupo estas respostas apareceram.

**Tabela 13.1 – Forma com que superou o conflito / Subgrupos tabulação cruzada**

Forma superação	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<i>Não se aplica</i>	1	4,0	1	4,0	0	0,0	2	2,7
<i>Confronto</i>	1	4,0	1	4,0	2	8,0	4	5,3
<i>Afastamento</i>	5	20,0	5	20,0	3	12,0	13	17,3
<i>Autocontrole</i>	1	4,0	3	12,0	8	32,0	12	16,0
<i>Suporte social</i>	3	12,0	2	8,0	1	4,0	6	8,0
<i>Aceitação de responsabilidade</i>	4	16,0	9	36,0	3	12,0	16	21,3
<i>Fuga-esquiva</i>	0	0,0	0	0,0	2	8,0	2	2,7
<i>Resolução de problemas</i>	6	24,0	2	8,0	1	4,0	9	12,0
<i>Reavaliação positiva</i>	4	16,0	2	8,0	5	20,0	11	14,7



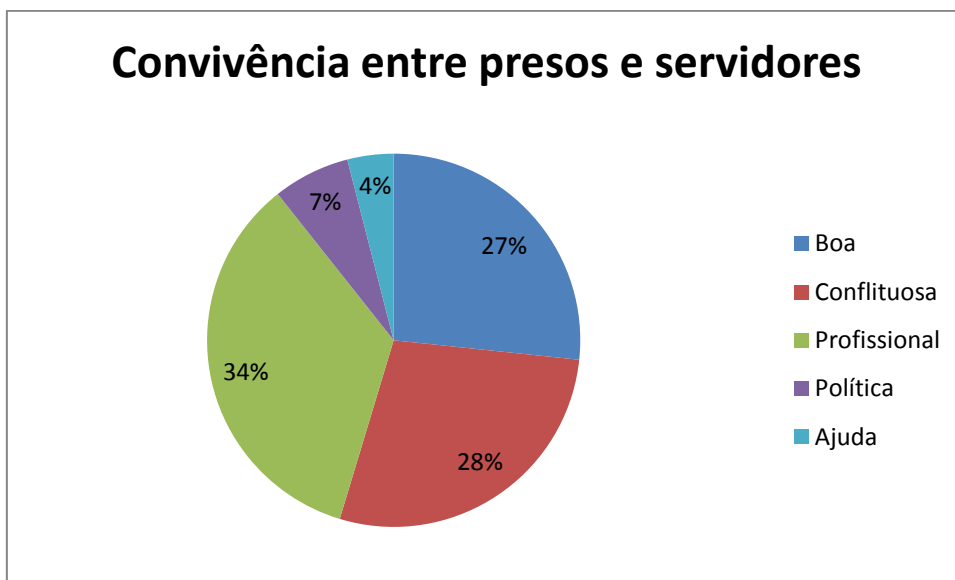
A tabela cruzada referente a superação do conflito indica que o subgrupo de presos buscou enfrentar a situação através da resolução de problemas (24%), do afastamento (20%), reavaliação positiva (16%) e aceitação da responsabilidade (16%). O subgrupo de agentes penitenciários ressaltou a aceitação da responsabilidade com 36%, (se educando, autoconhecimento, fortalecendo self, aceitado como algo característico do trabalho), afastamento com 20% (sendo vigilante, através de transferências) e autocontrole com 12% (buscando



compreender e ter paciência). O terceiro subgrupo destacou como resposta o autocontrole com 32%, a reavaliação positiva com 20% e afastamento e aceitação da responsabilidade, ambas, com 12%.

**Tabela 14 – Convivência entre presos e servidores**

<b>Tipo</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
<b>Boa</b>	20	26,7
<b>Conflituosa</b>	21	28
<b>Profissional</b>	26	34,7
<b>Política</b>	5	6,7
<b>Ajuda</b>	3	4
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>



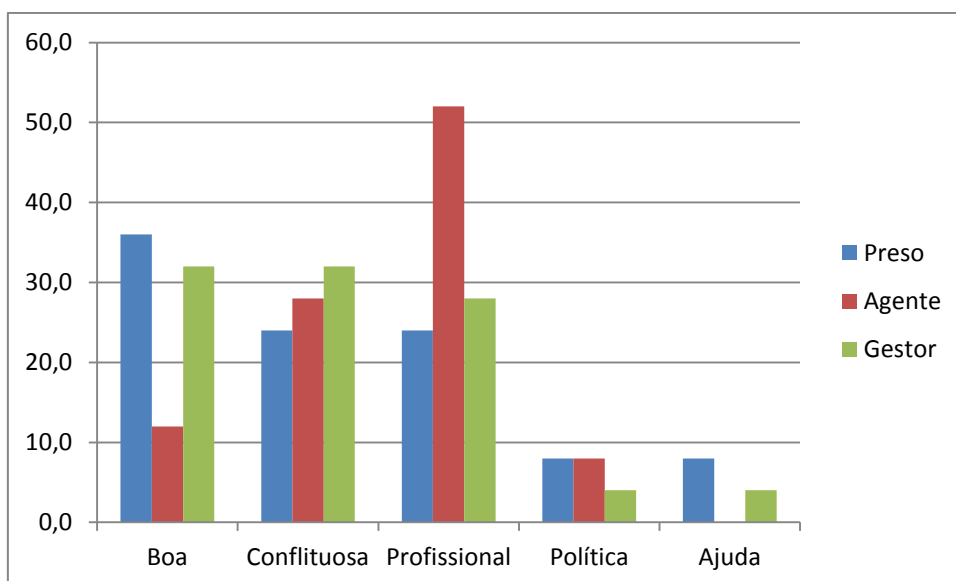
Em geral, os participantes entendem que a relação de convivência entre servidores e presos é para a maioria (34,7%) uma relação profissional. Sendo colocado, que esta relação é clara, com diálogo, respeitosa e com profissionais capacitados. Logo em seguida, vemos que a convivência é demonstrada com índice de 28% como conflituosa, aos quais especificam: conflito de atribuição entre servidores e repercutindo nas intervenções com os presos, conflito em dar limites aos presos “a gente finge que manda e eles fingem que obedecem” (sic), e ainda, relação desgastada, indiferente, institucionalizada, se suportam, tênue, ligeira, tensa, hostil, fria, distante e com preconceitos. Com 26,7% os participantes indicam a relação ser boa, estável e melhor que no passado. Também aparece um índice de 6,7% de uma relação política entre os dois grupos e um índice de 4% para relação



de ajuda. Em geral, a relação entre servidores e presos é considerada mais positiva que negativa (65,4%), uma vez que as respostas positivas são boa (26,7%), profissional (34,7%) e ajuda (4%) e as respostas negativas são conflituosa (28%) e política (6,7%).

**Tabela 14.1 – Convivência entre presos e servidores/ Subgrupos tabulação cruzada**

Convivência presos e servidores	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<b>Boa</b>	9	36,0	3	12,0	8	32,0	20	26,7
<b>Conflituosa</b>	6	24,0	7	28,0	8	32,0	21	28,0
<b>Profissional</b>	6	24,0	13	52,0	7	28,0	26	34,7
<b>Política</b>	2	8,0	2	8,0	1	4,0	5	6,7
<b>Ajuda</b>	2	8,0	0	0,0	1	4,0	3	4,0



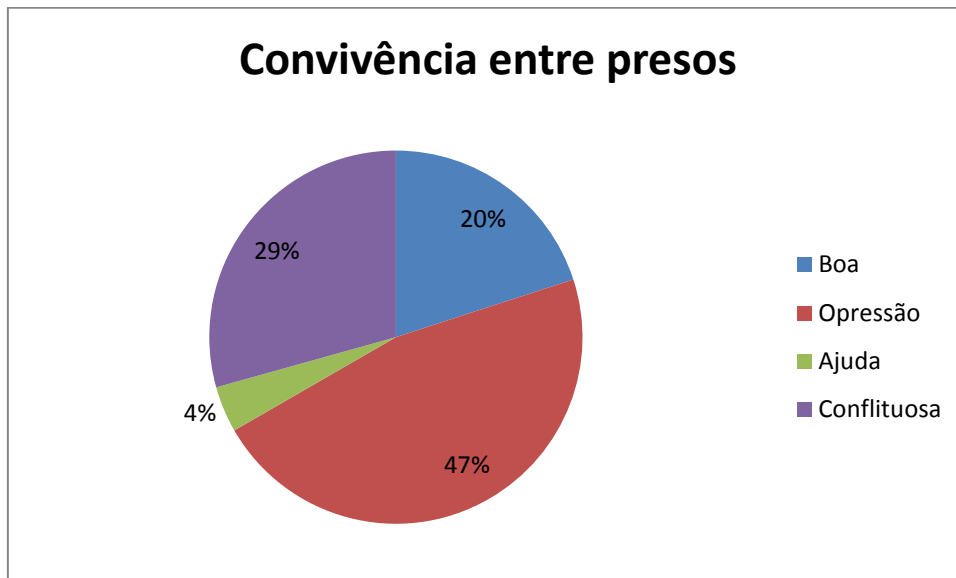
O resultado referente a tabulação cruzada sobre a percepção da convivência entre presos e servidores indicou que 36% dos presos enxerga a relação como sendo boa, 52% dos agentes enxergam esta relação como estritamente profissional e 32% dos gestores enxergam como boa, ao mesmo tempo que 32% enxergam como conflituosa.

**Tabela 15 – Convivência entre presos**

Tipo	Frequência	Percentual
------	------------	------------



<b>Boa</b>	15	20
<b>Opressão</b>	35	46,7
<b>Ajuda</b>	3	4
<b>Conflituosa</b>	22	29,3
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>

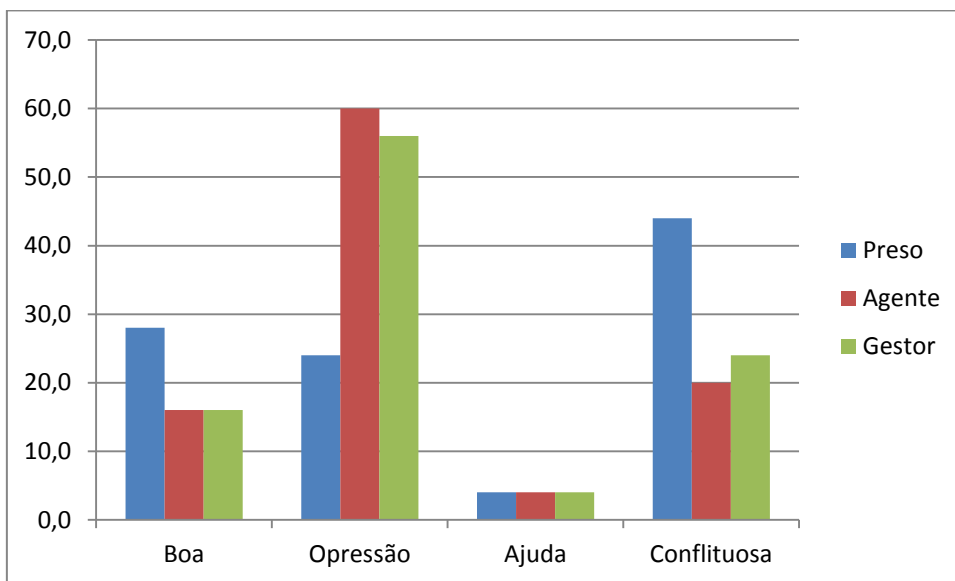


Relativo a convivência entre presos, na visão tanto de presos quanto de servidores, se destaca com 46,7% a relação de opressão, aos quais especificam se tratar do poder das facções nos estabelecimentos prisionais, relação de dominação de determinados presos sobre outros, troca de favores muitas vezes submetido por falta de recursos do próprio cárcere, com regras mais rígidas entre presos do que as regras do sistema que pode levar até mesmo a morte, relação esta lucrativa, organizada e com padrão de conduta. Seguida da resposta de relação conflituosa com índice de 29,3%, mencionada como relação insuportável, difícil, de inveja, de egoísmo, de desrespeito e incompreensão. O que denota que a relação entre presos é pior que a relação entre presos e servidores (76%). A relação de convivência pode ser considerada mais adequada ou positiva se destacam pelas respostas de boa com 20% (aparentemente tranquila, locais sem facção a relação é boa, depende do ambiente e de ações de tratamento penal) e ajuda com 4% (mais unidos que servidores, cumplicidade).

**Tabela 15.1 – Convivência entre presos/ Subgrupos tabulação cruzada**



Convivência presos e presos	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<b>Boa</b>	7	28,0	4	16,0	4	16,0	15	20,0
<b>Opressão</b>	6	24,0	15	60,0	14	56,0	35	46,7
<b>Ajuda</b>	1	4,0	1	4,0	1	4,0	3	4,0
<b>Conflituosa</b>	11	44,0	5	20,0	6	24,0	22	29,3



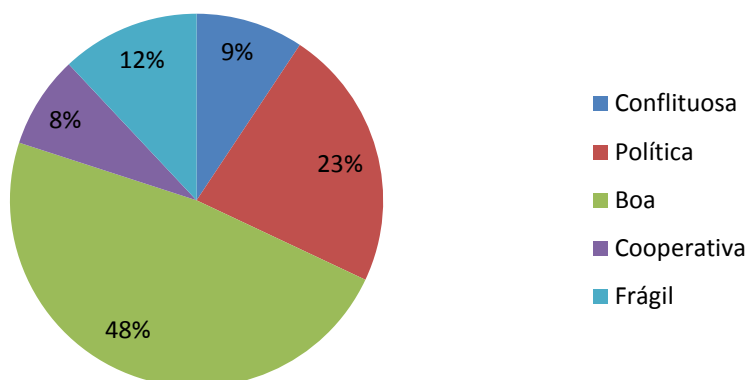
Referente a tabulação cruzada, especificamente ao grupo dos presos identifica-se que 44% dos presos consideram sua relação entre si conflituosa. Já 60% dos agentes penitenciários e 46,7% dos gestores percebem a relação entre presos como sendo de opressão.

**Tabela 16 – Convivência entre servidores**

Tipo	Frequência	Percentual
<b>Conflituosa</b>	7	9,3
<b>Política</b>	17	22,7
<b>Boa</b>	36	48
<b>Cooperativa</b>	6	8
<b>Frágil</b>	9	12
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>



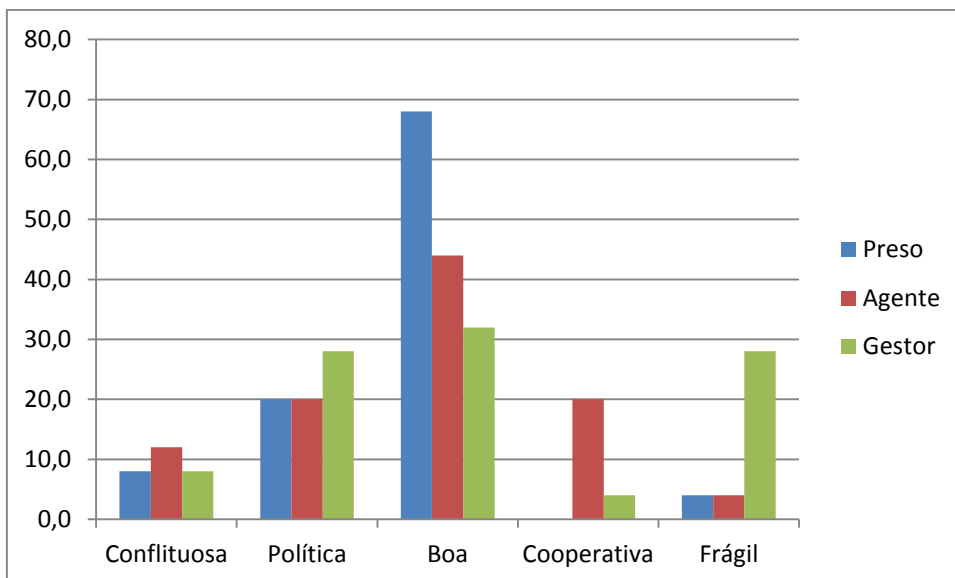
## Convivência entre servidores



Cabe colocar que a percepção geral relativo a convivência entre servidores e servidores, se destaca com 48% relação boa (boa e profissional), seguida de 22,7% de uma relação política (pouca amizade, muito egoísmo e razoável profissionalismo, conflito entre valores éticos e morais, política e vaidade, prejudicados por fatores políticos, imaturidade e despreparo, falta de autoridade, disciplina e coleguismo). Considerando que ainda aparecem respostas com índice de 8% para relação cooperativa, aos quais os participantes descrevem como a existência de grupos cooperativos e saudáveis, união, parceria, lealdade, companheirismo, respeitosa, um cuida do outro, respostas com 12% para relação frágil, indicando desmotivação, descomprometidos e na zona de conforto e ainda, 9% para relação conflituosa, aos quais referem relação conturbada, conflito entre cargos, conflito entre servidores novos e antigos. Considera-se em geral, que a relação entre servidores é mais positiva que negativa (56%).

**Tabela 16.1 – Convivência entre servidores/ Subgrupos tabulação cruzada**

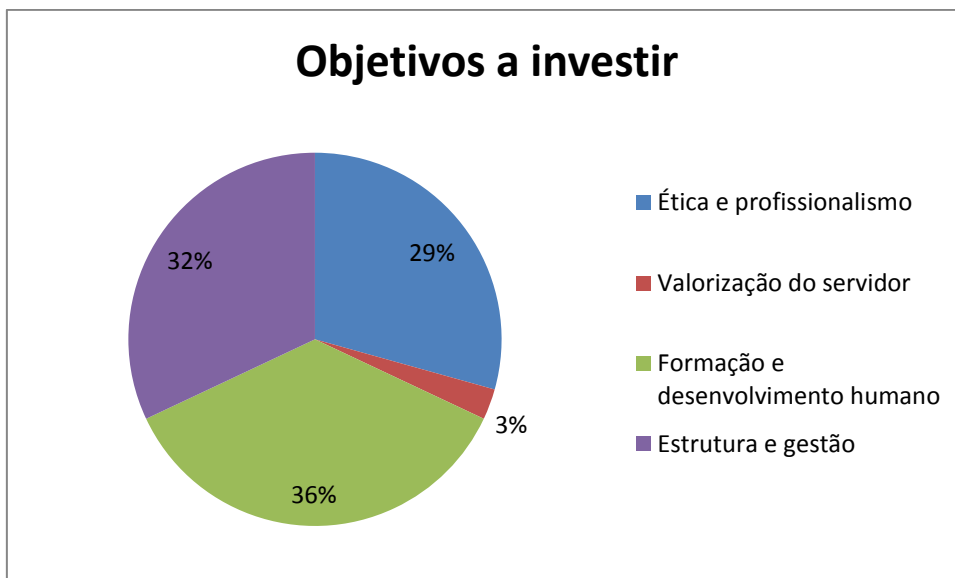
Convivência entre servidores	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<b>Conflituosa</b>	2	8,0	3	12,0	2	8,0	7	9,3
<b>Política</b>	5	20,0	5	20,0	7	28,0	17	22,7
<b>Boa</b>	17	68,0	11	44,0	8	32,0	36	48,0
<b>Cooperativa</b>	0	0,0	5	20,0	1	4,0	6	8,0
<b>Frágil</b>	1	4,0	1	4,0	7	28,0	9	12,0



No que tange a tabulação cruzada para o relacionamento entre servidores, identifica-se que 68% dos presos consideram a relação como sendo boa. Nesta mesma perspectiva, 44% dos agentes penitenciários e 32% dos gestores penitenciários também a consideram boa.

**Tabela 17 – Área a investir para melhorar convivência e objetivos institucionais**

Área	Frequência	Percentual
<i>Ética e profissionalismo</i>	22	29,3
<i>Valorização do servidor</i>	2	2,7
<i>Formação e desenvolvimento humano</i>	27	36
<i>Estrutura e gestão</i>	24	32
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>



Segundo os presos, os agentes penitenciários e os gestores, para que o sistema prisional melhor cumpra com seus objetivos e missão institucional, necessita investir nas seguintes áreas: com 36% em formação e desenvolvimento humano, ou seja, trabalhar na formação humana e intervenção na saúde seja de servidores quanto presos. Seguido de 32% na estrutura e gestão, significando assimilar e valorizar a importância do trabalho institucional, trabalhar na clareza de objetivos e unicidade institucional, choque de gestão/qualidade de gestão, hierarquia e coletividade. Com 29,3% aparece como resposta ética e profissionalismo, sendo mencionado como profissionalismo, comprometimento, seriedade, respeito, tolerância ao processo institucional (mudanças e colegas), foco e eficiência na execução do trabalho e na condução institucional, não aceitar a imposição de presos, investir na reintegração social. Como resposta a esta questão, foi salientado ainda com 3% a necessidade de valorização do servidor, sendo indicado por qualificação permanente e plano de carreira.

**Tabela 17.1 – Objetivos institucionais a serem investidos/ Subgrupos tabulação cruzada**

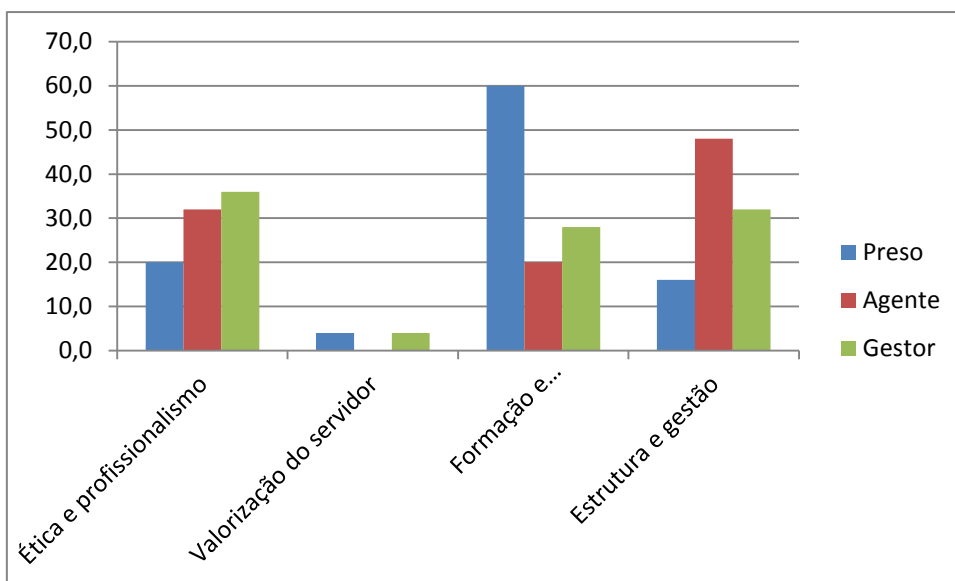
Objetivos	Preso		Agente		Gestor		Total	
	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc	Freq	Perc
<b><i>Ética e profissionalismo</i></b>	5	20,0	8	32,0	9	36,0	22	29,3
<b><i>Valorização do servidor</i></b>	1	4,0	0	0,0	1	4,0	2	2,7
<b><i>Formação e desenvolvimento humano</i></b>	15	60,0	5	20,0	7	28,0	27	36,0





## Estrutura e gestão

4 16,0 12 48,0 8 32,0 24 32,0

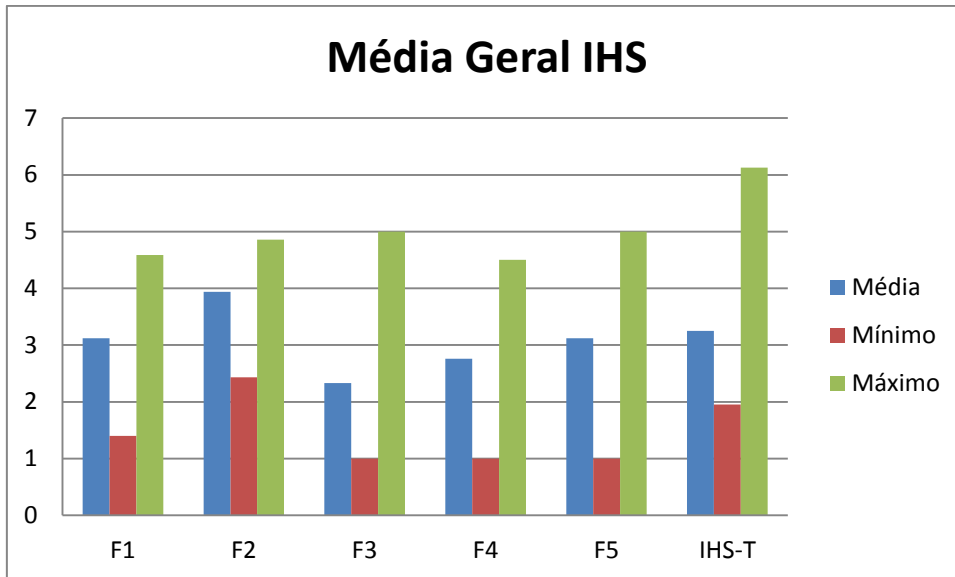


No que concerne as respostas específicas por subgrupos identificados na tabulação cruzada, desponta como resposta pelo grupo de presos (60%) que o sistema prisional deveria investir mais na formação e no desenvolvimento humano. Para os agentes penitenciários apareceu como resposta o investimento em estrutura e gestão (48%). Já os gestores penitenciários destacaram com 36% a ética e o profissionalismo.

## 5.2 Resultado do Instrumento 2: Inventário de Habilidades Sociais

Tabela 1–Média Geral do IHS

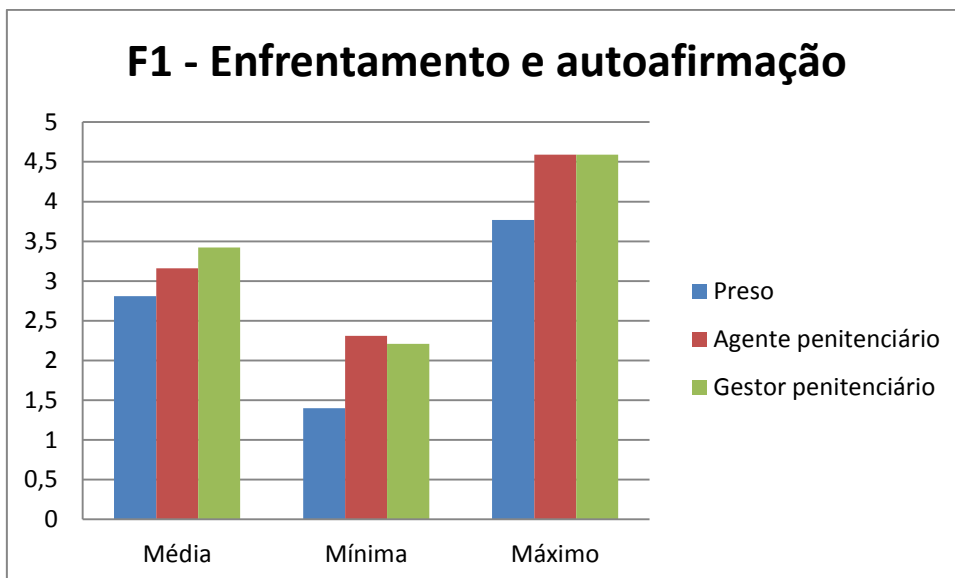
	F1	F2	F3	F4	F5	IHS-T
<b>Média</b>	3,12	3,94	2,33	2,76	3,12	3,25
<b>Mínimo</b>	1,40	2,43	1,00	1,00	1,00	1,95
<b>Máximo</b>	4,59	4,86	5,00	4,50	5,00	6,13



Através do Programa Estatístico SPSS 21.0 obtivemos como resultado do Inventário de Habilidades Sociais uma média geral aos participantes dos 3 subgrupos, ao qual o fator 3 demonstrou ser o menos utilizado ou deficitário (2,33), que compreende a conversação e a desenvoltura social. Em terceiro lugar aparece o fator 4 (2,76) que significa a autoexposição. Em segundo lugar aparecem com mesmas pontuações, o fator 1 (3,12) que representa enfrentamento e autoafirmação e o fator 5 (3,12) significando o autocontrole da agressividade. Sendo que o fator 2 (3,94) foi o que mais se destacou, representando autoafirmação na expressão de sentimento positivo. Atentemo-nos agora ao resultado de cada fator em relação a cada subgrupo.

**Tabela 2 – Fator 1 /Enfrentamento e auto-afirmação**

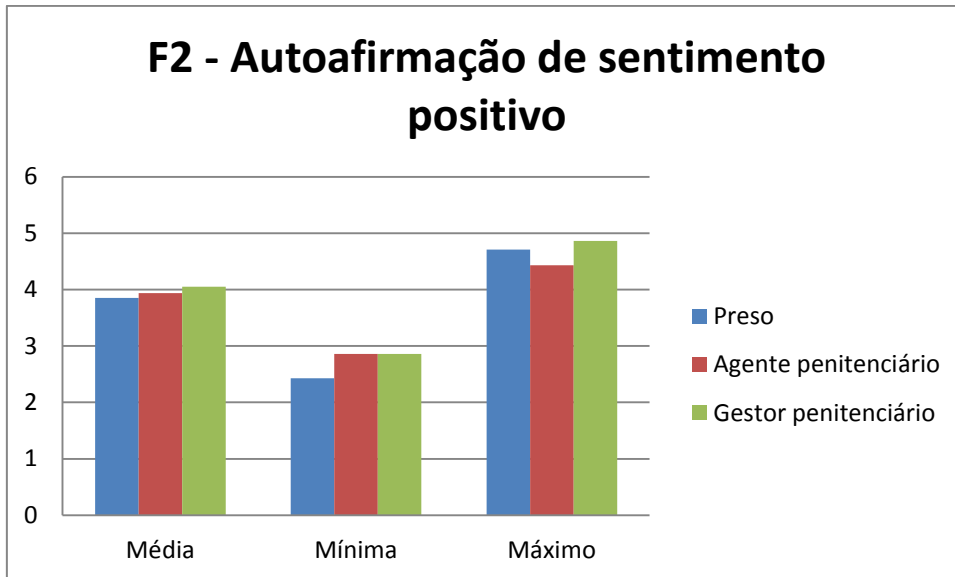
	Média	Mínima	Máximo
<i>Preso</i>	2,81	1,40	3,77
<i>Agente penitenciário</i>	3,16	2,31	4,59
<i>Gestor penitenciário</i>	3,42	2,21	4,59



Temos o Fator 1 como resultado em segundo lugar na média geral. Representando enfrentamento e autoafirmação em situações de relacionamento interpessoal que demandam assertividade, identifica-se que por subgrupo os presos obtiveram índice de resposta mais baixo em relação a este fator (2,81), enquanto os agentes penitenciários apresentaram índice de resposta intermediário (3,16), aparecendo índice superior de resposta ao grupo dos gestores (3,42), ao qual se pode observar na tabela e níveis das médias nas colunas. Quanto a variância de respostas, os presos apresentaram resultado que vai do mínimo de 1,40 ao máximo de 3,77. Os agentes penitenciários apresentaram respostas que foi de 2,31 a 4,59. Se parecendo muito com a variância de respostas do grupo de gestores, de 2,21 a 4,59.

**Tabela 3 – Fator 2 /Autoafirmação na expressão de sentimento positivo**

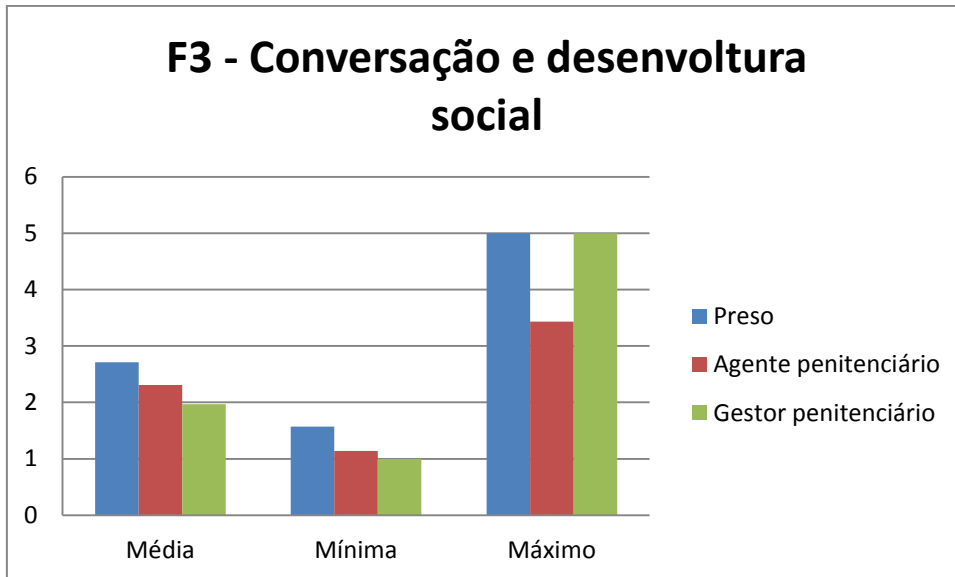
	Média	Mínima	Máximo
<b>Preso</b>	3,85	2,43	4,71
<b>Agente penitenciário</b>	3,94	2,86	4,43
<b>Gestor penitenciário</b>	4,05	2,86	4,86



O Fator 2 aparece como resultado mais alto na média geral, se refere à autoafirmação na expressão de afeto positivo e afirmação da autoestima. Especificamente em relação a cada subgrupo, observa-se que os presos se encontram na média de 3,85, enquanto os agentes penitenciários se encontram com média 3,94 e os gestores com a média de 4,05. Em se tratando da variância de respostas, os presos pontuaram de 2,43 a 4,71. Os agentes penitenciários foram de 2,86 a 4,43. Já os gestores penitenciários foram de 2,86 a 4,86.

**Tabela 4 –Fator 3 /Conversação e desenvoltura social**

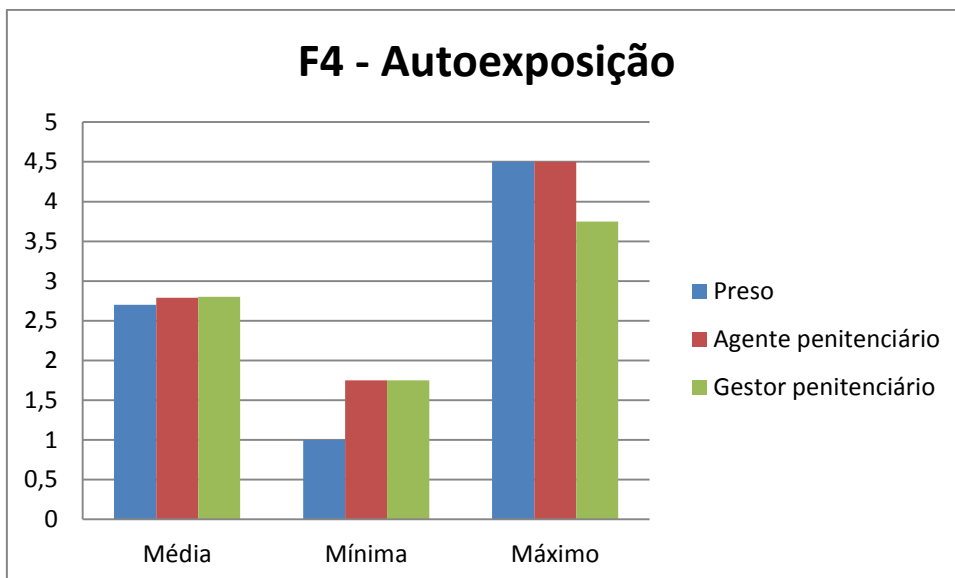
	Média	Mínima	Máximo
<b><i>Preso</i></b>	2,71	1,57	5,00
<b><i>Agente penitenciário</i></b>	2,31	1,14	3,43
<b><i>Gestor penitenciário</i></b>	1,97	1,00	5,00



Temos o Fator 3 como o tipo de habilidade menos utilizada dentre os participantes, significando o traquejo na conversação em situações sociais. Especificamente, por subgrupo, observa-se que a maioria dos presos indicou essa resposta na média de 2,71. No subgrupo de agentes penitenciários, a média apresentada foi de 2,31. Enquanto os gestores apresentaram média de 1,97. Os presos apresentaram variação de respostas, indo de 1,57 a 5,00. Os agentes penitenciários responderam de 1,14 a 3,43, com menos variação. Os gestores penitenciários apresentaram pontuação de 1,00 a 5,00.

**Tabela 5 – Fator 4 /Autoexposição**

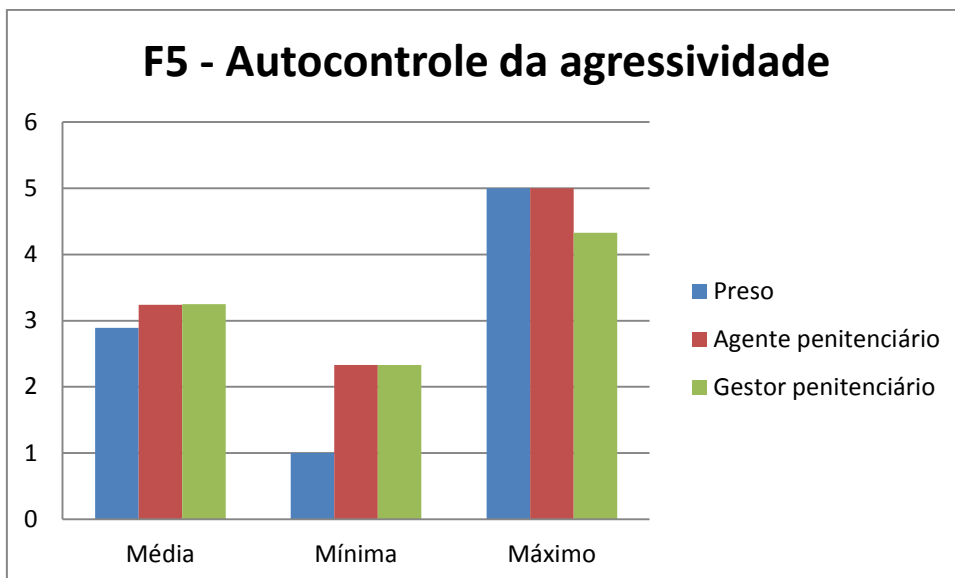
	Média	Mínima	Máximo
<b><i>Preso</i></b>	2,70	1,00	4,50
<b><i>Agente penitenciário</i></b>	2,79	1,75	4,50
<b><i>Gestor penitenciário</i></b>	2,80	1,75	3,75



Temos o Fator 4 como o tipo de habilidade utilizada em quarto lugar entre os participantes, representa a autoexposição, a abordagem de pessoas desconhecidas e situações novas significando o traquejo na conversação em situações sociais, sendo em parte semelhante à dimensão anterior mas com um risco maior em relação a reação do outro. Quanto a cada subgrupo, os presos apresentaram média de 2,70. Em relação aos agentes penitenciários, a média ficou caracterizada em 2,79. Já no subgrupo de gestores a média ficou em 2,80. Havendo pouca diferença entre eles. Do mínimo ao máximo, observa-se que, os presos responderam de 1,00 a 4,50. Os agentes penitenciários responderam de 1,75 a 4,50. Já os gestores penitenciários apresentaram variação de respostas menor indo de 1,75 a 3,75.

**Tabela 6 – Fator 5 /Autocontrole da agressividade**

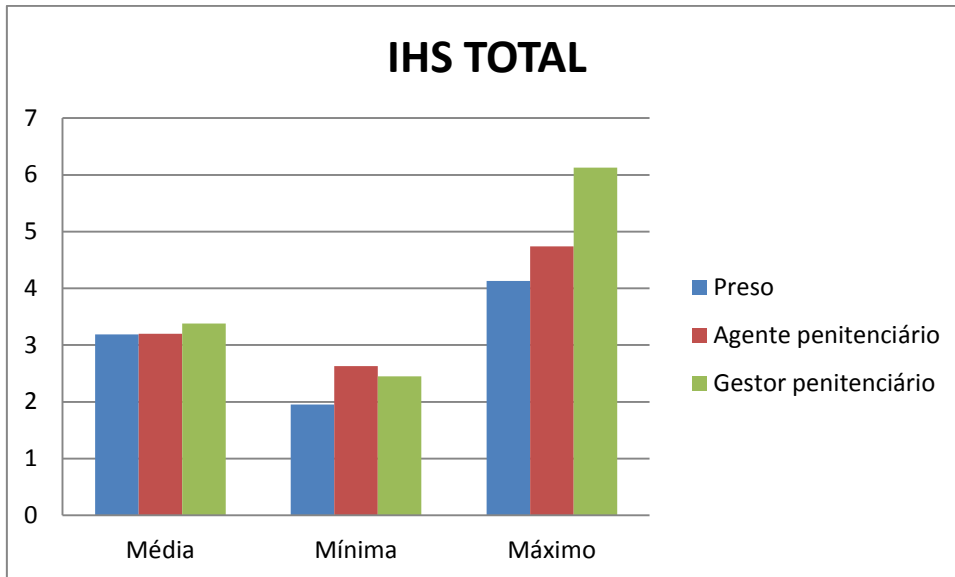
	Média	Mínima	Máximo
<b>Preso</b>	2,89	1,00	5,00
<b>Agente penitenciário</b>	3,24	2,33	5,00
<b>Gestor penitenciário</b>	3,25	2,33	4,33



Como habilidade utilizada em segundo lugar, temos o Fator 5, que significa o controle da agressividade mediante situações aversivas. Identifica-se que os presos pontuaram média de 2,89. Enquanto no subgrupo dos agentes penitenciários, a média ficou em 3,24. Em relação aos agentes penitenciários, a média ficou estabelecida em 3,25. Os presos se mostraram com maior diferença de respostas indo de 1,00 a 5,00. Os agentes penitenciários responderam de 2,33 a 5,00. Enquanto os gestores penitenciários ficaram entre 2,33 a 4,33.

**Tabela 7 – IHS Total / Média geral**

	<b>Média</b>	<b>Mínima</b>	<b>Máximo</b>
<b><i>Preso</i></b>	3,19	1,95	4,13
<b><i>Agente penitenciário</i></b>	3,20	2,63	4,74
<b><i>Gestor penitenciário</i></b>	3,38	2,45	6,13

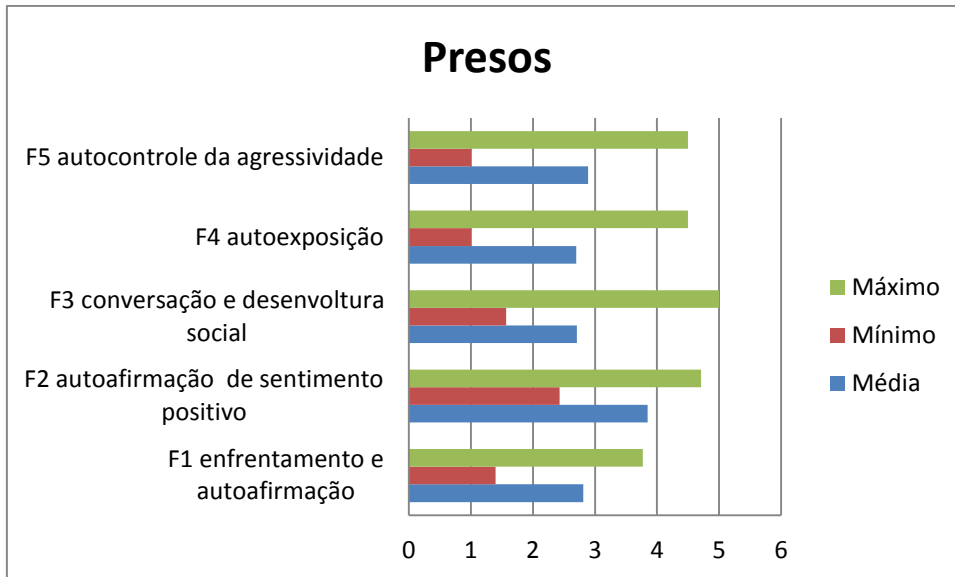


Em geral, a média apresentada pelos subgrupos não apresentaram diferenças tão discrepantes. O maior índice de respostas nos três subgrupos se centrou entre 3,19 e 3,38. Os presos com média de resposta mais baixo indo 1,95 a 4,13. Os agentes penitenciários ficando mais no nível intermediário 2,63 a 4,74. Enquanto os gestores penitenciários tiveram médias mais altas de 2,45 a 6,13.

**Tabela 8 – Pontuação Subgrupo: Presos**

	<b>Média</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
<b><i>F1 enfrentamento e autoafirmação</i></b>	2,81	1,40	3,77
<b><i>F2 autoafirmação de sentimento positivo</i></b>	3,85	2,43	4,71
<b><i>F3 conversação e desenvoltura social</i></b>	2,71	1,57	5,00
<b><i>F4 autoexposição</i></b>	2,70	1,00	4,50
<b><i>F5 autocontrole da agressividade</i></b>	2,89	1,00	4,50

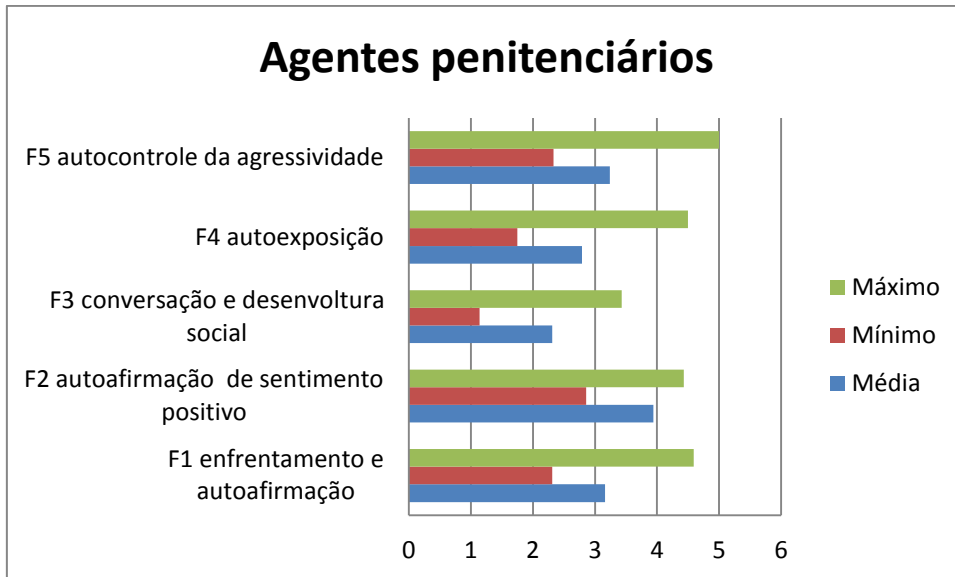




Através desta tabela e gráfico, conseguimos observar que os presos participantes da pesquisa apresentaram maior habilidade social em relação ao fator 2, média de 3,85, representado pela autoafirmação na expressão de sentimento positivo. Também conseguimos observar que os mesmos apresentaram mais dificuldade em relação ao fator 4, com média de 2,70, que significa a autoexposição. Resultado este muito próximo do fator 3, com média de 2,71, que significa a conversação e a desenvoltura social.

**Tabela 9 – Pontuação Subgrupo: Agentes penitenciários**

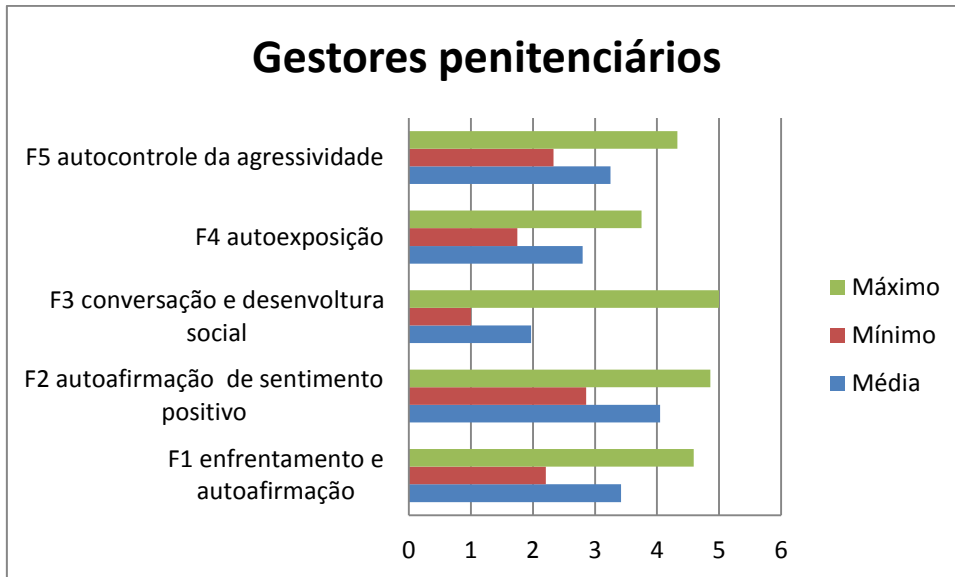
	<b>Média</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
<b><i>F1 enfrentamento e autoafirmação</i></b>	3,16	2,31	4,59
<b><i>F2 autoafirmação de sentimento positivo</i></b>	3,94	2,86	4,43
<b><i>F3 conversação e desenvoltura social</i></b>	2,31	1,14	3,43
<b><i>F4 autoexposição</i></b>	2,79	1,75	4,50
<b><i>F5 autocontrole da agressividade</i></b>	3,24	2,33	5,00



Especificamente quanto aos dados apresentados pelos agentes penitenciários, verifica-se que, a maior pontuação das habilidades sociais ficou relacionada a autoafirmação na expressão de sentimentos positivos, com média de 3,94, no fator 2. Semelhante ao grupo dos presos. A dificuldade em relação a habilidade social parece estar mais relacionada a conversação e desenvoltura social, com índice médio de 2,31 no fator 3.

**Tabela 10 – Pontuação Subgrupo: Gestores penitenciários**

	Média	Mínimo	Máximo
<b><i>F1 enfrentamento e autoafirmação</i></b>	3,42	2,21	4,59
<b><i>F2 autoafirmação de sentimento positivo</i></b>	4,05	2,86	4,86
<b><i>F3 conversação e desenvoltura social</i></b>	1,97	1,00	5,00
<b><i>F4 autoexposição</i></b>	2,80	1,75	3,75
<b><i>F5 autocontrole da agressividade</i></b>	3,25	2,33	4,33

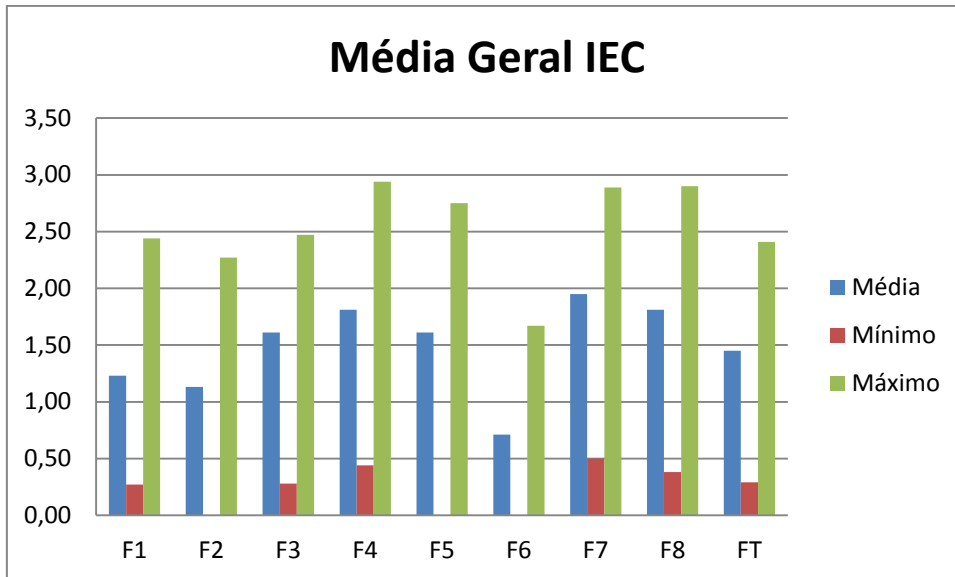


O fator que mais se destacou nas habilidades sociais manifestadas pelos gestores penitenciários foi a autoafirmação na expressão de sentimentos positivos, relativo ao fator 2, com média de 4,05. Este fator, portanto, apareceu com resultado mais alto em todos os subgrupos, como vimos acima. Entretanto, a conversação e a desenvoltura social, apresentou resultado mais baixo, ficando na média de 1,97, tanto para os agentes penitenciários como os gestores penitenciários.

### 5.3 Resultado do Instrumento 3: Inventário de Estratégias de Coping

**Tabela 1 – Média Geral do IEC**

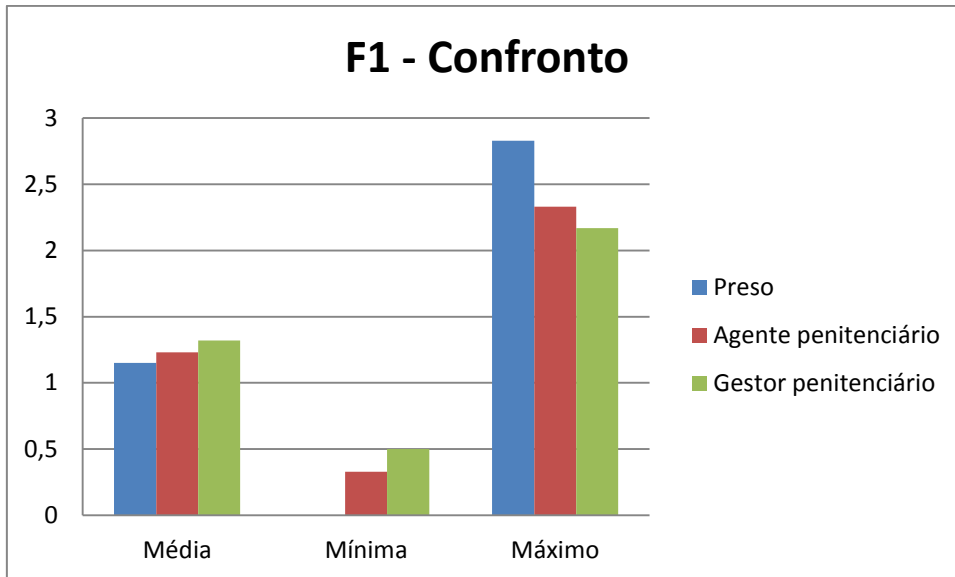
	<i>F1</i>	<i>F2</i>	<i>F3</i>	<i>F4</i>	<i>F5</i>	<i>F6</i>	<i>F7</i>	<i>F8</i>	<i>FT</i>
<b><i>Média</i></b>	1,23	1,13	1,61	1,81	1,61	0,71	1,95	1,81	1,45
<b><i>Mínimo</i></b>	0,27	0,00	0,28	0,44	0,00	0,00	0,5	0,38	0,29
<b><i>Máximo</i></b>	2,44	2,27	2,47	2,94	2,75	1,67	2,89	2,90	2,41



Obtivemos como resultado do Inventário de Estratégias de Coping através da utilização do Programa Estatístico SPSS 21.0 uma média geral aos participantes dos 3 subgrupos, ao qual o fator 6 demonstrou ser o menos utilizado ou deficitário (0,71), que é a estratégia de enfrentamento representada por fuga ou esquiva. A estratégia utilizada em quinto lugar é o fator 2 (1,13) que é o afastamento. A Estratégia utilizada em quarto lugar aparece representada pelo fator 1 (1,23) que é o confronto. Em terceiro lugar aparece o fator 3 e o fator 5, com mesma média (1,61), o fator 3 representando o autocontrole e o fator 5 representando a aceitação de responsabilidade. Em segundo lugar, encontramos o fator 4 e o fator 8 no mesmo nível (1,81) que significam o suporte social no caso do fator 4 e a reavaliação positiva no caso do fator 8. A estratégia que mais aparece está localizada no fator 7 (1,95) que é representada pela resolução de problemas. Na sequência será apresentado o resultado de cada fator em relação a cada subgrupo.

**Tabela 2 – Fator 1 / Confronto**

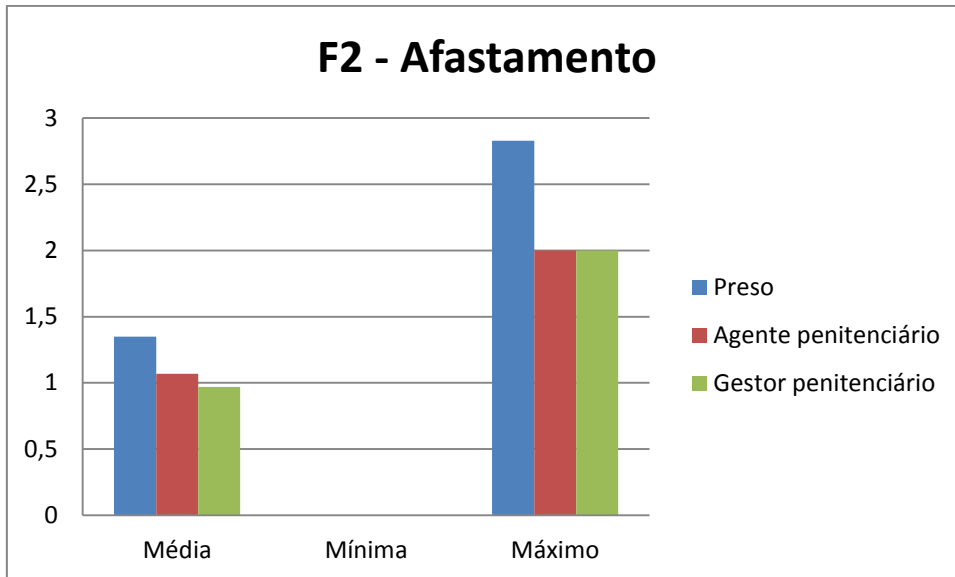
	Média	Mínima	Máximo
<b>Preso</b>	1,15	0,00	2,83
<b>Agente penitenciário</b>	1,23	0,33	2,33
<b>Gestor penitenciário</b>	1,32	0,50	2,17



Das 8 estratégias de enfrentamento, a estratégia representada pelo confronto aparece como a terceira estratégia menos utilizada (1,23), ou seja, há a ocorrência de mais 5 tipos de estratégias na sua frente. Isto na média geral. No cômputo por subgrupo de participantes aparece sendo menos utilizada pelos presos (1,15) e mais utilizada pelos gestores (1,32). No entanto, observa-se que no índice de respostas há presos que nem utilizam essa estratégia (0,00) como também há os que apontaram um índice mais alto que todos os participantes (2,83). Os agentes penitenciários apresentaram pontuação entre 0,33 e 2,33. Enquanto os gestores penitenciários apresentaram pontuação de 0,50 a 2,17.

**Tabela 3 –Fator 2 / Afastamento**

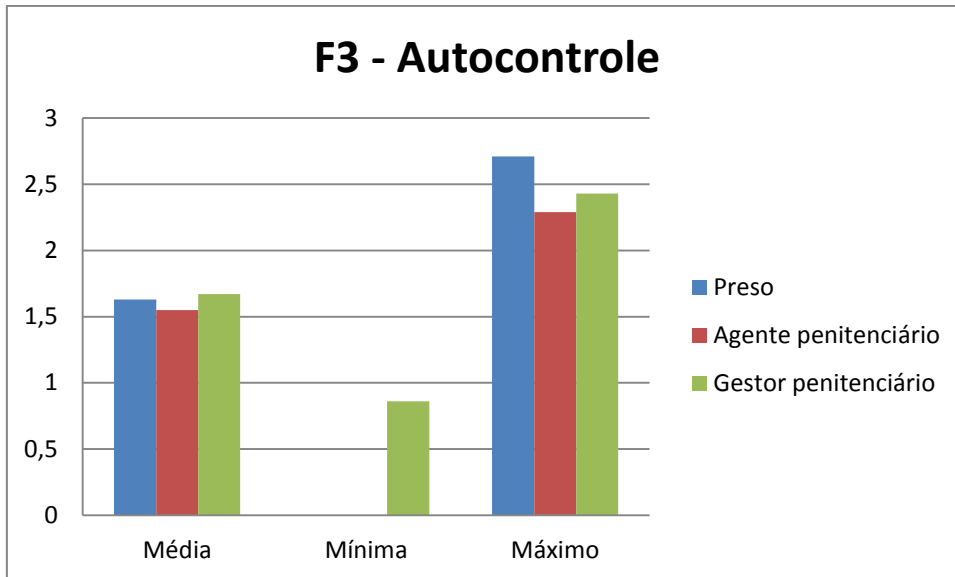
	<b>Média</b>	<b>Mínima</b>	<b>Máximo</b>
<b><i>Preso</i></b>	1,35	0,00	2,83
<b><i>Agente penitenciário</i></b>	1,07	0,00	2,00
<b><i>Gestor penitenciário</i></b>	0,97	0,00	2,00



Tal como vimos acima, a estratégia representada pelo afastamento aparece na média geral como a segunda estratégia menos utilizada (1,13). Em relação aos subgrupos de participantes é a menos utilizada pelos gestores penitenciários (0,97) e mais utilizada pelos presos (1,35). Quanto ao índice de respostas para os presos variou de 0,00 a 2,83 enquanto para os gestores e agentes penitenciários variou igual de 0,00 a 2,00.

**Tabela 4 – Fator 3 / Autocontrole**

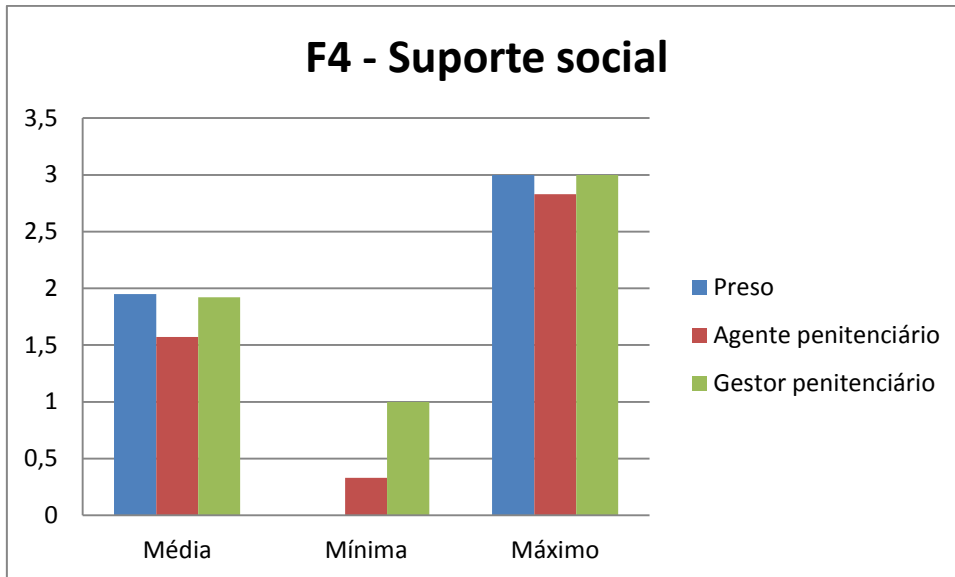
	<b>Média</b>	<b>Mínima</b>	<b>Máximo</b>
<b><i>Preso</i></b>	1,63	0,00	2,71
<b><i>Agente penitenciário</i></b>	1,55	0,00	2,29
<b><i>Gestor penitenciário</i></b>	1,67	0,86	2,43



Na média geral, o fator 3 aparece em terceiro lugar na mesma proporção que o fator 5 (aceitação de responsabilidade - 1,61). Por subcategoria, os agentes penitenciários responderam a utilização do autocontrole mais abaixo que os demais (1,55), enquanto os gestores penitenciários responderam o autocontrole superior aos demais participantes (1,67). Quanto a variação de respostas os agentes responderam autocontrole de 0,00 a 2,29. Os presos responderam de 0,00 a 2,71. Já os gestores foram de 0,86 a 2,43. Pelo tipo de atividade e papel dos agentes penitenciários, esperava-se que o enfrentamento por meio do autocontrole fosse apresentar média maior. Preocupa ainda, o fato que muitos agentes penitenciários responderam por comportamentos de não utilização da estratégia de enfrentamento por meio do autocontrole, indicando nível 0,00. Da mesma forma, também houve presos com resposta a nível 0,00. No entanto, enquanto os agentes penitenciários responderam autocontrole com nível até 2,29, houve presos com uso superior do autocontrole chegando ao nível 2,87.

**Tabela 5 – Fator 4 / Suporte social**

	<b>Média</b>	<b>Mínima</b>	<b>Máximo</b>
<b><i>Preso</i></b>	1,95	0,00	3,00
<b><i>Agente penitenciário</i></b>	1,57	0,33	2,83
<b><i>Gestor penitenciário</i></b>	1,92	1,00	3,00

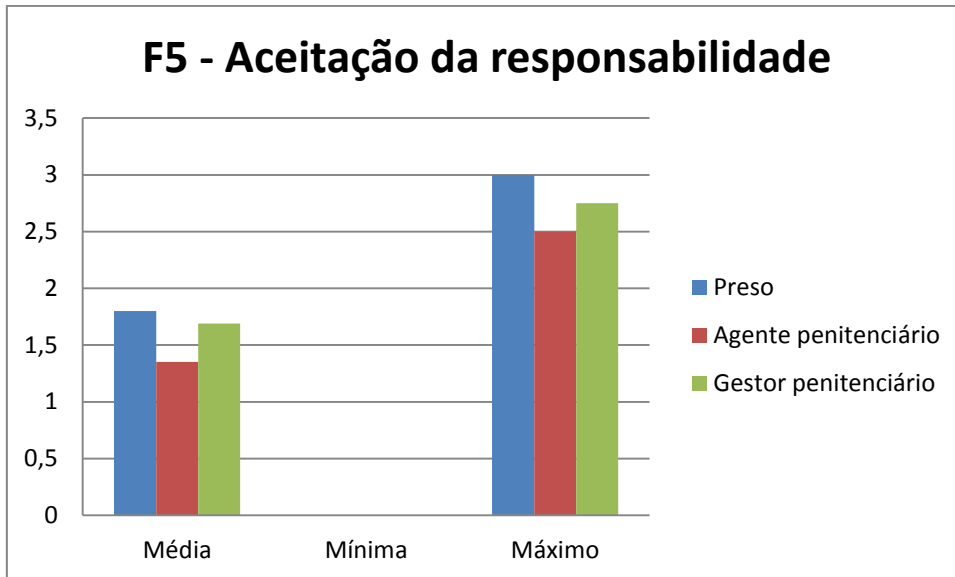


Na mesma proporção que o fator 8 – reavaliação positiva, aparece o fator 4 com média de 1,81. Ou seja, representando o segundo tipo de estratégia de enfrentamento mais respondido. O suporte social foi menos respondido pelos agentes penitenciários (1,57) e mais pelos presos (1,95). Embora com pouca diferença entre as subcategorias de participantes. As respostas dos agentes penitenciários variaram de 0,33 a 2,83. Os gestores de 1,00 a 3,00. Enquanto os presos de 0,00 a 3,00. Esperava-se que a estratégia suporte social aparecesse abaixo das estratégias aceitação de responsabilidade e autocontrole, principalmente aos servidores, mas também aos presos. Assim, para dar sentido que a convivência institucional seja no sentido do aprendizado e mudança comportamental como forma até mesmo de modelagem como nos ensina Bandura (2008) e, por assim dizer, também atuar no suporte profissional, indo para além do suporte social. O suporte social também é uma estratégia importante, mas não quando o autocontrole está deficitário.

**Tabela 6 – Fator 5 / Aceitação de responsabilidade**

	Média	Mínima	Máximo
<b>Preso</b>	1,80	0,00	3,00
<b>Agente penitenciário</b>	1,35	0,00	2,50
<b>Gestor penitenciário</b>	1,69	0,00	2,75

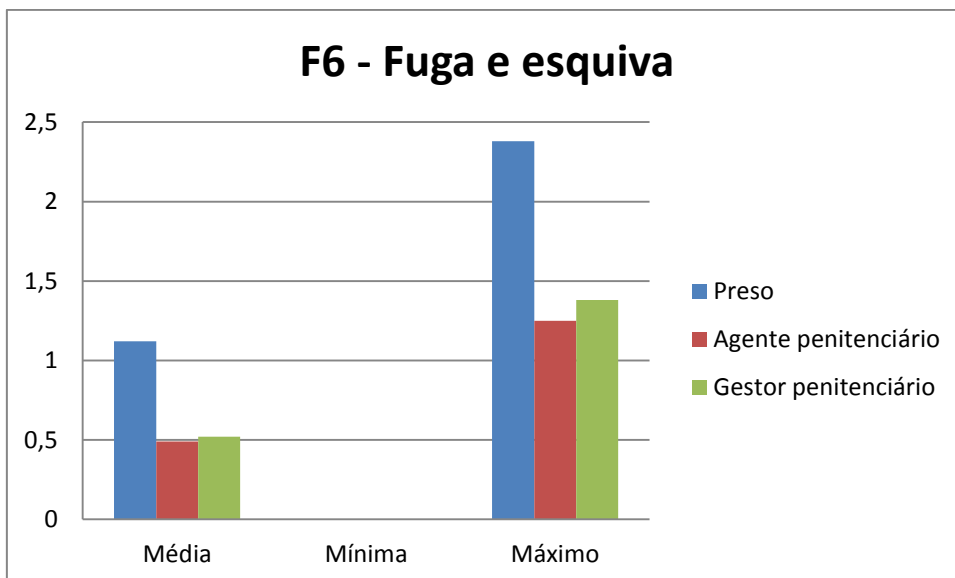




O fator 5 – aceitação de responsabilidade aparece em terceiro lugar, em detrimento das estratégias de resolução de problemas (F7), suporte social (F4) e reavaliação positiva (F8), e no mesmo nível do autocontrole (F3). Em se tratando dos subgrupos de participantes da pesquisa, os presos apresentaram nível de aceitação da responsabilidade maior (1,80), enquanto os gestores ficaram no nível intermediário (1,69) e os agentes penitenciários no nível inferior (1,35). Quanto a variação das respostas os 3 subgrupos tiveram participantes que manifestaram a baixa utilização da aceitação de responsabilidade chegando a nível 0,00. Quanto a pontuação máxima os presos atingiram o nível 3,00, os gestores atingiram o nível 2,75 e os agentes penitenciários atingiram o nível 2,50.

**Tabela 7 – Fator 6 / Fuga e esquiva**

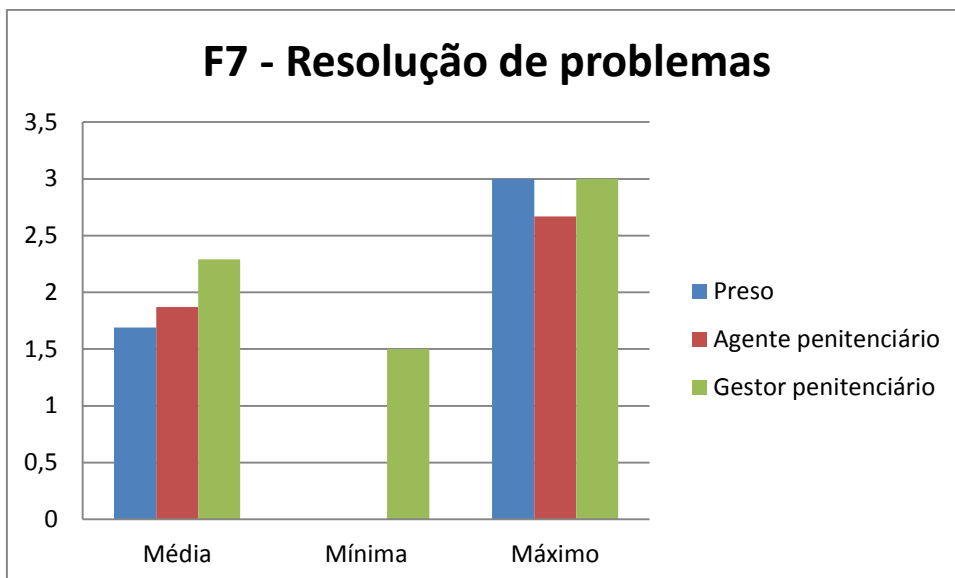
	<b>Média</b>	<b>Mínima</b>	<b>Máximo</b>
<b><i>Preso</i></b>	1,12	0,00	2,38
<b><i>Agente penitenciário</i></b>	0,49	0,00	1,25
<b><i>Gestor penitenciário</i></b>	0,52	0,00	1,38



Tal como já registramos acima, na média geral, a estratégia de enfrentamento relacionada a fuga e esquiva, relativa ao fator 6, dentre os 8 fatores foi a estratégia menos utilizada (0,71). O subgrupo de participantes que demonstrou mais utilizar esta estratégia foram os presos com média de 1,12. Seguido dos gestores com 0,52 e os agentes penitenciários com 0,49. Todos os subgrupos indicaram resposta zero quanto a utilização desta estratégia até pontuação máxima de 2,38 para o subgrupo de presos, 1,38 para o subgrupo de gestores e 1,25 para o subgrupo de agentes. Ficando mais característico ao subgrupo de presos, enquanto a menor variação aos subgrupos de servidores penitenciários.

**Tabela 8 – Fator 7 / Resolução de problemas**

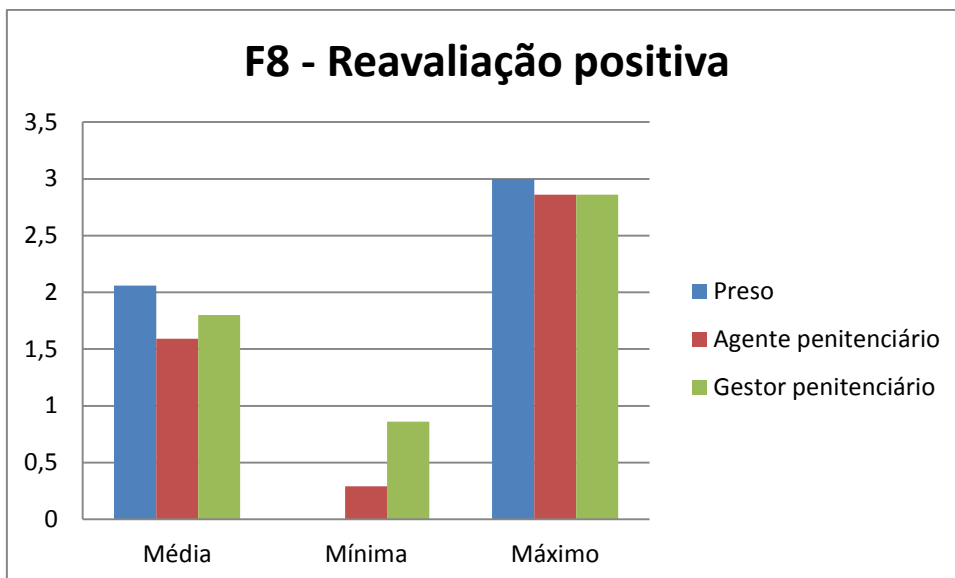
	Média	Mínima	Máximo
<b><i>Preso</i></b>	1,69	0,00	3,00
<b><i>Agente penitenciário</i></b>	1,87	0,00	2,67
<b><i>Gestor penitenciário</i></b>	2,29	1,50	3,00



Das 8 estratégias de enfrentamento, a resolução de problemas foi a mais utilizada, apresentando média geral de 1,95. Quanto ao cômputo por subgrupo de participantes é menos utilizada pelos presos com média de 1,69. Demonstra ser mais utilizada pelos gestores, com média de 2,29. Ficando os agentes penitenciários em nível intermediário com 1,87. Em relação a variação de respostas, no entanto, há presos e agentes penitenciários com nível 0,00 em relação a resolução de problemas, sendo que o máximo dessa estratégia foi demonstrada pelos agentes ser utilizada até o nível 2,67 e pelos presos até o nível 3,00. Os gestores são os que mais fazem uso dessa estratégia de enfrentamento, o que também era esperado por essa pesquisa, sendo o mínimo de 1,5 e máximo 3,00.

**Tabela 9 – Fator 8 / Reavaliação positiva**

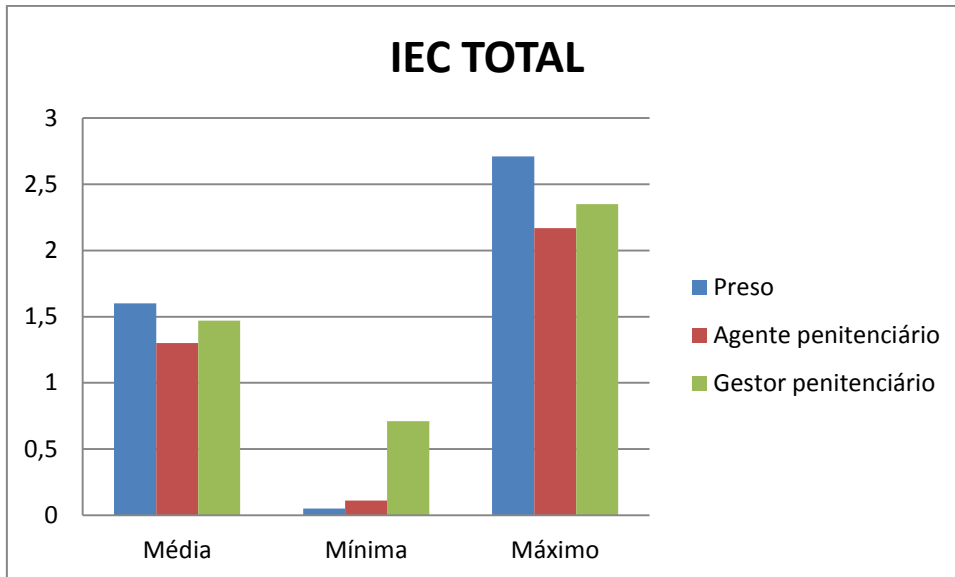
	Média	Mínima	Máximo
<b>Preso</b>	2,06	0,00	3,00
<b>Agente penitenciário</b>	1,59	0,29	2,86
<b>Gestor penitenciário</b>	1,80	0,86	2,86



O fator 8 – reavaliação positiva, se encontra como o segundo tipo de estratégia de enfrentamento mais utilizada pelos participantes da pesquisa, apresentando média de 1,81, juntamente com o fator 4 – suporte social. Da média mais baixa para a média mais alta entre os participantes temos os agentes penitenciários com 1,59, os gestores penitenciários com 1,80 e os presos com 2,06. Embora os presos tenham respondido na média geral usar mais desta estratégia, há desde aqueles que não a utilizam (0,00) até aqueles com máximo em 3,00. Quanto aos servidores penitenciários, os agentes penitenciários apresentaram pontuação mínima de 0,29 enquanto os gestores penitenciários apresentaram 0,86. Ambas as categorias de servidores tiveram a pontuação máxima de 2,86.

**Tabela 10 – IEC Total / Média geral**

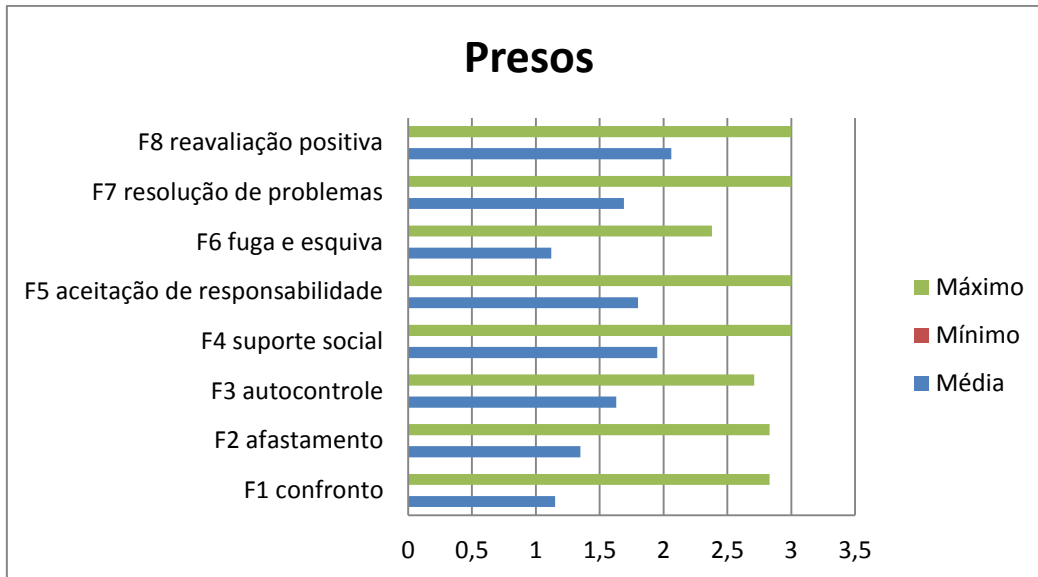
	<b>Média</b>	<b>Mínima</b>	<b>Máximo</b>
<b><i>Preso</i></b>	1,60	0,05	2,71
<b><i>Agente penitenciário</i></b>	1,30	0,11	2,17
<b><i>Gestor penitenciário</i></b>	1,47	0,71	2,35



Mediante os resultados coletados nessa pesquisa para o estudo das estratégias de enfrentamento, se identificou pouca diferença nas médias entre os 3 subgrupos. A média menor de 1,30 ficou com o grupo de agentes penitenciários, a média intermediária ficou para o grupo dos gestores penitenciários de 1,47 e a média maior ficou para o grupo de presos com 1,60. Considerando que a pontuação varia de 0,00 a 3,00 esperava-se com que cada subgrupo ficasse acima de 1,50. Contudo, apenas o subgrupo de presos ficou acima desse valor. Quanto a variância de respostas para construir o valor da média de cada subgrupo de participantes da amostra, os agentes penitenciários apresentaram resposta média de 0,11 a 2,17. Os gestores penitenciários de 0,71 a 2,35. E os presos de 0,05 a 2,71.

**Tabela 11 – Pontuação Subgrupo: Presos**

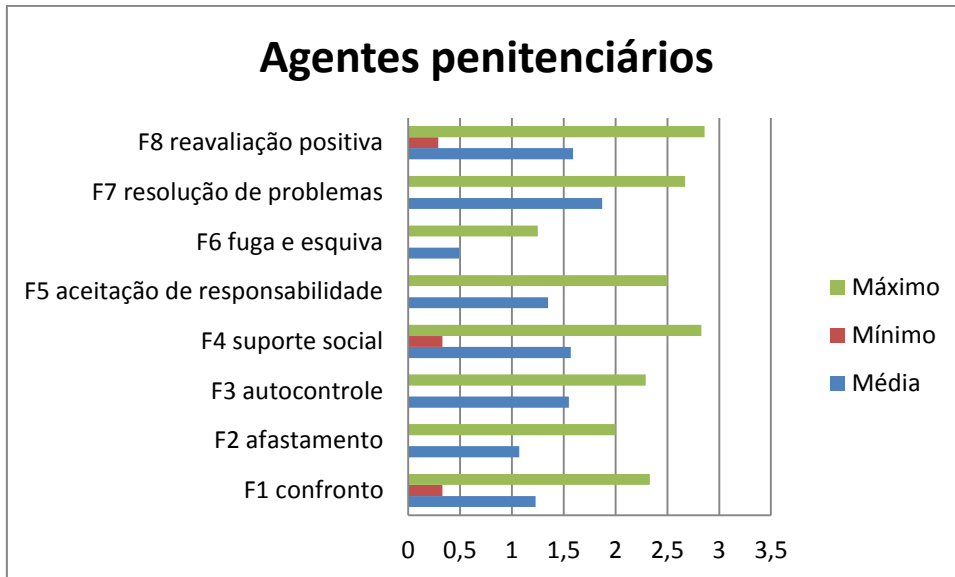
	<b>Média</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
<b><i>F1 confronto</i></b>	1,15	0,00	2,83
<b><i>F2 afastamento</i></b>	1,35	0,00	2,83
<b><i>F3 autocontrole</i></b>	1,63	0,00	2,71
<b><i>F4 suporte social</i></b>	1,95	0,00	3,00
<b><i>F5 aceitação de responsabilidade</i></b>	1,80	0,00	3,00
<b><i>F6 fuga e esquivas</i></b>	1,12	0,00	2,38
<b><i>F7 resolução de problemas</i></b>	1,69	0,00	3,00
<b><i>F8 reavaliação positiva</i></b>	2,06	0,00	3,00



Aqui demonstramos através de tabela e gráfico específico ao grupo de presos os valores relativo a cada fator das estratégias de coping, ao qual observamos que, a maior pontuação aparece no fator 8 que significa a reavaliação positiva, com 2,06. Também conseguimos observar que o fator mais baixo, está relacionado a aceitação de responsabilidade, com 1,12. Outro ponto que chama a atenção em relação a este subgrupo é que houve registro de pontuação 0,00 em todos os fatores das estratégias de enfrentamento.

**Tabela 12 – Pontuação Subgrupo: Agentes penitenciários**

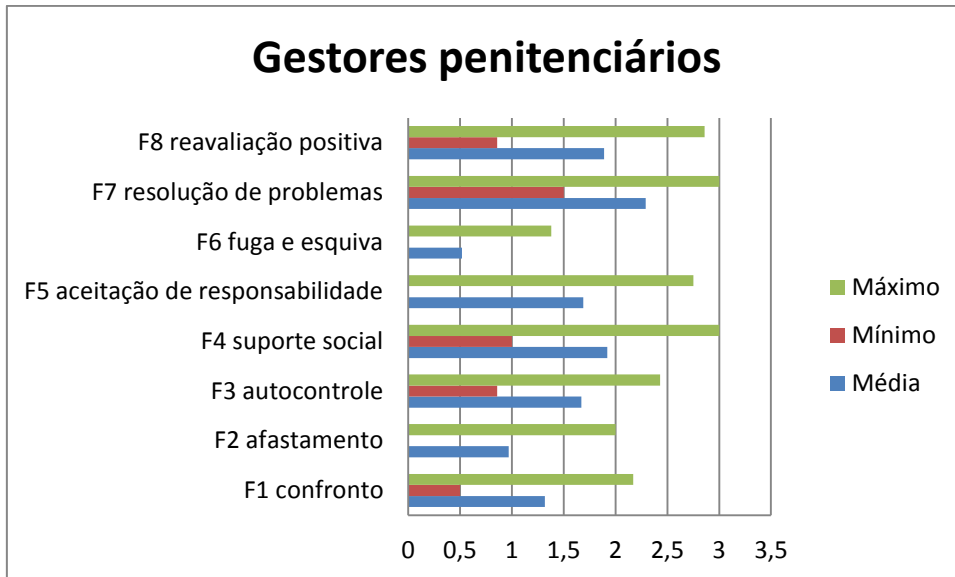
	Média	Mínimo	Máximo
<b><i>F1 confronto</i></b>	1,23	0,33	2,33
<b><i>F2 afastamento</i></b>	1,07	0,00	2,00
<b><i>F3 autocontrole</i></b>	1,55	0,00	2,29
<b><i>F4 suporte social</i></b>	1,57	0,33	2,83
<b><i>F5 aceitação de responsabilidade</i></b>	1,35	0,00	2,50
<b><i>F6 fuga e esquiva</i></b>	0,49	0,00	1,25
<b><i>F7 resolução de problemas</i></b>	1,87	0,00	2,67
<b><i>F8 reavaliação positiva</i></b>	1,59	0,29	2,86



Em relação ao subgrupo dos agentes penitenciários, verifica-se que a marcação de pontuação mais alta para as estratégias de enfrentamento está relacionada a resolução de problemas, com média 1,87. A média mais baixa entre os fatores está ligada a fuga e esquiva com 0,49.

**Tabela 13 – Pontuação Subgrupo: Gestores penitenciários**

	<b>Média</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
<b><i>F1 confronto</i></b>	1,32	0,50	2,17
<b><i>F2 afastamento</i></b>	0,97	0,00	2,00
<b><i>F3 autocontrole</i></b>	1,67	0,86	2,43
<b><i>F4 suporte social</i></b>	1,92	1,00	3,00
<b><i>F5 aceitação de responsabilidade</i></b>	1,69	0,00	2,75
<b><i>F6 fuga e esquiva</i></b>	0,52	0,00	1,38
<b><i>F7 resolução de problemas</i></b>	2,29	1,50	3,00
<b><i>F8 reavaliação positiva</i></b>	1,89	0,86	2,86



Quanto ao subgrupo de participantes representado pelos gestores penitenciários, identificamos valores mais altos em relação ao fator 7 - resolução de problemas (2,29) e valores mais baixos em relação ao fator 6 - fuga e esquiva (0,52). Embora com índice mais alto e mais baixo muito parecido com o subgrupo de agentes penitenciários. Dos 3 subgrupos este denota fazer mais uso dos tipos variados de estratégias de enfrentamento.





## 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

O estudo com enfoque quantitativo de pesquisa trabalha com um conjunto sequencial de processos até chegar a um resultado que melhor caracterize a população escolhida através de uma amostra. Cada fase do processo é bastante rigoroso, desde a escolha da delimitação do tema, dos objetivos com que se pretende alcançar a pesquisa, a revisão da literatura para procurar tudo o que já se alcançou com o presente tema ou a pertinência do tema visto o seu ineditismo ou a dificuldade de se abordar o problema. Precisando se fazer uma escolha bem adequada acerca do marco teórico e, sobretudo, revisar toda a coleta de dados, bem como, observar com muita atenção os resultados atingidos por cada instrumento e pelo conjunto de instrumentos em sua relação, exigindo redefini-los, uma vez que isto acarreta em tudo o que se pretende alcançar e depende do uso de programa de método estatístico. Posso afirmar que, a etapa referente aos resultados foi a mais difícil e exigente, embora possa chegar ao entendimento do público de uma forma mais simplificada e objetiva.

Pois é este um dos objetivos que se pretendeu atingir com a escolha deste tipo de pesquisa. Fazer a escolha de uma amostra através de um número grande de participantes e obter uma visão geral de como se caracterizam as habilidades sociais e as estratégias de enfrentamento utilizadas por servidores e presos no sistema prisional e que melhor os representem enquanto categoria profissional e público alvo de trabalho.

Relevante ressaltar que, além daquilo que identifica as categorias de estudo através do levantamento das médias. Ou seja, identificar os resultados apontados pela amostra geral e também por cada subgrupo de participantes, sendo eles os presos, os agentes penitenciários e os gestores penitenciários. Entender que, todo resultado advém da manifestação de cada pessoa participante por meio de sua própria percepção sobre determinado fenômeno. A coleta de dados através da entrada e experiência no campo do sistema prisional e conseguir a participação espontânea de presos, agentes penitenciários e gestores penitenciários é a fonte primordial de todo este estudo. Cada participante em si e cada subgrupo, embora aqui no estudo quantitativo representem a sua categoria, são pessoas únicas e



singulares. Entretanto, apesar das diferenças entre si, que vão do mínimo ao máximo no estudo das variâncias de respostas, colabora em muito não só para a visão geral de categoria institucional, como principalmente para a construção do que se quer enquanto Instituição e enquanto Sociedade. Por isso, a importância de se ater a estes resultados pensando mais ainda sobre o fenômeno de como isto se dá no plano dos relacionamentos interpessoais em um campo social notadamente de periculosidade e conflitos latentes e emergentes.

Primeiramente, de acordo com o questionário sociodemográfico, identificamos o público estudado. Participaram desta pesquisa uma amostra com 75 participantes, sendo 25 presos, 25 agentes penitenciários e 25 gestores penitenciários do sistema prisional da região metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul/ Brasil. Em se tratando da idade, a maior parte dos presos participantes encontra-se na faixa etária dos 30 aos 35 anos (28%), enquanto os agentes penitenciários na faixa etária dos 40 aos 45 anos (32%) e os gestores penitenciários na faixa etária dos 35 aos 40 anos e 40 aos 45 anos, com mesmo percentual de 24%. Diferentemente dos resultados preliminarmente atingidos em 2017, a idade da população estudada foi avançando.

Quanto ao ingresso no sistema prisional, a maioria dos presos foram recolhidos nos estabelecimentos prisionais do Estado entre os anos de 2010 a 2015 (52%). Quanto aos servidores penitenciários, observa-se que a maioria dos agentes penitenciários foram empossados através de concurso público entre 2000 e 2005 (32%), já os gestores penitenciários da mesma forma ingressaram na SUSEPE entre os anos de 2010 e 2015 (30,7%).

Relativo a escolaridade, a maioria dos presos com 36% tem o ensino fundamental incompleto. Sendo que, 40% dos agentes penitenciários e 44% dos gestores penitenciários têm o ensino superior completo. No passado, grande parte dos presos eram analfabetos ou com ensino fundamental incompleto – séries iniciais. A tabela cruzada por subgrupos indica que isto foi avançando gradualmente com os anos, havendo maior expansão para outros níveis de escolaridade, atingindo até o nível do ensino superior completo para este público. Entende-se isso como avanço educacional da população brasileira, assim como, resposta ao investimento na educação prisional, através de parceria do Ministério da Educação com o



Ministério da Justiça para a implementação de NEEJAS – Núcleos de Educação de Jovens e Adultos visando a oferta de educação formal através do ensino fundamental e ensino médio dentro dos estabelecimentos prisionais e em parceria com a rede. Bem como, da participação de presos em provas do ENCCEJA – Exame nacional para certificação de competências de jovens e adultos e ENEM – Exame nacional do ensino médio, para avanço de nível escolaridade e até mesmo a possibilidade de ingresso no ensino superior.

Relativo aos servidores penitenciários, observando o grau de escolaridade e ano de ingresso na Superintendência, identifica-se que os agentes penitenciários participantes da pesquisa, pelo fato da sua maioria ter entrado entre 2000 e 2005, ainda não era exigido ao cargo a escolaridade de nível superior. Contudo, a entrada no sistema prisional e o tornar-se servidor penitenciário propiciou avanço na escolaridade, tal como já foi identificado em estudos anteriores (Rosa, 2012) ou já adentraram na instituição com nível de escolaridade superior. Por isto, 40% dos agentes penitenciários possuem o nível superior completo, 20% possuem o ensino superior incompleto, enquanto 32% ficaram com o nível médio de escolaridade exigido no momento do concurso para servidor público da SUSEPE.

Quanto aos gestores penitenciários, observa-se que a maioria ingressou entre 2010 e 2015 (30,7%), ou seja, em momento em que já estava sendo exigido ao cargo de agente penitenciário o nível superior de escolaridade, uma vez que tal mudança passou a ocorrer a partir de 2014 nos concursos da SUSEPE. Portanto, os gestores participantes desta pesquisa apontaram possuir nível superior de escolaridade, com 44%. Bem como, pós-graduação, também com índice de 44%, enquanto apenas 8% tem o ensino superior incompleto e 4% o ensino médio completo. Considerando a exigência do nível escolaridade ao cargo, mas não apenas isso. A observância quanto ao que preconiza a Lei de Execuções Penais (Lei Federal N.º 7.210/84) também passou a ser respeitada e cumprida. Dispõe que Diretor de Estabelecimento Prisional deve ser portador de diploma de nível superior em Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Pedagogia ou Serviços Sociais. Esta lei é reforçada pela Lei Estadual N.º 9.228/91 ao qual esclarece que a admissão do exercício de direção por servidor de nível médio e que não detenha os requisitos constantes no artigo 75 da LEP, infringe a regra da competência institucional.



No entanto, a exigência de tais requisitos para a qualificação, aptidões e conhecimento técnico mais compatíveis com a gestão prisional, não necessitam ser abarcadas somente por servidores mais jovens no cargo e que vieram a fazer parte da instituição somente depois de 2014. Pois embora, obviamente, estes possuam o requisito escolaridade, necessitam de maior experiência profissional. Esta pesquisa demonstra, por outra banda, que há agentes penitenciários mais antigos na instituição com a escolaridade exigida (40%), isto ainda, sem contar com os demais servidores penitenciários dos cargos de técnicos superiores penitenciários e agentes penitenciários administrativos, que neste momento não fizeram parte deste recorte. Assim, esclarecesse que há servidores para assumirem cargos de gestão, no entanto, não assumem esta responsabilidade devido as características institucionais, tais como falta de valorização, formação, estrutura e apoio institucional, o que também está relacionado as suas estratégias de enfrentamento.

Do ponto de vista de cada participante, cada subgrupo apresentou como objetivo institucional a fim de se cumprir a sua missão enquanto SUSEPE, no caso dos presos, a importância de investimento na formação e desenvolvimento humano com índice de 60%. Os agentes penitenciários informaram a importância de se trabalhar a estrutura e gestão institucional, com 48%. Enquanto os gestores penitenciários apontaram a ética e o profissionalismo, com 36%.

Quanto a percepção sobre as características de comportamento que facilitam a convivência institucional, 42,65% dos participantes responderam que a facilidade de comunicação colabora para um melhor convívio. Especificamente quanto a cada subgrupo, os presos entendem que o respeito (48%), a comunicação (44%) e a humildade (40%) facilitam a convivência. Enquanto os agentes penitenciários entendem que o que mais facilita é a comunicação (36%), a humildade (32%) e a responsabilidade (24%). Já os gestores dentro desta mesma visão consideram a comunicação (48%), a humildade (36%) e a paciência (28%).

No que diz respeito as características de comportamento que dificultam a convivência institucional, temos a impaciência como fator preponderante (33,3%) para a amostra geral. Nomeadamente, aos presos obtivemos como resultado de 36% para impaciência e vulnerabilidade, 32% isolamento e 28% a baixa sociabilidade. Aos agentes penitenciários, tem-se o mesmo resultado de 36% para



impaciência e vulnerabilidade, 28% arrogância e 20% idealismo e crítica. Aos gestores destacamos 33% para paciência e vulnerabilidade, 22,7% arrogância e 21,3% para desrespeito.

Em relação ao conflito mais forte vivido no sistema prisional, o público pesquisado em geral respondeu com 56% que são as brigas. Sendo 44% para os presos, 68% para os agentes penitenciários e 56% para os gestores penitenciários. Nesta pesquisa foi possível identificar que as brigas estão atreladas a brigas entre presos, motins, rebeliões, ameaças de morte por conta de manter o controle, agressão por presos em surto, agressão de preso por parte de brigadão, retirada de líder de facção de galeria, informação a preso sobre regressão de regime e resgate de preso em escolta.

Os participantes da pesquisa também mencionaram o funcionamento institucional com 14,7% visto pela amostra geral e respondidos especificamente pelos agentes 12% e gestores 32%. Podendo ser levantado e esclarecido quanto a preconceitos e risco de assumir responsabilidades sem o apoio institucional. Outro ponto relevante foi a identificação de conflitos no que se refere a conflitos consigo mesmo ou conflito interno, e este poder repercutir de alguma forma no sistema, com 13,3%. Sendo levantado principalmente pelos presos (24%) e gestores (12%).

Como forma de superar os conflitos, os participantes responderam com 21,3% a aceitação da responsabilidade, 17,3% o afastamento e 16% o autocontrole. Especificamente, aos presos identificamos com 24% a resolução de problemas, 20% afastamento e 16% a reavaliação positiva. Já os agentes penitenciários apontaram com 36% a aceitação de responsabilidade, 20% o afastamento e 12% o autocontrole. Enquanto os gestores penitenciários mencionaram com 32% o autocontrole, 20% a reavaliação positiva e 12% aceitação de responsabilidade, bem como o afastamento.

Em relação aos resultados do Inventário de Habilidades Sociais – IHS, identificamos de acordo com o levantamento dos resultados geral que, o fator 2 – autoafirmação na expressão de sentimento positivo apresentou resultado mais elevado, 3,94. Em segundo lugar, apareceu o fator 1 – enfrentamento e autoafirmação e o fator 5 – autocontrole da agressividade, ambos com 3,12. Em



terceiro lugar, apareceu o fator 4 – autoexposição com 2,76. Em último lugar, apareceu o fator 3 – conversação e desenvoltura social com 2,33.

Em relação a média geral das habilidades sociais por subgrupo de participantes, verificamos que os servidores penitenciários ficaram com médias muito próximas. No caso, os gestores penitenciários apresentaram média em habilidades sociais maior, com 3,09. Os agentes penitenciários obtiveram pontuação de 3,08 e os presos com pontuação de 2,99, ficando mais abaixo, conforme era o esperado. Entende-se que, a escolha em ser e atuar como servidores penitenciários favorece com que as habilidades sociais pudessem se apresentar com nível mais elevado, a exemplo do grau de escolaridade, a escolha pelo serviço público, a escolha por tipo de trabalho envolvendo o tratamento e a custódia de pessoas, a formação de servidores penitenciários. As habilidades sociais são aprendidas nas relações e rotinas diárias. Portanto, é importante que servidores penitenciários apresentem média maior e sirvam de exemplo e estímulo.

Referente a cada subgrupo de participantes, observamos que os presos apresentaram pontuação maior no fator 2 – autoafirmação na expressão de sentimento positivo, com 3,85. Enquanto o fator 4 – autoexposição apareceu com índice mais baixo (2,70). Os agentes penitenciários também apresentaram pontuação maior no fator 2, com pontuação de 3,94 e pontuação mais baixa no fator 3 – conversação e desenvoltura social, com 2,31. Da mesma forma que os presos e os agentes penitenciários, os gestores penitenciários também apresentaram resultado mais elevado em relação ao fator 2, com 4,05. Bem como, pontuação mais baixa no fator 3, tal como os agentes, com índice de 1,97.

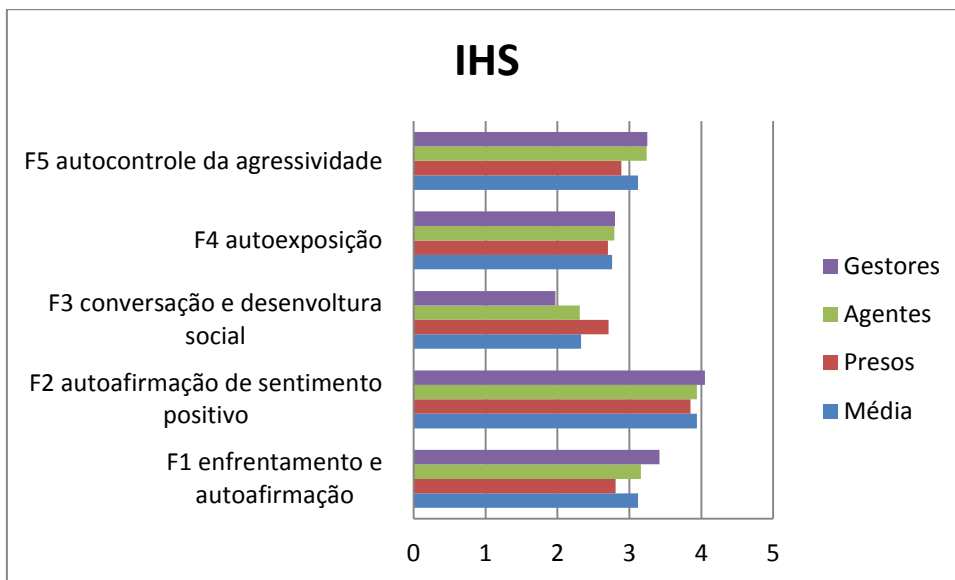
Especificamente, em relação a cada fator, temos que o Fator 1 – enfrentamento e autoafirmação se mostrou mais alto em gestores (3,42), depois em agentes (3,16) e mais baixo em presos (2,81). O Fator 2 – autoafirmação na expressão de sentimento positivo se mostrou mais alto em gestores penitenciários (4,05), posteriormente em agentes penitenciários (3,94) e presos (3,85). O Fator 3 – conversação e desenvoltura social, ao contrário, se mostrou mais alta em presos (2,71), diminuindo para os agentes (2,31) e posteriormente aos gestores (1,97). Já o Fator 4 – autoexposição, obteve pouca diferença, entretanto, se mostrou mais alta em gestores (2,80), depois em agentes (2,79) e mais baixa em presos (2,76). No Fator 5 – autocontrole da agressividade, o resultado apareceu mais alto em



gestores(3,25), estando muito parecido ao resultado demonstrado pelos agentes penitenciários (3,24) e mais baixa em presos (2,89).

### 6.1 Demonstrativo IHS

Fatores	Média	Presos	Agentes	Gestores
<b>F1 enfrentamento e autoafirmação</b>	3,12	2,81	3,16	3,42
<b>F2 autoafirmação de sentimento positivo</b>	3,94	3,85	3,94	4,05
<b>F3 conversação e desenvoltura social</b>	2,33	2,71	2,31	1,97
<b>F4 autoexposição</b>	2,76	2,70	2,79	2,80
<b>F5 autocontrole da agressividade</b>	3,12	2,89	3,24	3,25
<b>Média</b>	3,05	2,99	3,08	3,09



No que tange ao resultado do Inventário de Estratégias de Coping – IEC, detalhadamente em relação ao público em geral segundo as médias apresentadas em cada fator identificamos, em primeiro lugar, que os participantes fazem mais uso da resolução de problemas, relativo ao Fator 7 (1,95). Dentro do sistema prisional, seja em estabelecimento prisional como em delegacia ou departamento, aparecem várias situações que exigem resolução. Sendo que tais resoluções são efetuadas por servidores e presos. É composto por ambientes coletivos com alta rotatividade, onde a vida das pessoas se desloca e gira ali, seja para a higiene pessoal, para se alimentar, para dormir, para conviver, para estudar, para trabalhar, para tratar as questões de saúde, para resolver os problemas da pena, para resolver os problemas que surgem no cumprimento da pena, para preparar pessoas para a liberdade e



integração social, para receber mais gente. A cadeia não para. Portanto, um resultado esperado. Necessário também. No entanto, há problemas do sistema prisional que não necessariamente precisam ser respondidos por estratégias de enfrentamento de resolução de problemas. Esta pesquisa mostra a existência de vários tipos de estratégias de enfrentamento. É preciso utilizar de outras estratégias de enfrentamento para não recair numa resolução automática de problemas e sim, utilizar de estratégias que toquem a fonte dos problemas para resultar em sua resolução efetiva e que possam promover mudanças estruturais a ponto de romper com repetição de problemas. Digo isso, do ponto de vista do comportamento delitivo de pessoas presas e sua reinserção, como também, do trabalho automático do servidor que acaba se tornando um trabalho repetitivo e vazio, muitas vezes como resposta a uma pressão barulhenta que tem a cadeia e que lhe é inerente.

Em segundo lugar, temos dois fatores com mesma pontuação de 1,81. No caso, o Fator 4 – suporte social e o Fator 8 – reavaliação positiva. Tais resultados corroboram com a experiência e com os resultados de estudos anteriores (Rosa & De Antoni, 2007) visto que, no mapeamento da rede de pessoas em situação de aprisionamento, a prisão é percebida como fator de proteção e fornecimento de suporte social. Isto denota falha na rede quanto a prevenção dos riscos e da vulnerabilidade social, em especial, em relação ao tratamento da saúde mental e da toxicomania. E, sobretudo, na conscientização e apoio as famílias para romperem com a homeostase que reforça ainda mais a manutenção de comportamentos de risco. Há que se salientar também o acesso à cidadania, à educação e ao trabalho e à geração de renda. Assim, o cometimento de um delito e por assim dizer, o mal estar social causado pela violência é reavaliado positivamente, não com o alcance de aprendizado e mudança de comportamento. Mas no sentido de criação de visibilidade de sujeitos para suprir necessidades. Dessa forma, o sentido do cumprimento da pena se reforçado pela automatização na resolução de problemas parece ser escamoteado para dar conta de outros problemas que é papel do Estado, que é anterior ao problema do aprisionamento, mas não é papel do sistema.

Em terceiro lugar, temos dois fatores com pontuação de 1,61. O Fator 3, representando o autocontrole e o Fator 5 representando a aceitação de responsabilidade. Aqui se entende as estratégias que mais necessitam ser aprendidas e alavancadas. Que possibilitarão provocar mudanças pessoais e





institucionais a ponto de prevenirem o colapsamento do sistema. Isto vale para todos que convivem nesse ambiente, presos e servidores, no que tange ao cumprimento das regras, ao cumprimento das atribuições, a ética, a colaboração para engrenagem do sistema, ao respeito ao ser humano como um todo.

Em quarto lugar, com pontuação de 1,23, temos o confronto. Em quinto lugar, com pontuação de 1,13, temos o afastamento. E com pontuação de 0,71 a estratégia menos utilizada, fuga e esquivas. Estes três estilos de estratégias de coping ficaram abaixo da média. Se considera uma pontuação que corrobora com a realidade do sistema prisional, explica porque apesar de todos os problemas, as pessoas ali convivem com certa passividade.

Relativo a média geral das estratégias de enfrentamento por subgrupo de participantes, verificamos que os presos apresentaram média mais alta dentre os três subgrupos, com pontuação de 1,59. Enquanto os gestores apresentaram média de 1,53. Seguindo dos agentes penitenciários com média mais abaixo, de 1,34. Esperava-se, pelas exigências da atuação profissional que os agentes penitenciários apresentassem média mais elevada.

Em se tratando da maior e da menor pontuação por cada subgrupo participantes da amostra, identificamos que os presos apresentaram pontuação maior no Fator 8 – reavaliação positiva, com 2,06. Enquanto o Fator 6 – fuga e esquivas demonstrou ser o tipo de estratégia de enfrentamento menos utilizada (1,12). Assim, como os presos, os servidores também demonstraram utilizar a fuga e esquivas menos que os demais tipos de estratégias de enfrentamento. No caso, os gestores pontuaram o Fator 6 com média de 0,52, enquanto os agentes penitenciários pontuaram este fator com média de 0,49. Entretanto, a pontuação mais alta para os servidores ficou localizada no Fator 7 – resolução de problemas. Sendo a média de 2,29 para os gestores e 1,87 para os agentes penitenciários.

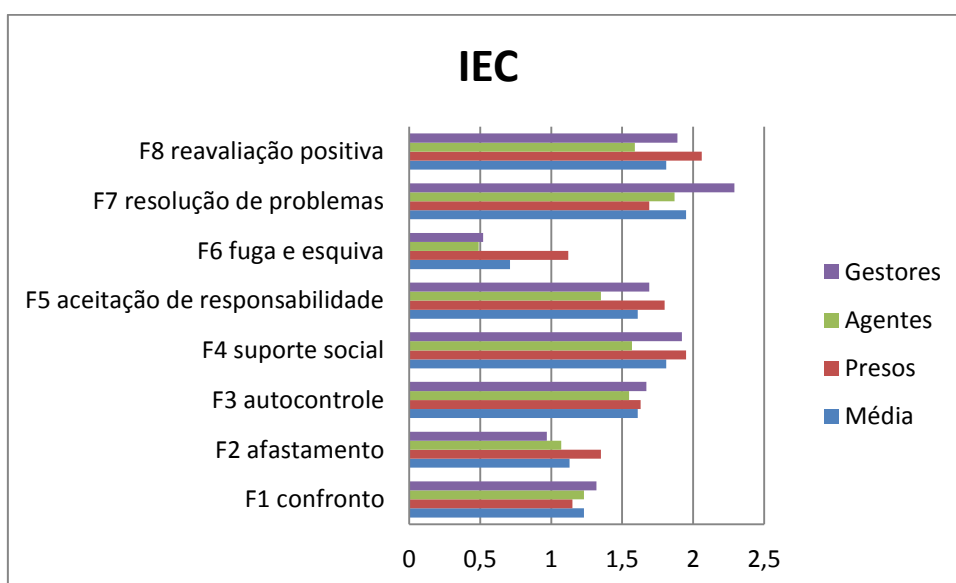
Especificamente, em relação a cada fator, temos que o Fator 1 – confronto se mostrou mais alto em gestores (1,32), depois em agentes (1,23) e mais baixo em presos (1,15). O Fator 2 – afastamento se mostrou mais alto em presos (1,35), posteriormente em agentes penitenciários (1,07) e gestores (0,97). O Fator 3 – autocontrole, se mostrou mais alto em gestores (1,67) diminuindo para os presos (1,63) e posteriormente para os agentes (1,55). Já o Fator 4 – suporte social, se



mostrou mais alto em presos (1,95), depois em gestores (1,92) e mais baixo em agentes (1,57). Quanto ao Fator 5 – aceitação de responsabilidade, o resultado apareceu mais alto em presos (1,80), estando com valor intermediário aos gestores (1,69) e mais baixo em agentes (1,35). Referente ao Fator 6 – fuga e esquiva, os presos demonstraram média maior com 1,12, enquanto os gestores pontuaram 0,52 e os agentes 0,49. Em relação ao Fator 7 – resolução de problemas, os gestores obtiveram média mais elevada com 2,29. Enquanto os agentes apresentaram média de 1,87 e os presos 1,69. Para finalizar, o Fator 8 – reavaliação positiva se mostrou mais alto em presos com 2,06. Com valor intermediário de 1,89 para os gestores. Sendo mais baixo com 1,59 para os agentes penitenciários.

## 6.2 Demonstrativo IEC

Fatores	Média	Presos	Agentes	Gestores
<b>F1 confronto</b>	1,23	1,15	1,23	1,32
<b>F2 afastamento</b>	1,13	1,35	1,07	0,97
<b>F3 autocontrole</b>	1,61	1,63	1,55	1,67
<b>F4 suporte social</b>	1,81	1,95	1,57	1,92
<b>F5 aceitação de responsabilidade</b>	1,61	1,80	1,35	1,69
<b>F6 fuga e esquiva</b>	0,71	1,12	0,49	0,52
<b>F7 resolução de problemas</b>	1,95	1,69	1,87	2,29
<b>F8 reavaliação positiva</b>	1,81	2,06	1,59	1,89
<b>Média</b>	1,48	1,59	1,34	1,53



Os resultados alcançados clarificam a percepção existente por parte do público estudado em relação ao convívio institucional e estão relacionados as



habilidades sociais e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos mesmos. Isto implica e interfere no funcionamento da dinâmica institucional e no papel educativo dos servidores para com os presos em sua socialização e reintegração social.



## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As habilidades sociais e as estratégias de enfrentamento são competências a serem adquiridas no processo de socialização das pessoas ao longo de sua vida. A quantidade e a qualidade dessas competências dependerá da qualidade e do processo de assimilação de aprendizado que cada pessoa possui nos encontros proximais e relacionamentos interpessoais constituídos.

Uma vez ponderando que, faz parte do papel de servidores penitenciários contribuírem na socialização e reintegração social de pessoas privadas de liberdade, esperava-se que, tanto habilidades sociais quanto estratégias de enfrentamento apresentassem médias mais altas em gestores e agentes penitenciários em comparação com seu público atendido. Uma vez que o público de servidores penitenciários ao ingressarem no serviço público passam por um procedimento de avaliação psicotécnica, se compreende que, habilidades sociais e estratégias de enfrentamento faz parte do conteúdo a ser aferido no procedimento de seleção e de certa forma possivelmente serão manifestados como fazendo parte do repertório de comportamento de concursados se assim se indentificam com a missão institucional da SUSEPE. Ademais, este conteúdo poderá ser ainda mais aflorado e aperfeiçoado no transcurso da carreira através da formação específica para servidores penitenciários quando de sua nomeação, como também nos encontros de educação continuada, no próprio tratamento pessoal a que estes tem acesso seja dentro da SASS ou fora dali. E, sobretudo, nos aprendizados que ocorrem rotineiramente no convívio do ambiente institucional. Ao mesmo tempo, sutis e intensos. Pois é aonde, se vive o que aprendeu e se aprende com o que está vivendo.

Todavia, tal como era o esperado, as habilidades sociais se mostraram mais altas para gestores (4,05) e agentes penitenciários (3,94) e mais baixa em pessoas presas (3,85) mas, apresentando ainda uma média boa. O que é um resultado bastante favorável para o meio institucional e para as pessoas que ali convivem, bem como, suas implicações para com o contexto social.

Contudo, as estratégias de enfrentamento se mostraram mais altas para gestores (2,29) e mais baixas para agentes penitenciários (1,87). Ficando os presos com pontuação intermediária entre os subgrupos (2,06). Entende-se que seria mais



interessante que os agentes penitenciários pontuassem uma média maior, como também apresentassem um repertório maior nos tipos de estratégias de enfrentamento.

Explico. No estudo das variâncias em relação aos fatores das habilidades sociais mesmo nas pontuações mais baixas não chegaram a nível negativo. No entanto, no estudo das variâncias das estratégias de enfrentamento, percebe-se agentes penitenciários chegando a negativar cinco das oito estratégias de enfrentamento, ou seja, não as utilizam. Estamos falando do afastamento (F2), do autocontrole (F3), da aceitação de responsabilidade (F5), da fuga e esquiva (F6) e da resolução de problemas (F7). Isto também ocorreu em gestores, em relação a afastamento (F2), aceitação de responsabilidade (F5) e fuga e esquiva (F6). Quanto aos presos, embora tenham apresentado uma média um pouco maior que agentes penitenciários, se identificou pontuação negativa para todos os fatores das estratégias de enfrentamento. Ou seja, estes apresentaram média um pouco maior por respostas maiores nas variâncias. Aqui, observamos que as pontuações maiores dos presos foram mais elevadas ou igual que de servidores penitenciários, especificamente: F1 confronto (P: 2,83, GP: 2,17, AP: 2,33), F2 afastamento (P: 2,83, GP: 2,00, AP: 2,00), F3 autocontrole (P: 2,71, GP: 2,43, AP: 2,29), F4 suporte social (P: 3,00, GP: 3,00, AP: 2,83), F5 aceitação de responsabilidade (P: 3,00, GP: 2,75, AP: 2,50), F6 fuga e esquiva (P: 2,38, GP: 1,38, AP: 1,25), F7 resolução de problemas (P: 3,00, GP: 3,00, AP: 2,86).

A importância da utilização tanto das habilidades sociais quanto das estratégias de enfrentamento está na gama de tipos que cada uma delas possui para melhor responder e administrar os conflitos que ocorrem no dia-a-dia. Os resultados obtidos nesta pesquisa contribuem no entendimento de que as habilidades sociais apresentadas colaboram para um convívio profissional de certa forma pacífico. Mas que pode melhorar em termos de enfrentamento de conflitos para uma mudança institucional.

Vamos lembrar que, coping são estratégias para se adaptar as circunstâncias adversas decorridas ao longo da vida, com capacidade de modificar a evolução do estresse, interferir sobre o desenvolvimento da doença física e psicológica e colaborar para a resiliência, sendo associado a resultados psicológicos positivos. A



capacidade e a maneira como cada pessoa utiliza as estratégias de enfrentamento/*coping* podem alterar o funcionamento biológico e, portanto, afetar os resultados de saúde. Ou seja, pode influenciar as respostas ao estresse neuroendócrino, nos comportamentos de risco ou nas alterações a respostas cognitivas ou comportamentais da pessoa.

Diante disso, se compreende que é no tocante à emergência de problemas que as nossas habilidades sociais vão ser testadas no modo como acionamos nossas estratégias de enfrentamento.

A teoria coloca o papel da avaliação cognitiva na formação da qualidade da resposta emocional do indivíduo em uma relação pessoa-ambiente e as formas de lidar com o evento avaliado. O processo de resposta consciente ou reação a uma situação adversa pode sofrer influência dos estilos de coping de cada pessoa. Sendo que isso significa os modos aprendidos e estáveis de enfrentamento, como também pode representar influência dos traços de personalidade.

Contudo, a relação das habilidades sociais e das estratégias de enfrentamento com os transtornos de personalidade não fez parte do recorte abordado nesta pesquisa. Os transtornos de personalidade interferem muito no processo de assimilação de novos aprendizados, e possivelmente, compromete o desenvolvimento e incremento destas.

A literatura científica aponta que a relação entre habilidades sociais e os transtornos de personalidade estão imbricados com a qualidade das relações interpessoais. O que remete a considerações sobre os procesos terapêuticos e educativos junto a estas pessoas, a fim de prevenir o agravamento do transtorno e seus desdobramentos nas relações interpessoais por meio de conflitos, bem como, restaurar e sustentar relações mais saudáveis e satisfatórias (Del Prette, Falcone e Murta, 2013).

Assim, padrões cognitivos e estratégias interpessoais disfuncionais são mais evidentes e permanentes em indivíduos com transtornos de personalidade. Embora desejando o vínculo saudável com os outros, essas pessoas se retraem, sufocam, controlam, manipulam, rejeitam, agridem ou humilham, provocando de varias formas a rejeição e o abandono daqueles que são importantes para eles. Qualquer pessoa



pode apresentar um transtorno de personalidade e, havendo por parte de alguém em interação com o outro, isto exigirá muito do outro. Por essa razão, deficiências em habilidades sociais são mais marcantes e mais resistentes à mudanças. (Beck, Freeman & Davis, 2005 em Del Prette, Falcone e Murta, 2013).

Isto porque pessoas com transtornos de personalidade possuem esquemas rígidos e desadaptativos, ou seja, a pessoa distorce a realidade para que ela caiba e seja coerente com os seus esquemas. Os esquemas de pessoas com transtornos de personalidade conduzem a interpretações tendenciosas autoconfirmatórias, tais como concepções errôneas, premissas inválidas e expectativas pouco realistas, o que interfere muito no seu desempenho social. Tais interpretações tendenciosas geram dificuldades na interação social, sem que a pessoa perceba a sua participação nessas dificuldades, gerando, portanto, reações negativas por parte dos outros, o que contribui para confirmar as interpretações tendenciosas e perpetuar ciclos negativos interpessoais mal-adaptativos. Necessário lembrar que, pessoas com transtorno de personalidade têm dificuldade de aderir ou aceitar qualquer tipo de intervenção, quando o fazem pode ser um período determinado para que consiga algo em seu benefício e quando o conseguem podem interpor por conta própria, costumam não responder bem aos psicofármacos, criando problemas com seus terapeutas. Ainda assim, programas de habilidades sociais associados ao processo terapêutico têm se mostrado um importante fator na manutenção dos ganhos terapêuticos em medidas de seu prosseguimento (Beck & Freeman, 1993 em Del Prette, Falcone e Murta, 2013).

Diante dos resultados obtidos tanto para habilidades sociais quanto para estratégias de enfrentamento, o que é possível fazermos? Os dados indicam que trabalhar as habilidades sociais quanto ao que concerne a conversação e a desenvoltura social, uma vez este fator ter representado pontuação mais baixa em agentes e gestores penitenciários. Bem como, trabalhar a autoexposição em presos. Parece ser um meio interessante a se aproximar e a se tocar nos problemas para, simultaneamente, colaborar na qualificação e elevação das estratégias de enfrentamento.

Assim, podemos pensar em algumas linhas de atuação institucional. Uma vez que, precisamos de profissionais bem selecionados, preparados e fortalecidos para



trabalharem no ambiente institucional com pessoas que vivem um momento crítico não normativo de desenvolvimento ao qual o aprisionamento subjaz falha nas habilidades sociais e estratégias de enfrentamento e, por isso, segregados do ambiente social para aprenderem algo sobre isso. Primeiramente, revisar o perfil psicotécnico de servidores penitenciários para ingresso de novos servidores através de concurso público.

O investimento na formação de servidores penitenciários quanto ao que concerne ao Módulo IV - Relações interpessoais e reinserção social, prescrito pela Matriz Curricular Nacional de Educação para Servidores Penitenciários, no qual envolve as seguintes disciplinas: mediação de conflitos; comportamento humano em instituições carcerárias; psicologia das relações interpessoais; criminologia clínica; direitos humanos, ética e cidadania; elaboração de projetos de reinserção social; e, gênero, etnia e sistema prisional. Pois a matriz curricular fundamenta a importância dos 4 módulos de formação. No entanto, o módulo IV parece ter ficado numa posição pouco requerida em detrimento do módulo de segurança e disciplina. Também salienta-se o incremento deste conteúdo em outros encontros de educação continuada, tais como grupos de estudo, oficinas e palestras.

Dentro desta mesma perspectiva, sugere-se que o trabalho da psicologia através da atenção a saúde mental de seus servidores por meio do serviço oferecido pela SASS possa contemplar as habilidades sociais e as estratégias de enfrentamento.

Quanto ao que se refere ao atendimento das pessoas aprisionadas, vale ressaltar a necessidade de oferta de cursos específicos, palestras e oficinas a técnicos superiores penitenciários graduados em psicologia na Escola dos Serviços Penitenciários em parceria com centros de qualificação profissional da psicologia sobre habilidades sociais em interface com transtornos de personalidade, drogodependências e outras compulsões.

Também saliento a importância de profissionais da psicologia aprenderem a utilizar o Inventário de habilidades Sociais e o Inventário de Estratégias de Coping, como forma de qualificar as entrevistas iniciais com vistas ao planejamento da individualização do cumprimento de pena. Como forma de se apropriar dos dados a





serem trabalhados e investidos no acompanhamento psicológico, bem como, averiguar os casos de prognósticos mais difíceis.

Os resultados também mostram que o teor dos conteúdos a serem trabalhados na comunicação interna entre pares ou com chefias nas demandas a serem respondidas no dia-a-dia, deve levar em consideração as estratégias de enfrentamento sem perder de vista as habilidades sociais como propulsora de respostas que se quer, principalmente no que tange a afastamento, ao autocontrole, a aceitação de responsabilidade, a fuga e esQUIVA e da resolução de problemas (F7).

Também é válida na instituição prisional a formação de parcerias para atividades que possam colaborar na atenção concentrada plena, tais como meditação e yoga, seja na atenção ao servidor seja na atenção a pessoas privadas de liberdade para que assim possam estar mais perceptivos e conscientes de seus comportamentos

Portanto, o investimento nas habilidades sociais e nas estratégias de enfrentamento enquanto educação e saúde pode contribuir para a redução de erros profissionais, a negligência, a imperícia, o reforço das vulnerabilidades em vez da mudança, tendo mais chance de gerar benefícios, evitar riscos e o cumprimento das metas institucionais.

Os resultados dessa pesquisa valem para a instituição como um todo. Como também, poderá ser utilizada num estudo comparativo de gênero. Assim, se sugere novas pesquisas sobre a mesma temática e verificar se há diferença de resultados com o público feminino.

Esta tese buscou mostrar que o estudo das habilidades sociais e das estratégias de enfrentamento faz uma boa composição entre si para compreender um campo pouco explorado e que necessita de um olhar científico com ênfase a servidores e presos, articuladamente. Podendo contribuir em medidas de planejamento e intervenção nas áreas de atuação da psicologia no sistema prisional.



## 8 REFERENCIAS

- Aliane, P.; Lourenço, L. & Ronzano, T. (2006). Estudo comparativo das habilidades sociais de dependentes e não dependentes de álcool. *Estudo em psicologia*, Maringá, 11 (1), 83-88. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122090010>
- Alvarado, H. & Fernández, P. (2015). Significados de la reinserción social en funcionarios de un centro de cumplimiento penitenciário. *Psicoperspectivas*, 14 (2), 84-95. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=1710385360009>
- Alves, J.; Bendassoli, P. & Gondim, S. (2017). Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares. *Avances em psicologia latinoamericana*, 35(3), 459-472. <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4505>
- Amador, F. (2011). Produção de Imagens, Subjetivação e Trabalho Penitenciário: Uma Contribuição às Clínicas do Trabalho. *Psicologia Ciência e Profissão*, 31 (2), 358-373. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932011000200012&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200012&lng=pt&nrm=iso)
- Amaya, R. (2014). Síndrome de burnout em guardiães penitenciários, Bucaramanga, Colombia. *Revista Colombiana de Psiquiatria*, 43 (3), 146-153. <HTTP://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80633732005>
- Angélico, A. P., Crippa, J. A. S. & Loureiro, S. R. (2012). Utilização do Inventário de Habilidades Sociais no Diagnóstico do Transtorno de Ansiedade Social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (3), 467-476. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18824695006>
- Antoniazzi, A., Dell'Aglio, D., & Bandeira, D. (1998). O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3(2), 273-294. DOI: 10.1590/S1413-294X1998000200006



- Arce, R. & Fariña, F. (2010). Diseño e Implementación del Programa Galicia de Reeduación de Maltratadores: una respuesta psicosocial a una necesidad social y penitenciaria. *Psychosocial Intervention*, 19 (2), 153-166. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179815545007>
- Arce, R.; Fariña, F. & Vásquez, M. (2011). Grado de competencia social y comportamientos antisociales, delictivos y no delictivos en adolescentes. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 43 (3), 473-486. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80522599006>
- Augestad, L. & Levander, S. (1992). Personality, health and job stress among employees in a Norwegian penitentiary and in a maximum security hospital. *Work & Stress*, 6, 65-79. <https://doi.org/10.1080/02678379208257040>
- Bahls, S. & Navolar, A. (2001). Terapia cognitivo-comportamentais: conceitos e pressupostos teóricos. *Psico UTP online*, 04, Curitiba, jul. 2004. [https://scholar.google.com/scholar\\_lookup?title=Terapia+cognitivo-comportamentais:+conceitos+e+pressupostos+te%C3%B3ricos&author=Bahis+S.+C.&author=Navolar+A.+B.+B.&publication\\_year=2004&journal=Psicologia+UPT+on+line&volume=4](https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=Terapia+cognitivo-comportamentais:+conceitos+e+pressupostos+te%C3%B3ricos&author=Bahis+S.+C.&author=Navolar+A.+B.+B.&publication_year=2004&journal=Psicologia+UPT+on+line&volume=4)
- Bandeira, M.; Costa, M.; Del Prette, Z., Del Prette, A. & Geck-Carneiro, E. (2000). Qualidades psicométricas do Inventário de Habilidades Sociais (IHS): estudo sobre estabilidade temporal e validade concomitante. *Estudos de psicologia*, 5 (2), 401-419. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2000000200006>
- Bandeira, M.; Del Prette, Z. & Del Prette, A. (2006). *Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bandura, A.; Azzi, R. G.; Polydoro, S. (2008). Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos. Porto Alegre: ArtMed.



- Barbalho, L. & Barros, V. (2010). O lugar do trabalho na vida do egresso do sistema prisional: um estudo de caso. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 3 (2), 198-212. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v3n2/v3n2a09.pdf>
- Barbosa, A.; Terroso, L.; Argimon, I. (2014). Epistemologia da terapia cognitivo-comportamental: casamento, amizade ou separação entre as teorias? *Boletim Academia Paulista de psicologia*, 34 (86), 63-79. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=94632921006>
- Barcinski, M.; Alterbernd, B.; Campani, C. (2014). Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma agente penitenciária. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(7), 2245-2254. DOI: 10.1590/1413-81232014197.09892013
- Bardwell, W.; Ancoli-Israel, S.; Dimsdale, J. (2001). Types of coping strategies are associated with increased depressive symptoms in patients with obstructive sleep apnea. *Sleep*, 24 (8), 905-909. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11766160/>
- Bartholomeu, D.; Nunes, C.; Machado, A. (2008). Traços de personalidade e habilidades sociais em universitários. *Psico-USF*, 13 (1), 41-50. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712008000100006>.
- Bartholomeu, D.; Carvalho, L.; Silva, M.; Miguel, F. & Machado, A. (2011). A aceitação e rejeição entre pares e habilidades sociais em universitários. *Estudos de Psicologia*, 16(2), 155-162. <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v16n2/v16n2a06>
- Becerra, S.; Torres, G. & Ruiz, J. (2008). Um estudio longitudinal y comparativo sobre la adaptación psicosocial a contextos carcelarios. *Anuario de psicologia jurídica*, vol.18, pp.61-72. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=315024785007>
- Beck, A. T. (1963). Thinking and Depression I. Idiosyncratic content and cognitive distortions. *Archives of General Psychiatry*, 9, p.324-333. Em Beck, A.T. (1963). *Pensamento e Depressão: Conteúdo Idiossincrático e Distorções Cognitivas*.



*Arch Gen Psychiatry*, 9 (4): 324-333. DOI: 10.1001 /  
archpsyc.1963.01720160014002

\_\_\_\_\_ (1964). Thinking and Depression II. Theory and Therapy. *Archives of General Psychiatry*, 10, p. 561-571. Em Beck, AT (1964). Pensamento e depressão: II. Teoria e terapia. *Arquivos da psiquiatria geral*, 10(6), 561-571. DOI: <http://dx.doi.org/10.1001/archpsyc.1964.01720240015003>

Beck, J. (1997). *Terapia cognitiva: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.

Beck, A. T. & Alford, B. A. (2000). *O poder integrador da terapia cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Becerra, S.; Torres, G. & Ruiz, J. (2008). Um estudo longitudinal y comparativo sobre la adaptación psicosocial a contextos carcelarios. *Anuário de Psicologia Jurídica*, 18, 61-72. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=315024785007>

Benetti, E.; Stumm, E.; Weiller, T.; Batista, K.; Lopes, L. & Guido, L. (2015). Estratégias de *Coping* e características de trabalhadores de enfermagem de hospital privado. *Revista Rene*, 16(1), 3-10. DOI: 10.15253/2175-6783.2015000100002 [www.revistarene.ufc.br](http://www.revistarene.ufc.br)

Bezerra, C.; Assis, S. & Constantino, P. (2016). Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21 (7), 2135-2146. DOI: 10.1590/1413-81232015217.00502016

Biggs, M.M. & Rush, J. (1999). Cognitive and behavioral therapies alone and combined with antidepressant medication in the treatment of depression. *Psychotherapy, indications and outcomes*, 121-171. Washington: American Psychiatric Press. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/10866>

Boruchovitch, E. (2006). Avaliação psicoeducacional: desenvolvimento de instrumentos à luz da psicologia cognitiva baseada na teoria do processamento



da informação. *Avaliação psicológica*, 5 (2), 145-152. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=335027180004>

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 48 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

Bravo, O. & Azevedo, R. (2006). *Matriz curricular nacional para a educação em serviços penais*. Consultoria ao Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. Brasília.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Brown, B. (2016). *Mais forte do que nunca*. Rio de Janeiro: Sextante.

Bueno, M.R., & Garrido, M.A. (2012). *Relaciones interpersonales en la educación*. Madrid: Pirámide.

Bueno, J.; Oliveira, S. & Oliveira, J. (2001). Um estudo correlacional entre habilidades sociais e traços de personalidade. *Psico-USF*, 1 (1), 31-38. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712001000100005>

Bustamante, Y.; Álvarez, L.; Herrera, E. & Pérez-Luco, R. (2016). Apoyo social percebido y su influencia en el desistimiento delictivo: evaluación del rol institucional. *Psicoperspectivas*, 15 (1), 132-144. <https://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/627>

Caballo, V. E. (2003). *Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais*. São Paulo: Santos.



- Canazaro, D. & Argimon, I. (2010). Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do RS, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 26(7):1323-1333. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000700011>
- Carnicer, J. & Calderón, C. (2014). Empatía y estrategias de afrontamiento como predictores del bienestar em estudantes universitários españoles. *Electronic Journal of Research in Educational Psychology*, 12 (32), 129-146. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=2931305006>
- Carvalho, M.; Valente, J.; Assis, S. & Vasconcelos, A. (2006). Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. *Ciência e saúde coletiva*, 11(2), 461-472. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000200023>
- Castle, T. (2008). Satisfied in the jail? exploring the predictors of job satisfaction among jails officers. *Criminal Justice Review*. First Published March 1. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0734016808315586>
- Cheek, F. E., & Miller, M. (1983). The experience of stress for correctional officers: A double bind theory of correctional stress. *Journal of Criminal Justice*, 11, 105-120. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0047235283900466>
- Chies, L.; Azevedo, R. & Bravo, O. (2006). *Guia de referência para a gestão da educação em serviços penais*. Consultoria ao Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. Brasília.
- Crespi, M. & Mikulic, I. (2014). Reinserción social de liberados condicionales: análisis de la dimensión relacional desde el enfoque de redes de apoyo social. *Anuario de investigaciones*, XVI, 211-221. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=369139945070>



Controle Social. Disponível em:  
<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/control-social.htm> Acessado em: 02/07/2017.

Daufemback, V (2005). *Condições de aprisionamento e condições de aprendizagem de encarcerados*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Del Prette, Z. A. P., Del Prette, A., & Barreto, M. C. M. (1998). Análise de um Inventário de Habilidades Sociais (IHS) em uma amostra de universitários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 14 (3), 219-228.  
<https://periodicos.unb.br/index.php/revistatp/article/view/17328>

Del Prette, Z.A.P. & Del Prette, A. (1999). *Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação*. Petrópolis: Vozes.

Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2001). *Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes.

Del Prette, Z. & Del Prette, A. (2008). Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas. *Paidéia*, 2008, 18(41), 517-530.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300008>.

Del Prette, Z. A. P.; Falcone, E. M. O. & Murta, S. G.(2013). Contribuições do campo das habilidades sociais para a compreensão, prevenção e tratamento dos transtornos de personalidade. Em L. F. Carvalho, & R. Primi. (Org.). *Perspectivas em psicologia dos transtornos da personalidade: Implicações teóricas e práticas* (pp. 326-358). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Dias, E. & Ribeiro, J. (2019). O modelo de coping de Folkman e Lazarus: aspectos históricos e conceituais. *Revista Psicologia e Saúde*, 11 (2), 55-66.  
DOI:<http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v11i2.642>





- Dixey, R. & Woodall, J. (2012). The significance of “the visit” in an English category-B prison: views from prisoners, prisoners’ families and prison staff. *Community, Work & Family*. Volume 15, Issue 1, 29-47. [https://www.researchgate.net/publication/232868933\\_The\\_significance\\_of\\_'the\\_visit'\\_in\\_an\\_English\\_category-B\\_prison\\_Views\\_from\\_prisoners\\_prisoners'\\_families\\_and\\_prison\\_staff](https://www.researchgate.net/publication/232868933_The_significance_of_'the_visit'_in_an_English_category-B_prison_Views_from_prisoners_prisoners'_families_and_prison_staff)
- Dobson, D. & Dobson, K. (2010). *A terapia cognitiva comportamental baseada em evidências*. Porto Alegre: Artmed.
- Dollard, M. F., & Winefield, A. H. (1998). A test of the demand-control/support model of work stress in correctional officers. *Journal of Occupational Health Psychology*, 3, 243-264. DOI: <https://doi.org/10.1037/1076-8998.3.3.243>
- Eceiza, M.; Arrieta, M. & Goñi, A. (2008). Habilidade sociales y contextos de la conducta social. *Revista de Psicodidáctica*, 13 (1), 11-26. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17513102>
- Eysenck, M; & Keane, M. (2007). *Manual de psicologia cognitiva* (5ª Ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Falcone, E.; Del Prette, Z. (2007). Exploração da base empática das habilidades sociais. *Portal FAPETI de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação*, 3º Seminário de Habilidades Sociais. <http://www.fapeti.com.br/ocs/index.php/sihs/sihs2011/paper/view/216>
- Ferreira, E. & Capitão, C. (2006). Agressividade de raiva: perfil de presidiários. *Psicologia: ciência e profissão*. 26(3), 462-477. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-9893200600030001>
- Gacitúa, C.(2007). Sistema penitenciário chileno: aspectos sociales y psicológicas. *Cuadernos de Neuropsicología/ Panamerican Journal of Neuropsychological*, 1 (3), 296-302. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-41232007000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-41232007000300012)



- García, F.; Manquían, E. & Rivas, G. (2016). Bienstar psicológico, estratégias de afrontamiento y apyo social em cuidadores informales. *Psicoperspectivas: individuo y sociedad*, 15(3), 101-111. <https://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/770>
- García, J. & Remuzgo, S. (2008). Variables sociodemograficas y síndrome de burnout en una muestra multiocupacional del Hospital Psiquiátrico de Sevilla. *Apuntes de Psicología*, 26 (3), 459-477. <http://www.apuntesdepsicologia.es/index.php/revista/article/view/167>
- Goffman, E. (2001). *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Gomes, A. & Afonso, J. (2016). Estrés ocupacional y afrontamiento em oficiales de la policía militar portuguesa. *Avances em Psicologia Latinoamericana*, 34 (1), 47-65. <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/4390/3167>
- Guimarães, T. & De Luna, S. (2013). Projetos de reintegração social do presidiário: uma leitura comportamental. *Temas em psicologia*, 21 (2), 439-449. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-11>
- Gulassa, D. (2007). Vínculo e confiança em atendimento psicoterapêutico psicodramático grupal com presidiários. *Psicologia: ciência e profissão*, 27(2), 332-341. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000200013>
- Hawton, K.; Salkovskis, P. M.; Kirk, J. & Clarck, D. M. (1997). *Terapia cognitivo-comportamental para problemas psiquiátricos: um guia prático*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hernández-Martín, L.; Fernández-Calvo, B.; Ramos, F.; Contador, I. (2006). El síndrome de burnout en funcionarios de vigilancia de un centro penitenciário. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, Asociación Española de



Psicología Conductual, 6 (3), 599-611. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33760306>

Jenaro-Río, C.; Flores-Robaína, N. & Gonzáles-Gil, F. (2007). Síndrome del burnout y afrontamiento em trabajadores de acogimiento residencial de menores. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 7 (1), 107-121. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33770108>

*Justiça social*. Disponível em: <http://www.politize.com.br/justica-social-o-que-e/>  
Acessado em 02/07/2017.

Kauark, F.; Manhães, F. & Medeiros, C. (2010). *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Bahia: Via Litterarum.

Lei Complementar 13.259 de 20 de outubro de 2009. Publicada no DOE nº 202, de 21 de outubro de 2009. Estado Do Rio Grande do Sul, Assembleia Legislativa.

Lei Nº 5.745 de 08 de dezembro de 1968. Publicada no DOE em 30/12/1968. Estado do Rio Grande do Sul, Assembleia Legislativa.

Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Publicada no DOU em 13/07/1984.

Lei Nº9.228 de 1º de fevereiro de 1991. Criação quadro especial de servidores penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul. [http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=17075&hTexto=&Hid\\_IDNorma=17075](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=17075&hTexto=&Hid_IDNorma=17075)

Lima, G.; Neto, A.; Amarante, P.; Dias, M.; Ferreira Filha, M. (2013). Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na violência. *Saúde em debate*, 37 (98), 446-456. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-11042013000300008>.



- Lima, T. (2006) Inventário de habilidades sociais: pioneirismo na avaliação clínica, educacional e organizacional. *Avaliação Psicológica*, 5(2), 277-278. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712006000200021](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712006000200021)
- Lourenço, A.S. (2010). O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários. *Tese de Doutorado em Psicologia*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Marafiga, C.; Coelho, E. & Teodoro, M. (2009). A alta progressiva como meio de reinserção social do paciente manicômio judiciário. *Mental*, VII (12), 77-95. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272009000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272009000100005)
- Mariano, M. & Bolsoni-Silva, A. (2016). Comparações entre práticas educativas de professores, habilidades sociais e problemas de comportamento de alunos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16 (1), 140-160. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812016000100009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000100009)
- Martín, M.; Sánchez, R.; Antón, L.; Burón, J.; Serrano, N. & Resende, A. (2014). Habilidades docentes y estilos de afrontamiento em profesores de educación primária. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, vol. 5, num. 1, pp.361-370.
- Martínez, M.; Justicia, F. & Haro, E. (2016). El papel de la asertividad docente em el desarrollo de la competencia social de seu alumnado. *Electronic journal of research in educational psychology*, vol.14, num. 39, septiembre 2016, pp. 310-332.
- Marsollier, R.; Aparicio, M. (2010). Las Estrategias de Afrontamiento: una Alternativa Frente a Situaciones Desgastantes. *Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento*, 2 (3), 8-13. DOI: <https://doi.org/10.32348/1852.4206.v2.n3.5244>



- Meichembaum, D. (1977). *Cognitive-behavior modification: na integrative approach*. New York: Plenum.
- Mikulic, I. & Crespi, M. (2004). Contexto carcelario: un estudio de los estresores y las respuestas de afrontamiento em detenidos primários y reincidentes. *Anuario de Investigaciones*, XII, 211-218. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=369139941021>
- Mikulic, I. & Crespi, M. (2004). Calidad de vida percebida: estúdio de los factores de riesgo e proteccion em sujetos privados de libertad. *XI Jornadas de Investigación*. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. <https://www.semanticscholar.org/paper/CALIDAD-DE-VIDA-PERCIBIDA%3A-ESTUDIO-DE-LOS-FACTORES-Aires-Crespi/694cde4355790d14ab65266e1f1b2d186ceecbd9>
- Mikulic, I. & Crespi, M. (2014). Estudio de la reinsercion social de liberados condicionales desde um enfoque psicosocial. *Revista Española de Investigación Criminológica*, 2 (12). <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/19149>
- Mikulic, I.; Muinõz, R.; Crespi, M.; Fernández, G.; Monges, M.; Lorenzut, V. & Ojeda, G. (2005). Transiciones ecológicas: estúdio del afrontamiento de las crisis vitales migración, encarcelamiento y divorcio desde el enfoque de la psicología positiva. *Anuario de Investigaciones*, XIII, 175-184. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36913994201>
- Minayo, M. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cad. Saúde Pública*, 10 (1), Rio de Janeiro. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>
- Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União. Controle Social. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlSocial/> Acessado em: 02/07/2017.



- Molina, M. & Chinchilla, N. (2011). Estratégias de afrontamiento: um programa de entrenamiento para paramédicos de la Cruz Roja. *Revista Costarricense de Psicología*, 30 (45-46), 17-33. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476748709004>
- Morán, M. & Silva, M. (2012). Personalidade resiliente ao burnout: estratégias de coping. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 4 (1), 93-101. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=349832337010>
- Nery, T.R.A. (2012). Um pouco de história: de carcereiro à agente penitenciário. Em: Nery, T.R. (2012). *Da ética à poética do ser servidor penitenciário*. Porto Alegre: CORAG.
- Neufeld, C.; Brust, P.; Stein, L. (2011). Bases epistemológicas da psicologia cognitiva experimental. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 27 (1), 103-112. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100013>
- Pacheco, Teixeira & Gomes, W. (1999). Estilos parentais e desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 15 (2), 117-126. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37721999000200004>
- Pinto, F. & Barham, E. (2014). Habilidades sociais e estratégias de enfrentamento de estresse: relação com indicadores de bem-estar psicológico em cuidadores de idosos de alta dependência. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 17(3), 525-539. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=403838839007>
- Pocinho, M. & Capelo, M. (2009). Vulnerabilidade ao stress, estratégias de coping e autoeficácia em professores portugueses. *Educação e Pesquisa*, 35 (2), 351-367. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022009000200009>
- Rambal, M.; Madariaga, O. & Ibáñez, L. (2014). Estudio sobre las estrategias de afrontamiento y el bienestar subjetivo, psicológico y social em mujeres internas em um centro de reclusión femenino del Caribe Colombiano. *Revista*



*Criminalidad*, 56 (3), 45-57. [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-31082014000300004&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-31082014000300004&script=sci_abstract&tlng=es)

Ramirez, N.; Juárez, F.; Baños, A.; Luzardo, J.; Chávez, M.; Castilla, M. & Amaya, M. (2016). Afectaciones psicológicas, estrategias de afrontamiento y niveles de resiliencia de adultos expuestos al conflicto armado en Colombia. *Revista Colombiana de Psicología*, 25 (1), 125-140. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80444652009>

Rangé, B. (1998). Psicoterapia Cognitiva. Em Rangé, B. (org.). *Psicoterapia Comportamental e Cognitiva: Pesquisa, Prática, Aplicações e Problemas* (Vol. I, pp. 89-108). Campinas: Editorial Livro Pleno.

Ribeiro, J. L. (2005). Introdução à psicologia da saúde. Coimbra: Quarteto.

Rodrigues, N. (2001). Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. *Educação & Sociedade*, XXII (76), 232-257.

Rodríguez-Días, F.; Estrada-Pineda, C.; Rodríguez-Franco, L. & Bringas-Molleda, C. (2014). Adaptación del inventario de estrategias de afrontamiento (CSI) a la población penitenciaria del Mexico. *Psicologia: reflexão e crítica*, 27 (3), 415-423. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427301>

Rodríguez, J.; Cabrera, F.; Tena, R. & Heredia, M. (2012). Análisis experimental de interacciones sociales intrapenitenciarias: el caso del intercambio, la sanción y el poder. *Revista Mexicana de análisis de conducta*, 38 (2), 106-125. [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185-45342012000200008](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-45342012000200008)

Rosa, L.R.R. & De Antoni, C. (2007). Os desafios da prática psicológica no contexto penitenciário. Em: Hutz, C.S. (2007). *Prevenção e intervenção em situações de risco e vulnerabilidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.



- Rosa, L.R. (2012). Relato de pesquisa: perfil, estresse e qualidade de vida de servidores penitenciários. Em: Nery, T.R. (2012). *Da ética à poética do ser servidor penitenciário*. Porto Alegre: CORAG.
- Rosa, L.R. (2015). La persona presa y (em) su trama social: un análisis pertinente. *Subjetividad y procesos cognitivos*, 19 (2), 208-226. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339643529011>
- Sampieri, R.; Collado, C. & Lucio, P. (1997). Metodología de la investigación. Colômbia, McGraw-Hill, 1997.
- Savóia, M.; Santana,P.& Mejías, N. (1996). Adaptação do inventário de estratégias de coping de Folkman e Lazarus para o Português. *Psicologia da USP*, 7 (1/1), 183-201. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771996000100009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771996000100009)
- Sansalvador, R. & Peña, M. (2008). Intentos autolíticos em prisão: um análise forense. *Anales de psicología*, 24 (2), 361-369. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16711589020>
- Schaufeli, W. & Peeters, M. (2000). Job Stress and burnout among correctional officers: a literature review. *International Journal of Stress Management*. Volume 7, Issue 1, pp 19-48.DOI:10.1023/A:1009514731657
- Silva, R. (2015). A eficácia sóciopedagógica da pena de privação de liberdade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 33-48.
- Suit, D. & Pereira, M. (2008). Vivência de estigma e enfrentamento em pessoas que convivem com o HIV. *Psicologia USP*, 19(3), 317-340. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642008000300004>
- Uceda-Maza, F. & Alonso, J. (2017). Vinculación entre la vulnerabilidad y la exclusión social y las trayectorias delictivas: um estudio de asociación.





Psychosocial Intervention, 26, 29-37. DOI:  
<http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2016.07.003>

Tavares, M.R.S. (1950). Sanatório penal. *Revista do Patronato*, 2 (4).



## **ANEXOS**



## Anexo 1

### RESUMO

Rosa, L. R. (2021). **Habilidades sociais e estratégias de enfrentamento entre servidores e presos na convivência institucional.** Tese de Doutorado – Instituto de Altos Estudos em Psicología, Universidade de Ciencias Empresariales y Sociales, 210f.

Este estudo se trata de uma pesquisa quantitativa descritiva, cujo objetivo foi investigar as habilidades sociais e as estratégias de enfrentamento utilizadas por servidores penitenciários e presos na convivência institucional. A amostra (75) divide-se em 3 subgrupos (gestores, agentes penitenciários e presos) selecionados de forma aleatória, na região metropolitana de Porto Alegre/RS/Brasil. Foram aplicados o Inventário de Habilidades Sociais - IHS, o Inventário das Estratégias de Coping - IEC e um questionário sócio demográfico para subsidiar a análise das escalas. Os resultados apontam para *habilidades sociais* com média de 3,09 para gestores, 3,08 para agentes penitenciários e 2,99 para presos. Tendo uma média geral de 3,05 pontos. Quanto as *estratégias de coping* a média geral para presos ficou em 1,59 pontos, para agentes penitenciários ficou em 1,34 e gestores ficou classificada em 1,53. A média geral da amostra ficou representada em 1,48. Não há diferenças muito significativas entre os subgrupos para habilidades sociais e estratégias de enfrentamento. No entanto, habilidades sociais demonstraram pontuação maior que estratégias de coping, ficando as estratégias de coping num valor mais baixo para o grupo dos agentes penitenciários. Considerando que as habilidades sociais mais utilizadas entre participantes é a autoafirmação na exposição de sentimento positivo. As habilidades que mais precisam ser trabalhadas são a autoexposição em presos e a conversação e a desenvoltura social em agentes e gestores penitenciários. Em relação as estratégias de coping, a resolução de problemas apareceu com nível mais elevado entre os servidores e a reavaliação positiva entre presos. Sendo a fuga-esquiva o fator menos respondido por todos os subgrupos. Tais resultados poderão colaborar para o planejamento de ações institucionais na educação e na saúde de servidores e presos.

**Palavras-chave:** 1. Sistema prisional; 2. Habilidades sociais; 3. Estratégias de enfrentamento; 4. Integração social.



## ABSTRACT

Rosa, L.R. (2021). **Social skills and coping strategies between servants and prisoners in institutional coexistence**. Doctoral Thesis – Instituto de Altos Estudios en Psicología, Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales, 210f.

This study is a quantitative descriptive-correlational research, whose objective was to investigate the social skills and coping strategies used by prison staff and prisoners in institutional coexistence. The sample (75) is divided into 3 subgroups (managers, prison officers and prisoners) selected at random in the metropolitan region of Porto Alegre/ RS/ Brazil. The Social Skills Inventory – IHS, the Coping Strategies Inventory – IEC and a socio-demographic questionnaire were used to support the analysis of the scales. The results point to social skills with an average of 3,09 for managers, 3,08 for prison officers and 2,99 for prisoners. Having an overall average of 3,05 points. As for coping strategies, the overall average for prisoners was 1,59 points, for prison officers it was 1,34 and managers were rated 1,53. The general average of the sample was represented at 1,48. There are no very significant differences between the subgroups for social skills and coping strategies. However, social skills showed higher scores than coping strategies, with coping strategies being lower for the group of prison officers. Considering that the most used social skills among participants is self-assertion in the display of positive feeling. The skills that need to be worked on most are self-exposure in prisoners and conversation and social resourcefulness in prison officers and managers. Regarding coping strategies, problem solving appeared at a higher level among servants and a positive reassessment among prisoners. Escape-avoidance is the least answered factor by all subgroups. Such results may contribute to the planning of institutional actions in the education and health of civil servants and prisoners.

Keywords: 1. Prison system, 2. Social skills, 3. Coping strategies, 4. Social integration



## **Anexo 2**

### **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

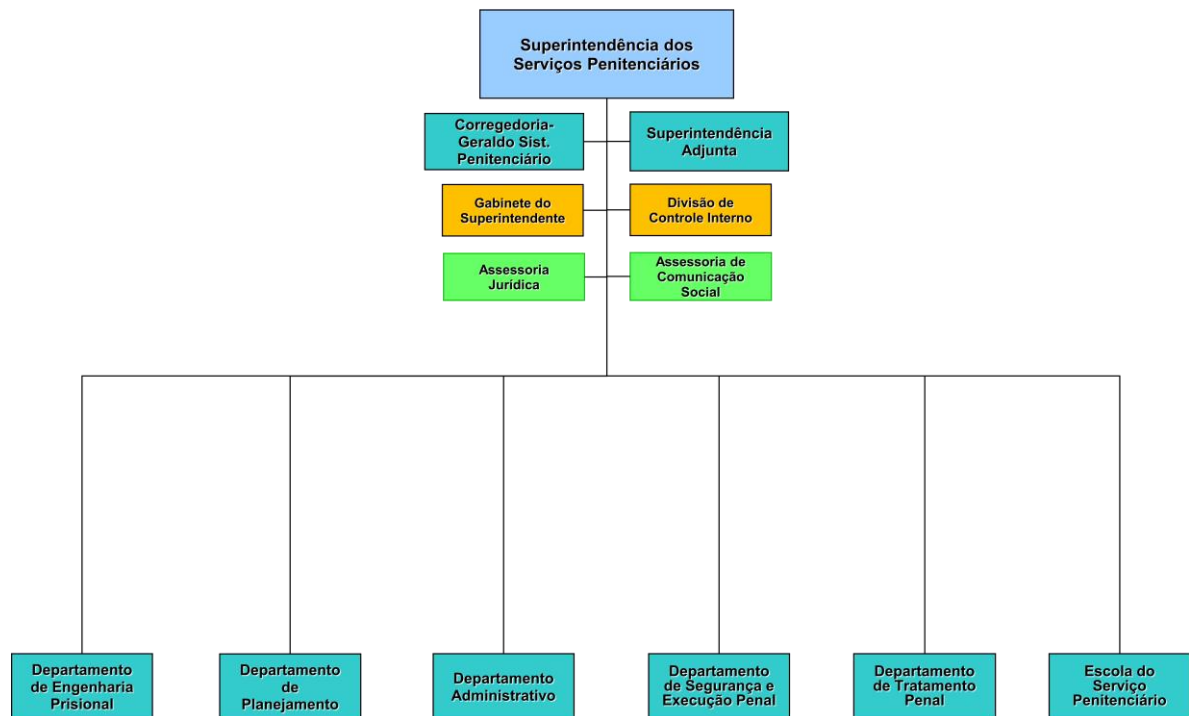
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul  
GAJ – Gabinete de Assistência Judiciária  
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria  
SSP – Secretaria de Segurança Pública  
SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários  
IGP – Instituto Geral de Perícias  
PC – Polícia Civil  
BM – Brigada Militar  
DPR – Delegacia Penitenciária Regional  
AP – Agente Penitenciário  
APA – Agente Penitenciário Administrativo  
TSP – Técnico Superior Penitenciário  
PR – Presidência da República  
MJ – Ministério da Justiça  
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres  
ESP – Escola do Serviço Penitenciário  
ACISP – Academia Civil Integrada da Segurança Pública  
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional  
DTP – Departamento de Tratamento Penal



### Anexo 3

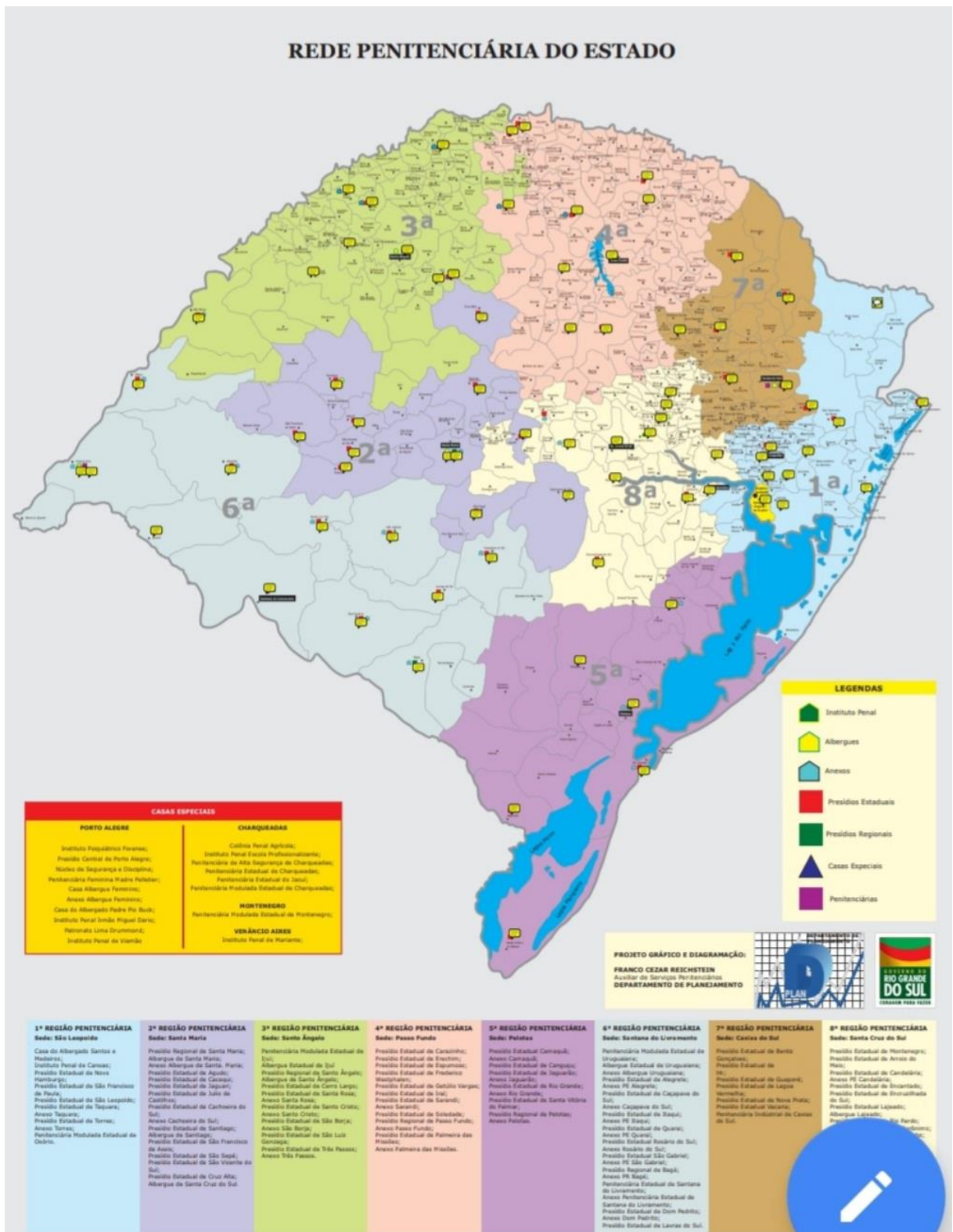
## ESTRUTURA BÁSICA DA SUSEPE

### Estrutura Básica da SUSEPE-RS



Fonte: Departamento de Planejamento em 30/05/2018

## MAPA DA REGIÕES PENITENCIÁRIAS



Fonte: Departamento de Planejamento em 30/05/2018



## Anexo 5

### DISTRIBUIÇÃO DAS DELEGACIAS PENITENCIÁRIAS REGIONAIS EUNIDADES PRISIONAIS

<b>Região</b>	<b>Unidades Prisionais</b>
1ª Região Penitenciária – Vale dos Sinos e Litoral Sede 1ªDPR: Canoas (16)	Instituto Penal de Canoas
	Penitenciária Estadual de Canoas I
	Penitenciária Estadual de Canoas II
	Penitenciária Estadual de Canoas III
	Penitenciária Estadual de Canoas IV
	Instituto Penal de Montenegro
	Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro
	Anexo Feminino da Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro
	Instituto Penal de Novo Hamburgo
	Penitenciária Estadual de Sapucaia do Sul
	Instituto Penal de São Leopoldo
	Penitenciária Modulada Estadual de Osório
	Anexo Feminino da Penitenciária Modulada Estadual de Osório
	Presídio Estadual de Taquara
Anexo do Presídio Estadual de Taquara	
Presídio Estadual Feminino de Torres	
2ª Região Penitenciária – Centro Sede 2ªDPR: Santa Maria (14)	Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico 2ªRP
	Instituto Penal de Santa Maria
	Penitenciária Estadual de Santa Maria
	Presídio Regional de Santa Maria
	Presídio Estadual de Agudo
	Presídio Estadual de Caçapava do Sul
	Presídio Estadual de Cacequi
	Presídio Estadual de Jaguari
	Presídio Estadual de Júlio de Castilhos
Presídio Estadual de Santiago	





	Anexo Presídio Estadual de Santiago
	Presídio Estadual de São Francisco de Assis
	Presídio Estadual de São Sepé
	Presídio Estadual de São Vicente do Sul
3ª Região Penitenciária – Missões e Noroeste Sede 3ªDPR: Santo Ângelo (15)	Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico 3ªRP
	Instituto Penal de Santo Ângelo
	Presídio Regional de Santo Ângelo
	Presídio Estadual de Cerro Largo
	Presídio Estadual de Cruz Alta
	Anexo do Presídio Estadual de Cruz Alta
	Instituto Penal de Ijuí
	Penitenciária Modulada Estadual de Ijuí
	Presídio Estadual de Santa Rosa
	Anexo do Presídio Estadual de Santa Rosa
	Presídio Estadual de Santo Cristo
	Anexo do Presídio Estadual de Santo Cristo
	Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga
	Presídio Estadual de Três Passos
Anexo Presídio Estadual de Três Passos	
4ª Região Penitenciária – Alto Uruguai Sede 4ªDPR: Passo Fundo (18)	Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico 4ªRP
	Instituto Penal de Passo Fundo
	Presídio Regional de Passo Fundo
	Penitenciária Estadual de Passo Fundo
	Presídio Estadual de Carazinho
	Anexo do Presídio Estadual de Carazinho
	Presídio Estadual de Erechim
	Presídio Estadual de Espumoso
	Presídio Estadual de Frederico Westphalen
	Presídio Estadual de Getúlio Vargas
	Presídio Estadual de Iraí
	Presídio Estadual de Lagoa Vermelha
	Presídio Estadual de Palmeira da Missões
Anexo do Presídio Estadual de Palmeira das Missões	



	Presídio Estadual de Sarandi
	Anexo do Presídio Estadual de Sarandi
	Presídio Estadual de Soledade
	Anexo do Presídio Estadual de Soledade
5ª Região Penitenciária – Sul Sede 5ªDPR: Pelotas (12)	Instituto Penal de Monitoramento Eletônico 5ªRP
	Presídio Regional de Pelotas Hamilton da C. G.
	Anexo do Presídio Regional de Pelotas Hamilton da C. G.
	Presídio Estadual de Camaquã
	Anexo do Presídio Estadual de Camaquã
	Presídio Estadual de Canguçu
	Anexo do Presídio Estadual de Canguçu
	Presídio Estadual de Jaguarão
	Anexo do Presídio Estadual de Jaguarão
	Penitenciária Estadual de Rio Grande
	Anexo da Penitenciária Estadual de Rio Grande
Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar	
6ª Região Penitenciária – Campanha Sede 6ªDPR: Santana do Livramento (23)	Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico 6ªRP
	Penitenciária Estadual de Santana do Livramento
	Anexo da Penitenciária Estadual de Santana do Livramento
	Instituto Penal de Bagé
	Presídio Regional de Bagé
	Anexo Feminino do Presídio Regional de Bagé
	Presídio Estadual de Alegrete
	Anexo do Presídio Estadual de Alegrete
	Presídio Estadual de Dom Pedrito
	Anexo do Presídio Estadual de Dom Pedrito
	Presídio Estadual de Itaqui
	Anexo do Presídio Estadual de Itaqui
	Presídio Estadual de Lavras do Sul
	Presídio Estadual de Quaraí
Anexo do Presídio Estadual de Quaraí	



	Presídio Estadual de Rosário do Sul
	Anexo do Presídio Estadual de Rosário do Sul
	Presídio Estadual de São Borja
	Anexo do Presídio Estadual de São Borja
	Presídio Estadual de São Gabriel
	Anexo do Presídio Estadual de São Gabriel
	Instituto Penal de Uruguaiana
	Penitenciária Modulada Estadual de Uruguaiana
7ª Região Penitenciária – Serra Sede 7ªDPR: Caxias do Sul (14)	Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico 7ªRP
	Penitenciária Estadual de Caxias do Sul
	Presídio Regional de Caxias do Sul
	Instituto Penal de Caxias do Sul – DESATIVADO
	Penitenciária Estadual de Bento Gonçalves
	Presídio Estadual de Bento Gonçalves
	Anexo do Presídio Estadual de Bento Gonçalves
	Presídio Estadual de Canela
	Anexo do Presídio Estadual de Canela
	Presídio Estadual de Guaporé
	Anexo do Presídio Estadual de Guaporé
	Presídio Estadual de Nova Prata
	Presídio Estadual de São Francisco de Paula
	Presídio Estadual de Vacaria
Anexo do Presídio Estadual de Vacaria	
8ª Região Penitenciária – Vale do Rio Pardo Sede 8ªDPR: Santa Cruz do Sul (16)	Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico 8ªRP
	Presídio Regional de Santa Cruz do Sul
	Anexo Feminino do Presídio Regional de Santa Cruz do Sul
	Presídio Estadual de Arroio do Meio
	Presídio Estadual de Cachoeira do Sul
	Anexo do Presídio Estadual de Cachoeira do Sul
	Presídio Estadual de Candelária
	Anexo do Presídio Estadual de Candelária
Presídio Estadual de Encantado	



	Presídio Estadual de Encruzilhada do Sul
	Presídio Estadual de Lajeado
	Anexo do Presídio Estadual de Lajeado
	Presídio Estadual Feminino de Lajeado
	Presídio Estadual de Rio Pardo - DESATIVADO
	Presídio Estadual de Sobradinho
	Anexo do Presídio Estadual de Sobradinho
	Penitenciária Estadual de Venâncio Aires
9ª Região Penitenciária – Carbonífera Sede 9ªDPR: Charqueadas (10)	Centro de Custódia Hospitalar de Charqueadas
	Colônia Penal Agrícola – Charqueadas
	Instituto Penal de Charqueadas
	Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas
	Penitenciária Estadual de Charqueadas
	Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas
	Penitenciária Estadual do Jacuí – Charqueadas
	Anexo da Penitenciária Estadual do Jacuí – Charqueadas
	Penitenciária Estadual de Arroio dos Ratos
	Presídio Estadual de São Jerônimo
10ª Região Penitenciária – Metropolitana Sede 10ªDPR: Porto Alegre (11)	Instituto Psiquiátrico Forense
	Cadeia Pública de Porto Alegre
	Centro de Triagem de Porto Alegre
	Centro de Custódia Hospitalar Vila Nova
	Patronato Lima Drummond
	Penitenciária Estadual de Porto Alegre
	Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier
	Instituto Penal Feminino de Porto Alegre
	Instituto Penal Irmão Miguel Dario
	Instituto Penal de Gravataí
Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba	
TOTAL: 149	



## Anexo 6

### TIPOS DE UNIDADES PRISIONAIS

<b>Tipo de Unidade</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
Patronato	1	0
Penitenciárias	21	1
Presídios	61	3
Colônias agrícolas	1	0
Instituto penal	13	1
Cadeia pública	1	0
Instituto psiquiátrico	1	0
Centro de custódia hospitalar	2	0
Instituto penal de monitoramento eletrônico	7	0
Centro de triagem	1	0
<b>Estabelecimentos</b>	<b>108</b>	<b>5</b>
<b>Anexos</b>	<b>32</b>	<b>4</b>
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>9</b>

Fonte: Departamento de Planejamento em 30/05/2018 e Departamento de Segurança e Execução Penal em 21/10/2020



## Anexo 7

### DEMONSTRATIVO POPULAÇÃO PRISIONAL

População Feminina	2.101
População Masculina	38.358
População Geral	40.459

Fonte: Departamento de Segurança e Execução Penal em 21/10/2020



## Anexo 8

### DEMONSTRATIVO POPULAÇÃO FUNCIONAL

	População Feminina	População Masculina	População Geral
Agente Penitenciário Administrativo - APA	262	122	384
Agente Penitenciário - AP	1096	2879	3975
Técnico Superior Penitenciário - TSP	439	62	501
Total	1797	3063	4860

Fonte: Departamento Administrativo/ Divisão de Recursos Humanos em 16/01/2018



Anexo 9


**DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO PROJETO DE PESQUISA  
PELO COMITÉ CIENTÍFICO UCES**



UNIVERSIDAD DE CIENCIAS  
EMPRESARIALES Y SOCIALES

El Departamento de Posgrado de la Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES), deja constancia que **Lutiana Ricalde da Rosa**, portadora del documento C.I. n° **6063546342 SSP/RS**, alumna del **Doctorado de Psicología**, ha aprobado el proyecto de tesis referente al título ***Habilidades sociais e estratégias de enfrentamento entre servidores e presos na convivência institucional***, cuyo director es el Prof. Dr. Sebastián Plut.

Se extiende la presente constancia, en **Buenos Aires**, a los **10 días del mes de julio de 2017**, para ser presentada ante quien corresponda.

  
JOSE LUIS FLIGUER  
Vicerrector de Evaluación Universitaria  
Universidad de Ciencias  
Empresariales y Sociales





## Anexo 10

### DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA SUSEPE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS  
ESCOLA DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO



#### AUTORIZAÇÃO

Na data do dia 22/06/2016 a Escola do Serviço Penitenciário (setor responsável pelas pesquisas entre a SUSEPE e as Instituições de Ensino Superior) autoriza (o/a) pesquisador (o/a) **LUTIANA RICALDI DA ROSA** a realizar a pesquisa sob o título "**Habilidades sociais e estratégias de enfrentamento de servidores e presos no ambiente institucional**" junto a 9ª Delegacia Penitenciária Regional.

O Projeto de Pesquisa está vinculado ao Instituto de Altos Estudos em Psicologia e Ciências Sociais da Universidad de Ciencias Empresariales e Sociales – UCES - Doutorado em Psicologia - sob orientação acadêmica do professor Dr. Sebastián Plut.

Salientamos que para realização da coleta dos dados necessários ao andamento da pesquisa, é necessário que o (a) pesquisador (a) apresente o Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da IES e após agende previamente a data da visita ao estabelecimento, com o (a) Administrador (a) do Estabelecimento Prisional acima citado.

Acrescentamos que a Escola do Serviço Penitenciário, através do Grupo de Trabalho em Ética em Pesquisas, realizou análise ética e documental do projeto em tela, deixando a critério do (a) diretor (a) do estabelecimento prisional questões práticas, tais como disponibilização de espaços, efetivo funcional para movimentação de apenados e organização do tempo.

Mediante esta autorização, solicitamos que após o término do Projeto, o (a) pesquisador (a) envie seu trabalho final de pesquisa, para a Escola do Serviço Penitenciário, de forma impressa ou digital.

Destacamos que o (a) pesquisador (a) deverá respeitar, rigorosamente, os procedimentos operacionais e de segurança de acordo com a Administração do Estabelecimento Prisional onde irá ocorrer a pesquisa.

Atenciosamente,

**João Eduardo Quevedo Reymunde**  
Diretor da Escola do Serviço Penitenciário



## Anexo 11

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa relativa a minha Tese de Doutorado em Psicologia pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES/Buenos Aires), cujo tema se centra na análise de habilidades sociais e estratégias de enfrentamento utilizadas por gestores, servidores e presos no ambiente institucional. Você poderá solicitar a qualquer momento maiores esclarecimentos ou interromper a sua participação sem que isto lhe cause prejuízos. Sua identificação pessoal será preservada e os dados resultantes dos procedimentos serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa. Será necessário responder a um inventário para identificação das habilidades sociais, uma escala para identificação das estratégias de enfrentamento e um questionário sócio demográfico. O tempo estimado é de uma hora. Cada questão precisará ser respondida o mais fidedigna possível. Não existe resposta correta ou incorreta. Cuide para que cada questão seja respondida e revise para que nenhuma questão fique em branco. A autorização para a participação neste procedimento de pesquisa dependerá de sua assinatura no presente termo.

**Muito obrigada pela sua colaboração!**

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora  
Lutiana Ricaldi da Rosa

.....

Eu, \_\_\_\_\_, Função: \_\_\_\_\_, Local: \_\_\_\_\_, Data de Ingresso: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_, declaro estar ciente das informações acima descritas. Desta forma, aceito participar do procedimento de coleta de dados e autorizo para fins exclusivamente de pesquisa a utilização de meus dados.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante



## Anexo 12

### QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

Este roteiro objetiva conhecer os dados sócio-demográficos e esclarecer informações sobre a convivência institucional. Por favor, preencha todas as questões.

#### DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

1) Nome: \_\_\_\_\_ 2) Idade: \_\_\_\_\_

3) Condição do Participante: ( ) Preso ( ) Agente Penitenciário ( ) Gestor

4) Escolaridade: ( ) EFI ( ) EFC ( ) EMI ( ) EMC ( ) ESI ( ) ESC ( ) E ( ) M ( ) D

5) Profissão: \_\_\_\_\_ (Somente pessoas na condição de preso, se tiver)

6) Data de ingresso no sistema penitenciário: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

7) Enumere três características de seu comportamento que você acredita que facilita a convivência institucional?

---

---

---

8) Enumere três características de seu comportamento que você acredita que dificultam a convivência institucional?

---

---

---

9) Qual o maior conflito que você passou no ambiente carcerário?

---

---

---

10) Você superou isto? De que maneira?

---

---

---

11) De acordo com sua experiência, como você percebe a convivência entre presos e servidores?

---

---

---

12) De acordo com sua experiência, como você percebe a convivência entre presos e presos?

---



---

---

13) De acordo com sua experiência, como você percebe a convivência entre servidores e servidores?

---

---

---

14) O que você considera fundamental para que as pessoas melhor convivam e cumpram com os objetivos institucionais?

---

---

---

15) Sugestões/Comentários:

---

---

---



## Anexo 13

### INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS (IHS - Del Prette & Del Prette, 2009)

#### Instruções

Leia atentamente cada um dos itens que se seguem. Cada um deles apresenta uma ação ou sentimento (parte grifada) diante de uma situação dada (parte não grifada). Avalie a frequência com que você age ou se sente tal como descrito no item.

RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES. Se uma dessas situações nunca lhe ocorreu, responda como se tivesse ocorrido, considerando o seu possível comportamento.

NA FOLHA DE RESPOSTAS, assinale, para cada um dos itens, um X no quadrinho que melhor indica a **frequência** com que você apresenta a reação sugerida, considerando um total de 10 vezes em que poderia se encontrar na situação descrita no item.

#### Utilize a seguinte legenda:

- A. NUNCA OU RARAMENTE (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa forma no máximo 2 vezes)
- B. COM POUCA FREQUÊNCIA (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa forma 3 a 4 vezes)
- C. COM REGULAR FREQUÊNCIA (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa forma 5 a 6 vezes)
- D. MUITO FREQUENTEMENTE (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa forma 7 ou 8 vezes)
- E. SEMPRE OU QUASE SEMPRE (em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa forma 9 a 10 vezes)

#### É importante que você responda a todas as questões.

1) Em um grupo de pessoas desconhecidas, <u>fico à vontade, conversando naturalmente.</u>	A	B	C	D	E
2) Quando um de meus familiares (pais, irmão mais velhos ou cônjuge) insiste em dizer o que eu devo fazer, contrariando o que penso, <u>acabo aceitando para evitar problemas.</u>	A	B	C	D	E
3) Ao ser elogiado(a) sinceramente por alguém, <u>respondo-lhe agradecendo.</u>	A	B	C	D	E
4) Em uma conversação, se uma pessoa me interrompe, <u>solicito que aguarde até eu encerrar o que estava dizendo.</u>	A	B	C	D	E
5) Quando um amigo(a) a quem emprestei dinheiro, esquece de me devolver, <u>encontro um jeito de lembrá-lo(a).</u>	A	B	C	D	E
6) Quando alguém faz algo que acho bom, mesmo que não seja diretamente a mim, <u>faço menção a isso, elogiando-o(a) na primeira oportunidade.</u>	A	B	C	D	E
7) Ao sentir desejo de conhecer alguém a quem não fui apresentado(a), <u>eu mesmo(a) me apresento a essa pessoa.</u>	A	B	C	D	E
8) Mesmo junto a conhecidos da escola ou trabalho, <u>encontro dificuldade em participar de conversação ("enturmar").</u>	A	B	C	D	E
9) <u>Evito fazer exposição ou palestras</u> a pessoas desconhecidas.	A	B	C	D	E



10) Em minha casa, <u>expresso sentimentos de carinho através de palavras e gestos</u> a meus familiares.	A	B	C	D	E
11) Em uma sala de aula ou reunião, se o professor ou dirigente faz uma afirmação incorreta, eu <u>exponho o meu ponto de vista</u> .	A	B	C	D	E
12) Se estou interessado(a) em uma pessoa para relacionamento sexual/afetivo, <u>consigo abordá-la(o) para iniciar conversação</u> .	A	B	C	D	E
13) Em meu trabalho ou em minha escola, se alguém me faz um elogio, <u>fico encabulado(a) sem saber o que dizer</u> .	A	B	C	D	E
14) <u>Faço exposição (por exemplo: palestras)</u> em sala de aula ou no trabalho, quando sou indicado(a).	A	B	C	D	E
15) Quando uma familiar me critica injustamente, <u>expresso meu aborrecimento direto a ele</u> .	A	B	C	D	E
16) Em um grupo de pessoas conhecidas, se não concordo com a maioria, <u>expresso verbalmente minha discordância</u> .	A	B	C	D	E
17) Em uma conversação com amigos, <u>tenho dificuldade em encerrar a minha participação, preferindo aguardar que os outros o façam</u> .	A	B	C	D	E
18) Quando um de meus familiares, por algum motivo, me critica, <u>reajo de forma agressiva</u> .	A	B	C	D	E
19) Encontrando-me próximo(a) de uma pessoa importante, a quem gostaria de conhecer, <u>tenho dificuldade em abordá-la para iniciar conversação</u> .	A	B	C	D	E
20) Quando estou gostando de alguém com quem venho saindo, <u>tomo a iniciativa de expressar-lhe meus sentimentos</u> .	A	B	C	D	E
21) Ao receber uma mercadoria com defeito, <u>dirijo-me até a loja onde a comprei, exigindo sua substituição</u> .	A	B	C	D	E
22) Ao ser solicitado(a) por um(a) colega para colocar seu nome em um trabalho feito sem a sua participação, <u>acabo aceitando mesmo achando que não devia</u> .	A	B	C	D	E
23) <u>Evito fazer perguntas</u> a pessoas desconhecidas.	A	B	C	D	E
24) <u>Tenho dificuldade de interromper</u> uma conversa ao telefone mesmo com pessoas desconhecidas.	A	B	C	D	E
25) Quando sou criticado de maneira direta e justa, <u>consigo me controlar admitindo meus erros ou explicando minha posição</u> .	A	B	C	D	E
26) Em campanhas de solidariedade, <u>evito tarefas que envolvam pedir donativos ou favores</u> a pessoas desconhecidas.	A	B	C	D	E
27) Se um(a) amigo(a) abusa de minha boa vontade, <u>expresso-lhe diretamente meu desagrado</u> .	A	B	C	D	E
28) Quando um de meus familiares (filhos, pais, irmãos, cônjuge) consegue alguma coisa importante pela qual se empenhou muito, <u>eu o elogio pelo seu sucesso</u> .	A	B	C	D	E



29) Na escola ou no trabalho, quando não compreendo uma explicação sobre algo que estou interessado(a), <u>faço as perguntas que julgo necessárias ao meu esclarecimento.</u>	A	B	C	D	E
30) Em uma situação de grupo, quando alguém é injustiçado, <u>reajo em sua defesa.</u>	A	B	C	D	E
31) Ao entrar em um ambiente onde estão várias pessoas desconhecidas, <u>cumprimento-as.</u>	A	B	C	D	E
32) Ao sentir que preciso de ajuda, <u>tenho dificuldade em pedi-la a alguém de meu círculo de amizades.</u>	A	B	C	D	E
33) Quando meu(minha) parceiro(a) insiste em fazer sexo sem o uso de camisinha, concordo para evitar que ele(a) fique irritado(a) ou magoado(a).	A	B	C	D	E
34) No trabalho ou na escola, <u>concordo em fazer as tarefas que me pedem e que não são da minha obrigação, mesmo sentindo um certo abuso nesses pedidos.</u>	A	B	C	D	E
35) Se estou sentindo-me bem (feliz), <u>expresso isso para as pessoas de meu círculo de amizades.</u>	A	B	C	D	E
36) Quando estou com uma pessoa que acabei de conhecer, <u>sinto dificuldade em manter um papo interessante.</u>	A	B	C	D	E
37) Se preciso pedir um favor a um(a) colega, <u>acabo desistindo de fazê-lo.</u>	A	B	C	D	E
38) <u>Consigno "levar na esportiva"</u> as gozações de colegas de escola ou de trabalho a meu respeito.	A	B	C	D	E



## Anexo 14

### INVENTÁRIO DE ESTRATÉGIAS DE COPING

(Folkman, S. & Lazarus, R., 1985)

Leia cada item abaixo e indique, fazendo um círculo na categoria apropriada, o que você fez na situação de maior risco/conflito vivido no ambiente carcerário, de acordo com a seguinte classificação:

0) Não usei esta estratégia;

1) Usei um pouco;

2) Usei bastante;

3) Usei em grande quantidade

1) Me concentrei no que deveria ser feito em seguida no próximo passo.	0	1	2	3
2) Tentei analisar o problema para entendê-lo melhor.	0	1	2	3
3) Procurei trabalhar ou fazer alguma atividade para me distrair.	0	1	2	3
4) Deixei o tempo passar – a melhor coisa que poderia fazer era esperar, o tempo é o melhor remédio.	0	1	2	3
5) Procurei tirar alguma vantagem da situação.	0	1	2	3
6) Fiz alguma coisa que acreditava que não daria resultados, mas pelo menos fiz alguma coisa.	0	1	2	3
7) Tentei encontrar a pessoa responsável para mudar suas ideias.	0	1	2	3
8) Conversei com outra(s) pessoa(s) sobre o problema, procurando mais dados sobre a situação.	0	1	2	3
9) Me critiquei, me repreendi.	0	1	2	3
10) Tentei não fazer nada que fosse irreversível, procurando deixar outras opções.	0	1	2	3
11) Esperei que um milagre acontecesse.	0	1	2	3
12) Concordei com o fato, aceitei o meu destino.	0	1	2	3
13) Fiz como se nada tivesse acontecido.	0	1	2	3
14) Procurei guardar para mim mesmo(a) os meus sentimentos.	0	1	2	3
15) Procurei encontrar o lado bom da situação.	0	1	2	3
16) Dormi mais que o normal.	0	1	2	3
17) Mostrei a raiva que sentia para as pessoas que causaram o problema.	0	1	2	3
18) Aceitei a simpatia e a compreensão das pessoas.	0	1	2	3
19) Disse coisas a mim mesmo(a) que me ajudassem a me sentir bem.	0	1	2	3
20) Me inspirou a fazer algo criativo.	0	1	2	3
21) Procurei esquecer a situação desagradável.	0	1	2	3
22) Procurei ajuda profissional.	0	1	2	3
23) Mudei ou cresci como pessoa de uma maneira positiva.	0	1	2	3
24) Esperei para ver o que acontecia antes de fazer alguma coisa.	0	1	2	3





25) Desculpei ou fiz alguma coisa para reparar os danos.	0	1	2	3
26) Fiz um plano de ação e o segui.	0	1	2	3
27) Tirei o melhor que poderia da situação, que não era o esperado.	0	1	2	3
28) De alguma forma extravasei meus sentimentos.	0	1	2	3
29) Compreendi que o problema foi provocado por mim.	0	1	2	3
30) Saí da experiência melhor do que eu esperava.	0	1	2	3
31) Falei com alguém que poderia fazer alguma coisa concreta sobre o problema.	0	1	2	3
32) Tentei descansar, tirar férias a fim de esquecer o problema.	0	1	2	3
33) Procurei me sentir melhor, comendo, fumando, utilizando drogas ou medicação.	0	1	2	3
34) Enfrentei como um grande desafio, fiz algo muito arriscado.	0	1	2	3
35) Procurei não fazer nada apressadamente ou seguir meu primeiro impulso.	0	1	2	3
36) Encontrei novas crenças.	0	1	2	3
37) Mantive meu orgulho não demonstrando meus sentimentos.	0	1	2	3
38) Redescobri o que é importante na vida.	0	1	2	3
39) Modifiquei aspectos da situação para que tudo desse certo no final.	0	1	2	3
40) Procurei fugir das pessoas em geral.	0	1	2	3
41) Não deixei me impressionar, me recusava a pensar muito sobre a situação.	0	1	2	3
42) Procurei um amigo ou um parente para pedir conselhos.	0	1	2	3
43) Não deixei que os outros soubessem da verdadeira situação.	0	1	2	3
44) Minimizei a situação me recusando a me preocupar seriamente com ela.	0	1	2	3
45) Falei com alguém sobre como estava me sentindo.	0	1	2	3
46) Recusei recuar e batalhei pelo que queria.	0	1	2	3
47) Descontei minha raiva em outra(s) pessoa(s).	0	1	2	3
48) Busquei nas experiências passadas uma situação similar.	0	1	2	3
49) Eu sabia o que deveria ser feito, portanto dobrei meus esforços para fazer o que era necessário.	0	1	2	3
50) Recusei acreditar que aquilo estava acontecendo.	0	1	2	3
51) Prometi e mim mesmo(a) que as coisas serão diferentes na próxima vez.	0	1	2	3
52) Encontrei algumas soluções diferentes para o problema.	0	1	2	3
53) Aceitei, nada poderia ser feito.	0	1	2	3
54) Procurei não deixar que meus sentimentos interferissem muito nas outras coisas que eu estava fazendo.	0	1	2	3
55) Gostaria de poder mudar o que tinha acontecido ou o que senti.	0	1	2	3
56) Mudei alguma coisa em mim, me modifiquei de alguma forma.	0	1	2	3
57) Sonhava acordado(a) ou imaginava um lugar ou tempo melhores do que aquele em que eu estava.	0	1	2	3
58) Desejei que a situação acabasse ou que de alguma forma desaparecesse.	0	1	2	3



59) Tinha fantasia de como as coisas iriam acontecer, como se encaminhariam.	0	1	2	3
60) Rezei.	0	1	2	3
61) Me preparei para o pior.	0	1	2	3
62) Analisei mentalmente o que fazer e o que dizer.	0	1	2	3
63) Pensei em uma pessoa que admiro e em como ela resolveria a situação e a tomei como modelo.	0	1	2	3
64) Procurei ver as coisas sob o ponto de vista da outra pessoa.	0	1	2	3
65) Eu disse a mim mesmo(a) "que as coisas poderiam ter sido piores".	0	1	2	3
66) Corri ou fiz exercícios.	0	1	2	3